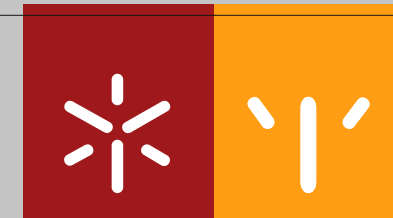




**Violência de Estado: dos discursos
sociais às leituras individuais**

Mariana Reis Barbosa

Universidade do Minho
Escola de Psicologia





Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Mariana Reis Barbosa

Violência de Estado: dos discursos sociais às leituras individuais

Tese de Doutoramento em Psicologia
Especialidade de Psicologia da Justiça

Trabalho realizado sob a orientação da
**Professora Doutora Carla Maria Penousal Martins
Machado**
e da
**Professora Doutora Raquel Maria Novais de
Carvalho Matos**
e do
**Professor Doutor Rui João Abrunhosa Carvalho
Gonçalves**

outubro de 2013

AGRADECIMENTOS

À Professora Carla Machado, alguém que marcou e continuará a marcar de forma profunda todo o meu percurso académico. Foi o seu exemplo que me levou a optar pela área da Justiça, foi o seu incentivo que me levou a Boston e à descoberta da Psicologia da Paz. É a ela que é dirigida a minha primeira referência nas aulas de Psicologia da Justiça, numa tentativa de oferecer aos alunos um bocadinho do tanto que a Professora Carla significou, significa e continuará a significar para mim.

À Professora Raquel Matos, que me veio socorrer a meio de um naufrágio e sem a qual eu não teria conseguido, de todo, chegar a bom porto. Porque foi um privilégio ser orientada pela pessoa que considero ‘a minha referência’, o exemplo a seguir. Se um dia conseguir ser metade de tudo aquilo que vejo na Professora Raquel, dar-me-ei por realizada! Obrigada pela paciência infinita e pela excelência na orientação.

Ao Professor Rui Abrunhosa, pelas aprendizagens e exemplo ao longo de todo o meu percurso académico. O Professor Rui é uma espécie de ‘porto seguro’ para mim e para outros tantos colegas da área da Justiça, alguém com quem sabemos que podemos sempre contar. Obrigada pela disponibilidade e pelo alento nos momentos mais difíceis deste percurso.

Aos Pilares da Terra: à minha mãe, por ser a verdadeira ‘mother chicken’, ao ponto de já ter lido esta tese mais vezes do que eu! Obrigada pelos filipinos e cerelac, indispensáveis à realização deste trabalho! Ao meu pai e ao Gui (aka king of mamba), porque juntamente com a ‘mother chicken’ alicerçam e dão sentido à minha vida.

Ao Rui, porque chegou à minha vida na fase final deste percurso e teve disponibilidade para me aturar e sacrificar tempo precioso da relação em prol da tese. Eid Ma Clack Shaw!

À minha família, em especial às minhas avós e à Timas.

Ao GIPGAP, em especial à Professora Kathleen Malley-Morrison, pela forma calorosa com que me acolheu em Boston e na sua equipa de investigação, por me ter proporcionado tantas aprendizagens, e por me ter dado a conhecer a Psicologia da Paz. É para mim um orgulho fazer parte do GIPGAP, que esta tese possa contribuir para novo fervilhar de ideias entre todos nós.

Aos GALECIANOS, em especial à Diana e à Carla. À Diana porque vai ser sempre ‘a minha melhor amiga’, ainda que um dia mude não de continente mas de planeta. Obrigada pelas ‘energias positivas’! À ‘gaija’ Carla porque ainda ontem estive a explicar-me como se faz a paginação, e é ‘isto’ a Carla, a nossa ‘mãe’, sempre presente, sempre disponível, que encontra sempre a coisa certa a dizer ou a fazer!

Aos colegas da FEP, em especial ao Professor António Fonseca, por ter acreditado em mim ao ponto de me ter ‘oferecido’ uma disciplina de Psicologia da Paz! À Catarina Ribeiro, pela amizade e pelo exemplo como pessoa e profissional. À Mariana Negrão, porque vencemos o ‘monstro’ juntas.

Às GIPPAS, em especial à Isabel Tavares, a minha amiga e colega dos direitos humanos, pela partilha de ideias que em tanto inspiraram este trabalho. À Telma Almeida, à Mónica Soares e à Ana Gonçalves, por me terem ajudado a partir pedra na temática da violência de Estado e por acreditarem na Psicologia da Paz!

À Flecha, à Bora e à Lecas.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pelo apoio financeiro que me foi concedido através da Bolsa de Doutoramento (SFRH/BD20902/2006), no âmbito do Programa Operacional Ciência e Inovação (POCI) 2010 apoiado pelo Fundo Social Europeu (FSE).

RESUMO

O presente trabalho compreende uma incursão teórica e empírica pelo fenómeno da violência de Estado. Os autores dedicados ao estudo desta temática têm alertado para o papel do Estado enquanto perpetrador de atrocidades, ao violar normas jurídicas e sociais e ao não respeitar os direitos humanos (e.g., Barak, 2010; Green & Ward, 2004; Kauzlarich, Mullins, & Matthews, 2003; Rothe & Ross, 2008). A intolerância dos cidadãos face a tais condutas poderá inibi-las ou pelo menos dificultá-las, especialmente em sociedades democráticas. No sentido contrário, a sua perpetração pode ser facilitada pela sociedade civil se esta for, em alguma medida, ‘conivente’, ignorando, negando ou legitimando as atrocidades cometidas pelo Estado. Por conseguinte, a sua prevenção tem de passar pela análise dos discursos de senso comum, com vista à compreensão dos processos cognitivos que as legitimam. Os estudos empíricos que apresentamos neste texto constituem um contributo nesse sentido, ao darem conta dos discursos de cidadãos comuns face à violência de Estado.

Através da análise das respostas de 600 cidadãos portugueses à *Personal and Institutional Rights to Aggression and Peace Survey*, foi possível identificar diferentes níveis de tolerância face à violência de Estado, assim como os argumentos subjacentes aos mesmos. A partir desta amostra selecionaram-se trinta e seis participantes, constituindo-se três grupos contrastantes em função dos níveis de tolerância face à violência de Estado. Foram realizadas entrevistas a estes participantes sobre cenários hipotéticos de violência de Estado, construídos com base em dimensões que no primeiro estudo se assumiram como influenciadoras dos seus níveis de tolerância. Os resultados do segundo estudo possibilitaram uma compreensão mais aprofundada dos posicionamentos dos participantes, ao permitirem mapear significados, representações e processos cognitivos associados à legitimação da violência de Estado. Da análise efetuada, emergiram duas linhas predominantes de raciocínio e argumentação em torno do fenómeno. A primeira diz respeito à defesa de uma intervenção estatal baseada num princípio de igualdade; já a segunda refere-se aos apologistas de uma intervenção diferenciada em função das ‘qualidades’ dos indivíduos. Estes

últimos revelaram maior tolerância à violência de Estado, corroborando os estudos que se referem à legitimação das desigualdades sociais como estando na base de certas formas de violência (Barbeiro & Machado, 2010; Jackman, 2004; Jost & Major, 2001; Major & Schmader, 2001).

Palavras-chave: violência de Estado, legitimação, desumanização, Psicologia da Paz.

ABSTRACT

This dissertation comprises a theoretical and empirical incursion in the phenomenon of state violence. Authors dealing with this issue have called attention to the role of the state as a perpetrator of atrocities when it violates legal and social rules and does not respect human rights (e.g., Barak, 2010; Green & Ward, 2004; Kauzlarich, Mullins, & Matthews, 2003; Rothe & Ross, 2008). Citizens' intolerance towards such conducts might inhibit or at least hinder them, especially in democratic societies. On the other hand, civil society might make such perpetration easier if common sense discourses are to some extent 'conniving' by ignoring, denying or legitimizing atrocities committed by the state. Therefore, prevention of such atrocities should be dealt with by analyzing common sense discourses in order to understand the cognitive processes which legitimize them. The empirical studies presented in this text are a contribution to this as they account for the discourses of common citizens in the face of state violence. From the analysis of the responses of 600 Portuguese citizens to the *Personal and Institutional Rights to Aggression and Peace Survey*, we were able to identify different tolerance levels towards state violence as well as the underlying arguments for them. These results were the starting point for the main empirical study. Thirty-six participants were selected from the sample of the first study, and were divided into three contrasting groups according to the tolerance levels towards state violence. These participants were interviewed about hypothetical scenarios of state violence based on dimensions which emerged as influencing their tolerance levels in the first study. The results of this study allowed for a deeper understanding of the participants' positioning by enabling meanings, representations and cognitive processes associated with legitimization of state violence to be mapped. Two predominant lines of reasoning and argumentation around the phenomenon emerged from the analysis. The first one comprises the participants who defend/support a state intervention based upon a principle of equality, while the second one refers to those in favour of a differentiated intervention according to the 'qualities' of individuals. The latter adopted dehumanizing discourses that appeared as enhancing tolerance towards of state violence, which corroborates studies

about the role of legitimization of social injustice in the legitimization of certain forms of violence (Barbeiro & Machado, 2010; Jackman, 2004; Jost & Major, 2001; Major & Schmader, 2001).

Keywords: State violence, legitimization, dehumanization, Peace Psychology.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
PARTE I: PERCURSO TEÓRICO	9
Capítulo 1. Definição e caracterização da violência de Estado: quem legisla o legislador?	10
1.1. QUEM DEFINE O QUE É CRIME DE ESTADO?	18
1.2. MODELOS TEÓRICOS EXPLICATIVOS DA VIOLÊNCIA DE ESTADO	21
1.3. FORMAS, CONTEXTOS E AUTORES DA VIOLÊNCIA DE ESTADO	25
1.4. O CONTROLO DA VIOLÊNCIA DE ESTADO	31
Capítulo 2. Olhares teóricos sobre a violência de Estado: a Psicologia da Paz	37
2.1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	39
2.1.1. A Psicologia ao serviço da guerra	39
2.1.2. A Psicologia ao serviço da paz	42
2.2. A CONSOLIDAÇÃO DA PSICOLOGIA DA PAZ	46
2.2.1. Delimitação conceptual: violência direta vs estrutural; peacemaking vs peacebuilding	47
Capítulo 3. A legitimação da violência de Estado: da banalização à glorificação do mal	52
3.1. A BANALIDADE DO MAL	53
3.2. A GLORIFICAÇÃO DO MAL	61
3.3. O DESCOMPROMETIMENTO MORAL	65

PARTE II: PERCURSO EMPÍRICO	74
Capítulo 4. Estudo Um	78
4.1. OBJETIVOS	79
4.2. MÉTODO	79
4.2.1. Participantes	79
4.2.2. Instrumento	80
4.2.3. Recolha e análise dos dados	81
4.3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	84
A. Contraterrorismo	86
B. Pena de Morte	88
C. Tortura	90
D. Invasão	92
E. Violência Policial / Militar	94
4.4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	96
Capítulo 5. Estudo Dois	104
5.1. OBJETIVOS	105
5.2. MÉTODO	106
5.2.1. Participantes	106
5.2.2. Instrumento	110
5.2.3. Recolha e análise dos dados	114
5.2.4. Estratégias de validação dos resultados	116
5.3. ANÁLISE DOS DISCURSOS FACE À VIOLÊNCIA DE ESTADO	117
A. Considerações gerais sobre a violência de Estado	117
A.1. O direito à paz social	118
A.2. Violência de Estado como ‘mal necessário’	120
B. A legitimação da violência de Estado	122
B.1. Situações não letais	125
B.2. Situações letais	142
C. Posicionamentos predominantes: situacionistas vs pessoalistas	190

DISCUSSÃO FINAL E CONCLUSÕES	201
BIBLIOGRAFIA	226
ANEXOS	243
Anexo 1. Sistema geral de categorias	244
Anexo 2. Guião de entrevista	249

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Grupo dos ‘Normativos’	108
Tabela 2 - Grupo dos ‘Concordantes’	109
Tabela 3 - Grupo dos ‘Discordantes’	109
Tabela 4 - Casos Negativos	109
Tabela 5 - Cenário da Manifestação	112
Tabela 6 - Situacionalistas	191
Tabela 7 - Pessoalistas	191

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Representação esquemática do grupo ‘situacionalistas’	192
Figura 2 - Representação esquemática do grupo ‘pessoalistas’	197

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APA	American Psychological Association
CDI	Comissão de Direito Internacional
CIA	Central Intelligence Agency
GIPGAP	Group on International Perspectives on Governmental Aggression and Peace
GRIT	Graduated and Reciprocated Initiatives in Tension Reduction
MAD	Mutually Assured Destruction
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAIRTAPS	Personal and Institutional Rights to Aggression and Peace Survey
PsySR	Psychologists for Social Responsibility
SDI	Strategic Defense Initiative
SPSSI	Society for the Psychological Study of Social Issues

INTRODUÇÃO

Assistimos, na atualidade, a uma crescente preocupação com o papel das políticas dos Estados na perpetuação de ciclos de violência. Apesar de, num mundo cada vez mais global, o poder e a relevância dos Estados parecerem estar a decair, dando lugar a uma série de organizações internacionais de caráter político, económico e jurídico (e.g., as Nações Unidas, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio ou o Tribunal Penal Internacional), não raras vezes os Estados fecham as suas fronteiras a instâncias de controlo ou organizações de ajuda internacionais, o que reflete o poder ainda associado ao conceito de ‘Estado soberano’ (Rothe et al., 2009). Crimes de guerra, genocídios ou crimes contra a humanidade promovidos pelo Estado não são claramente ações do passado, mas problemas atuais e altamente perturbadores que requerem um estudo rigoroso e imediato (Christie, 2012a).

Ao longo dos últimos anos, vários casos relacionados com o uso excessivo de força policial têm ocupado o escrutínio público (Friedrichs, 2010; Smith & Petrocelli, 2002). Em Portugal, esta preocupação tem vindo a ancorar-se recentemente na crescente mediatização da utilização da força policial como forma de conter manifestações sociais (Soares, 2013). Não tão divulgada, mas ainda merecedora de atenção científica, encontra-se também a violência policial aplicada rotineiramente como forma de exercer disciplina social (Waddington, 1999). A recente ‘descoberta’ da utilização alargada da tortura por governos democráticos, associada à reconstrução da segurança no pós-11 de setembro ilustra bem, a nosso ver, a perspetiva de Cohen (1985), que nos diz que a modernidade tardia se caracteriza pela expansão dos métodos de controlo social, tanto *hard* como *soft*.

Do lado *soft*, a transformação mais relevante a que assistimos é a expansão da vigilância pública e a concomitante restrição das liberdades individuais (e.g., vigilância eletrónica das chamadas telefónicas, do *e-mail* e das transações bancárias). A regulação da mobilidade é um outro elemento central deste controlo *soft*, com um agravamento das suspeições em relação aos imigrantes e a quem pede asilo, na medida em que, encarnando já em si mesmos a figura do ‘outro’ temido pelos ocidentais, estes se tornaram hoje rostos que podem esconder o que Hudson (2006, cit. Aas, 2007a) chama o

paradigma do ‘outro monstruoso’: o terrorista. A mobilidade torna-se, aliás, tanto mais ameaçadora quanto não é só quem vem de fora que é percebido como perigoso: a perpetração de atos terroristas por cidadãos ocidentais alimenta o medo do ‘inimigo cá dentro’, consubstanciado na desconfiança face às minorias étnicas.

Do lado *hard*, sabemos que, depois do 11 de setembro, a administração norte-americana decidiu usar um conjunto de métodos de interrogatório proibidos pela Convenção de Genebra, reinterpretando-a de modo a criar uma base legal para os mesmos. Os *torture memos* escritos por John Yoo, antigo funcionário da Administração Bush, defendem que a Convenção de Genebra não se aplica ao contexto da guerra contra o terrorismo. Rumsfeld acrescentou que os prisioneiros iraquianos, sendo combatentes ilegais, não têm direitos e ridicularizou as restrições às técnicas de interrogatório usadas pela Central Intelligence Agency (CIA). Para vários autores, estas vozes estabeleceram o contexto de legitimação para abusos tais como os que aconteceram em Abu Ghraib e Guantánamo (e.g., Bandura, 2007; Malley-Morrison, 2009; Zimbardo, 2007).

A nosso ver, importa levantar três questões centrais acerca destas práticas: *Quais são as condições sociais que as estimulam?*, *Como se explica o envolvimento de pessoas aparentemente normativas em comportamentos desta natureza?* e *Como se compreende a tolerância ou mesmo a franca aceitação que tais práticas merecem, pelo menos durante certos períodos de tempo, por largos setores da população?*

Em resposta à primeira destas perguntas, a investigação disponível tem sugerido que, para além das dimensões pessoais e organizacionais envolvidas no recurso à violência de Estado, há condições sociais que a facilitam (Beck, 1992; Cohen, 2001; Giddens, 1994; Willer, 2004). Desde logo, a desigualdade social, associada ao medo das ‘classes perigosas’- medo este que é partilhado tanto pelas elites que temem ver os seus bens e privilégios atacados, como pelos ‘pobres respeitáveis’ cuja indignação moral e punitividade traduzem o ressentimento de uma vida de contenção e a inveja perante o aparente hedonismo e falta de restrições de quem percebem como estando ‘abaixo’ de si (Box 1996; Caldeira 1992). Estas condições tendem a agudizar-se quando

aumenta o fosso entre ricos e pobres, dando lugar a práticas policiais mais violentas (Green & Ward, 2004). Quando a estas condições de desigualdade se associa um Estado incapaz de impor a ordem por outros meios e alimentando uma sensação de arbitrariedade e caos, o desejo de reposição da ordem e de autoridade pode também gerar um sentimento popular de apoio à violência ‘de cima’ (*ibidem*). Esta vai ser, usualmente, empregue contra um inimigo comum claramente identificado pela própria ideologia dominante, um membro do *out-group* que é identificado como responsável pelo mal estar social, sendo a facilidade na identificação deste culpado e a forma desumanizada e perversa como o mesmo é retratado elementos adicionais facilitadores da legitimação social da violência de Estado. Este mecanismo de constituição discursiva do ‘outro’ tem sido apontado por vários autores como tendo um papel central na justificação moral da violência, quer para a perpetrada pelo próprio, quer para a que o Estado pratica com a complacência de boa parte dos cidadãos (e.g., Aas, 2007a, 2007b; Bandura, 1999; Cohen, 2001; Fernandes & Neves, 2010; Jabri, 2006). Efetivamente, perpetrar atos que o senso comum, as normas legais e as convenções internacionais constituem como ilegítimos e imorais, exige o desenvolvimento de um racional justificativo que suspenda tal julgamento moral.

A neutralização dos juízos morais tem sido estudada por vários autores na Sociologia. Destacam-se os estudos originais de Sykes e Matza (1957) sobre as técnicas de neutralização, até aos trabalhos mais recentes de Cohen (2001) sobre os mecanismos de denegação, ou de Jock Young (2007) sobre os mecanismos de *othering*, e na Psicologia, com os estudos de Albert Bandura (1999, 2002, 2004a, 2004b; McAlister, Bandura & Owen, 2006) sobre os processos de descomprometimento moral. Apesar das diferenças entre estes autores, no seu conjunto eles consideram que a violência de Estado tem sido justificada a partir de um conjunto de estratégias discursivas centrais:

- (i) A negação dos factos (“este Estado não usa a tortura”);
- (ii) A negação do seu significado (utilização de linguagem eufemística como ‘ataques cirúrgicos’, ‘bombas de precisão’, ‘pressão corporal’);
- (iii) A negação da responsabilidade dos agentes (‘a guerra tem outras regras’, ‘apenas obedecíamos a ordens’);
- (iv) A negação dos efeitos (‘danos colaterais’);
- (v) A essencialização do ‘outro’ (‘eixo do mal’, ‘terroristas’) e do próprio (‘combatentes da liberdade’);
- (vi) A negação das implicações morais da ação (‘não é nada comigo’, ‘quem manda é que sabe’).

Baseando-se nestes pressupostos, o projeto de investigação que apresentamos visa conhecer a extensão da tolerância e legitimação da violência de Estado por parte dos cidadãos comuns, em Portugal.

A presente tese está organizada em duas partes. A primeira é constituída por três capítulos teóricos que foram organizados neste trabalho escrito (do ponto de vista do encadeamento dos conteúdos de cada capítulo), de forma a refletir o caminho percorrido na nossa incursão teórica pelo tema da violência de Estado. O subtítulo escolhido para a presente tese - dos discursos sociais às leituras individuais - traduz o nosso posicionamento epistemológico, em linha com o construcionismo social. Esta proposta, de orientação antiessencialista e antirrealista, defende que o enfoque deve ser deslocado do indivíduo para o domínio social (Nogueira, 2001). “A Psicologia, nesta perspetiva, torna-se o estudo do ser socialmente construído, o produto de discursos histórica e culturalmente contingentes, discursos que trazem consigo uma rede complexa de relações de poder. A pessoa fica como que «encaixada» num sistema histórico, social e político do qual não pode ser retirada e estudada de forma independente” (*ibidem*, p. 46). Em consonância com estes pressupostos, acreditamos que a compreensão das leituras individuais tem de passar, antes de mais, pela compreensão do contexto histórico-cultural e das relações de poder em que as mesmas foram socialmente construídas. É este o nível de compreensão que almejamos com o exercício teórico do primeiro capítulo. Ao invés de nos limitarmos a descrever e tipificar o fenómeno da violência de Estado, tomando as definições jurídicas

como se de realidades objetivas se tratassem, adotámos a lente da teoria crítica de forma a vermos para lá da realidade que nos é oferecida pelos discursos legalistas. Rejeitamos a ideia de que a Psicologia deva ser apolítica, e acreditamos que deverá existir um compromisso de crítica face à ordem social dominante. Mas, para isso, torna-se necessário compreendê-la através do questionamento dos discursos políticos, mediáticos e sociais que sustentam e perpetuam as relações de poder vigentes e as desigualdades sociais.

A defesa da responsabilidade ético-política da Psicologia e da pertinência de adotar uma leitura macro dos fenómenos psicológicos são dois dos principais pressupostos do domínio da Psicologia de que trata o segundo capítulo: a Psicologia da Paz. Existem outros domínios da Psicologia que são relevantes para a nossa temática e que se orientam por estes mesmos pressupostos, tais como a Psicologia Social Crítica ou a Psicologia Política. Aliás, como se poderá constatar através da leitura do terceiro capítulo, o exercício teórico acerca dos contributos específicos da Psicologia para a compreensão da legitimação da violência de Estado ancora-se, sobretudo, em trabalhos de autores da Psicologia Social. Atendendo ao exposto, quais os motivos que nos levaram a dedicar um capítulo desta tese especificamente à Psicologia da Paz? Por um lado, por ser uma corrente da Psicologia que coloca especial ênfase no estudo da temática da violência e dos conflitos - nosso objeto de estudo. Por outro lado, por adotar a grelha conceptual dos *peace studies* sobre um princípio de não-violência que fomente a paz e que diminua o recurso e valorização da violência. Identificámo-nos com este propósito e esperamos contribuir para a sua prossecução com este estudo, já que se pretendemos tornar a violência menos provável temos, antes de mais, de compreender os processos cognitivos que a legitimam (MacNair, 2012). Apesar de ser um domínio da Psicologia que tem assistido a um grande crescimento, em particular nos Estados Unidos e na Europa, permanece relativamente desconhecido em Portugal. A nossa introdução a este domínio da Psicologia deu-se por via da colaboração no *Group on International Perspectives on Governmental Aggression and Peace* (GIPGAP), um projeto de investigação internacional liderado por ‘psicólogos da paz’. Os investigadores deste projeto têm levado a cabo um estudo sobre os processos de legitimação da violência

de Estado na perspectiva de cidadãos comuns, no qual se insere um dos nossos estudos empíricos. Com a presente tese, esperamos contribuir com conhecimento psicológico sobre um dos principais objetos de estudo da Psicologia da Paz, mas pretendemos também contribuir para o conhecimento e implementação desta disciplina em Portugal.

Apesar de situarmos o nosso estudo no domínio da Psicologia da Paz, seria reducionista limitar a nossa revisão da literatura psicológica sobre violência de Estado aos contributos de uma disciplina tão recente. Tal como já referimos, a nossa revisão dos contributos psicológicos sobre o fenómeno ancorou-se sobretudo em trabalhos e autores da Psicologia Social. No entanto, a nossa incursão teórica inicia-se pela filosofia, nomeadamente partindo da problematização arendtiana da ‘banalidade do mal’. Esta teorização postula que cada um de nós pode vir a ser um perpetrador do mal, com os desenvolvimentos no domínio da compreensão psicológica da hostilidade e do conflito a permitirem mapear os fatores que podem levar à normalização de atrocidades por parte de indivíduos comuns (por exemplo, a obediência à autoridade, ou o conformismo ao grupo, ou a desumanização do outro).

A segunda parte da tese centra-se no nosso percurso empírico, que compreendeu dois estudos distintos, embora complementares. Antes da descrição de cada um dos estudos, dedicamos uma secção introdutória ao caminho percorrido desde a escolha do nosso tema de investigação no âmbito da colaboração com o GIPGAP. O nosso primeiro estudo, descrito no quarto capítulo, foi realizado por via da colaboração com o referido projeto. Foram analisadas respostas qualitativas de 600 cidadãos portugueses a um inquérito desenvolvido pelo GIPGAP, que nos permitiram identificar diferentes graus de tolerância face à violência de Estado, assim como os padrões de argumentação subjacentes aos mesmos. Este estudo evidenciou ainda o papel de algumas variáveis na legitimação da violência de Estado (por exemplo, se o alvo é uma pessoa inocente ou culpada).

O segundo estudo, descrito no capítulo cinco, parte da exploração dos resultados do primeiro, visando uma compreensão mais aprofundada dos processos de legitimação da violência por cidadãos comuns. A partir da amostra do primeiro estudo, e com base nos seus resultados, foram

selecionados trinta e seis participantes, constituindo-se três grupos contrastantes em função dos níveis de tolerância face à violência de Estado. Foram realizadas entrevistas qualitativas aos selecionados sobre cenários hipotéticos de violência de Estado construídos com base nas dimensões identificadas como relevantes no primeiro estudo.

Finalmente, apresentamos a discussão final, onde integramos teoria e dados resultantes de ambos os estudos empíricos. Apontamos ainda algumas limitações da investigação desenvolvida e deixamos algumas sugestões e recomendações para a prática.

PARTE I

PERCURSO TEÓRICO

Capítulo 1. Definição e caracterização da Violência de Estado: quem legisla o legislador?

Os ricos e os poderosos têm todo o direito de exigir que os deixem em paz para poderem gozar o que conquistaram muitas vezes através da violência e do terror; os outros podem ser ignorados desde que sofram em silêncio, mas se interferirem com as vidas daqueles que governam o mundo por direito, os 'terrores da terra' cairão sobre eles com justificada fúria, a não ser que o poder seja constrangido internamente.

Noam Chomsky

Todos os Estados, do mais autocrático ao mais liberal, partilham uma característica crucial: aquilo que Weber denominou ‘monopólio do uso legítimo da força’. De uma forma geral, um Estado é visto como legítimo se age de acordo com as regras que estabelece para si próprio e para a sociedade, e se essas regras são justificadas por crenças e valores partilhados pela mesma (Green & Ward, 2004).

No início da década de 70, Gramsci introduziu o conceito de hegemonia para explicar de que modo os Estados capitalistas asseguram a sua legitimidade. Este conceito refere-se à forma como as classes dominantes utilizam o Estado para coagir e, ao mesmo tempo, obter consentimento para a sua dominação junto da sociedade civil. Na visão *gramsciana*, se o processo hegemónico é bem sucedido, os interesses específicos da classe dominante vão parecer interesses universais: as classes subordinadas veem os seus interesses como sendo os mesmos das elites (Gramsci, 1971). Os grupos sociais hierarquicamente desfavorecidos concedem assim grande parte do seu poder a favor da constituição do poder político soberano que, por sua vez, deve conglomerar em si todos os interesses dos grupos que se inserem numa determinada sociedade, defendendo-os (Foucault, 2006).

Na teoria *gramsciana* a sociedade civil é vista como tendo uma natureza dialética. Por um lado, ela tem um papel na criação do consentimento, sendo utilizada pela classe dominante para formar e manter a sua hegemonia, tornando-se assim parte de um Estado ampliado (Cox, 1993). No entanto, a sociedade civil é também vista como a infraestrutura da possível resistência contra-hegemónica: “[...] é o espaço criativo onde grupos subalternos, movidos por intelectuais, se podem unir, formar um bloco histórico, e travar uma guerra de posição contra-hegemónica para alterar a sociedade” (Sassoon, 1982 cit. Katz, 2007, p. 4).

Alguns autores têm questionado a aplicabilidade do conceito de hegemonia na atualidade (Kumar, 1997; Lima, 2001). Na era pós-moderna tem-se assistido a uma crescente individualização associada à dissolução das estruturas de pensamento e de integração social típicas da modernidade, como o emprego estável, a família nuclear, ou os papéis de género (Machado, 2004). A pós-modernidade rompeu as fronteiras entre as várias dimensões da

vida social, daí decorrendo um pluralismo que resulta numa “condição pós-moderna de fragmentação” (Kumar, 1997, p. 114). Segundo este autor, “não há, ou pelo menos não há mais, qualquer força controladora e orientadora que dê à sociedade forma e significado [...] há simplesmente um fluxo um tanto aleatório, sem direção, que perpassa todos os setores da sociedade” (*ibidem*, pp. 113-114). Esta rutura das fronteiras nos diferentes setores da sociedade também se encontra no âmbito do Estado e na política, uma vez que a política da pós-modernidade se caracteriza pela desterritorialização (Lima, 2001). Acresce que o fenómeno da globalização conduziu a um aumento da internacionalização do comércio cuja dinâmica ultrapassa as fronteiras estatais, levando a que “os quadros mentais de referência, fortemente enraizados na ideia de sociedade nacional, do Estado-Nação, [adquiram] outras possibilidades de expressão” (*ibidem*, p.56) (e.g., grupos étnicos, religiosos, ideológicos). O fervilhar de multiplicidades e particularismos da condição pós-moderna é um sintoma de uma sociedade rebelde a todas as totalizações (Rouanet, 1987), pelo que, na perspetiva de alguns teóricos, o conceito de hegemonia se tornou obsoleto.

Já para os autores *neogramscianos* os processos contemporâneos não são vistos sob a ótica da rutura, mas como continuidade de uma modernização conservadora em que se assiste a uma evolução dialética da sociedade capitalista (Cox, 2002; Katz, 2007). De acordo com os mesmos, o fenómeno da globalização não tem conduzido ao enfraquecimento do Estado mas antes à sua expansão, com a ideologia dominante da globalização - o neoliberalismo - a tornar-se o guia hegemónico para a política económica e social global, sendo promovido ativamente por um conjunto de Estados poderosos e organizações internacionais (Katz, 2007). Adaptando o pensamento *gramsciano* à nossa época, Cox (2002) argumenta que a contra-hegemonia face ao domínio global do neoliberalismo só pode ser desenvolvida a partir de uma sociedade civil também global, com um envolvimento e convergência de novos movimentos sociais (e.g., movimentos para a paz, ambientalistas, organizações de defesa das minorias étnicas).

Olhando às principais divergências entre teóricos acerca do poder relativo dos Estados e da sociedade civil na atualidade, parece-nos que a

realidade dos nossos dias não se coaduna com radicalismos de qualquer uma das perspectivas: não faz sentido negar as transformações históricas e o crescente pluralismo que caracteriza a sociedade civil atual. Por outro lado, estamos ainda longe de assistir a uma rutura fundamental com o passado, sendo portanto muito precipitado anunciar o pós-capitalismo e o fim dos Estados.

Mais do que fazer juízos sobre qual a direção destas mudanças - se para uma continuidade e reforço da hegemonia dos Estados ou se para uma era pós-hegemónica -, importa perceber o seu impacto nas ações do Estado e da sociedade civil. Importa perceber como reage o Estado às ameaças ao seu poder hegemónico colocadas pela proliferação de novas vozes e novos atores que não se regem pelas fronteiras estatais.

Se falar da hegemonia na era pós-moderna tem causado discordância, é contudo consensual afirmar que o Estado continua a possuir meios privilegiados para garantir que o seu discurso seja dominante. Olhando especificamente para a questão da violência de Estado, consideramos que a tolerância da sociedade face à utilização de medidas agressivas e repressivas por parte deste é um exemplo cabal do poder do Estado na fabricação de consensos. Revisitando Gramsci, a grande contribuição da sua teoria para a questão da legitimação da violência de Estado prende-se com a identificação dos processos subtis através dos quais o Estado constrói um consenso na sociedade civil relativamente a ações repressivas (Hall, Critcher, Jefferson, Clarke, & Roberts, 1978). Como refere Chomsky (2003), se nos Estados totalitários se verifica uma imposição do consenso através da coerção, nos Estados democráticos, para a fabricação de consensos, torna-se necessário manipular o que as pessoas pensam. A hegemonia, ao possibilitar a dominação consentida da sociedade civil, reduz a necessidade de o Estado recorrer à coerção. No entanto, paradoxalmente, um processo hegemónico bem sucedido facilita a legitimação da violência de Estado ao criar uma linguagem moral comum entre subordinantes e subordinados que mascara os interesses das elites (e.g., económicos, geoestratégicos) com interesses percebidos como universais (e.g., ajuda humanitária, liberdade, democracia). O Estado detém, para além disso, recursos poderosos (e.g., terminologia especializada,

conhecimento científico, tecnologia de informação, fácil acesso aos *media*) que lhe permitem influenciar os discursos mediáticos e de senso-comum. Cohen (2001) documentou como os governos constroem, usando estes meios, respostas oficiais para as alegações de violação de direitos humanos através de uma ‘espiral de negação’, um processo que começa com a negação do ato e passa pela sua reconstrução simbólica (por exemplo, ‘técnicas de interrogatório’ em vez de ‘tortura’, ‘danos colaterais’ em vez de ‘morte de civis inocentes’). Quando a natureza ilegítima dos atos é posta em evidência, a segurança nacional surge, por norma, como último grande recurso de legitimação.

Neste processo de legitimação da violência, se o Estado cria e implementa as leis ao serviço da justiça, então a violência utilizada no exercício das mesmas será, também ela, tida como justa porque serve os interesses da sociedade. Alguns autores (e.g., Chomsky & Herman, 2002; Zimbardo, 2007) alertam para o perigo de a sociedade, acomodada à noção de que ‘alguma violência de Estado é legítima’ e às funções legisladoras e protetoras do Estado, aumentar o limiar de tolerância face a este tipo de violência, aceitando de forma acrítica a sua utilização por parte do Estado como se o facto de ser perpetrada por tal entidade a tornasse, por si só, aceitável.

A questão do Estado como figura de proteção torna-se duplamente importante na análise dos processos de legitimação da violência perpetrada por este, já que vários estudos têm demonstrado que sentimentos de insegurança conduzem a uma maior predisposição para aceitar medidas agressivas, assim como restrições às liberdades e direitos individuais (Hodson, Esses, & Dovidio, 2006; Zimbardo, 2007). Um bom exemplo foi a forma como os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 despoletaram acesos debates a respeito da segurança nacional e dos direitos civis em que muitos defenderam, de forma algo paradoxal, que a proteção da liberdade e dos ideais democráticos só era possível através de restrições das liberdades e dos direitos civis que caracterizam, afinal, as sociedades ditas democráticas. Esta imposição de medidas de segurança que violam os direitos e a privacidade dos indivíduos tem sido alvo de controvérsia e contestação ao nível político,

mediático e social. No entanto, assistimos nos últimos anos a uma gradual adaptação da sociedade aos crescentes condicionalismos decorrentes da ‘guerra ao terror’, o que nos leva a questionar a crença numa sociedade pós-moderna ‘rebelde a todas as totalizações’.

Olhando às duas perspetivas descritas no início desta secção (a que considera que vivemos numa condição pós-moderna de rutura com as estruturas sociais da modernidade e a que postula a continuidade e o reforço da hegemonia dos Estados), consideramos que a interseção de ambas nos permite compreender a atual acomodação de sociedades democráticas a medidas agressivas e restritivas que violam direitos fundamentais.

Para além do papel catalisador de eventos inesperados, como sejam os atentados terroristas, vivemos numa época que se caracteriza por um aumento da consciência dos cidadãos relativamente aos potenciais riscos trazidos pelas mudanças científicas e tecnológicas contemporâneas, levando a que a segurança se torne no principal objetivo político e social das populações (Aas, 2007a, 2007b; Beck, 1992). Acresce que a condição pós-moderna de fragmentação pode potenciar sentimentos de ansiedade e insegurança, pela fragilização de estruturas de integração social e construção identitária que foram até recentemente tidas como estáveis e incontestadas (e.g., família, religião, trabalho). Estudos sobre a insegurança coletiva nas sociedades contemporâneas têm salientado o papel do medo dos ‘outros’ (dos que são percebidos como estranhos ou ‘maus’ em função da sua diferença - e.g., comportamental, étnica) na metaforização deste mal-estar (Machado, 2004). Neste contexto de insegurança, os atores sociais desenvolvem interpretações que lhes fornecem regras sobre como selecionar, ordenar e explicar os acontecimentos potencialmente perigosos, tentando dar sentido ao mundo em que vivem (Fernandes & Neves, 2010). Em consequência, os discursos punitivos e direcionados para a exclusão do ‘outro’ permitem localizar e dar forma à ansiedade, identificando os culpados e as vítimas e permitindo aos sujeitos recuperar o seu sentimento de “segurança ontológica” (Giddens, 1994, p. 31).

Os acontecimentos do 11 de setembro são, mais uma vez, um exemplo deste processo, na medida em que possibilitaram a identificação de uma

ameaça externa, personalizada na figura do terrorista, dando início a um período de ‘pânico moral’¹ em relação a este tema. Numa situação de pânico moral, uma dada condição é identificada como uma ameaça aos valores e interesses da sociedade, a sua natureza é apresentada de forma estereotipada pelos *media*, e o significado do problema é reinterpretado, muitas vezes com o contributo de peritos, relativamente aos valores morais em crise (Cohen, 1972). A articulação do problema em termos de uma dicotomização entre o bem e o mal permite recompor um universo moral estável e seguro, em que o mal é fixado fora do corpo social, na figura do ‘outro’, visto como diferente do cidadão comum, neste caso supostamente identificável pelo seu tom de pele e religião (Machado, 2004). A criação de pânicos, ao localizar o problema como uma questão moral (conflito entre o bem e o mal), evita o questionamento social sobre as responsabilidades coletivas, ajudando a legitimar e a reproduzir a ordem social, proporcionando assim ao Estado um poderoso instrumento de legitimação.

Assim se compreende que no pós-11 de setembro tenham surgido discursos políticos inflamados sobre a ameaça do terrorismo, muitas vezes amplificados pelos meios de comunicação social. Por exemplo, um estudo de Willer (2004) demonstrou que o enfoque da campanha republicana na ameaça do terrorismo aumentou a popularidade de George Bush através da mensagem de que só ele e o Partido Republicano poderiam proteger os Estados Unidos contra o terrorismo. Perante o pânico moral em relação ao terrorismo, o discurso oficial veio assumir um caráter securizante ao exteriorizar a responsabilidade e ao fornecer soluções para recuperar a ordem moral da sociedade. Formou-se assim um consenso social em torno do discurso da lei e da ordem que legitimou o reforço do controlo social e a utilização de políticas repressivas contra aqueles identificados como inimigos comuns (Rothe & Muzzatti, 2004; Rothe & Ross, 2007). As invasões do Afeganistão e do Iraque, o uso de tortura, a detenção e a deportação ilegal de estrangeiros, as violações dos direitos dos requerentes de asilo, o uso de vigilância e escutas,

¹ O conceito de ‘pânico moral’ emergiu nos anos 70. Jock Young fez a primeira referência pública ao conceito num capítulo sobre abuso de drogas e policiamento no Reino Unido, mas foi Cohen o primeiro a usar o termo de forma sistemática (Bèland, 2005). No livro *Folk Devils and Moral Panics*, o autor explica que “as sociedades parecem ser sujeitas, agora e antes, a períodos de pânico moral” (Cohen, 1972, p. 28).

o controlo da Internet e outras ações limitadoras das liberdades civis foram representadas no discurso político como medidas de segurança necessárias à proteção da sociedade (Aas, 2007a). Este mesmo processo discursivo foi e é utilizado regularmente por diversos Estados, quando necessitam de justificar medidas repressivas ou de alargamento do controlo social.

O que liga as diferentes práticas referidas é o elemento de antagonismo dirigido contra ‘o outro’, usualmente tipificado em termos culturais e raciais, neste caso associado ao Islão como ideologia e como modo distinto de vida (Jabri, 2006). Esta linguagem de antagonismo, “quando inscrita racial e culturalmente, coloca o ónus da culpa em toda uma comunidade, tomada como um grupo homogéneo” (*ibidem*, p. 53). A perceção da diversidade dentro da comunidade alvo é anulada, em nome da segurança. A distinção entre a escolha de um estilo de vida ou a pertença a uma organização extremista desaparece, e os muçulmanos tornam-se rostos do ‘outro monstruoso’ (Hudson, cit. Aas, 2007a) temido pelos ocidentais: o terrorista. Esta ameaça torna-se ainda mais preocupante quando não é só o imigrante que é perigoso: o envolvimento de cidadãos ocidentais em atentados terroristas alimenta o medo do ‘inimigo entre nós’, igual a nós e difícil de identificar. Face a este estado de suspeição permanente, as minorias étnicas, relativamente fáceis de identificar e com poucos recursos para resistir ao processo de etiquetagem, têm sido identificadas como os inimigos a temer.

É esta ideia da presença constante do ‘outro’, que ameaça não só o bem-estar da sociedade como os seus valores e costumes, que permite construir a ‘matriz da guerra’ que tem dominado a política contemporânea global (Jabri, 2006). Os inimigos construídos nos discursos da guerra ao terror são potenciais, sempre abstratos, dando origem a uma guerra perpétua construída por práticas (e.g., violência, exclusão, intimidação, controlo) que se tornam continuidades estruturais, tanto discursivas como institucionais.

1.1. QUEM DEFINE O QUE É CRIME DE ESTADO?

Sendo o Estado quem estabelece a diferença entre aquilo que é legal ou ilegal, deparamo-nos com o paradoxo de ser o próprio Estado a definir quando é que os seus atos são, ou não, criminosos. De facto, a questão da soberania dos Estados coloca a reflexão sobre o crime de Estado perante um problema epistemológico: sendo o Estado quem define as leis, quem é que define o que é ‘crime de Estado’? (Green & Ward, 2004).

A relação entre Estado e crime começou por ser questionada pela ‘Criminologia Radical’ e mais tarde pelo movimento mais amplo, designado por ‘Criminologia Crítica’ (Michalowsky, 1998). Nos anos 70, a visão positivista e estrutural-funcionalista, que dominava a Criminologia até então, começou a ser fortemente contestada por movimentos intelectuais emergentes que reclamavam modelos mais críticos, politizados e dinâmicos de compreensão da relação entre a vida social, a lei e o comportamento criminal (Kramer, Michalowski, & Kauzlarich, 2002). Apesar de o conceito de ‘crime de Estado’ só ter sido operacionalizado décadas mais tarde, as suas raízes residem nas reflexões iniciais dos teóricos da Criminologia Radical e Crítica influenciadas por duas correntes de pensamento fundamentais: o Marxismo e o Construcionismo Social.

A abordagem marxista vem chamar a atenção para o papel dos detentores do poder político e económico na definição do que é crime, referindo que este processo é realizado de forma a assegurar que os seus interesses e pontos de vista não são comprometidos. Levando este raciocínio mais longe, na perspetiva construcionista, a designação de alguns comportamentos como criminosos e de outros como normativos é consequência de uma construção social dependente de fatores sociais e históricos e não de qualidades inerentes a esses mesmos comportamentos.

Esta contaminação política dos discursos acerca do crime, conduzindo a uma focalização nos crimes dos grupos não dominantes, permite perceber a omissão do crime de Estado nos estudos criminológicos e a necessidade de percorrer, para estes, um caminho antagónico ao seguido no estudo dos

chamados crimes ‘de rua’. Se para compreendermos os últimos devemos (pelo menos segundo a Criminologia Crítica) olhar à forma como tais comportamentos foram definidos como crime, o estudo dos crimes de Estado passa precisamente pelo oposto: perceber “como é que determinados comportamentos, cometidos na interseção de objetivos corporativos e estatais, não são percebidos como criminosos - quer porque não são definidos pela lei como ilegais quer porque não são tratados como tal pelas autoridades - apesar do dano social causado pelos mesmos” (Kramer, Michalowski, & Kauzlarich, 2002, p. 266). Assim, o estudo do crime de Estado tem de olhar não para os comportamentos definidos pela lei como crime, mas para os comportamentos igualmente lesivos que são ignorados ou tratados de forma branda pela justiça (Kauzlarich, 2007; Michalowski, 1985; Ross, 1998). Ao invés de estudar como certos comportamentos são criminalizados, trata-se de estudar como certos comportamentos raramente o são.

Apesar dos esforços dos autores da Criminologia Radical, e até de investigadores mais remotos², para chamar a atenção para os crimes dos poderosos, só na década de 90 os criminologistas efetivamente expandiram a sua atenção para os crimes de Estado. O discurso presidencial de Chambliss na convenção da Sociedade Americana de Criminologia de 1989 é considerado um marco histórico no estudo do crime de Estado. Neste discurso, o autor apelou à necessidade de se sistematizar uma disciplina, no seio da Criminologia, dedicada ao estudo do crime de Estado. Chambliss (1989) apontou ainda o primeiro passo a dar na construção de tal disciplina: resolver a complexa questão da definição de ‘crime de Estado’.

Efetivamente, diferentes definições foram avançadas por diferentes autores, umas mais baseadas na lei internacional (e.g., Rothe & Mullins, 2008), outras nos acordos sobre direitos humanos (e.g. Green & Ward, 2004), outras ainda nas leis estatais (e.g. Condorelli & De Sena, 2004). Existe um considerável debate dentro da comunidade criminológica sobre se um ato ou omissão do Estado, para ser considerado crime, terá de ser tecnicamente

² Já anteriormente Sutherland (1949) tinha abordado a questão do crime de colarinho-branco, mas centrou-se mais nos sujeitos individuais que o cometiam do que na ação criminógena desenvolvida a um nível mais macro, por sujeitos coletivos.

ilegal (i.e., proibido pela lei nacional ou internacional), ou se a definição deverá integrar comportamentos que não são crime mas são socialmente percebidos como desviantes, ou mesmo algo que provoca dano social independentemente de ser formalmente proibido pela lei ou visto como desviante pela sociedade (Faust & Kauzlarich, 2008; Kramer, Michalowski, & Kauzlarich, 2002; Ross, 2003; 2010). Por exemplo, Green e Ward (2004) criticaram as definições de crime de Estado que são baseadas estritamente na lei, defendendo que crime de Estado é qualquer violação dos direitos humanos - os elementos de liberdade e bem-estar de que os seres humanos precisam para exercer e desenvolver as suas capacidades - conduzida por pessoas que trabalham para agências estatais, para atingir objetivos organizacionais. De acordo com estes autores, fundamentar o estudo do crime de Estado numa perspetiva do dano social oferece um caminho para reduzir as potenciais limitações de permitir que o objeto seja determinado por políticas nacionais ou internacionais.

Outros autores criticam a margem de ambiguidade inerente ao conceito de ‘dano social’ e defendem a necessidade de recorrer a parâmetros legais na definição de crime de Estado. Por exemplo, Sharkansky (2000) enfatiza os princípios da soberania e da autodeterminação para defender que as ações dos Estados podem ser percebidas como ‘reprováveis’, mas não como ‘crimes’, a não ser que infrinjam a lei estatal. São, no entanto, as definições que contemplam a lei internacional aquelas que têm reunido maior consenso entre os autores que adotam uma definição legalista de crime de Estado, pelo facto de incluírem parâmetros legais externos à jurisdição nacional dos Estados (cf. Rothe & Friedrichs, 2006; Rothe, 2009). A título de exemplo, refira-se a formulação de Rothe e Mullins que definem crime de Estado como “qualquer ação que viola a lei internacional pública, e ou a própria lei do Estado, quando estas ações são cometidas por atores individuais que agem em nome do Estado” (2008, p. 137).

1.2. MODELOS TEÓRICOS EXPLICATIVOS DA VIOLÊNCIA DE ESTADO

Desde o discurso de Chambliss que os estudiosos do crime de Estado fizeram avanços notáveis no desenvolvimento de modelos teóricos explicativos deste tipo de criminalidade. As primeiras tentativas para gerar um modelo teórico vieram dos trabalhos de Kramer e Michalowsky (1990, cit. Kramer, Michalowsky, & Kauzlarich, 2002) e de Kauzlarich e Kramer (1998). Estes modelos consideravam três catalisadores para o crime de Estado - motivação, oportunidade e controle - analisados ao nível interaccional (micro), organizacional (meso) e institucional (macro). Esta conceitualização teórica, com um enfoque na natureza criminógena da organização social capitalista, revelou-se eficaz na análise de numerosos casos de crimes organizacionais e corporativos cometidos pelo Estado. Recentemente, Rothe e Mullins (2008) expandiram esta conceptualização e apresentaram o 'Modelo Teórico Integrado das Violações da Lei Criminal Internacional'. Os autores vêm alertar para a importância de considerar outros aspetos associados ao crime de Estado, tais como a existência dos chamados Estados transicionais ou falhados, o envolvimento de milícias ou de grupos paramilitares profissionais, as relações internacionais e fatores relacionados com o pós-colonialismo. Adotando uma definição de crime de Estado baseada na lei internacional, Rothe e Mullins (2008) expandem as teorias prévias de forma a incluírem na definição, por exemplo, os crimes de guerra ou os crimes contra a humanidade. Além disso, aos três níveis de análise postulados pelos modelos anteriores (interaccional, organizacional e institucional) os autores acrescentam um nível de análise adicional - o nível internacional.

De acordo com Rothe e Mullins (2008), as sociedades não estão separadas umas das outras, e as influências institucionais não cessam nas fronteiras políticas arbitrárias dos mapas, pelo que uma teoria do crime de Estado tem de abranger a estrutura na qual os Estados interagem, de forma a incorporar a natureza cada vez mais internacional da criminalidade de Estado. À exceção dos recentes estudos sobre crimes da globalização, a Criminologia Organizacional, incluindo a do crime de Estado, tem ignorado o plano

internacional, focando-se antes num Estado específico ou em sistemas políticos e económicos particulares. Quando a arena internacional é tida em conta, não é completamente especificado ou contextualizado de que modo esta influencia a tomada de decisão ao nível estatal. No entanto, o ambiente político, económico e cultural de um Estado é distinto e por vezes dissonante do contexto internacional, produzindo tensões e contradições que o país tem de gerir e resolver (Rothe, 2009).

Assim, importa analisar as contingências históricas que podem, em menor ou maior grau, contribuir para a produção de um ambiente criminógeno. São disso exemplo as contingências associadas à descolonização abrupta, conduzindo a um total desmantelamento das estruturas prévias, gerando-se um estado de anomia e de desorganização social (Rothe, 2009, 2010). Por outro lado, também a regulação excessiva pode também criar um ambiente criminógeno ao nível estatal (por exemplo, a literatura tem referido que a hipercentralização do poder durante o regime nazi terá facilitado o Holocausto) (*ibidem*).

Uma vez que os crimes de Estado são cometidos através de uma estrutura organizacional, Rothe e Mullins (2008) também contemplam na sua teoria os fatores relacionados com este nível de análise. Os autores referem a insuficiência das teorias centradas nas organizações formais de tipo corporativo, salientando a necessidade de adotar uma definição de ‘cultura organizacional’ mais abrangente que permita analisar outros tipos de organizações geralmente envolvidas na criminalidade de Estado (e.g., grupos paramilitares). Neste nível de análise, os autores recorrem a elementos da teoria da desorganização social, referindo que “quando as comunidades possuem uma capacidade diminuída de criar mecanismos de controlo social, ou exibem níveis de baixa eficácia coletiva, os níveis de criminalidade aumentam devido à falta de auto-organização da comunidade” (Rothe, 2009, p. 103). Na ausência de formas legítimas de organização social, as organizações ilegais proliferam por proporcionarem as oportunidades e estruturas sociais ausentes. Rothe (2009) enfatiza ainda os contributos das teorias da aprendizagem social (e.g. Akers, 1977; Sutherland, 1949) e do interacionismo ao postularem que esta aprendizagem do comportamento

criminal assume relevância também ao nível cultural, inculcando no indivíduo crenças que facilitam a infração criminal, com as interações do dia a dia a darem oportunidade de transmissão não só de sistemas de valores criminogénicos como também de um conjunto de estratégias cognitivas de neutralização moral desses mesmos comportamentos (Sykes & Matza, 1957).

A teoria de Rothe e Mullins destaca ainda a análise dos processos individuais de tomada de decisão criminal. Como refere Rothe (2009, p. 104), “todos os atos requerem que um ator social singular tome uma decisão e produza um ato”, e a criminalidade de Estado não foge à regra. Nos crimes de Estado a ação individual assume contornos diferentes, com a estrutura organizacional e burocrática do Estado, assim como a multiplicidade de atores sociais envolvidos, a modelarem a ação e o pensamento, “orientando o comportamento humano para certos resultados e desviando-o de outros, definindo possibilidades e metas” (*ibidem*, p. 104). Ainda assim, Rothe (*ibidem*, p. 105) refere que “nenhum ator burocrático é um mero autómato”, já que os indivíduos têm as suas visões culturais e ideológicas prévias que influenciam a forma como avaliam a informação, criam objetivos e definem os seus rumos de ação. De acordo com a autora, os indivíduos “não são autómatos respondendo de forma cega às forças sociopolíticas, mas antes atores sociais que por vezes têm grandes quantidades de poder e autoridade institucional que podem levar ao cometimento de um crime” (*ibidem*, p. 105).

A partir de uma análise nos quatro níveis descritos (internacional, nacional, meso e micro), esta teoria procura demonstrar como é que quatro elementos-chave (motivação, oportunidade, constrangimentos e controlos) interagem na produção de um evento criminoso. Relativamente ao primeiro elemento - motivação - os autores referem que a intenção individual para a ação vai depender da conjugação de fatores motivacionais ao nível micro (e.g., manutenção de poder, ganho económico, fatores religiosos, vingança) com fatores motivacionais mais gerais (e.g., marginalização política de um grupo específico). Assim, por exemplo, divisões étnicas criadas por autoridades coloniais ou pós-coloniais podem levar a desejos de vingança e destruição do outro percebido como inimigo (Rothe, 2009).

O segundo elemento de análise - oportunidades - refere-se às interações sociais onde a possibilidade do crime emerge e se apresenta ao ofensor motivado (Rothe & Mullins, 2008). A presença de oportunidades legítimas e ilegítimas tem de ser tida em conta, já que o desejo de recorrer a meios ilegais vai ser mais tentador quando os meios legais não estão disponíveis para obter os fins desejados (*ibidem*). Já referimos na primeira secção deste capítulo os recursos privilegiados do Estado para criar e capitalizar oportunidades criminais ao nível internacional, organizacional e individual, contornando os possíveis constrangimentos ou controlos em cada um destes níveis de análise.

A diferenciação entre constrangimentos e controlos é outra das inovações desta teoria em relação a outros modelos. Rothe e Mullins (2008) alertam para a necessidade de diferenciar os mecanismos que verdadeiramente bloqueiam o ato (mecanismos de controlo) daqueles que apenas se assumem como barreiras potenciais ao mesmo (constrangimentos).

Por definição, um constrangimento é um inibidor ou barreira que surge no despoletar do ato ou durante o mesmo, tornando-o potencialmente mais arriscado (Ross & Rothe, 2008). Estes constrangimentos podem ser de diferentes tipos (e.g., reações internacionais, pressões políticas, opinião pública, movimentos sociais internacionais, escrutínio dos *media*). Os constrangimentos raramente conseguem impedir o ato ou penalizar a sua ocorrência, já que os Estados estão muitas vezes em posições privilegiadas que lhes permitem contornar (por exemplo, procurando meios alternativos para o crime) ou mesmo neutralizar esses constrangimentos (por exemplo, redefinindo o seu comportamento, manipulando os *media*).

Já um controlo é um mecanismo formal cuja função é a de bloquear e penalizar as ações ilegais. Isto significa que a ação criminal não vai ocorrer ou, se acontecer, será alvo de uma penalização (Ross & Rothe, 2008). Os estudiosos dos crimes de Estado diferenciam controlos internos e externos ao comportamento dos Estados (e.g., Mullins, Kauzlarich, & Rothe, 2004; Ross, 2000; Ross & Rothe, 2008; Rothe & Mullins, 2009). Os mecanismos de controlo internos são aqueles que nascem do Estado e são dirigidos a si próprio (e.g., legislação; entidades de autorregulação). Estes controlos podem ser tangíveis

(e.g., prisão ou acusação formal contra um agente do Estado) ou simbólicos (e.g., declaração oficial de negação do facto criminal; promessa de investigação). Os mecanismos de controlo externos são aqueles que são impostos ao próprio Estado (e.g., Tribunal Internacional de Justiça, Organização das Nações Unidas). Como organismos de controlo internacionais, estas organizações têm o poder de aplicar sanções a Estados que violam a lei internacional ou que cometem abusos contra os seus próprios cidadãos. No entanto, no caso dos crimes cometidos pelo Estado, os controlos estão muitas vezes ausentes ou, quando presentes, a sua influência é variável em função de condicionalismos relacionados, por um lado, com os recursos e jurisdição limitados dos dispositivos internacionais e, por outro lado, com o poder diferenciado dos Estados para evitarem ou superarem essas sanções.

1.3. FORMAS, CONTEXTOS E AUTORES DA VIOLÊNCIA DE ESTADO

Nas secções anteriores deste capítulo referimo-nos à violência de Estado de um modo geral; procuraremos agora dar conta das suas particularidades, analisando as formas que pode assumir, os atores envolvidos e os contextos em que pode ter lugar.

Um dos contributos dos teóricos que se dedicam ao estudo dos crimes de Estado passa pela ênfase na necessidade de contemplar diferentes níveis de análise do fenómeno (e.g., micro, meso, macro) de forma a abarcar a multiplicidade de intervenientes e de contextos que podem favorecer ou constranger as políticas estatais. Dar conta desta multiplicidade torna-se particularmente importante na era da globalização, com uma série de organizações internacionais que ultrapassam as fronteiras estatais a assumirem-se como intervenientes-chave na conjuntura política, económica e social global. Importa, assim, na análise da violência de Estado, dar conta não só dos diferentes atores estatais (e.g., polícia, militares, governantes) que podem estar envolvidos, como também de intervenientes não estatais que

podem beneficiar das ações violentas do Estado. A violência de Estado pode decorrer da interseção de objetivos estatais com objetivos de corporações ou de organizações (e.g., económicas, políticas) internacionais. Esta interseção de atores estatais e não estatais complexifica a identificação da responsabilidade do Estado. Do lado das corporações e organizações internacionais, a interseção com os objetivos estatais possibilita o aproveitamento do carácter híbrido da violência de Estado decorrente da noção de ‘violência legítima’, atuando num contexto em que facilmente se esbatem as fronteiras entre o legal e o ilegal.

A violência de Estado pode assumir variadas formas (e.g., agressão, tortura, morte) e contextos (e.g., policial, militar), sendo que em todos eles se verifica o denominador comum de a violência legítima e ilegítima coexistirem. Os critérios de demarcação daquilo que é ou não legítimo variam de acordo com a legislação interna de cada Estado (por exemplo, em alguns países a pena de morte foi abolida enquanto noutros subsiste). Mesmo nos contextos mais consensuais de ‘uso legítimo da força’ - força policial contra um suspeito e ação militar em contexto de guerra - os critérios delimitadores da legitimidade, assim como os mecanismos de controlo, variam entre Estados.

Nos esforços dos criminólogos para proceder à sistematização dos crimes de Estado encontramos algumas propostas de tipologias. No entanto, a falta de consenso entre autores relativamente aos critérios de definição dos crimes de Estado (como vimos antes, alguns adotam um critério legal tendo como referência a lei internacional, enquanto outros categorizam um dado comportamento estatal como crime em função do dano social causado) reflete-se nos seus esforços de sistematização, levando a que a cada definição corresponda uma tipologia diferente. Por exemplo, Green e Ward (2004), que assumem uma conceptualização de crime de Estado baseada na perspectiva do dano social, referem-se à corrupção, ao crime corporativo, aos desastres naturais, ao crime policial, ao crime organizado, à tortura, aos crimes de guerra e ao genocídio. Por sua vez, Fattah (1997) distingue os assassinatos cometidos pelo Estado (e.g., genocídio, execuções extrajudiciais, execuções sumárias), o abuso de poder político (e.g., tortura, internamento em campos

de concentração, experimentação em seres humanos) e o crime organizado por agentes do Estado. Já Rothe (2009), que assume uma abordagem legalista, recorre à lei internacional na sua sistematização dos crimes de Estado, referindo-se a genocídio, violação no contexto de genocídio, crimes contra a humanidade, tortura, execução, terrorismo de Estado, desaparecimento forçado de pessoas, escravatura, utilização de crianças na guerra, crimes de guerra e crimes de agressão e repressão política.

De entre os crimes de Estado enunciados pelos diferentes autores, verificamos que as formas mais extremas de violência de Estado (e.g., genocídio, crimes contra a humanidade) referem-se a atos que são considerados crimes internacionais. Alguns autores têm defendido o desenvolvimento de uma Criminologia Supranacional dedicada ao estudo destes crimes (Barak, 2010; Friedrichs, 2008; Smeulers & Haveman, 2008). Como veremos mais adiante, atualmente a responsabilidade criminal internacional é atribuída apenas a pessoas físicas e não a entidades abstratas, já que no Direito Internacional está prevista a responsabilização dos Estados mas não a sua criminalização. Nem todos os crimes internacionais são cometidos com o envolvimento do Estado (e.g., terrorismo por grupos revolucionários ou religiosos); no entanto, na maior parte das vezes, os crimes de guerra, os genocídios ou os crimes contra a humanidade resultam de violência coletiva consentida, instigada e perpetrada por agentes estatais. Apesar do reconhecimento da responsabilidade do Estado nestas formas extremas de violência, têm sido escassos os estudos centrados no papel do Estado enquanto perpetrador.

O enfoque de uma Criminologia Supranacional nos crimes internacionais potenciaria, mesmo com as dificuldades apontadas, o debate e a reflexão sobre as formas mais gravosas de violência de Estado. No entanto, uma tal Criminologia não contemplaria a análise de outras formas de violência de Estado que assumem um carácter híbrido, em que não existe uma proibição absoluta da violência mas antes uma aceitação condicional da mesma, que esbate as fronteiras entre o ‘bem’ e o ‘mal’. Se o reconhecimento da natureza ilegítima dos crimes de guerra, dos crimes contra a humanidade e do genocídio assume um grande consenso ao nível global, também existe

consenso internacional relativamente ao direito dos Estados ao uso da força policial e militar em determinadas situações (e.g., motins, resposta à invasão de outro país). Apesar de as legislações internas dos Estados procurarem regulamentar o uso da força, já nos referimos às limitações associadas ao facto de ser o próprio Estado a legislar quando é que os seus atos são ilegais. Existem convenções internacionais que regulamentam a guerra (e.g., a Convenção de Genebra relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra) e a ação policial (e.g., a Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes). No entanto, o carácter híbrido destas formas de violência de Estado leva a que estes contextos de atuação escapem mais facilmente ao escrutínio da comunidade internacional. Embora determinadas condições (e.g., regimes autoritários, períodos de crise) facilitem o recurso à violência extralegal, diversos autores têm alertado para a sua ampla utilização no funcionamento regular do Estado (Green & Ward, 2004).

Um dos exemplos mais óbvios deste carácter rotineiro da violência de Estado é a violência policial, sendo que os estudos evidenciam a forma como ela decorre das próprias características estruturais do trabalho policial (cf. Green & Ward, 2004). Uma das formas de exercício da violência pelas polícias é a utilização de métodos de inquirição que podem ser classificados como tortura. Efetivamente, não obstante as leis e convenções internacionais, a tortura ocorre em vários países, sendo na maioria dos casos utilizada por agentes das forças policiais ou do exército contra suspeitos de crimes vulgares, de baixa condição social (Ward & Green, 2000a, 2000b; Fattah, 1997). Os dados recentemente divulgados sobre a ampla utilização da tortura, assim como sobre o envolvimento de países democráticos no fabrico e fornecimento de instrumentos de tortura (cf. Green & Ward, 2004), têm contribuído para refutar a noção de que esta é um ato lamentável mas excecional, bem como para negar que as razões para a sua utilização se prendem com o carácter dos sujeitos individuais que a praticam. Pelo contrário, de acordo com Chomsky e Herman (1979), a tortura representa um modo de governação, isto é, um procedimento intencional e concertado cujo fim essencial é a intimidação dos dissidentes políticos, e não um

comportamento excecional usado apenas em momentos de crise para obter informação essencial. Estes autores situam-se do lado dos defensores do conceito de terrorismo de Estado, criticando as definições convencionais de terrorismo centradas nos atores (grupos não governamentais) e não nos atos, antes considerando que qualquer ato que vise a propagação do medo e do terror na sociedade civil deverá ser visto como terrorismo, quer seja cometido por um grupo não governamental, quer por um Estado.

Se a ação policial se assume como o contexto por excelência das possibilidades de ‘uso legítimo da força’ na política interna dos Estados, nas ações de política externa são os contextos de guerra que assumem esse destaque. As convenções internacionais e acordos sobre direitos humanos tentam contrariar a máxima de que ‘tudo vale na guerra’; no entanto, a verdade é que ‘valem mais coisas na guerra’, já que essas mesmas convenções preveem um conjunto de situações legitimadoras da violência estatal em situação de conflito militar. Esta possibilidade foi aumentada pela mudança de paradigmas ocorrida na ordem internacional com o final da Guerra Fria, com a proteção de direitos humanos a sobrepor-se à soberania dos Estados através do aparecimento do princípio da ‘ingerência humanitária’ (Walzer, 2000). Este princípio baseia-se na perspectiva de que a segurança dos Estados não significa automaticamente a segurança dos respetivos povos e dos indivíduos, pelo que a comunidade internacional deverá intervir nos assuntos internos dos Estados se estiverem em causa os direitos humanos de indivíduos e populações (Tomé, 2007).

É certo que o princípio da ingerência humanitária impede que os Estados se valham da soberania como um ‘escudo’ para perpetuarem violações aos direitos humanos. No entanto, alguns autores (e.g., Chomsky, 2003; Malley-Morrison, 2009; Pureza, 2002) têm alertado para a margem de ambiguidade inerente a justificações como ‘interesse humanitário’, não existindo uma medida objetiva para determinar em que consiste uma ‘violação grave’ dos direitos humanos. Assim, existe a possibilidade de os Estados mais fortes usarem o instituto da ingerência como manobra de dominação política ou económica de Estados mais fracos. De acordo com os mesmos autores, as diferenças na atuação de organizações internacionais

como a OTAN e a ONU em diferentes conflitos (e.g., Timor-Leste, Kosovo, Iraque) denotam os interesses geopolíticos das potências mundiais que têm maior influência sobre essas organizações. Estes Estados detêm uma maior capacidade não só para contornar as convenções internacionais que procuram regulamentar a guerra, como para camuflar as suas ações ilegais. As atrocidades, o genocídio, os crimes contra a humanidade e as guerras civis que têm decorrido nos chamados Estados falhados são altamente mediatizadas por resultarem em violência e morte dramáticas. No entanto, a invasão norte-americana do Iraque, a ofensiva russa na Chechénia ou a repressão chinesa do Tibete são exemplos de atrocidades cometidas por Estados modernos e poderosos que possuem meios igualmente modernos e poderosos de perpetrar a violência, assumindo, no entanto, formas mais subtis e portanto menos mediatizadas ou mediatizadas através de um discurso que minimiza e legitima tal violência (Rothe et al., 2009).

A par da maior legitimação da violência direta, alguns autores chamam também a atenção para o papel dos Estados poderosos nas chamadas atrocidades *soft* que não passam pela violência manifesta, mas causam de forma mais lenta e camuflada um estado idêntico de morte e sofrimento (Rothe et al., 2009). Desde que Galtung (1969) estabeleceu a diferenciação entre violência direta e violência estrutural³ (danos que resultam das desigualdades sociais), os estudiosos da violência de Estado têm alertado para o papel dos Estados ditos civilizados no apoio estrutural a práticas institucionais que promovem a injustiça social (e.g., Barak, 1991; Kramer, 1994). A miséria da violência estrutural está concentrada no chamado terceiro mundo, onde convergem a pobreza, a doença, a fome e a malnutrição, condições sanitárias e serviços de saúde medíocres, mortalidade infantil, iliteracia, desemprego, poluição, etc. Estas nações estão sujeitas a violência estrutural e permanecem subdesenvolvidas por variadas razões (e.g.,: geografia, clima, falta de terra cultivável). No entanto, não são só estas condições internas, mas também o sistema mundial de relações políticas e económicas entre Estados, que promovem a violência estrutural. A violência estrutural no terceiro mundo resultou sobretudo do colonialismo e do domínio

³ No capítulo 2 é feito o enquadramento conceptual da violência direta e da violência estrutural.

económico e político das nações do primeiro mundo na era pós-colonial (Rothe et al., 2009). Segundo Chomsky (2003), apesar das mudanças entretanto ocorridas, continua a verificar-se uma manutenção das relações hierárquicas sociais, políticas e económicas típicas do colonialismo, que conduz à perpetuação da violência estrutural.

A violência estrutural assume importância não só pelos efeitos referidos, como pelo facto de criar um contexto onde as outras formas de violência são estimuladas. Por um lado, porque os esforços dos Estados poderosos para manter relações de dominação levam a atos de violência diretamente cometidos por agências e agentes estatais, como sejam o apoio a regimes repressivos, a repressão interna de dissidentes, a invasão ou a ameaça nuclear (Kramer, 1994; Kramer & Kauzlarich, 2010). Por outro lado, pelos efeitos criminógenos da violência estrutural nos chamados Estados fracos: pobreza, pequena criminalidade, envolvimento no tráfico de pessoas ou de estupefacientes. Acresce que nos Estados fracos, incapazes de impor a ordem por meios não violentos, a maioria das pessoas vive com um sentimento de caos e arbitrariedade, desejando segurança e paz social. Este desejo, como já antes vimos, pode alimentar a tolerância à violência de Estado, interpretando-a como um esforço de repor a autoridade e a ordem.

1.4. O CONTROLO DA VIOLÊNCIA DE ESTADO

Como vimos, no âmbito da Criminologia o tema da criminalidade de Estado tem suscitado controvérsia, com alguns autores a oporem-se à utilização do conceito e com os que o defendem a discordarem quanto aos seus critérios de definição. As dificuldades associadas à operacionalização do conceito têm-se refletido no âmbito do Direito Internacional, com as tentativas de legislar a responsabilidade criminal dos Estados a esbarrarem não só nos problemas definicionais e conceptuais, mas também no carácter pouco apelativo do mesmo para os Estados.

O tema da responsabilidade internacional dos Estados é dos mais antigos na agenda da Comissão de Direito Internacional (CDI) das Nações Unidas. Desde a década de 1950 esta Comissão tem feito esforços de sistematização e codificação desta matéria. No entanto, este processo tem sido difícil e moroso devido à grande controvérsia suscitada por algumas questões associadas à responsabilização do Estado. Como refere Azeredo Lopes (2003, p. 638), “não será exagerado dizer que, na história já longa da codificação do direito internacional, a responsabilidade internacional dos Estados é como um daqueles frutos apetecidos que não se conseguem colher da árvore: parecem nunca estar maduros que chegue”.

Uma das questões mais controversas a propósito da responsabilidade internacional prende-se precisamente com a conceptualização do Estado enquanto perpetrador de crimes. Em 1976, através dos esforços do Relator Roberto Ago, assistiu-se à consolidação do conceito de crime internacional no seio da CDI, incluindo-se no Projeto de artigos relativos à responsabilidade internacional dos Estados a diferenciação entre crime e delito internacional. De acordo com o artigo 19.º do referido projeto, “o facto internacionalmente ilícito resultante de uma violação, por um Estado, de uma obrigação internacional tão essencial para a salvaguarda de interesses fundamentais da comunidade internacional que a sua violação seja reconhecida como um crime por essa comunidade no seu conjunto constitui um crime internacional” (CDI, 1976, cit. Azeredo Lopes, 2003, p. 648). Já os delitos internacionais corresponderiam aos atos ilícitos de menor gravidade, estabelecendo-se assim uma hierarquia de gravidade dos atos ilícitos internacionais. Autores como Díez de Velasco (1999), Pellet (1999) ou Dinstein (2004) apoiam a tese defendida por Robert Ago de que os Estados devem ser responsabilizados por crimes internacionais. Por exemplo, Dinstein (2004, p. 148) refere que “sem prejuízo da responsabilidade individual, a responsabilidade internacional - seja por uma guerra agressiva ou por qualquer outro tipo de utilização de força internacional - significa, principalmente e em primeiro lugar, uma responsabilidade do Estado”.

A responsabilização dos Estados pelo cometimento de crimes internacionais era uma categoria jurídica nova que suscitou desde logo

tomadas de posição estatais de objeção à figura do ‘crime de Estado’. Os Estados Unidos, a França, o Reino Unido, a Áustria, a Irlanda, a Alemanha e a Suíça discordaram da diferenciação entre delito e crime (cf. Azeredo Lopes, 2003). A contestação prendeu-se “não tanto com a distinção subjacente e o reconhecimento de diferentes graus de gravidade” (Cunha & Pereira, 2004, p.735), mas sobretudo com a própria terminologia e com as consequências jurídicas que se aplicariam. A relutância de certos Estados e de parte da doutrina face à utilização do termo ‘crime’ prendia-se com o receio de que essa noção conduzisse à transposição para a esfera internacional das consequências associadas à noção de crime no direito interno (Azeredo Lopes, 2003).

Outra questão controversa relacionava-se com o facto de as consequências previstas para os Estados que praticassem crimes internacionais não serem muito diferentes das que punem a prática de outra qualquer violação do direito internacional (e.g., cessação do comportamento ilícito, reparação do dano causado, garantias de não repetição). Como refere Azeredo Lopes (2003, p. 722), “não custa a crer que a CDI tivesse querido limitar, de certa forma, o carácter gravoso das consequências atribuídas ao crime internacional, cedendo desta forma à pressão dos que, avessos à figura, a poderiam aceitar com mais facilidade se o paradigma de responsabilidade fosse o mesmo (com uma severidade suplementar) que vigora desde há muito no direito internacional”. Para além da limitação das consequências previstas no Projeto, o modelo foi ainda criticado pela difícil generalização das consequências tradicionais do ilícito, pensadas para uma relação binária entre Estado lesado e infrator, para as novas relações de responsabilidade associadas ao crime internacional (Cunha & Pereira, 2004). Se, no caso dos delitos internacionais, as consequências jurídicas eram aplicadas a uma relação binária entre Estado lesado e Estado infrator, no caso dos crimes internacionais, cometidos contra a comunidade internacional, todos os Estados seriam considerados lesados e teriam portanto o direito de exigir ao Estado infrator as medidas jurídicas acima referidas (*ibidem*).

A título de exemplo de algumas das críticas apresentadas por Estados particulares relativamente à responsabilização criminal estatal (cf. Azeredo

Lopes, 2003), refira-se a objeção da França relativamente à função punitiva que passaria a caracterizar a responsabilidade internacional, ou a preocupação da Áustria quanto à possibilidade de certos Estados caírem na tentação de utilizar a noção de crimes internacionais para impor contramedidas e sanções desproporcionadas ao Estado infrator. Já os Estados Unidos consideraram que se estaria a pôr em causa o princípio da responsabilidade individual - a posição tradicional do Direito Internacional desde Nuremberga, de que os crimes contra o Direito Internacional são cometidos por homens e não por entidades abstratas -, levando a que o indivíduo autor material do crime não fosse sancionado internacionalmente.

As dificuldades descritas, assim como a relutância de muitos Estados em relação ao conceito de crime de Estado, conduziram à despenalização da responsabilidade estatal, sendo a palavra ‘crime’ retirada do Projeto de artigos sobre a responsabilidade internacional dos Estados. À semelhança do que se verificava no Projeto que contemplava o crime internacional, no Projeto atual, embora sem se utilizar a palavra ‘crime’, mantém-se o requisito da gravidade da violação, reforçando-se assim a tese de uma hierarquia normativa das obrigações primárias do direito internacional. Assim, o Projeto aprovado em 2001 reconhece diferentes regimes de responsabilidade. O regime geral, associado à conceção clássica de responsabilidade estatal, foca-se na relação bilateral entre Estados (Estado autor da violação e Estado que sofreu o dano). Já o regime comunitário está associado ao reconhecimento do conceito de ‘obrigações *erga omnes*’, obrigações que são devidas à comunidade internacional como um todo, tendo em vista a preservação dos interesses de toda a sociedade internacional (Cunha & Pereira, 2004). Este regime de responsabilidade comunitária contempla ainda uma vertente agravada, reservada às violações do *jus cogens*. O *jus cogens* - norma imperativa - é definido no artigo 53º da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados como uma norma “aceite e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados no seu conjunto como norma à qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por uma nova norma de Direito Internacional geral com a mesma natureza” (CDI, 1969, cit. Cunha & Pereira, 2004). O conceito de normas cogentes, até

aí confinado ao direito dos tratados, passa assim a ser integrado no direito da responsabilidade internacional (Azeredo Lopes, 2003). O regime especial de responsabilidade é aplicado em função de dois requisitos: a violação de uma norma imperativa de direito internacional geral e que tal violação seja ‘grave’, ou seja, é preciso que o Estado tenha violado uma norma de *jus cogens* sistematicamente ou de forma flagrante (Cunha & Pereira, 2004).

As consequências para as violações graves de norma imperativa são de duas ordens. Em primeiro lugar, quando está em risco uma norma imperativa, os Estados devem cooperar entre si para fazer cessar a violação através de meios lícitos. Estão ainda previstas duas obrigações negativas: a de não reconhecimento da situação ilícita e a de não ajuda ou assistência na sua manutenção (Andrade, 2007). Verifica-se assim que as consequências adicionais do regime agravado são impostas aos outros Estados que não aquele que é o autor do ilícito. Villalpando (2005) refere, contudo, que a situação jurídica do Estado responsável é afetada de modo indireto, uma vez que a reação dos outros Estados reduz os ganhos e aumenta os danos decorrentes da infração, levando o Estado infrator à execução da obrigação de colocar fim ao ilícito. Deste modo, “as consequências suplementares codificadas pela CDI, longe de constituírem aspetos secundários e insignificantes no contexto de um regime agravado, posicionam-se como uma pedra angular de um sistema visando garantir a aplicação de um mínimo de garantias em matéria de responsabilidade” (*ibidem*, p. 384). Por outro lado, Azeredo Lopes (2003) considera que se as consequências do crime internacional eram já muito mais modestas do que parecia antecipar o artigo 19º, as consequências do facto ilícito de especial gravidade ficam aquém do regime de responsabilidade aplicável ao crime internacional. Na mesma linha, Cunha e Pereira (2004, p. 775) referem que “se no anterior projeto se falava de modéstia quanto às consequências agravadas do crime internacional, agora essa ‘modéstia’ foi manifestamente agravada”. Além disso, apesar de para algumas infrações ao *jus cogens* existirem já respostas institucionalizadas (e.g., atuação do Conselho de Segurança da ONU em caso de agressão armada), a generalizada ausência de parâmetros que definam as ‘normas imperativas’ tem gerado incertezas e controvérsias na prática.

O presente capítulo foi iniciado com uma citação de Noam Chomsky e nas nossas reflexões finais parece-nos oportuno revisitar o autor, apropriando-nos da forma como inicia o prefácio do livro *Piratas & Imperadores, Velhos e Novos*: "Santo Agostinho conta a história de um pirata capturado por Alexandre o Grande, que lhe perguntou 'como se atrevia ele a molestar o mar?'. 'Como te atreves a molestar toda a terra?', replicou o pirata. 'Eu faço-o com um pequeno barco e chamam-me pirata; como o fazes com uma grande armada, chamam-te Imperador'" (2003, p. 7).

Recorrendo a uma expressão já utilizada por nós relativamente ao contexto de guerra, diríamos que a história narrada por Santo Agostinho nos relembra que se 'nem tudo vale' para o Estado, a verdade é que 'valem mais coisas' para o Estado: desde o recurso à violência legítima ao poder para definir as leis que se aplicam à sociedade e a si próprio. Perante o paradoxo de ser o próprio Estado a legislar as ações estatais, os criminólogos questionam: quem legisla o legislador? Apesar dos esforços no âmbito do direito internacional no sentido da responsabilização dos Estados por violações de direitos humanos, o poder associado ao conceito de Estado soberano leva a que as formas de os Estados escaparem à lei internacional sejam tão numerosas como as formas de cumprirem com as suas obrigações.

A complexidade inerente ao estudo da violência de Estado é assim óbvia, e a criminalização das ações violentas dos Estados parece estar condenada, pelo menos nos dias que correm, a uma existência meramente teórica. Já os números das vítimas de atos de violência perpetrados por Estados são bem reais e justificam a pertinência de se investir no estudo e intervenção sobre este tipo de vitimação, olhando às atrocidades cometidas por Estados falhados mas também às formas mais subtis de violência levadas a cabo por Estados modernos.

Capítulo 2. Olhares teóricos sobre a violência de Estado: a Psicologia da Paz

Como as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que as defesas da paz devem ser construídas.

Preâmbulo da Constituição da UNESCO

A história da Psicologia ao serviço da guerra é tão antiga quanto a história da própria Psicologia. Se as guerras se iniciam na mente dos seres humanos, o conhecimento psicológico pode assumir-se como decisivo em situações bélicas. Tendo a Psicologia o objetivo geral de promover bem-estar humano, os seus contributos neste âmbito deveriam ser conformes ao repto da UNESCO de erguer nas mentes dos homens as defesas da paz. No entanto, ao longo da história, os psicólogos foram contribuindo mais para a guerra do que para a paz (Blumberg, Hare & Costin, 2007; Christie, 2012a; MacNair, 2012). Atendendo a que não existirá outro comportamento humano com consequências tão dramáticas, é surpreendente que tenha demorado tanto tempo a que a comunidade psicológica colocasse em cima da mesa, de uma forma cabal, a seguinte questão: se a Psicologia se tem revelado tão útil ao serviço da guerra, porque não sê-lo antes ao serviço da paz?

Compreender e promover a construção da paz é precisamente a missão que os psicólogos que se identificam com a Psicologia da Paz escolheram seguir (MacNair, 2012). Esta é uma tarefa particularmente ambiciosa, uma vez que a noção de paz, na ótica desta área da Psicologia, vai além da ‘mera’ ausência de conflito, pressupondo também um compromisso com os direitos humanos e a justiça social. Além do mais, a crescente internacionalização da Psicologia da Paz tem conduzido a uma progressiva diferenciação dos objetivos dos psicólogos da paz em função dos seus contextos geo-históricos de atuação (Christie, 2006).

Como veremos, apesar de esta diferenciação concetual e geo-histórica dificultar a delineação e delimitação dos seus objetos de estudo, a Psicologia da Paz tem conseguido avanços notáveis no que concerne à construção de uma identidade própria, diferenciada de outros ramos da Psicologia que lhe são afins (e.g., Psicologia Social; Psicologia Política).

2.1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

2.1.1. A Psicologia ao serviço da guerra

Apesar de a Psicologia da Paz se ter estabelecido como disciplina na década de 1980, ao longo do século XX vários psicólogos já se haviam debruçado sobre temáticas como o conflito, a violência e a paz.

William James é uma referência incontornável não só da história geral da Psicologia, mas também da história da Psicologia da Paz, uma vez que em ambas é visto como tendo tido um papel pioneiro. São vários os autores que se referem a James como tendo sido ‘o primeiro psicólogo da paz’ (e.g., Christie, 2012b; Deutsch, 1995; MacNair, 2012). O ensaio ‘*The Moral Equivalent of War*’, escrito por James em 1906, voltou a ser publicado na edição inaugural da *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*⁴, o que evidencia a relevância dada ao autor no seio da Psicologia da Paz. Neste ensaio, James (1910) surpreendeu a comunidade académica ao referir-se aos ‘atrativos da guerra’. De acordo com o autor, a guerra oferece aos indivíduos a oportunidade de expressar virtudes como a lealdade, a honra, ou a disciplina. Consequentemente, para acabar com a guerra, seria necessário as sociedades encontrarem ‘equivalentes morais’ alternativos para a expressão dessas virtudes (*ibidem*).

Contudo, os psicólogos do início do século não seguiram os conselhos de William James, com o envolvimento inicial da Psicologia nas questões da guerra e da paz a pautar-se, sobretudo, pela contribuição do conhecimento psicológico para os esforços de guerra e não para a procura de alternativas à mesma (Christie, Wagner, & Winter, 2001).

A Primeira Guerra Mundial deu início a um profícuo envolvimento de psicólogos em assuntos militares. Entre os contributos mais importantes da Psicologia para os esforços de guerra neste período está o desenvolvimento de testes de inteligência que eram usados para selecionar e classificar novos

⁴ A *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology* é a principal revista científica da Peace Psychology Division da American Psychological Association.

recrutas, desenvolvimento este que contribuiu para “colocar a Psicologia no mapa” (Smith, 1986, p. 24; cit. Christie et al., 2001).

Na Segunda Guerra Mundial, os psicólogos intensificaram o seu envolvimento em questões militares. A Psicologia contribuiu para os esforços de guerra de uma forma mais diversificada do que na Primeira Guerra Mundial: desde o desenvolvimento e administração de testes psicológicos para estabelecer as funções e cargos no exército à intervenção psicológica com militares, ao desenvolvimento de propaganda de guerra e de estratégias para a desmoralização do inimigo, e à seleção e treino de indivíduos envolvidos em missões secretas e/ou de espionagem (Christie et al., 2001). De uma forma geral, os psicólogos foram participantes entusiastas nos esforços para ganhar a Segunda Guerra, por ser percebida como uma ‘guerra justa’ e pelos ganhos secundários deste envolvimento para a Psicologia, nomeadamente o reconhecimento da utilidade e importância da profissão, contribuindo, deste modo, para a afirmação da disciplina (*ibidem*).

No rescaldo da Segunda Guerra Mundial, foram muitas as vozes, no seio da Psicologia, que começaram a apelar à necessidade de contribuir com o conhecimento psicológico para a prevenção da guerra. Nos Estados Unidos, este apelo deu origem ao *The Psychologists’ Manifesto: Human Nature and the Peace*. Neste manifesto, publicado em 1945 e assinado por cerca de quatro mil psicólogos, eram enumerados dez princípios básicos cruciais para a sustentabilidade da paz, enraizados na premissa de que o potencial humano para a guerra não implica que a mesma seja inevitável. No entanto, aquilo que se seguiu à Segunda Guerra Mundial foi uma ‘paz armada’, com o emergir de um clima de crescente hostilidade entre duas superpotências (Estados Unidos e União Soviética) que competiam numa corrida ao armamento: a Guerra Fria.

Numa Europa dividida por uma ‘cortina de ferro’ que metaforizava a profunda rivalidade ideológica entre os dois lados do conflito, os primeiros anos da Guerra Fria foram uma fase de relativa hibernação dos estudos para a paz europeus (Boehnke & Shani, 2012). Já na Psicologia norte-americana, e apesar da mensagem pública de otimismo face às possibilidades de paz, a verdade é que também a generalidade da comunidade psicológica não fugia à

lógica da ideologia dominante, a *realpolitik*, sob a égide da qual o confronto nuclear com a União Soviética era tido como inevitável. Consequentemente, o maior objetivo de grande parte dos psicólogos interessados nestas temáticas era preparar o país para a antecipação de um confronto nuclear com a União Soviética. Assim, também neste período o papel da Psicologia foi sobretudo de apoio aos esforços de guerra, com um crescente número de psicólogos a desempenharem funções no governo ou nas forças armadas. Por exemplo, os psicólogos usavam o seu conhecimento para avaliar e mudar as atitudes do público perante a questão atômica, para lidar com os problemas emocionais experienciados por pessoas expostas aos testes nucleares, ou para reduzir o medo dos soldados e a sua relutância em participar nas manobras nucleares (Rand, 1960, cit. Christie et al., 2001; Schwartz & Winograd, 1954, cit. Christie et al., 2001).

Existiram esforços de alguns psicólogos (e.g. Gordon Allport, Hadley Cantril, Otto Klineberg) no sentido de contrariar a lógica fatalista da *realpolitik* face à possibilidade de uma guerra nuclear, argumentando que a era atômica requeria uma nova forma de diplomacia (Jacobs, 1989, cit. Christie et al., 2001). Havia, no entanto, entraves à evolução e disseminação destes esforços. Por um lado, a preocupação dos psicólogos com o próprio desenvolvimento da Psicologia que, como vimos, tinha alcançado um maior estatuto e notoriedade precisamente graças aos seus contributos para os esforços militares nas duas Grandes Guerras. Por outro lado, na década de 50 nos Estados Unidos vivia-se o período do ‘Macartismo’: quem se opusesse às políticas governamentais poderia ser rotulado de comunista e severamente punido, pelo que o clima político da época era pouco ou nada favorável às vozes que se opunham às políticas governamentais vigentes (Christie et al., 2001).

2.1.2. A Psicologia ao serviço da Paz

No início da década de 60, o pico de tensão atingido com a Crise dos Mísseis de Cuba pôs em evidência que a Guerra Fria tinha atingido um absurdo lógico, já que a corrida ao armamento por parte das duas superpotências culminava numa realidade de ‘destruição mutuamente assegurada’ (MAD), ou seja, “se uma guerra nuclear ocorresse, o resultado não seria somente a destruição total destas superpotências, mas um fim à vida como a conhecemos” (Christie et al., 2001, p. 8).

Assistiu-se nesta altura a uma mudança de paradigma no seio da comunidade psicológica, começando a emergir vozes que desafiavam a mentalidade da Guerra Fria e que reclamavam para a Psicologia o papel de contribuir para a prevenção da guerra ao invés de para a sua preparação (Wagner, 1985; Morawski & Goldstein, 1985). Em vez de se centrarem em maneiras de assegurar que a opinião pública coincidissem com as considerações da *realpolitik*, os psicólogos começaram a desenvolver estudos com uma lógica sobretudo preventiva.

Exemplos de contributos que ilustram esta mudança de paradigma são os estudos de Bronfenbrenner (1961), White (1966) e Frank (1967), que alertavam para os perigos do desenvolvimento de imagens ‘diabólicas’ do inimigo, que as pessoas tendem a criar especialmente quando se sentem ameaçadas. Estes estudos demonstraram que o processo de desumanização do ‘Outro’ era recíproco, ou seja, as perspetivas negativas dos norte-americanos em relação aos soviéticos eram similares às destes sobre os norte-americanos, formando portanto uma ‘imagem uns dos outros em espelho’ (Bronfenbrenner, 1961). Outro contributo importante foi o de Osgood (1962), que propôs o modelo GRIT (*Graduated and Reciprocated Initiatives in Tension Reduction*), uma estratégia de apaziguamento dos Estados através de um processo alternado de iniciativas de redução do exército e do armamento militar. Também por esta altura psicólogos clínicos e do desenvolvimento começaram a investigar as implicações, ao nível do desenvolvimento e ao nível da saúde mental, do medo da guerra nuclear (Escalona, 1963, cit. Wessells, 1996; Schwebel, 1965; cit. Wessells, 1996).

No seio da American Psychological Association (APA) verificaram-se também desenvolvimentos nos esforços em prol da prevenção da guerra nuclear. Numa altura em que não estava ainda criada a Divisão 48 da APA, dedicada à Psicologia da Paz, as ações da APA neste domínio ficaram sob a responsabilidade da Society for the Psychological Study of Social Issues (SPSSI). A SPSSI estabeleceu um ‘Comité de Relações Internacionais’ e um ‘Comité para Controlo de Armas e Desarmamento’ e os seus membros foram muito ativos na publicação de estudos sobre questões como a distensão (Deutsch, 1961), o complexo industrio-militar (Pilisuk & Hayden, 1965) e opinião pública e política externa (Kelman, 1954). Em 1961 a SPSSI dedicou um número do seu *Journal of Social Issues* a políticas relacionadas com a guerra nuclear e em 1962 publicou uma edição especial da sua *newsletter* intitulada ‘Psicólogos e Paz’, com artigos de autores como Urie Brofenbrenner, Charles Osgood e Morton Deutsch (Wessells, 1996).

Os contributos da Psicologia nesta fase revelavam-se fortemente contrastantes com a generalidade das publicações anteriores sobre a guerra e a paz (Christie et al., 2001; Christie, 2006). Uma das diferenças denotadas foi, desde logo, o enfoque ter passado da preparação para a guerra para a sua prevenção. Outra divergência prende-se com o nível de análise, que passou de um foco exclusivo no comportamento individual para a inclusão de níveis macro de análise (e.g., grupos, organizações, nações). Além do mais, estes contributos compreendiam um posicionamento crítico relativamente às políticas governamentais, em oposição à generalidade das investigações anteriores que, como vimos, tinham a preocupação de contribuir para o consenso público relativamente às políticas vigentes (Morawski & Goldstein, 1985).

A consciência de que a corrida ao armamento tinha chegado ao ponto de destruição mutuamente assegurada e que, portanto, seria prudente para ambos os lados evitar uma guerra nuclear que ninguém poderia ganhar, levou a que, durante os anos 70, as duas superpotências chegassem a um acordo sobre uma política de distensão, na tentativa de evitar uma catástrofe

mundial.⁵ No entanto, no início dos anos 80 reacendeu-se a hostilidade nas relações entre os Estados Unidos e a União Soviética, um período que ficou conhecido como Segunda Guerra Fria. Com o objetivo de estabelecer o monopólio nuclear dos Estados Unidos, o Presidente Ronald Reagan propôs o *Strategic Defense Initiative* (SDI), um programa militar que visava a construção de um sistema de radares e mísseis antibalísticos de longo alcance que constituísse um ‘escudo espacial’ capaz de intercetar, a partir do espaço, quaisquer mísseis balísticos nucleares lançados contra o território dos Estados Unidos.

Com a tensão entre as superpotências a aumentar, e tanto os Estados Unidos como a União Soviética a construir novas gerações de armas nucleares, a preocupação pública com a guerra nuclear alcançou níveis sem precedentes. À medida que as tensões se inflamavam, começaram a surgir reações no seio da Psicologia. Os psicólogos começaram cada vez mais a questionar a sua responsabilidade, como profissionais e como cidadãos, de contribuir para a promoção da paz.

Em 1982 foi criada a Psychologists for Social Responsibility (PsySR), uma organização de natureza ativista independente da APA que foi responsável, na época, pela dinamização de programas educativos sobre questões como a prevenção nuclear, a resolução não violenta de conflitos, ou a educação para a paz - e continua a ser, nos dias de hoje, uma das principais redes de psicólogos ativistas em questões relacionadas com os conflitos, os direitos humanos e a paz (Wessells, 1996).

No seio da APA este foi também um período profícuo no que concerne ao desenvolvimento de estudos relacionados com a guerra nuclear. Em 1982, a SPSSI formou um grupo de trabalho dedicado à questão da paz, que na altura foi responsável pela organização de simpósios sobre esta temática para as convenções da APA e pela edição de um número especial do *Journal of Social Issues* sobre abordagens positivas à paz (Wagner, de Rivera, & Watkins, 1988).

Outro marco relevante para o desenvolvimento dos contributos da Psicologia nesta área foi a operacionalização do conceito de Perturbação de

⁵ Foi neste âmbito que foi assinado, em 1972, o SALT (Strategic Arms Limitation Talks), entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Stress Pós-Traumático em 1980. Desde aí têm proliferado os estudos sobre a perturbação e seus sintomas, sendo que o facto de estes tenderem a ser mais severos quando o trauma é infligido por outra pessoa do que quando resulta de acidentes ou desastres naturais conduziu a um enfoque nos contextos de guerra - contribuindo, assim, para impulsionar a investigação e intervenção psicológicas neste âmbito.

Em 1984, a APA aprovou uma resolução apelando ao congelamento nuclear e encorajando os seus membros a serem politicamente ativos na prossecução deste objetivo. Alguns psicólogos enveredaram pelo ativismo político, enquanto outros consideravam que a tomada de posição em tais questões seria extrapolar o conhecimento psicológico existente. Tal como na parte inicial do século, muitos psicólogos davam apoio ao exército, mas este grupo estava agora cada vez mais contrabalançado pelo crescente número de psicólogos que trabalhavam no desenvolvimento de opções não militares para lidar com conflitos (MacNair, 2012).

O diálogo e a reflexão dos psicólogos sobre as temáticas do conflito e da paz contribuíram para dar credibilidade e legitimidade à aplicação do conhecimento psicológico nestas questões, sustentando deste modo os esforços de psicólogos pioneiros nos estudos da paz que de outra forma se teriam sentido isolados e marginalizados, e oferecendo os alicerces necessários à criação de um ramo da Psicologia dedicado a estas temáticas.

2.2. A CONSOLIDAÇÃO DA PSICOLOGIA DA PAZ

Com o final da Guerra Fria nos anos 90, a bipolaridade de poder existente até então entre as superpotências dissipou-se. A estrutura do planeta havia sido dramaticamente reconfigurada, assim como a natureza da guerra. A tradicional visão da guerra como sendo uma questão de disputa entre Estados tornou-se limitada, com a maioria das situações de conflito após a Guerra Fria a ocorrerem dentro dos Estados, relacionando-se “não tanto com as fronteiras do Estado, mas com a etnia, a religião, o bem-estar económico, a densidade populacional e a sustentabilidade ambiental” (Klare, 1998, cit. Christie et al., 2001, p. 12).

A emergência e a disseminação destes novos problemas propiciaram um contexto favorável à criação, no seio da APA, da Divisão de Psicologia da Paz⁶ e reforçaram a necessidade de reorientar e ampliar o espectro de investigação e de ação da disciplina (Christie et al., 2001). A Psicologia da Paz afastou-se progressivamente de uma atividade teórica e prática muito centrada nas questões nucleares, começando-se a considerar um leque mais geral de ameaças e oportunidades que constroem o bem-estar e a sobrevivência do ser-humano, pelo que os investigadores sentiram necessidade de complexificar as noções de violência e de paz, abarcando diferentes dimensões e níveis de análise (Christie, 2006). A ‘paz’ na Psicologia da Paz passou a ser entendida dentro de uma grelha muito mais compreensiva que vai além da ‘mera’ ausência de conflito, pressupondo também um compromisso com os direitos humanos e a justiça social.

Christie et al. (2001, p. 13) propõem uma definição de Psicologia da Paz que ilustra bem a complexidade e diversidade da disciplina na atualidade: “A Psicologia da Paz procura desenvolver teorias e práticas dirigidas à prevenção e mitigação de violência direta e estrutural. Definida de uma forma positiva, a Psicologia da Paz promove a gestão não violenta dos conflitos e a procura da justiça social, ou seja, o *peacemaking* e o *peacebuilding*,

⁶ Society for the Study of Peace, Conflict, and Violence: Peace Psychology Division of the American Psychological Association.

respetivamente.” Surgem nesta definição conceitos - violência direta e estrutural, *peacemaking* e *peacebuilding* - que importa aqui explicar, uma vez que nos remetem para os quatro grandes domínios de investigação e intervenção da Psicologia da Paz. Esta terminologia, adotada não só pelos psicólogos como pelos estudiosos da paz em geral, deriva do trabalho pioneiro de Johan Galtung, um dos fundadores da área geral dos *peace studies*. Uma vez que a mesma nos permite situar o leque de atuação da Psicologia da Paz, dedicaremos a próxima secção deste capítulo à diferenciação destes conceitos.

2.2.1. Delimitação conceptual: violência direta vs estrutural; *peacemaking* vs *peacebuilding*

Galtung (1969) diferencia dois tipos de violência: a direta e a estrutural. A primeira refere-se à violência física que lesa ou mata pessoas de forma rápida, instrumental e intencional, produzindo trauma somático ou incapacitação total (Christie, 2006). Já a violência estrutural refere-se à ofensa crónica à integridade do ser humano, que tem origem nas estruturas económicas e políticas da sociedade, ocorrendo quando as pessoas são vítimas de opressão política, exploração económica ou subjugação social. Galtung (1969) propôs que uma forma de aferir os níveis de violência estrutural seria calcular o número de mortes evitáveis. Por exemplo, se há pessoas que morrem por pernovernarem na rua em condições climáticas adversas mas existem condições para abrigá-las noutras partes do mundo, então temos um problema de violência estrutural.

Christie (2001) aponta algumas diferenças entre a violência direta e a violência estrutural que permitem uma leitura mais compreensiva de ambos os conceitos. Enquanto a violência direta é geralmente dramática e pessoal, a violência estrutural é menos óbvia e impessoal. A violência direta ocorre de forma intermitente; já a violência estrutural tem um carácter mais contínuo. Na violência direta as relações sujeito-ação-objeto são facilmente observáveis, enquanto que as estruturas económicas e políticas da violência

estrutural não são diretamente observáveis, tendo consequências lentas e difusas que se traduzem, por exemplo, nas taxas desproporcionalmente elevadas de mortalidade infantil em determinadas zonas geográficas. É possível inferir a presença de intencionalidade em casos de violência física, sendo mais difícil fazê-lo nos casos de violência estrutural, o que dificulta a sua criminalização.

Apesar de termos enfatizado distinções entre violência direta e estrutural, a relação entre as duas é circular. Estes dois tipos de violência influenciam-se mutuamente: danos humanos (mortes, feridos, desalojados) e estragos materiais - violência direta - reforçam a violência estrutural (Galtung, 1990) que, por sua vez, pode aumentar a violência direta. Por exemplo, no período do Apartheid, um branco que abusasse fisicamente de um negro estava a exercer sobre ele um domínio hierárquico que era sustentado pelas narrativas de discriminação racial vigentes na altura na África do Sul. Ao mesmo tempo, os seus atos violentos contribuíam para reforçar a conjuntura social que colocava os brancos numa posição de domínio em relação aos negros. Assim, a violência direta e a violência estrutural não são fenómenos que ocorrem de forma isolada, operando, ao invés, de forma conjunta, formando um sistema interligado de violência.

Com a diferenciação da violência direta e estrutural, a visão tradicional da paz como significando ausência de violência direta tornou-se limitada. A esta conceção tradicional de paz, que Galtung (1990) denominou ‘negativa’, o autor acrescentou a noção de ‘paz positiva’. A paz negativa existe quando após um conflito cessa a violência direta mas permanece a violência estrutural. Já a paz positiva pressupõe também a ausência de violência estrutural. Deste modo, a paz positiva apenas está presente quando o Estado zela pelos direitos humanos e pela inclusão social (*ibidem*). Percebemos, assim, que na perspetiva de Galtung a ausência de violência direta não significa paz. Por exemplo, o ‘cessar-fogo’ pode ser considerado um período entre duas guerras, uma vez que podem permanecer conflitos estruturais que poderão despoletar novas vagas de violência direta.

A evolução da concetualização da violência e da paz levou à diferenciação dos processos de paz, sendo importante dar aqui conta dos

processos de *peacemaking* e *peabuilding* (Christie, Tint, Wagner, & Winter, 2008). O *peacemaking* consiste nas tentativas de prevenir ou mitigar a violência direta através da promoção da resolução não violenta de conflitos. Teóricos e práticos contemporâneos da resolução de conflitos veem o conflito como uma questão essencialmente perceptiva, com o conflito a instalar-se quando dois ou mais lados percecionam os seus objetivos como sendo incompatíveis. Deste modo, apesar de os conflitos poderem levar à violência, uma situação de conflito em si mesma não torna a violência inevitável. Aquilo que se procura na resolução de conflitos é que as partes sejam capazes de usar a situação como uma oportunidade para uma resolução criativa do problema que possa beneficiar ambas as partes ao mesmo tempo ou de forma alternada, evitando a gestão do conflito de formas que poderiam comprometer a relação entre as partes (Rubin & Levinger, 1995; cit. Christie et al., 2008). Quando os esforços de resolução de conflitos falham e/ou não chegam a existir, e ocorrem de facto episódios violentos, urge, antes de mais, cessar a violência. No entanto, é também essencial a intervenção pós-conflito de forma a prevenir a ocorrência de novos episódios violentos e interromper o ciclo de violência. É importante atender a dimensões psicológicas, sociais, políticas e económicas dos problemas despoletados por episódios violentos, passando por questões relacionadas, por exemplo, com a intervenção no trauma de guerra, ou com a reconciliação em sociedades divididas.

Apesar da inegável importância dos esforços de *peacemaking*, esta é uma abordagem com limitações, entre elas o facto de facilmente poder ser utilizada como uma ferramenta por aqueles que estão em posições de poder e que podem insistir em meios pacíficos para resolver disputas de forma a manter o *status quo* vigente, mas ignorando os fins socialmente justos. O processo de diálogo que caracteriza as abordagens de *peacemaking* é importante, mas uma paz sustentável requer o *peacebuilding* estrutural e cultural, ações dirigidas às causas mais profundas e permanentes do problema da injustiça social (Christie et al., 2001; Galtung, 1990).

Enquanto o *peacemaking* se refere a um conjunto de ações que visam reduzir a probabilidade de episódios violentos, ou seja, a violência direta, o *peacebuilding* é concebido para reduzir a violência estrutural. O *peacemaking*

foca-se nos ‘meios’, tendo o objetivo de que sejam utilizados meios não violentos na resolução dos conflitos, enquanto o *peacebuilding* enfatiza os ‘fins’, tendo o objetivo de que estes sejam socialmente justos (Galtung, 1990). Ao contrário do *peacemaking*, que tende a ser um processo reativo em função da ameaça ou uso efetivo de violência direta, o *peacebuilding* é um processo continuado no tempo e no espaço, uma vez que a prossecução da justiça social passa necessariamente por transformações profundas nas estruturas económicas, políticas e sociais que exploram e privam as pessoas da satisfação das suas necessidades básicas (*ibidem*). Culturalmente, o *peacebuilding* requer a transformação de crenças ou narrativas culturais que alimentam o domínio de um grupo sobre outro. Politicamente, o *peacebuilding* requer a transformação dos sistemas políticos opressores que limitam direitos cívicos como a liberdade de expressão ou a representação política. O *peacebuilding* pressupõe ainda a transformação das estruturas económicas que exploram e privam as pessoas de recursos necessários ao crescimento e desenvolvimento sustentáveis (Christie et al., 2001). Facilmente se compreenderá que o processo de *peacebuilding* possa assim ser profundamente ameaçador para as relações de poder e ordem social vigentes numa dada sociedade.

Do facto de a violência direta e a violência estrutural operarem como um sistema interligado e cíclico decorre que os processos de *peacemaking* e de *peacebuilding* se vão influenciar mutuamente. Os esforços de *peacemaking* poderão reduzir a probabilidade da violência estrutural no pós-conflito. Por outro lado, os esforços de *peacebuilding* poderão prevenir a violência direta através da eliminação das suas bases estruturais. Tal como foi já referido, existe o perigo de uma utilização perversa dos esforços de *peacemaking* por parte daqueles que estão em posições de poder e que podem insistir em meios pacíficos para resolver disputas de forma a manter o *status quo* vigente, mas ignorando os fins socialmente justos. Nestes casos, a ocorrer de forma isolada, o *peacemaking* estará a contribuir para a perpetuação das desigualdades. Daí a importância de os esforços de *peacemaking* decorrerem no contexto de esforços de *peacebuilding* (Winter, Christie, Wagner, & Boston, 2001).

A perspectiva diferenciada dos conceitos de violência e paz conduziu à diferenciação de objetos de estudo da Psicologia da Paz e, conseqüentemente, à amplificação dos seus objetivos, contextos e alvos de intervenção. A ‘paz’ na Psicologia da Paz passou a ser entendida dentro de uma grelha muito mais compreensiva, que requer que se atenda não apenas a preocupações tradicionais sobre resolução não violenta de conflitos, mas também a preocupações crescentes relacionadas com a busca de justiça social. Aos esforços de compreensão dos conflitos olhando às suas expressões violentas, como sejam os atos de tortura, de terrorismo, ou de violência policial, juntaram-se análises da influência de fatores geradores de violência estrutural, tais como a pobreza, os fluxos migratórios, ou as desigualdades sociais. Assim, nos últimos anos, esta disciplina tem-se ocupado em sistematizar e investigar tanto os obstáculos como os catalisadores da paz negativa e da paz positiva (Christie, 2006; Cohrs & Boehnke, 2008). Sob este prisma, a violência de Estado é um obstáculo tanto à paz negativa como à paz positiva - e por isso um objeto de estudo incontornável desta área.

Capítulo 3. A legitimação da violência de Estado: da banalização à glorificação do mal

Perante determinadas circunstâncias sociais, cidadãos comuns podem ser levados a cometer atos extraordinariamente desumanos. Para se cometer atos hediondos, são necessárias as condições sociais ideais, mais do que pessoas monstruosas.

Philip Zimbardo

3.1. A BANALIDADE DO MAL

A lição da temível banalidade do mal, que desafia palavras e pensamentos.

Hanna Arendt

A expressão ‘banalidade do mal’ foi cunhada por Hannah Arendt (1963) na sequência da sua análise do julgamento de Eichmann, um dos principais estrategas do Holocausto Nazi. A filósofa política descreve as conclusões que retirou da sua análise como ‘perturbadoras’. Ao contrário do que poderíamos intuir, o que foi perturbador para a filósofa na sua análise de Eichmann não se prendeu com a evidência de quaisquer ímpetos assassinos, ou traços de ferocidade, ou de qualquer aparente loucura. Aquilo que perturbou a filósofa foi estar diante de alguém ‘assustadoramente normal’. “Perante ela estava um burocrata sombrio, alguém cuja vida tinha sido passada a lidar com pormenores, a executar ordens, a fazer as coisas funcionarem, e o facto de esta maquinaria produzir a morte era para Eichmann quase uma circunstância causal” (Reicher & Haslam, 2008, p. 33).

Tal constatação veio contrariar a tendência das teorizações da época sobre a maldade e a violência que procuravam respostas explicativas e situavam as causas em aspetos da personalidade dos indivíduos. A suposição geral era de que aqueles que tinham tido um papel ativo ou cúmplice nas atrocidades nazis deveriam, de algum modo, ter uma natureza diferente do resto da humanidade. Situar a maldade em predisposições individuais torna determinados indivíduos assustadores, mas do ponto de vista social é mais assustadora a hipótese de cada um de nós poder vir a ser um perpetrador do mal, pelo que a ideia da banalidade do mal é um desafio ameaçador para a sociedade. Se as causas da maldade residirem em predisposições individuais, é possível às instâncias de controlo lidar com as atrocidades, sinalizando e controlando os ‘psicopatas’ e os ‘loucos’. A ‘banalidade do mal’ “retira-nos a confortável ilusão de que estes assassinos pertencem a uma espécie diferente de indivíduos” (Reicher & Haslam, 2008, p. 34). De facto, olhando apenas às

‘maças podres’⁷, como explicar as atrocidades cometidas por cidadãos comuns nas ações genocidas?

A perplexidade em torno do Holocausto motivou a procura de respostas a esta questão também na Psicologia, dando origem a vários desenvolvimentos e contributos no domínio da compreensão psicológica da hostilidade, da violência e do conflito. Nos anos 50, uma série de estudos relevantes demonstraram o poder dos grupos para influenciar e transformar o comportamento. Os estudos de Asch (1951) são incontornáveis no que concerne aos efeitos da pressão do grupo no indivíduo. Asch demonstrou que as pessoas podem ignorar a sua própria perspetiva, face a evidências, para seguirem a opinião do grupo, o que demonstra uma forte conformidade e uma tendência para aderir às visões grupais, mesmo quando delas discordamos. A conformidade constitui-se como um elemento importante para compreendermos os processos de legitimação da violência tanto do ponto de vista dos perpetradores (se num dado conflito as outras pessoas aderem a meios violentos, o efeito da conformidade diz-nos que devemos fazer o mesmo), como dos *bystanders* (numa situação em que alguém testemunha uma reação violenta, se as outras pessoas estão passivas, o efeito da conformidade diz-nos que devemos fazer o mesmo). A tendência para a conformidade é amplificada em situações ambíguas em que haverá uma maior tendência para decidir o curso de ação a tomar em função da reação e do comportamento dos outros (Kahn, 2012). Se atendermos à violência estatal de cariz policial, estudos mostram que quanto maior a ambiguidade e imprevisibilidade situacional, maior a propensão para os indivíduos legitimarem o recurso à violência policial (Thompson & Lee, 2004).

Este comprometimento civil face à violência policial por parte dos cidadãos pode assim enraizar-se no que Reiner (2008) apelida de política da lei e da ordem, assente na crença de que uma política repressiva pode, de forma bem-sucedida, aumentar a segurança dos cidadãos. Neste caso, o medo

⁷ A Teoria das Maças Podres (do inglês *rotten apples*) representa uma teoria essencialista que postula que as ilegalidades cometidas pelos agentes do Estado não são um problema contextual ou organizacional, mas sim resultado de um ínfimo número de agentes que, pelas suas características individuais, não se aculturaram ao sistema legal e, por isso, delinquiram (Belur, 2010b).

e a insegurança urbana, projetados no crime violento, reforçam a visão pública legitimadora das restrições a nível das liberdades civis (Manwell, 2010; Reiner, 2008; Young, 1999).

Outros estudos iniciais sobre a influência dos grupos também puseram em evidência o papel do anonimato no potencial de agressividade de uma multidão (Haney, Banks & Zimbardo, 1973; Zimbardo, 2007). A sensação de anonimato aumenta a conformidade e é um dos fatores chave para explicar a violência coletiva. O anonimato permite criar uma aura de impessoalismo que leva o indivíduo a sentir-se como ‘apenas mais um’, como uma parte de um todo que é o grupo ou a multidão. Na presença de outros, a responsabilidade é vista como diluída e difusa, não se sentindo nenhum dos indivíduos presentes pessoalmente responsáveis (Darley & Latané, 1968). Dilui-se assim o sentido de individualidade e, conseqüentemente, a autoconsciência do sujeito relativamente aos seus valores e padrões pessoais, tornando-se desta forma mais vulnerável à pressão para a conformidade ao grupo (Gibbons, 1990). A título de exemplo, detenhamo-nos no facto de muitas atividades profissionais exigirem um elevado número de funcionários. Quando as funções são subdivididas e realizadas rotineiramente, cada segmento da tarefa é visto como inofensivo (mesmo que o produto final que resulta da acumulação de tarefas seja não ético e danoso). Os indivíduos deslocam-se assim da moralidade dos seus atos para a operação específica (Bandura, 1999). A nível da violência de Estado exercida em contexto prisional, um exemplo claro deste processo remete-nos para a fragmentação de tarefas nos ‘corredores da morte’. Esta possibilita que uma ação percebida no seu todo como moralmente reprovável seja efetuada ao dividir-se, por diversos indivíduos, pequenos segmentos da ação vislumbrados como inócuos (Osofsky, Bandura, & Zimbardo, 2005).

Outro aspeto que parece diminuir o sentido de responsabilidade individual prende-se com o fenómeno do ‘pensamento de grupo’ (Janis, 1972). Este fenómeno ocorre quando o desejo de manter a unidade e o consenso do grupo a fim de evitar o conflito impede a livre escolha ou a procura de outras vias de ação. Tende a ocorrer, em particular, em grupos caracterizados pela alta coesão e homogeneidade, pela liderança diretiva e pelo isolamento face

a outras formas de pensar (*ibidem*). O receio de quebrar o consenso leva os membros do grupo a suspender o pensamento crítico, enveredando por um processo de encorajamento recíproco em relação ao curso de ação escolhido pelo grupo, o que vai naturalmente reforçá-lo. Assim, à semelhança do anonimato, o pensamento de grupo contribui para a diluição da responsabilidade individual e difusão da responsabilidade no grupo, já que o indivíduo coloca a responsabilidade das decisões no consenso do grupo. Num estudo que reuniu testemunhos de comandantes de um pelotão nazi, Neitzel e Welzer (2012) encontraram evidências do impacto do ‘pensamento de grupo’ na perpetração de atrocidades, identificando decisões de grupo disfuncionais que terão contribuído para a legitimação acrítica de comportamentos cruéis. Assim, se um alvo de violência for enquadrado num grupo exterior e socialmente desvalorizado, visto como a contraposição absoluta dos valores defendidos pelo endogrupo, a violência através da desumanização é reforçada pelo sentido de coesão grupal (Haslam, Bain, Douge, Lee, & Bastian, 2005).

No âmbito das atividades das agências estatais, a questão organizacional e a faceta da autoridade, associada principalmente aos organismos policiais e militares, são questões fulcrais no entendimento da violência perpetrada em nome do Estado. Foi Milgram (1974) o principal responsável pelos primeiros estudos psicológicos sobre a obediência à autoridade⁸. O autor verificou que “pelo facto de realizarem tarefas que lhes são ordenadas, e sem hostilidade alguma da sua parte, pessoas vulgares podem converter-se em agentes de um processo terrivelmente destrutivo” (Freire & Neto, 1988, p. 1). A explicação de Milgram com base na noção de ‘estado agêntico’ é que na presença de uma liderança forte as pessoas cedem a responsabilidade à autoridade e preocupam-se, sobretudo, em servir bem a mesma. Atendendo a que o nosso objeto de estudo é a violência perpetrada por uma autoridade (o Estado), importa debruçarmo-nos com mais detalhe sobre esta noção. De acordo com o autor, ao longo da sua experiência com toda uma série de diferentes instituições de autoridade (e.g., família, escola,

⁸Nas suas investigações, Milgram avaliou a solicitude dos participantes em obedecer a um experimentador dando o que pareciam ser choques elétricos de crescente intensidade a um ‘aprendiz’ de cada vez que este cometia um erro.

trabalho), o indivíduo aprende a funcionar dentro de uma organização como elemento subordinado a um sistema de autoridade, construindo a partir daí as bases da obediência que assumem a forma de ‘imperativos morais’ (Freire & Neto, 1988). Além disso, o indivíduo “confronta-se com uma estrutura de recompensas em que a submissão à autoridade é geralmente recompensada, enquanto a não submissão é sujeita a um castigo” (*ibidem*, p. 14). Numa dada situação, a mudança para um estado agêntico vai depender de certas condições facilitadoras, como, por exemplo, a percepção de uma autoridade legítima, a entrada voluntária no sistema de autoridade, a coordenação da ordem com a função de autoridade, e a legitimidade da situação em si, que depende da sua articulação com uma ideologia que a justifique (*ibidem*).

Tais condições facilmente emergirão quando se trata de obedecer à autoridade de um Estado democrático: é visto como uma autoridade legítima; a sua legitimidade decorre de um sistema democrático que os indivíduos integram de forma voluntária, estando portanto facilmente presente o sentido de compromisso; tendo o Estado o monopólio do uso legítimo da força, a perpetração de atos violentos é encarada como ‘função’ do Estado; esta função é justificada em nome de ideais democráticos como a paz pública e o bem-estar social. No âmbito da violência de Estado, nomeadamente quando esta é efetuada no cumprimento da política externa de Estados poderosos, outras justificações podem emergir para justificar a ação violenta e a ocupação de territórios soberanos, nomeadamente a paz, a ingerência humanitária, a retaliação e o terrorismo (Chomsky, 2003; Kramer & Michalowski, 2005). A invasão e ocupação do Iraque, bem como os crimes e as violações dos direitos humanos que foram cometidos por consequência, constituem um exemplo claro de como a força militar foi racionalizada por via da intervenção humanitária (Kramer & Michalowski, 2005). No cômputo de atuação do Estado, as forças de segurança internas não são exceções, em termos da utilização de justificações morais. Quando a conduta danosa se insere na lei doméstica, a legitimação da violência é mais comum, pois a legalidade dos atos assume-se como o pretexto para o seu cometimento (Bassiouni, 2010). As ações policiais violentas são igualmente credibilizadas a partir da necessidade de ordem social e da noção de autodefesa. Na

perspetiva dos polícias envolvidos na utilização letal da força, os assassinatos de civis são autenticados a partir do conceito de autodefesa da vida e da integridade física (Belur, 2010a).

Regressando a Milgram, este refere que a consequência de maior alcance devido à mudança para o estado agêntico é a perda de responsabilidade do indivíduo pelas suas ações: sente-se responsável face à autoridade que o dirige, mas não sente responsabilidade relativamente às ações que lhe são prescritas pela autoridade (Freire & Neto, 1988). Desta forma, em nome de uma autoridade superior hierárquica, a perpetração de atos moralmente reprováveis pode acontecer, pois os indivíduos tendem a elaborar cognitivamente a sua ação como estando ‘apenas a fazer o seu trabalho’, sem refletir sobre as consequências não éticas deste (Beu & Buckley, 2004).

Se Milgram sugeriu que uma liderança forte pode induzir as pessoas a perderem o seu sentido crítico e moral, a Experiência da Prisão de Stanford (EPS)⁹ de Zimbardo pareceu levar este argumento um passo à frente ao revelar que a situação em si é capaz de produzir este efeito, mesmo na ausência de uma liderança clara (Reicher & Haslam, 2008). O estudo de Zimbardo serviu de base para aquilo a que uns anos mais tarde chamou ‘efeito Lúcifer’. A teoria do ‘efeito Lúcifer’ serviu de ponto de contestação dos discursos oficiais relativamente aos acontecimentos na Prisão Militar de Abu Ghraib que, numa tentativa de desresponsabilização face aos mesmos, se referiam aos soldados perpetradores como ‘maças podres’.¹⁰ Ao invés, a experiência da prisão de Stanford mostra como existe um claro processo de comprometimento individual com as expectativas associadas a um papel profissional, contextualmente enraizado, que serve de base para a desumanização do outro e para o cometimento de atos degradantes (Zimbardo, 2007). Ao encararem a violência como parte integrante de uma

⁹ A Experiência da Prisão de Stanford (EPS) foi desenvolvida em 1971 e consistiu num desenho experimental em que os participantes foram convidados a desempenhar funções como prisioneiros e guardas policiais, simulando o quotidiano prisional. A experiência teve de ser terminada antes do tempo pré-estabelecido, pois o grau de violência e de tratamentos degradantes exercido pelos participantes que adotaram a função de guardas prisionais exacerbou-se e escalou de uma forma não prevista (Zimbardo, 2004; 2007).

¹⁰ A Teoria das Maças Podres (do inglês *rotten apples*) representa uma teoria essencialista que postula que a maioria dos agentes de Estado não utilizam a violência, vista como imprevista, trabalhando nos limites legais. As ilegalidades cometidas pelos agentes de Estado não são um problema contextual ou organizacional, mas sim resultado de um ínfimo número de agentes que, pelas suas características individuais, não se aculturaram ao sistema legal e, por isso, delinquiram (Belur, 2010b).

atividade profissional, os agentes de Estado propendem a desenvolver uma imagem de si próprios como indivíduos não violentos que somente desempenham uma função laboral, um papel organizacional (Belur, 2010a; Beu & Buckley, 2004). Tal contribuiu para a desresponsabilização em termos de agência dos atos, pois entende-se que o que motiva a violência não é o sujeito em si, mas o papel que a ele foi atribuído (Zimbardo, 2004).

O recurso à violência também pode surgir como resultado da culpabilização do alvo da violência, ou seja, da vítima, responsabilizando-a pelo ato danoso (Lerner, 1980). O indivíduo economicamente desfavorecido, as minorias ou os sem-abrigo são exemplos de grupos sociais que tendem a ser culpabilizados pelos atos violentos do Estado (Kauzlarich, Matthews, & Miller, 2002; cit. Soares, 2013). Ao incluírem os indivíduos em grupos sociais desrespeitadores das normas, ameaçadores da ordem social ou criminais, os agentes do Estado legitimam o uso da força ao garantirem que o seu objetivo é proteger a sociedade das ações delituosas levadas a cabo por estes grupos vistos como o protótipo da ‘maldade’ (Borja-Orozco, Barreto, Sarcedo, & López-López, 2008). A ‘resistência’ ou a ‘desobediência civil’ são razões frequentemente mobilizadas para legitimar a violência de Estado, radicando-se a culpabilidade do ato no alvo da violência (Crawford & Burns, 2008; Garner, Maxwell, & Heraux, 2002; Klahm & Tillyer, 2010; cit. Soares, 2013). Desta forma, a existência de uma vítima e da violência é negada, pois o agente da conduta danosa passa a conceptualizar-se como a “real” vítima (Cohen, 2003) e os seus atos como punições (Staub, 2012; Sykes & Matza, 1957; White, 2010).

A este nível, a ‘hipótese do mundo justo’ é uma das teorias que procuram explicar a forma como ocorre o processo de responsabilização da própria vítima. Esta teoria dá conta da inclinação dos indivíduos para quererem tanto acreditar que o mundo é um lugar justo que, diante de um acontecimento que contrarie esta crença, tendem a racionalizar, procurando hipóteses explicativas que a sustentem (Lerner & Simmons, 1966). Neste sentido, surge a tendência para procurar na vítima aspetos que a tornem merecedora de sofrimento ou punição, conferindo assim um sentido de justiça à sua vitimização que, sem tal imputação de culpa, colidiria com a crença

num mundo justo (Lerner, 1980). A desumanização da vítima, retirando-lhe atributos e qualidades humanas, torna-a um inimigo legítimo, fornecendo ao perpetrador a superioridade moral necessária para considerá-la merecedora de sofrimento e punição (Zimbardo, 2004; 2007). Com base nesta diferenciação, o perpetrador não só acredita que nunca vivenciará uma experiência de vitimação semelhante ('eu não sou esse tipo de pessoa'), como consegue preservar a sua autoimagem como aceitável e moral (Barak, 2005; Cohen, 2001).

3.2. A GLORIFICAÇÃO DO MAL

A maior parte de vocês deve saber o que significa cem corpos estendidos lado a lado, ou quinhentos ou mil. Terem-se mantido e ao mesmo tempo continuarem a ser tipos decentes. Esta é uma página de glória na nossa história.

Joseph Goebbels

Reicher e Haslam (2008) consideram que a investigação acerca da capacidade humana para a maldade tem sido bloqueada por se colocarem as questões erradas. Os autores defendem que a ideia da banalidade do mal levou os investigadores a percorrer o caminho errado na explicação da perpetração de atrocidades por pessoas vulgares. Tal como os defensores da ‘banalidade do mal’, rejeitam que o que determina a diferença entre o bem e o mal tenha a ver com a natureza das pessoas. No entanto, discordam dos primeiros quanto à explicação se relacionar com a forma como o mal é ignorado ou banalizado. Na perspetiva dos autores (*ibidem*), devemos alterar as questões que colocamos e centrar-nos na explicação acerca de como pode o mal ser glorificado. Os autores enunciam uma série de etapas que se relacionam com várias escolhas que consideram decisivas no processo de glorificação do mal, que passaremos a apresentar.

Etapas 1: Identificação social partilhada

A teoria da autocategorização postula o sentimento partilhado de pertença a uma categoria como sendo a base psicológica da ação coletiva, já que é quando pensamos em nós próprios como tendo uma determinada identidade social que podemos agir coletivamente em nome dela e de acordo com as normas, crenças e compreensões particulares que lhe estão associadas (Reicher & Haslam, 2008). Através deste processo gera-se “um consenso com os elementos do mesmo grupo acerca de como é o mundo, o que é que conta no mundo, e o que devemos fazer em relação a ele” (*ibidem*, p. 48).

Ao assumirem uma identidade social comum, os indivíduos vão agir com base em normas, crenças e conhecimentos partilhados, pelo que a ação coletiva pode ocorrer com intencionalidade e imbuída de significado - um processo que os autores denominam ‘auto-objetivação coletiva’ (Drury & Reicher, 2005) ou ‘autorrealização coletiva’ (Reicher & Haslam, 2006). Assim, ao contrário do que preconizam as perspetivas clássicas da Psicologia dos grupos, Reicher & Haslam (2008) discordam da ideia de que a ação coletiva careça de intencionalidade e significado. Os grupos não suprimem a identidade, escolha e ação humanas, proporcionando, ao invés, os meios e os fins para as pessoas se tornarem agentes ativos. “Esta é a razão pela qual as pessoas se mostram tão apaixonadamente ligadas aos grupos a que pertencem e pela qual reagem tão veementemente ao que acontece aos seus grupos. É por esta razão que podem matar e até mesmo estar preparadas para morrer pelos grupos a que pertencem” (*ibidem*, p. 49).

Etapa 2: Criando a exclusão de categoria

Se existem benefícios decorrentes da pertença grupal, ser dela excluído priva um indivíduo dos direitos pessoais e interpessoais associados a essa pertença. Neste sentido, importa atender aos efeitos da autocategorização naqueles que ficam excluídos da categoria (exogrupo). Reicher e Haslam (2008) recorrem a dois exemplos contrastantes para elucidar como as escolhas que fazemos sobre a forma como definimos os nossos grupos podem conduzir tanto ao bem como ao mal. De um lado, o exemplo do nazismo, com o endogrupo alemão a ser definido de forma exclusiva com base na etnia. Consequentemente, “toda a afeição, apoio e assistência ao outro estão reservados para o endogrupo étnico e o exogrupo étnico não poderá esperar a sua solidariedade” (*ibidem*, p. 50).

Do lado oposto, os autores referem o caso da Bulgária, o único país da área de controlo do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial do qual não foram deportados, das zonas não ocupadas, judeus para os campos de concentração. Numa análise dos textos decisivos usados para mobilizar a opinião pública contra as deportações, verificou-se a raridade com que era utilizada a palavra ‘judeu’. “As pessoas sob ameaça são tipicamente referidas como búlgaros,

como uma minoria nacional, e mesmo quando o termo ‘judeu’ é usado, a autenticidade da sua nacionalidade búlgara é expressa com intensidade poética” (Reicher & Haslam, 2008, p.51). As fronteiras da categoria nacional eram desta forma desenhadas de forma a incluir os judeus como membros do endogrupo, o que ajudará a explicar as mobilizações populares contra as deportações, que ocorreram especialmente neste país. Fica aqui patente a ideia de que os mesmos processos psicológicos podem conduzir tanto ao bem como ao mal, em função das escolhas que fazemos acerca da forma como definimos os nossos grupos (Reicher & Haslam, 2006, 2008).

Etapa 3: Construindo a ameaça do exogrupo

Para que tais processos psicológicos conduzam ao mal, a exclusão da categoria é uma condição necessária, mas não suficiente, pois exige-se a ‘construção da ameaça do exogrupo’. Os exogrupos são muitas vezes vistos como ameaçando a própria existência do endogrupo, como sendo uma fonte de decadência, corrupção e destruição. Frequentemente, a natureza é invocada de maneira a alegar que os exogrupos, caso não sejam destruídos primeiro, irão, inevitavelmente, destruir aqueles que os acolhem (Miles, 1989; Miles & Phizacklea, 1984; Reicher & Haslam, 2008). Uma estratégia amplamente usada nos discursos de ódio passa pela desumanização do exogrupo, recorrendo a metáforas de animais ameaçadores da saúde pública, como vermes ou ratazanas, a fim de sugerir que a sobrevivência do endogrupo depende da erradicação do exogrupo (Bandura, 2004; Malley-Morrison, 2009; Zimbardo, 2004).

Etapa 4: Construindo a virtude do endogrupo

A literatura tem demonstrado que a construção de normas endogrupais pró-sociais tende a conduzir a comportamentos pró-sociais em relação também aos outros (Jetten, Spears, & Manstead, 1997; Reicher et al., 2005). No entanto, quando combinada com a exclusão da categoria e com a ameaça exogrupal, tenderá a acontecer o processo inverso, com a exaltação das virtudes do endogrupo a tornar mais plausível a vitimização do exogrupo. Por exemplo, na retórica moral de Hitler, “se o *Volk* era a soma de todas as

virtudes, se a sua responsabilidade era a defesa dessas virtudes e se os judeus ameaçavam destruir o *Volk*, então ele seria obrigado a destruir os judeus de forma a defender essa virtude. Com efeito, era responsabilidade de todos os bons alemães fazê-lo” (Reicher & Haslam, 2008, p. 55). Neste sentido, a forma como nos definimos a nós próprios pode, muitas vezes, ser mais relevante para a perpetração de atrocidades do que a forma como definimos os outros, o que remete para a centralidade da autodefinição para a forma como tratamos os outros. Deste modo, devemos alterar as questões que colocamos e centrar-nos na explicação acerca de como pode o assassinio em massa ser glorificado, ao invés de explicar como é ignorado (*ibidem*, 2008).

Em suma, a perpetração de atrocidades apenas se torna aceitável quando pode ser enaltecida como sendo a coisa certa a fazer. Em consonância com esta perspectiva, a teoria do descomprometimento moral de Bandura (1990; 2004) postula que os indivíduos não irão adotar condutas desumanas a menos que tenham justificado para si próprios a moralidade das mesmas. Quais os mecanismos cognitivos subjacentes à justificação moral de tais condutas? Debrucemos-nos agora sobre a resposta de Albert Bandura a esta questão.

3.3. O DESCOMPROMETIMENTO MORAL

As condutas destrutivas tornam-se pessoalmente e socialmente aceitáveis quando retratadas como servindo um propósito moral. É por isso que a maior parte dos apelos contra o uso de violência caem em ouvidos moucos.

Albert Bandura

Bandura (1990, p. 2) postula que “no decurso da socialização os indivíduos adotam normas morais que guiam os seus comportamentos e agem de modo a obter autossatisfação e um sentido de autoestima, evitando comportar-se de forma moralmente reprovável, uma vez que isso conduziria a uma autocondenação”. Neste sentido, o exercício de autopunição desempenha um papel central na regulação de comportamentos desumanos, atuando como um mecanismo de autorregulação do comportamento. Contudo, estes mecanismos de autorregulação não atuam a menos que sejam ativados, existindo muitos processos psicológicos pelos quais o controlo moral pode ser desativado (Almeida, 2010). Segundo Bandura (1990), o ser humano pode desativar as autopunições através da reconstrução do comportamento lesivo como servindo propósitos morais (utilizando mecanismos de *Justificação Moral*, *Linguagem Sanitarizada* e *Comparação Vantajosa/Paliativa*); através da obscuração da agência ou do sentido de responsabilidade, isto é, escondendo o envolvimento pessoal em atividades lesivas (usando a *Externalização* ou *Deslocação da Responsabilidade* e a *Difusão da Responsabilidade*); através da negligência ou minimização das consequências negativas das suas ações; e através da desumanização das vítimas ou sua culpabilização pelo sofrimento que trouxeram para si mesmas (utilizando a *Desumanização das Vítimas* e *Atribuição de Culpa*).

No *Locus do Comportamento*, é possível transformar ou reconstruir comportamentos violentos e destrutivos em meios vistos como legítimos através de mecanismos de descomprometimento moral específicos, nomeadamente a *Justificação Moral*, a *Comparação Vantajosa* e a *Linguagem Sanitarizada* (McAlister, Bandura, & Owen, 2006).

A *Justificação Moral* desempenha um papel central na adoção de comportamentos violentos (McAlister et al., 2006). A capacidade para converter cidadãos comuns em combatentes dedicados pode, por exemplo, ser alcançada pela reconstrução cognitiva do valor moral de matar (Hirschberger & Pyszczynski, 2012). A *Justificação Moral* assume um papel importante, por exemplo, na adoção de medidas contraterroristas por parte do Estado (Bandura, 1990). A decisão de adotar este tipo de medidas é mais problemática para as sociedades democráticas do que para as sociedades totalitárias. Nos regimes totalitários existe um menor constrangimento em utilizar-se o poder institucional para restringir os direitos dos cidadãos, para sacrificá-los em benefício do Estado, ou para combater quaisquer ameaças com meios letais (Chomsky, 2003). Por sua vez, as sociedades democráticas confrontam-se com o dilema de como justificar moralmente medidas contraterroristas que violam os princípios fundamentais da sociedade (*ibidem*). Os regimes democráticos que matam pessoas inocentes no combate ao terrorismo estão, na sua essência, a violar os seus próprios valores. Assim, “sacrificar vidas humanas no processo de punição dos terroristas levanta problemas morais fundamentais para as sociedades democráticas” (Bandura, 1990, p. 5). Contudo, num raciocínio utilitarista, este sacrifício pode ser largamente recompensado pela eliminação do medo relativamente ao terrorismo (Carmichael, 1982, cit. Bandura, 2004). Em contextos propiciadores de sentimentos de ‘insegurança ontológica’, as *Justificações Morais* adquirem facilmente o apoio da opinião pública, pois “uma população assustada e com raiva não perde muito tempo a agonizar sobre a moralidade de métodos fatais de autodefesa” (Bandura, 1990, p.5).

Através da *Comparação Vantajosa* ou *Paliativa*, o comportamento imoral de uns é comparado com um comportamento visto como ainda mais reprovável por parte de outros, minorando assim o impacto do primeiro (Bandura, 1990; McAlister et al., 2006). Neste sentido, e tomando como exemplo novamente o terrorismo, os atentados suicidas são encarados pelos terroristas como sendo a única arma de que dispõem para combater as crueldades infligidas ao seu povo por regimes tirânicos. Aos olhos dos seus apoiantes, os atentados suicidas dirigidos aos seus opressores são atos de altruísmo e martírio. Por outro lado, as vítimas dos ataques terroristas caracterizam a violência das medidas contrterroristas adotadas pelo seu país como insignificantes, ou mesmo louváveis, quando comparadas com o massacre e o terror perpetrados pelo terrorismo (Bandura, 1990). Na verdade, o que acontece é que aquilo que por uns é visto como uma atrocidade terrorista levada a cabo por fanáticos, é encarado por outros como atividade militar legítima levada a cabo por soldados (Hewer & Taylor, 2007). Deste modo, cada uma das partes do conflito defende os comportamentos adotados por si, mas condena aqueles adotados pelos seus adversários (Bandura, 2004).

A utilização de *Linguagem Eufemística* permite camuflar atividades moralmente reprováveis ou até mesmo conferir-lhes outro ‘estatuto’ (Bollinger, 1982, Lutz, 1987, Smith, 2002, cit. in McAlister et al., 2006). Através do poder de palavras, até o ato de matar perde muita da sua repugnância. Se não, vejamos que na linguagem dos soldados as pessoas são ‘perdidas’, em vez de mortas; para os mercenários o assassinato é um ‘cumprimento do dever ou de um contrato’; os terroristas reconhecem-se como ‘*freedom fighters*’ (lutadores pela liberdade); os bombardeamentos são uma ‘limpeza’ ou ‘abates cirúrgicos’ e as mortes que provocam são ‘danos colaterais’ (McAlister et al., 2006).

No *Locus da Agência*, as pessoas libertam-se do sentido de responsabilidade pessoal por um ato, através do deslocamento ou difusão da responsabilidade pelo mesmo (McAlister et al., 2006).

Quando uma autoridade legítima se responsabiliza pelas consequências de uma conduta moralmente reprovável, os indivíduos que a executam conseguem cometer atrocidades que normalmente repudiariam (Milgram, 1974). Através da *Externalização* ou *Deslocação da Responsabilidade*, os indivíduos não se veem como atores das suas ações, estando desta forma poupados de reações autoproibitórias (Bandura, 1990; McAlister et al., 2006). Um exemplo histórico deste mecanismo de descomprometimento moral é o caso dos comandantes das prisões nazis que se descartaram da responsabilidade das desumanidades que cometeram, afirmando estar apenas a cumprir ordens (Andrus, 1969; cit. Bandura, 1990).

O exercício de controlo moral pode igualmente ser desativado quando a responsabilidade pelo envolvimento pessoal em comportamentos reprováveis é difundida (Bandura, Underwood, & Fromson, 1975; McAlister et al., 2006; Zimbardo, 2004). A responsabilidade pode ser difundida de diversas formas: através da tomada de decisões em grupo, onde ninguém se sente pessoalmente responsável pelas decisões tomadas (Bandura, 2004; McAlister et al., 2006). “Quando todos são responsáveis, ninguém é verdadeiramente responsável” (Bandura, 1990, p.11); através da divisão do trabalho, que fraciona empreendimentos destrutivos em subtarefas aparentemente inofensivas quando vistas isoladamente; e por ação coletiva, que garante o anonimato e a minimização das contribuições pessoais para o mal cometido coletivamente (McAlister et al., 2006).

No **Locus das Consequências**, tal como o nome indica, as consequências de um comportamento violento são reconstruídas de forma a ser possível ao indivíduo desativar autopunições. *Negligenciar, minimizar, ou distorcer as consequências* do comportamento é outra forma de descomprometimento moral (McAlister et al., 2006). De acordo com Bandura (2004), sempre que os indivíduos escolhem adotar comportamentos lesivos tendem, inevitavelmente, a minimizar o mal causado aos outros. Estes indivíduos rapidamente se recordam dos potenciais benefícios de um dado ato, mas são muito mais resistentes a lembrar-se das suas consequências lesivas. Desde que as consequências negativas passem despercebidas, sejam minimizadas ou contestadas, não há razões para a autopunição ser ativada e para se sentirem culpados (McAlister et al., 2006). Referimos já os estudos de Milgram (1974), que demonstram como é mais fácil magoarmos alguém se o seu sofrimento não for visível (e.g., tortura psicológica). “Quando mais longe os indivíduos estiverem dos resultados finais destrutivos, mais fraco é o poder restritivo das consequências lesivas” (Bandura, 2004, p. 133).

No **Locus do Alvo**, o foco é colocado no alvo dos comportamentos violentos, desumanizando ou culpabilizando as vítimas pelo sofrimento que trazem a si próprias (McAlister et al., 2006).

A força das reações autopunitivas depende, amplamente, da perceção que o perpetrador dos atos violentos possui sobre aqueles a quem o comportamento reprovável é dirigido. De facto, “perceber o outro como humano aumenta as reações empáticas através de um sentido de humanidade comum” (Bandura, 1982, pp. 135-136). A autopunição de comportamentos cruéis pode ser desativada se despojarmos as pessoas das suas qualidades humanas, através da *desumanização*. Uma vez desumanizadas, já não são vistas como pessoas com sentimentos, esperanças e preocupações, mas sim como objetos inferiores, insensíveis aos maus tratos e merecedoras de sofrimento (Bandura, 1990). Em tempos de guerra, as nações representam os seus inimigos como sendo o mais desumanos, demoníacos e monstruosos possível para que seja mais fácil aniquilá-los (McAlister et al., 2006).

De acordo com Bandura (2004, 1990), a *atribuição de culpa* à vítima é também uma forma de descomprometimento moral. Os indivíduos que se comportam de forma moralmente reprovável acreditam que o seu comportamento é a resposta a uma provocação. O comportamento violento torna-se, assim, uma reação defensiva (justificável) ao comportamento do outro, podendo as vítimas ser culpabilizadas por provocarem o seu próprio sofrimento (Bandura, 2004). Os atos reprováveis podem ainda ser ilibados pela atribuição da culpa às circunstâncias envolventes (McAlister et al., 2006). A desvalorização e a indignação, ativadas pela atribuição da culpabilidade podem, por sua vez, justificar comportamentos ainda mais violentos (Bandura, 1990).

O Group of International Perspectives on Governmental Aggression and Peace tem procurado analisar os posicionamentos de cidadãos comuns sobre a violência de Estado à luz da Teoria do Descomprometimento Moral, procurando identificar os mecanismos subjacentes à legitimação de diferentes tipos de violência de Estado. No âmbito da nossa colaboração com este projeto, temos contribuído com estudos sobre cidadãos europeus a partir de uma amostra que inclui, para além de cidadãos portugueses, cidadãos da Suécia, Islândia, França, Alemanha e Espanha. Procurámos testar a aplicabilidade da teoria do descomprometimento moral na análise dos posicionamentos dos cidadãos face à guerra e à tortura.

No que concerne ao estudo centrado nas atitudes face à guerra, verificámos que a reestruturação cognitiva da guerra como sendo um ato de altruísmo foi a justificação moral predominante. A maioria destas respostas invocavam formas de ‘pseudoassistência’ em nome da libertação, da defesa, ou da assistência humanitária a outros povos. Surgiu também o mecanismo da comparação vantajosa, com os cidadãos a considerarem que a guerra poderá trazer ganhos positivos, mitigando o sofrimento humano. Foi também recorrente no discurso dos participantes o mecanismo da atribuição de culpa, com a invasão a ser racionalizada como um meio legítimo para punir ações beligerantes de nações inimigas (Machado et al., 2013).

Já no estudo centrado nas atitudes face à tortura, e no que concerne aos discursos legitimadores, evidenciou-se o mecanismo da comparação vantajosa, por referência a cenários de bomba-relógio (se não torturar, alguém morre). Surgiu também a minimização das consequências da tortura, através da reconstrução cognitiva dos seus efeitos danosos. Foi recorrente nos discursos de tolerância a atribuição de culpa, deslocando-a do perpetrador para as circunstâncias ou para o alvo (Koenig et al., 2013).

Outro estudo que conduzimos centrou-se na análise nas definições destes cidadãos de tortura, guerra e terrorismo (Salmberg et al., 2013). No que concerne às definições de guerra, verificou-se que os participantes se focavam primariamente no conflito em si, fornecendo um sinónimo ou qualificações específicas que fazem de um conflito uma guerra (e.g., nível de destruição ou envolvimento de um país ou grupo oficial). Comparativamente às definições de guerra, as definições de tortura e terrorismo estavam imbuídas de uma maior tonalidade emocional associada a julgamentos morais sobre os atos. Estas definições continham também mais referências às motivações e hipóteses explicativas do terrorismo ou da tortura. Desde o 11 de setembro que os fenómenos do terrorismo e da tortura têm sido alvo de escrutínio público e mediático, o que poderá contribuir para a saliência destes tópicos nos discursos dos participantes. Por outro lado, é provável que cidadãos da Europa Ocidental se sintam mais ameaçados com a possibilidade de um ataque terrorista, ou com o uso de tortura por parte das forças policiais, do que com um cenário de guerra. Além do mais, a deslocação da responsabilidade para a autoridade do Estado poderá entrar em jogo no que concerne à guerra, já que as intervenções militares, tendo uma natureza geralmente ‘oficial’, decorrem de decisões ao nível estatal. Já fenómenos como o terrorismo ou a tortura, ao serem extralegais, não são ‘oficialmente’ controlados pelo aparelho do Estado, gerando-se uma perceção de ambiguidade e incerteza face aos referidos fenómenos que suscita preocupação e ansiedade dos cidadãos (Salmberg et al., 2013).

O que leva, afinal, cidadãos comuns a assumir o papel de *bystanders* ou mesmo de perpetradores de atrocidades: a banalização ou a glorificação do mal? Embora a proposta de Reicher e Haslam (2008) tenha surgido como contraponto à ideia da ‘banalidade do mal’, consideramos que estas perspectivas não se opõem, apenas incidem em diferentes dimensões de análise. Problematicar como pode o mal ser banalizado ou glorificado remete-nos para questões distintas, pelo que a procura de respostas nos conduz, necessariamente, por caminhos diferentes. Em nosso entender, cada um destes caminhos permite mapear dimensões revelantes e complementares, pelo que são ambos necessários a uma leitura integrativa e compreensiva dos fenómenos de violência.

Começando pelos contributos da perspectiva arendtiana, ela remete-nos para o papel da burocratização e da racionalidade, apanágios da modernidade, na normalização da violência. Nesta perspectiva, Eichmann não devia ser visto como uma aberração, mas antes como um produto da burocratização e tecnicismo modernos. Num sentido mais lato, diríamos que o Holocausto não constituiu uma aberração da modernidade, tendo constituído antes uma das suas expressões. Bandura (2004) dá-nos conta de como o uso da violência é facilitado pela dissociação em relação à avaliação moral da sua finalidade. A burocratização facilita essa dissociação, possibilitando o descomprometimento moral. Desde logo, a fragmentação do trabalho, ao impôr um distanciamento entre as ações do indivíduo e o resultado final, permite diluir o seu sentido de responsabilidade. Além do mais, este distanciamento permite a desindividuação das vítimas, facilitando a sua desumanização. Neste sentido, a burocratização e o tecnicismo permitem banalizar as vítimas e, por conseguinte, banalizar também a violência que lhes é infligida.

Por outro lado, é inegável que a escalada na obsessão nazi pela limpeza étnica levou a que este processo assumisse contornos de um empreendimento ‘moral’. Ganhará aqui sentido a perspectiva de Reicher e Haslam (2008) de que a reconcetualização moral da conduta é a derradeira etapa da legitimação do mal, passando, em última análise, pela sua glorificação. No entanto, parece-nos que será necessária, antes de mais, uma certa dessensibilização face às condutas violentas. Será esta banalização do mal, personificada na banalização do outro e daquilo que lhe acontece, que irá permitir o enfoque nos propósitos do endogrupo, negligenciando as suas consequências para as vítimas. Será na passagem deste enfoque no endogrupo à glorificação das suas virtudes que irá ocorrer a justificação moral da violência. É neste sentido que vemos a banalização e a glorificação do mal, não como dois processos que se contrapõem, mas antes coexistindo num *continuum* de normalização do mal.

PARTE II

PERCURSO EMPÍRICO

Antes de passarmos à apresentação dos dois estudos que constituem a parte empírica da tese, parece-nos importante traçar, nas linhas que se seguem, os principais marcos do percurso percorrido desde a escolha do tema de investigação. A nossa incursão empírica iniciou-se através da participação num projeto de investigação do *Group on International Perspectives on Governmental Aggression and Peace*, que está a ser conduzido em cerca de cinquenta países de todos os continentes. As equipas de investigação dos diferentes países envolvidos no projeto do GIPGAP têm administrado um inquérito¹¹ (PAIRTAPS) a cidadãos comuns, através da Internet ou de contacto pessoal, no sentido de aceder às suas perspetivas sobre a violência de Estado, os direitos humanos, e a paz. Para além de procurar perceber o grau de tolerância dos cidadãos em relação a diferentes formas de violência de Estado (desde a violência policial à guerra) e os mecanismos discursivos envolvidos nesta legitimação, este projeto visa também compreender o seu posicionamento face às possibilidades de paz e reconciliação. Com a inclusão de cidadãos de diferentes áreas geográficas e de diferentes países, pretende-se identificar os aspetos que são transversais aos vários países e os aspetos que se diferenciam em função das respetivas especificidades histórico-culturais.

O primeiro ano de trabalho para a presente tese de doutoramento decorreu na Boston University, em colaboração direta com a equipa de investigação que coordena o GIPGAP. A integração nesta equipa possibilitou a participação da investigadora no desenvolvimento do desenho metodológico ao nível da análise dos dados recolhidos através do PAIRTAPS. Este inquérito versa outras temáticas para além da violência de Estado (por exemplo, paz e reconciliação). No entanto, atendendo aos propósitos desta investigação, a colaboração incidiu no desenvolvimento de protocolos de codificação sobretudo para os itens do PAIRTAPS relacionados com a violência de Estado.

O PAIRTAPS foi adaptado e traduzido por nós, e a sua versão portuguesa foi administrada a uma amostra de 600 cidadãos portugueses. Os dados recolhidos constituem a matéria prima analisada no primeiro estudo desta

¹¹ Personal and Institutional Rights to Aggression and Peace Survey - PAIRTAPS. O referido instrumento, utilizado na recolha de dados do primeiro estudo, é descrito no Capítulo que lhe é dedicado (Capítulo 4, secção 4.2. Método).

tese. Não obstante o PAIRTAS ter uma natureza mista, permitindo obter dados quantitativos e qualitativos, centrámos a análise nos últimos. A abordagem qualitativa é pertinente sempre que pretendamos um entendimento amplo, holístico e mais aprofundado da natureza de um fenómeno ou problema (Denzin & Lincon, 2005; Mason, 2002; Ritchie, 2003). Mais do que discriminar níveis de tolerância face à violência de Estado, pretendíamos aceder aos processos de raciocínio que lhes subjazem. As metodologias qualitativas permitiram-nos mapear significados, processos cognitivos e contextos (Ritchie, 2003; Snape & Spencer, 2003). Através da análise da argumentação dos sujeitos constante das suas respostas qualitativas, poderemos conhecer as suas perspetivas, representações e significados atribuídos à violência de Estado.

As análises aos itens do PAIRTAPS relevantes para o nosso estudo constituíram um importante contributo para o projeto de investigação do GIPGAP, já que os sistemas de categorização desenvolvidos têm servido de base para as análises levadas a cabo pelos investigadores dos restantes países envolvidos no projeto. No que concerne especificamente a esta tese, dada a escassez de investigações empíricas desenvolvidas sobre o nosso objeto de estudo, e o facto de não existirem no que concerne aos cidadãos portugueses, este estudo preliminar revelou-se fulcral para a conceptualização teórica e metodológica do nosso estudo principal, com os seus resultados a servirem de base para delineação dos seus objetivos, da amostra e do guião de entrevista.

A diversidade de formas e contextos de violência de Estado abarcada pelos itens analisados, assim como a dimensão e qualidade da amostra recolhida, asseguraram a amplitude da nossa compreensão do fenómeno em estudo, tendo sido possível identificar as principais linhas de argumentação associadas a todo um espectro de diferentes níveis de tolerância face à violência de Estado e as principais dimensões que influenciam o julgamento dos indivíduos. No entanto, o enfoque nos dados qualitativos do PAIRTAPS revelou-se insuficiente no que concerne à profundidade da nossa compreensão das perceções e significados dos sujeitos. O objetivo de atingir um conhecimento aprofundado da temática traduziu-se na necessidade de adotar metodologias de natureza mais compreensiva e exploratória, o que nos levou

a eleger a entrevista qualitativa como método de recolha dos dados no segundo estudo.

Capítulo 4. Estudo Um

4.1. OBJETIVOS

Com o intuito de contribuir para o conhecimento dos processos de legitimação da violência de Estado por parte de cidadãos portugueses, o presente estudo compreendeu uma análise comparativa do posicionamento de cidadãos face a diferentes tipos de violência de Estado. Partindo da identificação dos argumentos utilizados pelos participantes para legitimar ou rejeitar cada tipo de violência, procurou-se depois perceber em que medida os seus posicionamentos se diferenciam em função do grau de normatividade do ato (percebido como legal ou ilegal), da sua natureza (e.g., agressão ou morte) e do respetivo alvo (e.g., civis ou prisioneiros de guerra).

4.2. MÉTODO

4.2.1. Participantes

No presente estudo utilizou-se uma amostra de 600 cidadãos de nacionalidade portuguesa, estratificada em função do género e da região a partir dos dados do Census 2001. 52% dos participantes são do género feminino, e os restantes 48% do género masculino. A idade está compreendida entre os 18 e os 67 anos, com a média a situar-se nos 34 anos para ambos os géneros. A maioria dos participantes assumiu-se como sendo de classe média (66%), distribuindo-se os restantes de forma equitativa pelas classes baixa (17%) e alta (17%). Aproximadamente 47% possuem grau académico superior, 37% completaram o ensino secundário e 16% possuem habilitações académicas mais baixas. No que concerne à situação profissional, 63% encontram-se no ativo, verificando-se uma grande diversidade de profissões (e.g.,: professores, mecânicos, músicos, engenheiros, agricultores, etc.). 25% são estudantes a tempo inteiro, encontrando-se os restantes 12% desempregados ou reformados. 78% dos participantes assumem-se como católicos, 19% como ateus ou agnósticos e os restantes 3% referem pertencer a outras religiões.

4.2.2. Instrumento

Todos os participantes responderam ao PAIRTAPS - *The Personal and Institutional Rights to Aggression and Peace Survey* (Malley-Morrison 2006). O PAIRTAPS é um instrumento que avalia atitudes sobre violência de Estado, direitos humanos e paz. Este instrumento é constituído pelas seguintes secções: a primeira refere-se aos dados sociodemográficos dos participantes; na segunda e terceira secções (Parte A, questões sobre direitos e Parte B, questões sobre crenças governamentais), é pedido aos participantes que classifiquem, quanto ao seu grau de acordo, afirmações relativas a direitos individuais e governamentais e que expliquem o seu posicionamento face a cada uma das afirmações.¹² Na parte C (respostas emocionais) solicita-se que respondam, em relação a um conjunto de cenários, sobre como se sentiriam e o que gostariam de fazer caso fossem expostos a certas formas de violência (e.g., bombardeamento de uma cidade). Na parte D, é pedido aos participantes que deem a sua definição pessoal de alguns conceitos (e.g., reconciliação).

De entre os itens do PAIRTAPS, foram seleccionados para esta análise os relacionados com violência de Estado:

- “Às vezes os governantes têm o direito de matar civis inocentes para combater o terrorismo internacional” (contraterrorismo);
- “Às vezes o governo tem o direito de executar um dos cidadãos do seu país” (pena de morte);

(Nota: a opção por esta designação prende-se com o facto de nas suas respostas a grande maioria dos participantes se referir especificamente à pena de morte, apesar de a formulação do item referir o direito governamental à execução de uma forma geral.)

¹² Nas partes A e B são recolhidos dados qualitativos e quantitativos, já que as afirmações (itens) são classificadas pelos participantes numa escala lickert de sete pontos. Estes itens não compõem uma escala, pelo que as análises são feitas às respostas a cada item em separado, procurando-se explorar possíveis diferenças sociodemográficas nas respostas a cada item, ou explorando a associação entre as respostas dos participantes a diferentes itens.

- “O governo tem o direito de ordenar a tortura de prisioneiros em tempo de guerra” (tortura de prisioneiros de guerra);
- “Às vezes um país tem o direito de invadir outro país” (invasão);
- “Às vezes a polícia ou os militares têm o direito de usar violência contra os seus concidadãos” (violência policial/militar).

Os três primeiros itens (contraterrorismo, pena de morte e tortura de prisioneiros de guerra) têm como denominador comum o facto de se reportarem a formas de utilização de violência por parte do Estado que em Portugal são percebidas como não-normativas, tanto de acordo com as normas nacionais como nos acordos internacionais sobre direitos humanos.

Já os itens da invasão e da violência policial/militar reportam a formas de utilização de violência por parte do Estado que por vezes assumem um carácter normativo, sendo os contextos por excelência de exercício do “uso legítimo da força” por parte dos Estados.

4.2.3. Recolha e Análise dos dados

Tendo em vista a administração do PAIRTAPS a cidadãos portugueses, procedemos à adaptação e tradução da sua versão original. A versão portuguesa do PAIRTAPS foi disponibilizada no *website* do GIPGAP¹³, e procedeu-se à sua divulgação, o que nos permitiu recolher parte dos dados através da Internet. A recolha dos dados foi também efetivada por via do contacto pessoal. Devido a limitações logísticas e orçamentais, não nos foi possível levar a cabo um procedimento de amostragem probabilístico. Embora tenhamos garantido a conformidade da nossa amostra aos dados do Census 2001 no que concerne à distribuição por género e por região, trata-se de uma

¹³ <http://www.bu.edu/gipgap/files/2011/04/PAIRTAPS/>

amostra de conveniência, já que foi recolhida em função da acessibilidade e/ou disponibilidade dos indivíduos.

De forma a colmatar um pouco as limitações deste processo de amostragem, procurámos, na medida do possível, introduzir alguma aleatoriedade na forma como recolhíamos os dados. Neste sentido, colocámos inquéritos em envelopes de correio verde, pré-pagos e endereçados à equipa de investigação. Distribuímos os mesmos na rua, a cidadãos anónimos, explicando os propósitos da nossa investigação, e solicitando o preenchimento do PAIRTAPS quando lhes fosse conveniente, e o posterior envio por correio. Esta opção tornou o processo de recolha de dados mais moroso, já que grande parte dos indivíduos a quem distribuímos os inquéritos e que se mostraram disponíveis para colaborar não chegaram a remeter-nos os envelopes. No entanto, consideramos que os ganhos em termos da qualidade do processo de amostragem compensaram os custos temporais e monetários que o mesmo implicou.

No âmbito da recolha de dados que tem sido levada a cabo pelos investigadores do GIPGAP, o preenchimento do PAIRTAPS é anónimo. No entanto, uma vez que pretendíamos entrevistar participantes da amostra recolhida no primeiro estudo, na versão portuguesa do PAIRTAPS inserimos uma secção em que os participantes podiam deixar o seu contacto caso estivessem disponíveis para dar continuidade à sua colaboração no projeto.

Atendendo aos objetivos da nossa investigação, centrámos a nossa análise nas respostas qualitativas aos cinco itens do PAIRTAPS relacionados com violência de Estado. Nas análises qualitativas levadas a cabo pela equipa do GIPGAP, cada um dos itens do PAIRTAPS se assume como uma questão de investigação, pelo que a análise é feita por item, dando origem a um sistema de categorização das respostas ao mesmo. Têm sido criados manuais de codificação para cada um dos itens do PAIRTAPS que servem de base para as análises subsequentes de respostas aos mesmos itens por parte de outros investigadores do projeto.

Durante o período de permanência na Boston University, em colaboração direta com a equipa de investigação que coordena o GIPGAP, a investigadora dedicou-se ao desenvolvimento dos manuais de codificação dos

cinco itens relacionados com violência de Estado. Estes manuais foram desenvolvidos a partir da análise de uma amostra aleatória de respostas de participantes de diferentes países envolvidos no projeto. Tendo em vista evitar possíveis enviesamentos no processo de codificação das respostas de diferentes países, todas as respostas foram transcritas na mesma língua (inglês) e procedeu-se a uma leitura cega dos dados, omitindo-se os dados sociodemográficos dos participantes.

Após a categorização inicial das respostas qualitativas em dois grandes grupos (concordância e discordância), foram criadas indutivamente, segundo os princípios da *Grounded Analysis* (Straus e Corbin 1998), subcategorias integrativas da argumentação dos participantes, explicativas do seu posicionamento. O critério base do processo de definição das categorias consistiu no acordo intercodificadores da equipa do GIPGAP. O processo de seleção do *corpus* de análise, garantindo a qualidade dos dados, assim como a fidelidade intercodificador dos sistemas de categorias desenvolvidos a partir do mesmo, conferiram a este processo de análise o estatuto de credibilidade necessário à sua utilização para a codificação das respostas dos diferentes países envolvidos no projeto.

Os protocolos de codificação criados para os diferentes itens do PAIRTAPS através deste processo têm sido utilizados pelos investigadores para codificação das respostas de participantes dos respetivos países. O recurso a este sistema comum, para além de contribuir para a validação do processo de categorização através da triangulação dos dados e dos investigadores, possibilita ainda a análise comparativa entre o posicionamento de participantes de diferentes países. No entanto, na codificação das respostas de cada país estes protocolos deverão servir apenas de ponto de partida, reajustando-se as categorias prévias ou criando-se novas categorias de modo a contemplar também as especificidades associadas ao contexto histórico-cultural dos participantes.

As respostas qualitativas da amostra portuguesa foram codificadas de acordo com o processo descrito, obedecendo o sistema geral de categorias para cada item aos critérios constantes dos manuais de codificação que desenvolvemos. A análise destas respostas conduziu à criação e/ou

reformulação de algumas categorias de análise, garantindo assim a qualidade descritiva e proximidade mantida com os significados expressos pelos participantes (Strauss e Corbin 1998), de forma a abarcar as especificidades da amostra portuguesa.

Para garantir a fidelidade do nosso sistema de análise, seleccionámos aleatoriamente 30% das respostas a cada um dos itens, para serem cocodificadas. Procedeu-se ao cálculo do índice de fidelidade seguindo a fórmula apresentada por Vala (1986): $F = 2 (C1, 2) / C1 + C2$, dividindo o número de acordos entre codificadores pelo total de categorizações efetuadas por cada um. A média de acordo intercodificadores para todos os manuais foi de 0.9. No sentido de excluir a possibilidade de existirem acordos devidos ao acaso, aplicou-se a estatística *Kappa de Cohen*, obtendo-se um valor médio de 0.75.

4.3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta secção serão apresentados e discutidos os resultados relativos ao posicionamento dos participantes face aos diferentes tipos de violência de Estado analisados (contraterrorismo, pena de morte, tortura de prisioneiros de guerra, invasão e violência policial/militar). A apresentação dos resultados será feita item a item, remetendo-se para a parte da discussão a análise comparativa dos posicionamentos face aos diferentes tipos de violência de Estado.

Antes de passarmos à descrição das principais subcategorias criadas a partir dos dados, importa dar conta de alguns aspetos que se assumiram como transversais a todos os itens. Se as respostas situadas na discordância traduzem um posicionamento absoluto de rejeição do tipo de violência de Estado descrito no item, do lado da concordância a maioria das respostas assume um carácter condicional, com os participantes a referirem circunstâncias, percebidas como excecionais, em que o recurso à violência

Estatual é visto como legítimo. Importa também dar conta da necessidade que houve de criar, para todos os itens, subcategorias de codificação de respostas em que era manifestada concordância/discordância mas em que não eram especificados os motivos de tal posicionamento (Exemplo de resposta situada na concordância geral: “[...] em algumas situações um país pode ter de invadir outro.”; Exemplo de resposta situada na discordância geral: “[...] sou absolutamente contra a invasão.”).

Relativamente ao posicionamento geral para cada um dos cinco itens analisados, verificou-se um predomínio de respostas situadas na concordância para os itens da invasão (53%) e da violência policial/militar (79%). Para os itens da tortura de prisioneiros de guerra, pena de morte e contraterrorismo verificou-se a tendência oposta, uma vez que a maioria das respostas se situou na discordância (80%, 85% e 88%, respetivamente).

Seguidamente, serão descritas, para cada item, as principais subcategorias criadas a partir do discurso dos participantes, identificando os padrões de argumentação que sustentaram a concordância ou discordância com cada um dos tipos de violência de Estado analisados. As percentagens apresentadas para as subcategorias foram calculadas relativamente ao número total de participantes da categoria geral em que se inserem (concordância ou discordância).

A. Contraterrorismo

A.1. Discordância (88%)

No item “Às vezes os governantes têm o direito de matar civis inocentes para combater o terrorismo internacional”, e no que concerne às respostas situadas na discordância (88%), verificou-se que 23% dos participantes enfatizaram a necessidade de salvaguardar os direitos humanos, em particular o “direito à vida” (“O direito a vida é inalienável.”; “A vida não pode ser tratada como ‘só mais uma’, cada ser humano tem o direito a ela, a viver e morrer dignamente.”).

Por outro lado, para 22% dos participantes discordantes, a argumentação baseou-se na diferenciação entre “inocentes” e “culpados”, através da referência à inocência do alvo da agressão (“[...] há que separar o trigo do joio, [porque] os justos não devem pagar pelos pecadores.”). Alguns (16%) alertaram para as consequências negativas do recurso à violência porque “não iria combater o terrorismo internacional, mas sim legitimá-lo ainda mais”.

Em 7% das respostas discordantes verificou-se uma clara responsabilização do Estado, referindo alguns dos participantes que, ao utilizar os mesmos métodos que os terroristas, o próprio Estado está a cometer terrorismo (“Pois sendo assim o próprio estado torna-se num terrorista.”). 5% responsabilizaram o Estado de uma forma mais específica, fazendo críticas à “guerra ao terror”, em particular às políticas norte-americanas neste domínio (“Essa é a política de Mr. Bush e está completamente errada.”).

Em 8% das respostas discordantes foram apresentadas alternativas à utilização de métodos violentos no combate ao terrorismo (“[...] através da adoção de políticas justas, que fomentem a compreensão mútua e o desenvolvimento de todos os povos do mundo.”).

Na maioria das restantes respostas os participantes manifestaram um desacordo geral com o item (“É inadmissível a morte de civis inocentes.”), não especificando os motivos do seu posicionamento.

A.2. Concordância (12%)

Relativamente às respostas de concordância com o item (12%), a argumentação de alguns participantes baseou-se na ideia de “inevitabilidade” (“Penso que nenhum governante o fará com o intuito de matar um civil. É um dano colateral muitas vezes inevitável.”), associada à responsabilização dos terroristas (“Se for inevitável. Os terroristas usam escudos humanos: por vezes a única forma de os eliminar implica baixas civis.”).

No entanto, a fundamentação predominante (68% das respostas situadas na concordância) decorreu do princípio de que “os fins justificam os meios” (“O terrorismo internacional deve ser combatido a qualquer custo e não havendo alternativa o sacrifício de alguns pode ser necessário para salvar muitos.”). Em algumas destas respostas foi clara a alusão a *ticking-bomb scenarios*, isto é, situações de catástrofe iminente (“Só quando a causa for superior à presumível desgraça. Por exemplo, abater um avião que se possa despenhar num sítio muito populoso.”).

Na maioria das restantes respostas os participantes manifestaram uma concordância geral com o item, referindo que “existem situações em que pode ser inevitável”, mas sem, contudo, as concretizarem.

B. Pena de Morte

B.1. Discordância (85%)

Do lado da discordância (85%) com o item “às vezes o governo tem o direito de executar um dos cidadãos do seu país” verificou-se, uma vez mais, que a grande maioria dos participantes (42%) centraram o seu discurso no direito à vida (“O direito à vida é um direito intrínseco à “qualidade de homem”, é um direito natural e irrevogável.”).

Outras linhas de argumentação que sustentaram a discordância com o item prendem-se com a referência ao carácter desumano do ato (5%) (“[...] é um ato bárbaro e primitivo, como é possível que ainda exista em países supostamente civilizados?”), ou com o juízo de que o Estado está a cair em contrassenso ao punir a imoralidade com um ato igualmente imoral (7%) (“[...]ao promover a pena de morte, um governo é tão assassino como o assassino.”; “Matar torna-nos no que queremos destruir.”).

15% dos participantes discordantes referiram que “há outras formas de exercer a justiça”, com 5% destes a afirmarem que concordariam com a prisão perpétua e os restantes (10%) a defenderem a reeducação e posterior reinserção de culpados de atos criminosos (“Não acho que a morte de uma pessoa traga a paz para os cidadãos, ninguém, muito menos o governo tem o direito de executar um cidadão. A prevenção e a reintegração dos indivíduos é uma mais-valia.”).

Alguns (10%), revelaram preocupação com a possibilidade de erro judicial (“[...] e se for inocente?”; “Se o governo/ministério público condena alguém à morte e se engana não há volta a dar.”). 7% salientaram o carácter não-normativo deste tipo de violência de Estado em Portugal: “No caso do governo português não lhe cabe nunca essa decisão”. Na maioria das restantes respostas verificou-se uma discordância geral com o item (“[...] sou absolutamente contra a pena de morte.”).

B.2. Concordância (15%)

Nas respostas situadas na concordância (15%) verificou-se um padrão predominante de argumentação relacionado com a responsabilização dos alvos da agressão. Alguns participantes (33% das respostas discordantes) focaram-se no tipo de ato cometido (“Se se provar culpado de algo que tal justifique.”), com referências específicas aos crimes de homicídio, abuso sexual e violação. Outros (39%) focaram-se na natureza dos próprios sujeitos (“Por vezes existem ‘seres vivos’ que merecem esse final de vida.”; “Há pessoas que o merecem sem dúvida alguma.”). A ideia central em ambas as situações consistiu na responsabilização do alvo da agressão que, pelo mal que representa ou pelo tipo de crime que cometeu, merece e justifica o recurso à pena capital (“Certos cidadãos não merecem - devido a atos praticados - que se gaste com eles um centavo dos contribuintes.”).

Finalmente, 16% dos participantes situados na concordância referiram concordar com a pena de morte apenas para crimes contra a humanidade (“Só apoio a pena de morte em crimes contra a humanidade.”; “No caso de crimes de guerra ou de genocídios.”).

Na maioria das restantes respostas verificou-se uma concordância geral com o item, com os participantes a referirem que “em algumas situações a pena de morte deve ser legítima”.

C. Tortura

C.1. Discordância (80%)

Também na discordância (80%) com o item “O governo tem o direito de ordenar a tortura de prisioneiros em tempo de guerra” se verificou um predomínio de respostas com referências aos direitos individuais. Humanizando a figura do prisioneiro de guerra (“[...]um prisioneiro não deixa de ser um ser humano colocado do outro lado com outra opinião.”), alguns participantes (28%) salientaram que os seus direitos e dignidade devem ser respeitados (“A tortura é um desrespeito à dignidade humana.”).

A ênfase nos direitos humanos foi também patente em algumas respostas (6%) com referência a acordos internacionais sobre direitos humanos (“Os acordos internacionais não o permitem.”), com particular destaque para a Convenção de Genebra (“Um prisioneiro de Guerra deve ser tratado com dignidade, conforme está decretado pela Convenção de Genebra.”). Também nesta questão surgiu o padrão de argumentação baseado na diferenciação entre inocentes e culpados, com alguns participantes (9%) enfatizando a inocência dos prisioneiros de guerra (que não podem ser responsabilizados pela guerra) e culpabilizando antes os governantes (“Os prisioneiros de guerra são, muitas vezes, meros peões num cenário desenvolvido pelos seus superiores. Não são os soldados que trazem a guerra mas sim os governantes.”).

Outros (6%) exprimiram a sua discordância através da rejeição da ideia de que “tudo vale na guerra” (“Mesmo em guerra, os seres humanos têm direito e obrigação de respeitar um conjunto de valores que em circunstância alguma devem ser abolidos, por isso, não se justifica.”).

Em 5% das respostas foram referidas as consequências negativas do recurso à tortura (“[...] métodos violentos geram mais revolta e violência.”), assim como a ineficácia deste método (“Sou contra os meios coercivos para atingir fins que nem sempre resultam na verdade.”).

Outros participantes (6%) referiram alternativas ao uso da tortura, com ênfase no direito ao julgamento e em formas não violentas de punição (“Claro

que não, se são prisioneiros por crimes de guerra têm o direito de lhes facultar um justo processo judicial.”).

É ainda importante salientar que foi este o item que elicitou um maior número de respostas com uma elevada tonalidade emocional (10%) (“Acho inadmissível e covarde.”; “A tortura é um ato monstruoso; nada pode justificá-la.”). Esta tonalidade era por vezes mesmo identificável nas respostas de discordância geral com o item (“[...] sou absolutamente contra a tortura!”).

C.2. Concordância (20%)

Tal como no item do terrorismo, nas respostas situadas na concordância (20%) predominou o raciocínio de que os fins podem justificar os meios, sendo a tortura aceitável “porque por vezes é preciso torturar um para poupar a vida a um milhão”.

Além disso, e à semelhança do verificado no item da pena de morte, alguns participantes colocaram a tónica na tortura como forma de punição dos prisioneiros que se revelem culpados e merecedores de tal castigo (“Depende dos prisioneiros - se forem responsáveis por massacres.”).

Na maioria das restantes respostas os participantes manifestaram uma concordância geral com o item, referindo que “há casos em que pode ser essencial”.

D. Invasão

D.1. Concordância (53%)

Enquanto nas respostas aos itens do contraterrorismo, pena de morte e tortura de prisioneiros de guerra as referências aos direitos humanos serviram para fundamentar, sobretudo, os posicionamentos de discordância, nas respostas ao item da invasão verificou-se precisamente o contrário, com este tipo de argumentação a surgir apenas nas respostas favoráveis à invasão (53%).

De acordo com estes participantes (49% das respostas situadas na concordância), um país tem o direito de invadir outro “se nele se estiverem a exercer crimes contra a humanidade”, “quando o país a invadir não esteja a respeitar os direitos humanos e cívicos dos seus habitantes ou esteja a agir contra a vida dos seus habitantes”. Inerente a este tipo de argumentação está a ideia de invasão como forma de intervenção humanitária (“Por motivos de guerra noutro país, para receberem ajuda é necessário, por vezes, invadir outro país.”). 7% enfatizaram a necessidade de aprovação internacional da invasão, com referências a organismos como a OTAN ou a ONU.

Ainda no contexto da legitimação da invasão, torna-se importante dar conta de uma percentagem considerável de respostas (25%) que focalizaram questões relacionadas com a segurança nacional (“Há matérias de segurança para o próprio país que poderão a isso obrigar.”). A argumentação destes participantes centrou-se na responsabilização do país a invadir e na noção de legítima defesa: a invasão justifica-se como resposta a um ataque prévio desse país (15%) (“Apenas em situação de legítima defesa contra um ataque militar.”) ou como resposta a uma potencial ameaça do mesmo (10%) - estando, neste último caso, implícita a ideia de ataque preventivo (“Preventivamente, como forma de evitar ser atacado. Apenas perante ameaças irrefutáveis”).

Em 10% das respostas o direito à invasão foi defendido por referência a situações limite que possam comprometer a paz mundial, para casos “em que

esteja ameaçada a paz da maior parte dos países do mundo”. Alguns participantes recorreram a referências históricas, com particular destaque para a Segunda Guerra Mundial (“Como na invasão da Alemanha para acabar com a Segunda Guerra.”).

À semelhança do verificado para os outros itens, alguns indivíduos participantes manifestaram uma concordância geral, não concretizando os motivos deste posicionamento (“[...] existem situações em que a invasão de um país é necessária.”).

D.2. Discordância (47%)

Entre os participantes que sustentaram uma posição de discordância (47%), o argumento predominante foi o direito dos países à autodeterminação (43% das respostas discordantes), com 23% a referenciarem o conceito de ‘soberania’ (“[...] cada país é e deve ser soberano.”).

Enquanto alguns enfatizaram questões de ordem geográfica e territorial (“Um país nunca tem o direito de invadir outro país, na medida em que invadir é desrespeitar o espaço do outro.”), outros centraram-se no direito à autonomia cultural, social e política dos povos (“Cada país tem o direito à liberdade, e à escolha das suas crenças e valores.”).

7% realçaram a ineficácia da invasão como forma de resolução de conflitos (“Não acredito na resolução de problemas dessa maneira.”) e 5% alertaram para o perigo de a invasão poder conduzir a uma guerra prolongada (“Porque isso leva a mais conflitos, possivelmente a uma guerra prolongada.”).

16% apresentaram soluções alternativas e não-violentas de resolução de conflitos, tais como o diálogo e a negociação (“Invadir nunca, existe a comunicação para se chegar a um acordo para os 2 países. Há que tentar respeitar a soberania e resolver os conflitos através da diplomacia.”).

A maioria dos restantes participantes manifestou uma discordância geral com o item (“[...] discordo totalmente de invadirmos outros países.”).

E. Violência policial / militar

E.1 Concordância (79%)

Nas respostas relativamente ao item “Às vezes a polícia ou os militares têm o direito de usar de violência contra os seus concidadãos”, foi possível identificar três categorias centrais de argumentação a favor da legitimidade deste tipo de violência de Estado. De acordo com estes participantes (79%), as forças policiais ou militares têm o direito de usar violência contra os seus concidadãos: para defesa pessoal (legítima defesa); para defesa de outros cidadãos; para defesa do Estado (para assegurar o cumprimento das normas vigentes e a manutenção da ordem pública).

No que concerne aos que utilizaram o primeiro tipo de argumentação (43%), verificou-se que a maioria confere à legítima defesa um caráter de exceção, vendo-a como a única situação passível de justificar o recurso à violência (“[...] acho que as forças policiais nunca deveriam usar a violência a não ser em legítima defesa.”).

A legitimidade do recurso à violência policial/militar em defesa de outros cidadãos foi defendida por 25% dos participantes que concordaram com o item. (“Só o poderá fazer se os cidadãos usarem a violência contra outros cidadãos.”). Em 21% destas respostas a violência foi considerada legítima em situações de ameaça à integridade física e em 11% das respostas em situações de ameaça à vida. 8% dos participantes referiram-se de forma generalista a situações de ameaças aos direitos e liberdades dos cidadãos (“Em determinados casos as autoridades têm legitimidade para usar a violência, ainda que de forma contida, de forma a impedir situações que ponham em causa as liberdades e direitos dos demais cidadãos”), sendo que os restantes não especificaram o tipo de situações legitimadoras da violência.

No terceiro tipo de argumentação (28%), que denominámos “defesa do Estado”, optou-se por agrupar aquelas respostas em que a ênfase, ao invés de ter sido colocada na proteção da integridade física ou vida humana (do próprio ou do outro), foi colocada sobretudo na proteção da autoridade do Estado (“Um Estado sem autoridade não é Estado.”). Nesta ótica, a função

dos policiais e militares passa por “manter a ordem pública e fazer respeitar a lei”, garantindo “o normal funcionamento da democracia”, “caso contrário, tornar-se-ia uma anarquia”.

Quanto à natureza destes atos percebidos pelos participantes como constituindo desvios à ordem estabelecida, alguns referiram sobretudo situações na esfera da desobediência civil (“Em determinadas manifestações os manifestantes excedem-se e atacam as forças da ordem.”; “Casos de necessidade de reposição/manutenção da ordem pública em tumultos/motins.”). Outros mencionaram atos ilícitos (“Se esses cidadãos são foras-da-lei.”; “Um homicida ou agressor violento tem de ser tomado por meios violentos na generalidade.”), havendo ainda a referência a grupos específicos perante os quais a violência policial/militar é percebida como necessária e legítima (“[...] há grupos (*hooligans*, neonazis) que [...]”; “[...] se os seus concidadãos forem terroristas.”). A maioria dos restantes participantes manifestou uma concordância geral com o item (“[...] se as circunstâncias assim o exigirem.”).

E.2. Discordância (21%)

Do lado da discordância (21%), a argumentação da maioria baseou-se na oposição geral ao uso de violência (“Nada justifica o uso de violência.”). 63% dos participantes situados na discordância referiram que o recurso à violência não resolve problemas, conduzindo a sentimentos de revolta e a processos de escalada (“A violência não ajuda, só traz revolta e na minha opinião os conflitos aumentam devido à revolta.”; “Acredito que violência gera violência.”). Por sua vez, 30% sugeriram alternativas de controlo social não violentas (“Existem meios legais - recurso aos tribunais - para punir infratores sem recurso a violência por parte da polícia ou militares.”). A maioria dos restantes participantes apresentou uma discordância geral com o item, referindo que “nem a polícia nem os militares têm direito de utilizar a força contra quem quer que seja”.

4.4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise das respostas aos itens selecionados permitiu identificar, para cada uma das formas de violência de Estado abordadas, os argumentos associados à sua legitimação e aqueles que fundamentam a rejeição de tais atos. A seleção de tipos de violência de Estado que se distinguem no grau de normatividade do ato, na sua natureza (agressão, tortura, morte) e respetivo alvo (civis, criminosos, prisioneiros de guerra), possibilitou ainda uma análise comparativa do posicionamento dos participantes para cada um deles, procurando perceber em que medida se assemelhava ou diferenciava em função destas dimensões.

Relativamente à primeira dimensão (grau de normatividade do ato), os resultados apontam para a sua relevância ao verificar-se uma predominância de discordância para os três itens que remetem para violência de Estado não-normativa (tortura de prisioneiros, pena de morte e contraterrorismo), aumentando a concordância em função do grau de normatividade do ato (maior concordância com o item violência policial/militar do que com o item invasão).

Analisando o tipo de argumentação utilizado para cada um dos itens, verifica-se uma relação entre a questão da normatividade e a argumentação com base na salvaguarda de direitos humanos. Em primeiro lugar, importa salientar o facto de esta temática se ter afigurado como central nas respostas. Atendendo à tradição humanista do nosso país, espelhada na Constituição Portuguesa e na elevada adesão de Portugal a acordos e convenções internacionais em matéria de direitos humanos, a ênfase dada pelos participantes deste estudo a esta questão era, de certa forma, previsível. No entanto, verifica-se uma transversalidade deste tipo de argumentação, que surge tanto na concordância como na discordância com os itens analisados: a defesa dos direitos humanos legitima, aos olhos de uns, e impossibilita, aos olhos de outros, a utilização de violência por parte do Estado. Esta aparente contradição traduz, afinal, os discursos políticos, mediáticos e sociais em torno da violência de Estado, conceptualizada por vezes como um “mal necessário”, um meio para atingir um fim: a proteção

dos direitos humanos . Outras vezes, como uma forma de violação dos referidos direitos.

É a análise das respostas dos participantes à luz deste processo discursivo de legitimação (ou rejeição) da violência de Estado que nos permite compreender as influências recíprocas entre a questão da normatividade do ato e a argumentação com base nos direitos humanos: nos discursos em torno da violência de Estado, a ilegalidade de determinadas formas de violência menos normativas (como a tortura de prisioneiros de guerra) é geralmente fundamentada em princípios consagrados em convenções e acordos internacionais sobre direitos humanos. Sob a égide desses princípios, a morte de civis inocentes no combate ao terrorismo, a tortura de prisioneiros de guerra ou a pena de morte constituem violações dos direitos humanos e as respostas aos itens relacionados com estes tipos de violência de Estado enfatizam esse facto. Já nos itens relacionados com violência de Estado que por vezes assume um carácter normativo (invasão e violência policial/militar) verificou-se a tendência contrária, surgindo os argumentos centrados na proteção dos direitos humanos sobretudo para fundamentar a concordância. A invasão é percebida como aceitável se tiver fins humanitários, remetendo para a conceptualização da violência como um “mal necessário”, um meio para atingir um fim: a proteção de direitos humanos. De forma semelhante, também no item da violência policial/militar a argumentação com base na questão dos direitos humanos se verifica apenas para a concordância, sendo praticamente inexistente nas respostas dos participantes que defendem a ilegitimidade deste tipo de violência de Estado.

Analisando as respostas em que os motivos invocados se deslocam do plano individual para o plano nacional, constata-se que a preocupação com a segurança nacional foi um denominador comum do lado da concordância para a generalidade dos itens analisados. Assim, se a reflexão em torno dos direitos humanos leva alguns cidadãos a legitimar a violência de Estado e outros a refutá-la, verificamos agora que a segurança nacional fundamenta sobretudo a legitimação da violência. Apesar de a questão da segurança nacional servir para fundamentar a concordância para atos normativos e não-normativos, a influência deste tipo de argumentação parece ser mediada pelo grau de

normatividade do ato, uma vez que é nos itens não-normativos que esta assume maior preponderância. Esta influência é particularmente notória em dois dos itens não-normativos (contraterrorismo e tortura de prisioneiros de guerra), para os quais esta questão surge como fundamentação predominante.

Os acontecimentos do 11 de setembro e, posteriormente, o contexto de luta contra o terrorismo internacional conduziram a sucessivas restrições de direitos e liberdades individuais e à adoção de medidas agressivas, invariavelmente justificadas pelos governos como sendo necessárias à segurança nacional. Os discursos políticos em torno da ameaça do terrorismo, muitas vezes amplificados pelos meios de comunicação social, ao passarem a mensagem de que a segurança nacional está em perigo conduzem a um aumento da percepção de ameaça por parte dos cidadãos. Alguns estudos têm demonstrado que esta percepção de insegurança está associada a uma maior predisposição para aceitar medidas agressivas, assim como restrições às liberdades e direitos individuais (Hodson, Esses e Dovidio 2006; Zimbardo 2007). A este propósito vale a pena revisitar aquilo que Cohen (2001) designa por espiral de negação, um processo que começa com a negação das medidas agressivas, passa pela reconstrução dos atos (as mortes de civis inocentes passam a ser danos colaterais e a Convenção de Genebra é contornada pela transformação de comportamentos considerados como tortura em técnicas de interrogatório, e de prisioneiros de guerra em combatentes ilegais) e, quando a natureza ilegítima dos atos é posta em evidência, a segurança nacional surge, por norma, como último grande recurso de legitimação. Esta relação poderá ajudar a explicar a centralidade da “segurança nacional” na argumentação dos participantes para justificar a concordância com atos que ultrapassam as fronteiras usualmente definidas para a legitimidade da violência de Estado.

No que toca ainda aos motivos situados no plano nacional, importa refletir aqui sobre uma especificidade relacionada com os resultados para o item da invasão, e que se prende com a centralidade do princípio da soberania dos Estados do lado da discordância com o item. É interessante verificar que os padrões centrais de argumentação que diferenciam o posicionamento da maioria dos participantes relativamente ao item da

invasão (direitos humanos do lado da concordância e soberania dos Estados do lado da discordância), traduzem, afinal, o debate suscitado pela difícil conciliação entre os princípios da “não-intervenção” e da “ingerência humanitária”. Com o final da Guerra Fria assistiu-se a uma mudança de paradigmas na ordem internacional, com a proteção de direitos humanos a sobrepor-se à questão da soberania dos Estados através do aparecimento do princípio da “ingerência humanitária” (Walzer 2000). Sob a perspectiva de que a segurança dos Estados não significa automaticamente a segurança dos respectivos povos e dos indivíduos, este princípio ampliou a definição de ameaça à paz e à segurança internacionais, prevalecendo a ideia de que a comunidade internacional não só poderia atuar para defender os direitos humanos e proteger indivíduos e populações, como teria a responsabilidade de o fazer (Tomé 2007). A referência à ajuda humanitária com vista à proteção de direitos humanos e manutenção da paz foi o argumento central na legitimação do direito geral à invasão. No entanto, do lado da discordância, os participantes sobrepujaram o plano nacional ao individual, refutando a invasão pela referência à soberania dos países.

Tomando em consideração a segunda variável diferenciadora dos tipos de violência de Estado analisados (natureza do ato), verifica-se que esta terá um efeito secundário relativamente ao efeito do grau de normatividade do ato. A questão da normatividade é a que parece ter um efeito mais preponderante, sendo este o critério diferenciador entre concordância (itens normativos) e discordância (itens não-normativos). No entanto, dentro destes dois grupos verifica-se um efeito da natureza do ato: no grupo dos itens não-normativos, a discordância é mais forte nos itens do contraterrorismo e da pena de morte (ambos envolvem matar) do que no item da tortura de prisioneiros de guerra (infligir dor/sofrimento). Seguindo o mesmo padrão, no grupo dos itens normativos verifica-se uma maior aceitação perante a utilização de violência policial/militar do que perante a invasão, geralmente mais associada à perda de vidas humanas. Referimos já a grande importância atribuída pelos nossos participantes à questão dos direitos humanos e em particular ao direito à vida. A defesa da vida gerou um elevado consenso na nossa amostra, sendo um argumento fulcral na refutação dos itens em que se

confere ao Estado o direito de matar. Se grande parte discordou do direito do governo à tortura de prisioneiros de guerra, o facto de este ato não violar o direito mais fundamental (à vida) facilita o desenvolvimento de um racional justificativo deste tipo de violência. Isto permite ao indivíduo minimizar as consequências do ato para o alvo da agressão (dor, sofrimento) por comparação com o ato valorado como mais grave (matar). Bandura (2002) refere-se a este processo como “comparação paliativa”, um mecanismo de reconversão de um comportamento ilegítimo num comportamento moralmente justificável através da sua comparação com outro ato percebido como mais condenável. Permite ainda comparar as sequelas do ato para o indivíduo com as consequências de um *ticking-bomb scenario* salientadas pela maior parte dos nossos participantes concordantes, referindo-se à possível morte de inocentes. Se nos itens da pena de morte e do contraterrorismo a comparação é de carácter quantitativo (“[...] matar um para impedir a morte de cem [...].”), no item da tortura de prisioneiros de guerra não só utilizam essa ponderação quantitativa como a esta acrescentam uma comparação de natureza qualitativa (torturar para impedir a morte).

Relativamente à terceira variável analisada - alvo da agressão - verificou-se que o seu efeito se relaciona não tanto com o tipo de alvo (civil, governante ou militar), mas sobretudo com a questão da inocência ou culpabilidade que lhe é atribuída. A questão da culpabilidade surge em todos os itens - embora, no caso do item do terrorismo, a culpabilização não seja dirigida ao alvo da agressão (civis inocentes). mas sim aos supostos responsáveis pela situação (terroristas). Ao contrário do que se verificou na argumentação com base nos direitos humanos, em que os mesmos fundamentos foram utilizados por uns para legitimar e por outros para refutar o recurso à violência de Estado, a argumentação centrada no alvo da agressão diferenciou-se claramente no discurso concordante ou discordante dos nossos participantes em função da percepção de responsabilidade do alvo pela situação: a inocência dos alvos foi usada para refutar a violência de Estado e a respetiva culpabilidade serviu para legitimá-la, sendo bastante claro que, para estes participantes, inocentes e culpados têm direitos diferentes, sendo por isso importante que os “justos não paguem pelos pecadores”.

No caso dos itens normativos, a questão da culpabilização foi patente na ênfase dada à legítima defesa, ao direito de resposta a um ataque prévio de um indivíduo (violência policial/militar) ou de um país (invasão). É interessante verificar que a culpabilização assumiu maior preponderância para o item da invasão do que para o item da violência policial, podendo estar aqui em causa a dicotomização entre ‘nós’ e os ‘outros’, sendo mais fácil culpar o outro - outro país - do que os nossos concidadãos (os alvos prováveis da violência policial/militar). No entanto, a culpabilização assumiu maior centralidade na legitimação das formas de violência de Estado não-normativas, o que nos remete uma vez mais para um dos processos discursivos de neutralização dos atos “imorais”: a essencialização do “outro” (culpado) por diferenciação do “nós” (inocentes). A essencialização do “outro” passou também pela sua desumanização, desprovendo-o de qualidades humanas e percebendo-o como não tendo valor. O não reconhecimento do outro como um ser humano é um primeiro passo para o não reconhecimento dos seus direitos e necessidades, facilitando a legitimação da violência (McAlister et al. 2006). O uso da desumanização foi sobretudo notório no item da pena de morte, com uma quantidade considerável de participantes a referirem que alguns indivíduos, por serem maus e desprovidos de qualidades humanas, merecem morrer.

Na análise do posicionamento dos participantes em relação a diferentes formas de violência de Estado, constatou-se que o principal critério diferenciador da legitimação ou refutação da mesma se prende com o grau de normatividade do ato. A violência de Estado não-normativa foi claramente mais rejeitada pelos participantes, com os resultados a evidenciarem grandes níveis de discordância para os itens do contraterrorismo, da pena de morte e da tortura de prisioneiros de guerra. Olhando às respostas dos nossos participantes e às suas frequentes referências a acordos e convenções internacionais, parece-nos que a avaliação da não-normatividade destes atos se deve não apenas ao facto de serem ilegítimos em Portugal, mas sobretudo ao facto de serem considerados ilegítimos à luz das convenções internacionais sobre os direitos humanos. Já para as formas de violência de Estado que por vezes são consideradas normativas (a utilização de violência por parte da polícia e militares; o direito de um país invadir outro), verifica-se uma maior prevalência de respostas legitimadoras do recurso à violência estatal.

As restantes variáveis analisadas (natureza do ato e alvo da agressão) parecem ter um efeito secundário ao da normatividade, diferenciador do grau de tolerância dentro de cada um dos grupos (normativo e não-normativo). Em ambos os grupos, verifica-se que os participantes são mais tolerantes em relação a situações nas quais não antecipam a perda de vidas humanas (maior tolerância para a violência policial do que para a invasão; maior tolerância para a tortura de prisioneiros de guerra do que para a pena de morte ou o contraterrorismo). No entanto, a ponderação da gravidade do ato (matar) parece ser mediada pelo grau de inocência ou culpabilidade do alvo da agressão, revelando os nossos participantes uma maior tolerância face à morte de culpados (pena de morte) do que de inocentes (contraterrorismo). Além disso, o processo de culpabilização do alvo parece ganhar maior preponderância na legitimação da violência de Estado quando os culpados são “os outros” (invasão) do que quando somos “nós” (violência policial/militar).

Esta análise comparativa de diferentes formas de violência de Estado, pondo em relevo o papel preponderante da normatividade dos atos na legitimação da violência, evidencia a complexidade de alguns tipos de violência estatal pelo seu caráter híbrido em que não existe uma proibição absoluta, mas antes uma aceitação condicional da violência, que esbate as fronteiras entre o “bem” e o “mal”. Os nossos resultados evidenciam que o posicionamento dos participantes relativamente à legitimação da violência de Estado resultou de uma avaliação dos seus propósitos mediada pela ponderação de variáveis associadas ao grau de normatividade, à natureza e ao alvo do ato. No contexto internacional de luta contra o terrorismo, as restrições de direitos individuais e a adoção de medidas agressivas têm sido justificadas pela defesa de valores como a liberdade, os direitos humanos e a paz (Malley-Morrison 2009). Os resultados do nosso estudo sugerem que estes conceitos parecem ter ressonância nos discursos de senso comum de legitimação da violência de Estado, pelo que a margem de ambiguidade inerente a justificações como “interesse humanitário” ou “segurança nacional” deverá suscitar-nos preocupação.

Capítulo 5. Estudo Dois

5.1. OBJETIVOS

Os resultados do Estudo Um permitiram-nos identificar diferentes posicionamentos e graus de tolerância face à violência de Estado numa amostra que, embora não selecionada de forma aleatória, se procurou que fosse representativa da população portuguesa em termos do género e da região. O tamanho da amostra, ao permitir a análise de uma grande diversidade de padrões de resposta, proporcionou amplitude à nossa leitura do fenómeno. No entanto, a brevidade das respostas constituiu um entrave a que esta leitura se pautasse também pela profundidade.

Neste estudo pretendemos aceder de uma forma mais aprofundada ao discurso dos participantes, apreendendo os significados subjacentes aos posicionamentos evidenciados no estudo anterior. O Estudo Um permitiu-nos identificar algumas variáveis que se assumiram como relevantes para o processo de legitimação da violência de Estado. Através do Estudo Dois pretendemos, por um lado, testar as hipóteses tecidas no Estudo Um em relação à forma como estas variáveis influenciam os posicionamentos dos indivíduos e, por outro lado, identificar outras dimensões emergentes dos discursos dos participantes que se afigurem como importantes para a compreensão do fenómeno.

5.2. MÉTODO

5.2.1. Participantes

Se no Estudo Um a amostra foi recolhida com vista a ser representativa da população, no Estudo Dois procurou-se obter uma amostra representativa do fenómeno em análise. Este procedimento de constituição de amostras é designado por amostragem teórica (Glaser & Strauss, 1967, cit. Strauss & Corbin, 1998) ou por “seleção de dados com base na teoria” (Rennie, Phillips & Quartaro, 1988, p.142). Neste sentido, seleccionámos um primeiro grupo de participantes que fosse representativo da tendência predominante da amostra do estudo preliminar, que consistiu na concordância com os itens normativos (‘violência policial / militar’ e ‘invasão’) e na discordância com os itens não normativos (‘tortura’, ‘contraterrorismo’ e ‘pena de morte’).

Procurámos ainda introduzir variabilidade na amostra, um importante princípio da amostragem teórica, no sentido de podermos aceder a experiências heterogéneas (Rennie, Phillips & Quartaro, 1988; Ritchie, Lewis & Elam, 2003). A variabilidade foi introduzida através da constituição de grupos contrastantes: o grupo dos participantes que se mostraram concordantes com todos os itens (‘Discordantes’), e o grupo dos participantes que se mostraram discordantes de todos os itens (‘Concordantes’), de forma a procurar que a nossa amostra incluisse os posicionamentos extremos do fenómeno em análise.

Na seleção dos participantes para cada um dos grupos, procurámos o máximo de variabilidade possível no que concerne à argumentação predominante de cada um deles. Por exemplo, para o grupo dos ‘Discordantes’, seleccionámos a Diana, cuja argumentação passou sobretudo pela defesa da universalidade do ‘direito à vida’, e o Rui, que se centrou na dimensão da inocência/culpabilidade. Além do mais, procurámos obter variabilidade intragrupo em termos de características sociodemográficas referidas na literatura como relevantes para a tolerância face à violência de Estado (idade; género), tentando emparelhar os participantes dos três grupos

de forma a obter grupos homogêneos entre si nestas mesmas variáveis.

A fim de maximizar a variabilidade da nossa amostra no que concerne aos seus posicionamentos sobre o fenómeno, procedemos ainda à identificação de casos negativos, ou seja, daqueles participantes que não se enquadravam em nenhum dos grupos anteriores, “contrariando os padrões emergentes dos dados” (Taylor & Bogdan, 1984, cit. Machado, 2000, p.357). Trata-se de participantes que apresentaram padrões de resposta que podemos considerar atípicos se olharmos às tendências encontradas no Estudo Um (concordância com todos os itens; concordância com os itens normativos; discordância com todos os itens). Foram encontradas oito combinações de resposta aos itens que não se enquadram nos referidos grupos (1. concordância apenas com item ‘violência policial/militar’; 2. concordância apenas com item ‘invasão’; 3. concordância apenas com itens ‘violência policial/militar’ e ‘tortura’; 4. concordância com itens normativos e com item ‘tortura’; 5. concordância com itens normativos e com item ‘contraterrorismo’; 6. concordância com todos os itens exceto item ‘pena de morte’; 7. concordância com todos os itens exceto item; ‘tortura’; 8. concordância com todos os itens exceto item ‘contraterrorismo’).

Pretendíamos seleccionar oito casos negativos de modo a incluir no segundo estudo as oito combinações de resposta aos itens encontradas. No entanto, deparámo-nos com alguns obstáculos. Por um lado, foi incontornável ao processo de amostragem a inclusão apenas daqueles participantes que referiram previamente (durante a recolha de dados do Estudo Um) estarem disponíveis para colaborar no segundo estudo. Além do mais, por motivos logísticos excluímos os participantes residentes nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, uma vez que seria inviável a deslocação aos seus locais de residência para realização das entrevistas. No que concerne à seleção dos casos únicos, tratando-se dos padrões de resposta atípicos, o número de participantes elegíveis era naturalmente reduzido, pelo que tais obstáculos ao processo de amostragem constituíram um entrave efetivo, não tendo sido possível incluir participantes representativos de duas das combinações atípicas de resposta encontradas (4. concordância com itens normativos e com item ‘tortura’; 8. concordância com todos os itens exceto item

‘contraterrorismo’).

Já no que respeita à seleção dos participantes para os três grupos contrastantes, estas limitações ao processo de recolha de dados acabaram por não se constituir como obstáculos, uma vez que o número de participantes elegíveis para cada um dos grupos que se disponibilizaram a colaborar no segundo estudo revelou-se suficiente para que fosse possível garantir, para cada grupo, variabilidade quer em termos de género e idade, quer em termos dos padrões de argumentação dos participantes. Foi também possível o emparelhamento dos três grupos no que concerne ao género e à idade.

No final a nossa amostra, sistematizada nas tabelas 1 a 4, foi constituída por trinta e seis participantes.

TABELA 1 - GRUPO DOS ‘NORMATIVOS’

Concordância com itens ‘normativos’ (violência policial/militar; invasão)

Discordância com itens não normativos (pena da morte, tortura, contraterrorismo)

Nome Fictício	Idade
João	21 anos
Catarina	23 anos
António	36 anos
Cátia	32 anos
Pedro	47 anos
Vanessa	44 anos
Ricardo	55 anos
Ana	58 anos
Alfredo	64 anos
Maria	70 anos

TABELA 2 - GRUPO DOS ‘CONCORDANTES’ (Concordância com todos os itens)

Nome Fictício	Idade
Rui	18 anos
Diana	25 anos
David	37 anos
Carolina	33 anos
Hugo	49 anos
Beatriz	44 anos
Gonçalo	55 anos
Susana	56 anos
Francisco	60 anos
Joana	62 anos

TABELA 3 - GRUPO DOS ‘DISCORDANTES’ (Discordância com todos os itens)

Nome Fictício	Idade
Eduardo	22 anos
Liliana	20 anos
Diogo	30 anos
Alice	32 anos
Artur	41 anos
Inês	43 anos
José	57 anos
Mafalda	55 anos
Augusto	64 anos
Conceição	67 anos

TABELA 4 - CASOS NEGATIVOS

Nome Fictício	Idade
Filipa	24
Gil	31
Cristina	33
Alice	36
Daniel	48
Sofia	52

5.2.2. Instrumento

Dado que pretendíamos obter uma leitura aprofundada dos processos de legitimação da violência de Estado, optámos pela entrevista semiestruturada, um instrumento de recolha de dados que, devido à sua natureza, “proporciona maior profundidade” (Fontana & Frey, 1994, p. 365; cit. Matos, 2008). O guião de entrevista (cf. Anexo 2) ‘Perspetivas sobre a Violência de Estado’ (Barbosa & Machado, 2010) foi criado de raiz, e a sua concetualização decorre intrinsecamente do primeiro estudo.

Na primeira parte do guião as respostas dos participantes ao PAIRTAPS são revisitadas, solicitando-se aos entrevistados que expliquem de uma forma mais detalhada os seus posicionamentos face aos cinco itens analisados. (*Instrução: Para começar esta entrevista, vou pedir-lhe que relembre as suas respostas a alguns dos itens do PAIRTAPS, e que explique, de uma forma mais aprofundada, o seu posicionamento face aos mesmos*). Com esta exploração dos seus discursos visa-se atingir um nível mais profundo de compreensão, indo além da identificação dos argumentos predominantemente usados pelos participantes feita no primeiro estudo, ou seja, procurando apreender os processos de raciocínio que lhes estão subjacentes.

Na segunda parte da entrevista é solicitado aos participantes que se posicionem face a um conjunto de cenários hipotéticos que se definem como situações-problema, representativas da atividade policial e militar, e potenciadoras de diferentes tipos de violência de Estado (*Instrução: Agora gostaria que se posicionasse face a um conjunto de cenários que, apesar de serem hipotéticos, remetem para situações mais concretas de violência de Estado*). Estes cenários foram construídos em função das variáveis que se evidenciaram no Estudo Um como relevantes para o processo de legitimação da violência de Estado. Na constituição dos cenários foi considerada a necessidade de compreender com maior amplitude e profundidade a forma como essas variáveis se influenciam entre si. Através da construção dos diferentes cenários procurou-se assim, para cada tipo de violência de Estado, abarcar as diferentes combinações possíveis entre as referidas variáveis (por exemplo: tortura de inocente; tortura de culpado).

No guião utilizado constam sete cenários gerais: Manifestação, Perseguição Policial, Tortura, Pena de Morte, Ataque Terrorista, Intervenção Militar. Cada um destes cenários, por sua vez, integra diversos microcenários que refletem diferentes circunstancialismos que, como vimos, podem influenciar o processo de legitimação da violência. O cenário da Manifestação (cf. tabela 5) inclui micro-cenários de desobediência civil, vandalismo, confrontos e agressão a terceiros, que permitem avaliar potenciais diferenças de posicionamento a nível, por exemplo, da identificação com o alvo (i.e., motivo da manifestação), ou dos seus antecedentes (e.g., perigosidade). Para cada um dos micro-cenários, procura-se explorar os motivos para a legitimação ou refutação da violência, recorrendo-se também à comparação entre os mesmos de forma a identificar os critérios diferenciadores destes posicionamentos.

TABELA 5 - CENÁRIO DA MANIFESTAÇÃO

Cenário: Face ao aumento de propinas e ao corte dos apoios sociais nas universidades, as associações académicas convocam uma manifestação de estudantes a nível nacional.

(Instrução: *Posicione-se relativamente ao uso de violência, por parte dos agentes da segurança, nos seguintes cenários hipotéticos ocorridos durante a manifestação*).

Desobediência civil

Alguns manifestantes ocupam a sala de espera da reitoria de uma das universidades. Apesar das ameaças de ordem de prisão por parte das forças de segurança, os manifestantes recusam-se a abandonar o local e afirmam que ali permanecerão, num “acampamento improvisado”, até que o governo recue na aplicação das novas medidas.

Pequeno vandalismo

Alguns manifestantes provocam actos de vandalismo numa das universidades onde decorre a manifestação, derrubando caixotes de lixo, placards, mesas e cadeiras dos corredores e salas por onde passam.

Vandalismo sério

Numa das avenidas onde decorre a manifestação, alguns manifestantes começam a derrubar as esplanadas dos cafés, a partir os vidros das montras das lojas e dos carros que estão estacionados.

Confrontos entre manifestantes

Os ânimos aquecem entre representantes de duas associações de estudantes e começam a verificar-se confrontos entre os mesmos.

Agressões a civis

Os ânimos aquecem entre os manifestantes e alguns cidadãos que assistem à manifestação e um grupo de manifestantes começa a agredi-los.

Agressões a polícias

Os ânimos aquecem entre os manifestantes e os polícias destacados para vigiar a manifestação e um grupo de manifestantes.

NOTA: De forma a procurar aprofundar a influência de dimensões relacionadas com os intervenientes, os participantes são convidados a posicionar-se face aos mesmos micro-cenários (devidamente adaptados, de forma a parecerem verosímeis) no caso de se tratar de uma manifestação de neonazis.

A segunda parte do guião foi inicialmente conceptualizada para ser conduzida de uma forma estruturada, percorrendo com o entrevistado os diferentes cenários e suas alíneas (micro-cenários). No entanto, na exploração das respostas ao PAIRTAPS, os participantes procuravam concretizar as suas considerações recorrendo a exemplos, o que levou a que muitos dos cenários previstos no guião acabassem por emergir espontaneamente nos seus discursos. A exploração de diferentes cenários partindo dos exemplos dos próprios participantes revelou-se profícua do ponto de vista do desenrolar da entrevista e do fluir da conversação. Esta abordagem permitia também diferenciar aqueles argumentos que emergiam de forma espontânea do discurso dos participantes. Assim, procuramos flexibilizar a forma como conduzíamos a entrevista, privilegiando os cenários introduzidos pelos participantes para a exploração das dimensões contempladas nos cenários previstos no guião sempre que possível.

Os exemplos fornecidos pelos participantes foram conduzindo à reformulação de alguns aspetos dos cenários, que se foram tornando mais compreensíveis e diversificados. Além do mais, emergiram dos seus discursos dimensões que não havíamos considerado mas que se afiguraram como relevantes, pelo que as incorporámos nos cenários.

5.2.3. Recolha e análise dos dados

As entrevistas foram realizadas entre setembro de 2011 e maio de 2012. Os participantes foram contactados por telefone com vista ao esclarecimento do âmbito e dos procedimentos de recolha de dados. Durante estes contactos, e após autorização dos participantes, as entrevistas foram agendadas em horários e locais da sua conveniência. O consentimento informado foi formalizado por escrito e assinado pelos participantes. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio.

Nas metodologias qualitativas é defendida a natureza cíclica dos processos da recolha e tratamento de dados de forma a permitir que estes possam ir sendo refinados no decorrer da investigação. A codificação das primeiras entrevistas realizadas, antes de prosseguir com a restante recolha dos dados, revelou-se essencial para o refinamento do nosso guião de entrevista. Como já referimos, desta análise surgiram novos cenários e alterações nos cenários previstos inicialmente no guião.

Na análise preliminar, tivemos o cuidado de incluir entrevistas de participantes de cada um dos grupos contrastantes, o que se revelou providencial, já que a convergência dos resultados de dois dos grupos em algumas das categorias mais revelantes nos permitiu perceber que faria mais sentido proceder à codificação da amostra como um todo. A fim de maximizar a criação de categorias numa fase inicial da análise, fomos intercalando a codificação de entrevistas dos diferentes grupos contrastantes, seleccionando primeiro as mais densas e informativas.

A análise de dados qualitativos pressupõe a exploração exaustiva do material recolhido (Darlington & Scott, 2002). Nesse sentido, iniciámos a codificação de cada entrevista pela leitura atenta da sua transcrição, registando as impressões gerais daí resultantes, de modo a apreender o seu conteúdo geral. Definimos a frase como unidade de análise a utilizar ao longo da categorização dos dados.

Em conformidade com os princípios da *grounded analysis*, construímos as categorias indutivamente, a partir dos dados, não havendo uma grelha de categorização apriorística (princípio indutivo). No entanto, “...nenhum método

qualitativo assenta na indução pura...”, já que “...as questões que colocamos associam-se ao que sabemos...” (Bardin, 1977, p. 509), pelo que nunca poderemos descurar a influência de conceitos prévios dos investigadores.

Começámos por construir categorias descritivas e próximas dos significados e linguagem dos participantes (princípio da parcimónia). Seguindo o princípio da codificação aberta, as unidades de análise foram inseridas no máximo possível de categorias. Foram efetuados memorandos com impressões quanto ao significado dos dados e suas relações, que mais tarde foram importantes para a consolidação do sistema de categorias.

O processo de codificação contemplou uma comparação constante dos dados e das categorias com vista a gerar e organizar categorias conceitualmente mais diferenciadas (Charmaz, 2005; Nolas, 2011; Strauss e Corbin, 1998). Este processo é próprio de um segundo momento de codificação em que os dados se vão organizando teoricamente, fruto de uma categorização axial (Saldaña, 2009). O sistema de categorias foi sofrendo reclassificações e rearranjos consoante as leituras que foram emergindo, de modo a formar explicações mais precisas sobre o fenómeno. É através deste processo gradual de construção de categorias de nível superior que se proporciona uma leitura teórica dos dados (Machado, 2000; cit Matos, 2008).

Na última fase da categorização dedicámo-nos à integração e refinamento da teoria (codificação seletiva). Através da revisão dos memorandos e do recurso a esquemas, procurámos definir a categoria central, sob a qual se podiam integrar todas as outras, para formar um esquema explicativo, unificador e global. Desta teorização resultou a construção de estruturas categoriais que nos permitiram identificar dois padrões discursivos. Procedemos à eliminação de dados que não nos pareciam contribuir para uma melhor compreensão dos referidos padrões. Neste sentido, na definição da estrutura-base do discurso de cada grupo incluímos somente todas as categorias consensuais e todas as propriedades e/ou dimensões referidas por pelo menos metade dos participantes.

Delineado o esquema teórico, prosseguimos para o seu refinamento. Desde logo, relendo-o para analisar a sua consistência interna e a sua lógica e para procurar eventuais lacunas. Demos por concluída a nossa formulação

teórica quando considerámos ter alcançado uma conceptualização enraizada no material empírico. O processo de análise dos dados foi concretizado com recurso ao *software* informático N Vivo 9. Após a estabilização do sistema de categorias, estas foram ordenadas consoante a sua frequência.

5.2.4. Estratégias de Validação dos Resultados

A fim de procedermos à validação dos nossos resultados adotamos uma série de estratégias ao longo das diferentes etapas do processo de investigação. Desde logo, a credibilidade do nosso estudo é sustentada pela visibilidade que procurámos dar a todo o processo de investigação através da sua descrição detalhada. Efetuámos uma descrição densa dos significados identificados e mantivemos a proximidade face ao discurso dos participantes, criando as categorias de forma indutiva e acompanhando a descrição das mesmas de citações exemplificativas.

Consideramos ainda que a qualidade dos dados é assegurada pelo procedimento de amostragem teórica intencional que foi utilizado. Selecionámos participantes com diferentes graus de tolerância face à violência de Estado, obtendo uma amostra representativa do fenómeno em estudo que nos permitiu atingir a saturação das categorias mais relevantes.

A fim de assegurarmos a adequabilidade do guião de entrevista, procedemos ao método da reflexão falada, solicitando-se a colaboração de alguns dos participantes do primeiro estudo que não foram selecionados para a amostra deste estudo.

Outro critério de validação das investigações qualitativas prende-se com o acordo entre investigadores, já que os dados finais se devem basear num julgamento consensual (Rennie & Toukmanian, 1992; cit. Matos, 2006). Neste sentido, procurámos testar a adequabilidade do nosso modelo teórico, pedindo a dois avaliadores externos que lessem, na íntegra, uma entrevista de cada grupo contrastante e as situassem no âmbito dos padrões discursivos que viemos a identificar no segundo estudo. O recurso ao método comparativo

constante, de retorno ao material empírico e de revisão das transcrições, permitiu-nos, de igual modo, testar a validade da nossa teorização.

5.3. ANÁLISE DOS DISCURSOS FACE À VIOLÊNCIA DE ESTADO

A. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A VIOLÊNCIA DE ESTADO

Na primeira secção serão apresentadas as considerações gerais dos participantes acerca da violência de Estado. Estas considerações de natureza mais generalista surgiram, sobretudo, na parte inicial das entrevistas dedicada à exploração das respostas ao PAIRTAPS. Esta exploração relevou-se um bom ponto de partida para a posterior discussão em torno dos cenários, uma vez que incitou os participantes a concretizarem os seus posicionamentos através de exemplos.

Para além de ter facilitado a emergência de referências espontâneas a episódios concretos de violência, a exploração do posicionamento geral dos participantes possibilitou a contrastação entre os discursos relativos à violência em abstrato e aqueles relativos a situações concretas. Nesta contrastação, a que nos dedicaremos numa fase mais integrativa da análise dos resultados, surgem incoerências narrativas que nos dão pistas importantes para compreendermos a legitimação da violência de Estado.

A.1. O direito à paz social

“A ordem e a tranquilidade pública são direitos dos cidadãos. As pessoas só vão ter os seus direitos respeitados se existir cumprimento de deveres.”

O direito dos indivíduos à ordem e tranquilidade pública foi um dos aspetos mais enfatizados pelos participantes (n=36) nas suas considerações gerais sobre a violência de Estado. Alguns (n=19) lembraram a máxima de que “a minha liberdade acaba onde começa a liberdade do outro” para demonstrar a indissociabilidade entre direitos e deveres. Se as pessoas querem usufruir dos seus direitos, têm de cumprir os seus deveres (“A sociedade fundamenta-se numa estrutura e tens leis, em que tens paz e a ordem, quer dizer... A gente concorda ou não concorda com determinadas coisas, mas se é isso que faz com que haja uma certa estabilidade, as pessoas têm de o respeitar.”).

“O Estado tem de intervir em todas as violações do direito para garantir a paz social.”

Quando se verifica o incumprimento de deveres por parte dos cidadãos, os participantes (n=36) esperam que o Estado intervenha. Delegam essa função no Estado por lhe reconhecerem autoridade, se eleito de forma democrática (n=21), e por terem a expectativa de que a sua atuação será eficiente porque detém meios e agentes especializados (n=16) (“Porque tem as estratégias, sabe proteger-se, sabe o que fazer, como fazer, não é?! mais do que um cidadão comum, portanto, nesse sentido, não é tanto o dever, mas mais o que ele... a preparação que ele teve que lhe permite fazer isso, ao contrário de outra pessoa, porque se arriscaria mais, porque não sabe as técnicas, não é?! eu acho que isso pode ser chamado, sim, de ter aquele dever de proteger, porque tem estas, esta, esta preparação. A meu ver, é que eles,

efetivamente, fazem isso, porque estão mais bem preparados, ou se não estão, deveriam estar...”).

A generalidade dos entrevistados considera que a função de proteção deve estar delegada no Estado (ao invés de delegada em privados igualmente preparados para lidar com questões de segurança e ordem pública), já que ao ser um órgão democraticamente eleito, irá exercer a autoridade em consonância com os princípios defendidos pela sociedade (“A polícia representa o Estado, o direito, não é? Portanto à partida confiamos que atue com base nesses princípios, numa lógica democrática, não é?”).

“É para isso que nós pagamos impostos, não é? Para ter alguém que nos defenda da violência dos outros.”

Apesar de terem sido poucos os participantes que se referiram a esta condição de ‘ordem e tranquilidade pública’ como ‘paz social’ (n=4), optamos por esta designação por ser aquela que mais se aproxima, do ponto de vista concetual, à argumentação da maioria em torno da legitimação da violência de Estado centrada, sobretudo, na necessidade de resposta à violência. Nas palavras de uma participante, “a paz social não é só estarem os relvados direitinhos, os espaços direitinhos, é também não haver violência... portanto o Estado tem de criar sinais para que as pessoas não pisem os relvados, e também tem de dar resposta à violência, para existir paz social... daí que às vezes seja necessária a violência”. Torna-se por isso fundamental que o Estado tenha agentes especializados no uso da força (polícias e militares) para garantir a paz social: “É por isso [necessidade de combater a violência] que um Polícia é importante, e eu defendo muito a posição de que eles podem exercer violência, ou são autoridade. Se são autoridade têm de ser respeitados como autoridade. Mas isso porquê? Porque eles são precisamente, representam institucionalmente e depois na realidade, é suposto representarem a nossa segurança.”

A.2. Violência de Estado como ‘mal necessário’

“Não ofereces a outra face, não podes fazer isso, seria ingênuo acreditar que resulta.”

Na ótica da maioria dos entrevistados (n=22), os métodos violentos são a única resposta possível face à violência, uma vez que constituem a única verdadeiramente eficaz (“Mas é um bocado realmente complicado porque nós podemos fazer duas coisas: ou ficamos a olhar para eles e tentamos pacificar de forma ativa, mas não violenta; mas isso, lamento imenso que seja assim, mas nunca resulta.”). Estes participantes referem-se às respostas violentas por parte do Estado como sendo ‘um mal necessário’ (“[...] é necessária... é muito mau porque é um ciclo vicioso, mas tem sido sempre necessária violência para evitar violência. E por isso, acho que se os polícias puderem intervir para pacificar, ótimo, mas sinceramente não sou crente que seja uma boa solução para esses casos [situações violentas]. ”).

“É como diz o Gandhi, olho por olho, ficamos todos cegos...o Estado tem de dar o exemplo, tem de procurar outras soluções.”

Já os restantes participantes (n=14) afirmam ser “por princípio, contra a violência”. Alguns (n=8) ressalvam que “claro que há exceções, existem circunstâncias excecionais”. No entanto, na perspetiva destes, “a exceção não faz a regra, por isso é que é, é que é a exceção, por isso é que se chama exceção... e a regra, no meu entender, deve ser a paz”. Ser “contra a violência” significa ser a favor da paz, dar prioridade a meios pacíficos de resolução dos conflitos, “os agentes da autoridade têm de ter a paz como bitola e não a violência”. Ou seja, para estes participantes advogar o princípio da não violência passa por privilegiar as respostas não violentas, não implicando um posicionamento de refutação absoluta dos meios violentos.

Relativamente aos outros participantes (n=6) que se posicionaram contra a violência por uma questão de princípio e que não abriram ‘exceções’ a tal posicionamento nas suas considerações gerais sobre a violência de Estado, verificou-se que acabaram por fazê-lo na discussão dos cenários. Da análise do seu discurso foi possível perceber que muitos deles usavam o termo ‘violência’ para designar, essencialmente, o uso da força letal e o uso da tortura, referindo-se às restantes formas de agressão como ‘uso da força’, ‘força musculada’, ou ‘força de contenção’. Por exemplo, um referiu que “a violência só pode ser utilizada em situações muito especiais, muito particulares... nas situações do dia a dia, a polícia só deve usar a força, numa lógica de conter”. Um outro referiu ser “contra a violência”, e só admitir aquilo que apelida de “força de contenção, às vezes é preciso uma força de contenção, ação mais musculada”.

Deste modo, acabamos por encontrar discursos de legitimação também nos participantes que referem ser, por princípio, contra a violência. Alguns admitem cenários que, embora vejam como excecionais¹⁴, são legitimadores da violência de Estado; no caso de outros, a discordância em absoluto prende-se essencialmente com uma questão de nomenclatura, já que só apelidam de ‘violentas’ as ações que veem como mais gravosas.

Em suma, pesem embora as diferenças no que concerne ao grau ou amplitude em que legitimam ações violentas por parte do Estado, o discurso da ‘violência como mal necessário’ acabou por emergir nas narrativas de todos os participantes.

¹⁴O espectro de ‘circunstâncias excecionais’ percebidas como legítimas foi muito diversificado entre os participantes, e será detalhado na secção deste capítulo dedicada aos seus discursos em torno de cenários concretos de violência.

B. A LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE ESTADO

Através das respostas relativas aos cenários constantes do guião de entrevista e a outros cenários emergentes do discurso dos participantes, foi possível analisar, de forma detalhada, situações que remetiam para diferentes finalidades da violência de Estado, a fim de identificar aquelas que consideram ser legítimas e quais os argumentos subjacentes a essa legitimação.

De uma forma geral, os discursos da amostra diferenciam-se em função de os cenários analisados serem avaliados ou não como ‘situações de vida ou morte’. Os participantes assumem discursos de maior tolerância face à violência de Estado quando aquilo que está em causa é a defesa da vida do que em situações à partida não letais, em que está em causa ‘apenas’ a integridade de pessoas ou bens. Esta diferenciação não se prende com a letalidade dos meios usados pelo Estado, mas sim com a letalidade da situação em causa (por exemplo, a tortura é um meio não letal que os participantes tendem a legitimar apenas em situações letais, ou seja, em situações de ‘vida ou morte’).

A ‘letalidade’ da situação será, por conseguinte, o principal fio condutor na apresentação dos resultados.

B.1. Situações Não Letais

Nesta categoria são codificados os discursos relativos a situações em que está em causa a integridade física (B.1.1.1. Pessoas) ou material (B.1.1.2. Bens), mas em que não existe perigo de vida.

B.2. Situações Letais

Nesta categoria são codificados os discursos relativos a situações de ‘vida ou morte’, em que está em causa a defesa da vida.

A generalidade dos participantes equipara, em muitos aspetos, o direito do Estado a matar e o direito do Estado a torturar: ambos só podem ser legitimados em situações letais. No entanto, estas duas formas de violência de Estado possuem inegáveis diferenças (desde logo, uma delas é letal e a outra, à partida, não), que se refletem, naturalmente, nos discursos dos participantes e que nos levam a apresentá-las em separado: **B.2.1. Direito a Matar; B.2.2. Direito a Torturar.**

Tal como nos indicavam os resultados do Estudo Um, neste estudo evidencia-se a forma muito particular como os participantes encaram os cenários de guerra. Atendendo às especificidades dos discursos relativos a tais cenários, optámos por apresentá-los separadamente: **B.2.3. Palcos de Guerra.**

Os resultados de cada uma das categorias gerais descritas estão organizados em torno de três dimensões que se afiguraram como centrais na diferenciação dos níveis de tolerância dos participantes:

Meios: consideração de que os meios usados pelo Estado devem ou não ser proporcionais à situação.

Processo: consideração de que a ação do Estado deve ser de natureza reativa (rejeição da iniciativa violenta por parte do Estado) ou de natureza proactiva (o Estado pode agir por antecipação, em função da probabilidade de a situação se tornar violenta). Nos discursos legitimadores da natureza proactiva, optámos por diferenciar as ações ‘preemptivas’ e as ‘preventivas’. Embora ‘preemptivo’ seja uma terminologia usada sobretudo em contextos militares, decidimos adotá-la por nos permitir diferenciar os discursos legitimadores da ação por antecipação em situações concretas de perigo iminente (preemptivo) daqueles que se referem ao uso da força com vista a prevenir futuras ocorrências de violência (sendo que neste texto usaremos o termo ‘preventivo’ para nos referirmos a estes cenários e vítimas ‘abstratos’).

Intervenientes: um dos aspetos que se evidenciou como preponderante no Estudo Um e que nos importou explorar através das entrevistas prendia-se com o que denominamos ‘natureza do alvo’, ou seja, de que forma a avaliação das pessoas envolvidas na situação deveria ou não, na ótica dos participantes, influenciar a intervenção estatal. No Estudo Um, devido à brevidade das respostas, nem sempre foi possível discriminar aquilo que os participantes entendiam por ‘inocentes’/‘culpados’: se estavam a referir-se a características mais pessoais, relacionadas com a avaliação das ‘qualidades humanas’ das pessoas envolvidas (por exemplo, em função de terem ou não antecedentes ‘criminais’), ou se estavam a referir-se unicamente à responsabilidade da pessoa na situação em análise. No entanto, a análise das entrevistas tornou possível a diferenciação entre as referências ao grau de responsabilidade na situação e as referências às ‘qualidades humanas’ das pessoas envolvidas. Os resultados põem em evidência que se trata de discursos claramente diferenciados, uma vez que remetem para dimensões situacionais (responsabilidade na situação) ou para dimensões pessoais (quem é o indivíduo, quais os seus antecedentes, quais as suas características). A fim de refletir tais dimensões, os discursos referentes à responsabilidade na situação foram codificados na categoria ‘Culpabilidade’ e os discursos relativos aos antecedentes e características pessoais foram codificados na categoria ‘Qualidades Humanas’.

B.1. Situações Não Letais

B.1.1. O que está em causa?

B.1.1.1. Pessoas

“Ainda que não haja propriamente vítimas, por exemplo, nas lutas, não se pode fechar os olhos.”

Vimos já, na secção inicial deste capítulo, que os participantes consideram legítimo o uso de violência por parte do Estado para defender alguém que esteja a ser agredido. A discussão em torno de cenários concretos de violência permitiu perceber que a maioria (n= 27) considera que o Estado tem a obrigação de intervir “ainda que não haja propriamente vítimas, por exemplo, nas lutas, não se pode fechar os olhos. Nem que seja uma batalha em que são equiparadas as forças, a polícia não pode permitir que haja batalhas entre as pessoas! A polícia tem que intervir”.

“É um mal por si, violência gratuita de parte a parte (...) simplesmente é uma situação que não faz sentido!”

Alguns participantes (n=18) referiram que a obrigatoriedade de o Estado intervir em situações de luta ou confronto se trata de uma “questão de princípio, não faz sentido haver violência, o Estado não pode permitir”. Nestes discursos está patente uma ênfase na paz social, o direito dos indivíduos a viver numa condição de tranquilidade pública e, por conseguinte, sem violência (“A polícia tem a obrigação de combater a violência, ainda que não esteja a causar vítimas, para manter a paz pública, a paz social, não é?”).

O enfoque no direito à paz social leva a que alguns (n=5) refiram que estas situações ‘sem vítima’ também são vitimizadoras, no sentido em que são situações que vitimizam a sociedade como um todo (“[...] acaba por haver na

mesma uma vítima, que é a sociedade, que somos todos nós...”), porque lhe negam o direito à paz social (“[...] porque a paz pública também é um bem público.”).

“Apagar o fogo antes que se transforme num incêndio!”

Alguns participantes (n=17) revelaram preocupação com possíveis ‘danos colaterais’ de cenários aparentemente ‘sem vítima’ como as situações de luta ou confronto (“[...] e se no meio da confusão atiram uma pedra ou assim e acerta em alguém que estava a passar, como é que ficamos?”). Foi também muito enfatizada (n=20) a preocupação com os processos de escalada da violência e a consequente necessidade de, como refere um dos entrevistados, “apagar o fogo antes que se transforme num incêndio!”

B.1.1.2. Bens

“Os agentes da autoridade têm de impedir atos de vandalismo, seja contra pessoas ou contra objetos, os atos de violência não podem ser permitidos.”

O uso da violência de Estado com a finalidade de combater situações de vandalismo reuniu mais consenso entre os participantes, uma vez que também aqueles que haviam discordado nas situações de violência ‘sem vítima’ se mostraram favoráveis. Estes últimos (n=11) enfatizaram precisamente o facto de se tratarem de situações que lesam terceiros, do ponto de vista dos seus bens pessoais, ou do ponto de vista dos bens públicos, que são de todos, pelo que lesam toda a sociedade (“Se duas pessoas querem andar à porrada, posso achar idiota, mas é lá com elas, não estão a prejudicar ninguém... agora se vandalizam propriedade privada, ou pública, que é de todos, aí já estão a prejudicar alguém... aí a polícia tem que partir para cima deles.”).

“O Estado também tem de manter a casa arrumada, não é?”

À semelhança do verificado para as situações de violência interpessoal, a argumentação passou também pela questão da paz social (n=15), com referências ao direito à não violência (“[...] o Estado não pode permitir atos de vandalismo, não pode deixar que as pessoas andem para aí aos pontapés às coisas só porque lhes apetece... é violência gratuita.”), e à necessidade de o Estado “manter a ordem pública” (n=11). Como refere um dos participantes: “[...] não tem só a ver com a violência em si, o país é como se fosse a casa do Estado, eu tenho de manter a minha casa arrumada, e o Estado também tem de manter a casa arrumada, não é?”

“A melhor maneira de o Estado evitar a degradação dos espaços é não minimizar o pequeno vandalismo.”

Sete entrevistados referiram-se às repercussões dos atos de pequeno vandalismo do ponto de vista da negligência dos espaços pelos cidadãos (“Basta vermos o que acontece nos bairros sociais, quando se começa a negligenciar os espaços, mais facilmente alguém vai fazer um *graffiti* numa parede já toda xinada do que numa parede branca imaculada.”; “Se os polícias não derem importância porque são incidentes menores e não estão para se chatear, pá, as pessoas aproveitam, e no fundo fazem o mesmo, também não estão para se chatear e vão estragar aqui e ali só porque sim.”).

“São só umas pedras contra uns caixotes, mas de repente por azar acerta-se na cabeça de alguém que vai a passar e passa a homicídio!”

Alguns participantes (n=22) voltaram a revelar preocupação com o processo de escalada da violência, alertando para a possibilidade de pequenos episódios de vandalismo poderem dar origem a situações de maior gravidade, que possam comprometer bens de forma mais séria ou comprometer a integridade física de terceiros sob a forma de danos colaterais desses atos de vandalismo.

B.1.2. Meios

B.1.2.1. Proporcionalidade

“A atuação do Estado tem de ser proporcional àquilo que está a acontecer.”

Principiando pelos meios, verifica-se que a questão da proporcionalidade é muito enfatizada pela maioria (n=21). Nesta perspectiva, os meios não devem exceder a quantidade e o nível de violência estritamente necessários ao término da situação. Tomando a diferenciação mais geral entre uso letal e uso não letal da força, a aplicação do princípio da proporcionalidade em situações de violência não letal exclui a possibilidade de o Estado reagir com violência letal. Assim, a generalidade dos participantes é de opinião que, para as situações não letais, o uso de armas de fogo é proibitivo: “Os polícias têm de andar armados, claro... mas as pistolas são para lidar com criminosos, agora numa manifestação, mesmo nos casos das claque... ora bem, pronto, se chega a um ponto, a situação, que usam de armas, com claque nunca se sabe, não é de fiar, nunca que sabe o que para aí vem... mas se não é uma situação que envolva esse tipo de armas, armas de fogo, não passa pela cabeça de ninguém que seja a polícia a fazê-lo, era o que faltava!”

No que concerne ao uso de violência não letal por parte do Estado, na perspectiva destes participantes torna-se legítimo em resposta a situações violentas, mas só no caso de ser usada de forma proporcional às mesmas. Alguns (n= 6) apelidam este uso proporcional de ‘força de contenção’: “[...] a atuação policial tem de ser proporcional àquilo que está a acontecer, numa lógica de contenção, usar apenas uma força de contenção, ou seja, a força necessária a acabar com a violência.” Como refere um dos participantes: “[...] por exemplo, numa manifestação, se há pessoas que se começam a exceder, a empurrarem-se umas às outras, numa de provocar, a derrubar caixotes, a vandalizar, a polícia tem de agir e controlar a situação, impedir as pessoas de fazerem aquilo, impedir fisicamente, mas seria excessivo por exemplo começarem a correr as pessoas com bastonadas só porque tem as cassetetes.”

A argumentação destes participantes no sentido da proporcionalidade dos meios centra-se em duas questões. Por um lado, uma questão de ordem mais ética - seria anticonstitucional e antidemocrático estar a lesar alguém mais do que o estritamente necessário para pôr fim à situação (n=10). É da crença de que o término da situação violenta é a única finalidade legitimadora do uso da força que decorre a sua argumentação de refutação dos atos de tortura nestas situações (“[...] quando os polícias usam violência desnecessária, desproporcional, já há aí um lado de sadismo e de cobardia, porque já não é só para acabar com a situação, é para magoar... e esse é um tipo de uso da violência que é parecido com a lógica da tortura, não concebo que possa ser aceitável.”).

Por outro lado, surge na argumentação uma questão de ordem mais prática relacionada com as consequências da resposta violenta (n=16). Relembra a máxima de que “violência gera violência”; logo, a polícia ou os militares devem “evitar as respostas desproporcionadas” porque, caso contrário, estarão a impulsionar uma escalada na violência, contribuindo para a sua continuidade e não para a sua erradicação. Na opinião destes participantes, tende a ocorrer um processo de escalada porque “as pessoas transformam-se quando há violência”, e “as coisas ficam descontroladas”. Assim, o uso de violência excessiva por parte de forças policiais ou militares

será interpretado como constituindo uma atitude provocatória. (“Ora quando eles partem para o confronto primeiro, não estão a prevenir, estão a provocar! O cidadão entende sempre isto como uma provocação, não vamos ter ilusões sobre isso!”).

B.1.2.1.1. Tipo de meios e sua gravidade

Nos discursos dos participantes encontramos uma grande variabilidade no que concerne aos meios que consideram proporcionais para as mesmas situações. Esta variabilidade resulta de diferentes perceções quanto à gravidade dos próprios cenários (resultantes, sobretudo, de aspetos relacionados com os intervenientes, pelo que serão analisadas na secção que lhe é dedicada), e quanto à gravidade dos meios.

No que se refere aos meios, a título de exemplo, verifica-se que alguns participantes (n=6) referiram considerar mais grave o recurso a cassetetes do que a jatos de água ou gás pimenta/lacrimogéneo, enquanto que outros consideram precisamente o contrário. Começando pelos primeiros, verifica-se que alguns só consideram o uso de cassetetes como ‘violência’ (“Vê-se muito as cassetetes, à mínima coisa e é tudo corrido à bastonada, quando em muitos casos não havia necessidade nenhuma, com jatos de água e assim, conseguiam controlar as multidões sem precisar de partir para a violência... não estou a dizer que a culpa é dos polícias, provavelmente cá nem têm formação nesse sentido, ou nem lhes dão esses meios, e por causa disso vai-se estar a violentar as pessoas sem necessidade nenhuma porque há... porque existem esses métodos... que no fundo assustam mais do que magoam, não têm consequências físicas que podem ser graves como quandoavas com uma cassetete.”). Alguns destes, aliás, consideram abusivo o uso de cassetetes em contextos de multidão, pelo que o seu uso se deveria limitar a “situações em que têm de lidar com criminosos e indivíduos perigosos”.

Já outros (n=10) têm opinião contrária (“[...] com o zé povinho, e só se a coisa descambar para a violência, só admito mesmo o uso de cassetetes. Acho inadmissível, como se viu na Grécia, em Espanha... em que usam

mangueiradas, mangueiradas de água, para cima do povo.”). Consideram que a menor gravidade destes meios é ‘aparente’, pela ausência de confronto físico direto (“[...] gás pimenta, assim a olho nú até parece melhor, mais limpinho, ninguém está a bater em ninguém... não há aquele contato corpo a corpo, não é? Mas é só mesmo de aparência que é mais... mais limpinho, é muito violento.”). Alguns destes entrevistados (n=7) alertaram para os efeitos deste distanciamento físico entre agressor e alvo na facilitação da perpetração da conduta danosa através da dessensibilização do agressor em relação à situação (n=4): “[...] vamos lá ver, uma coisa é atirar umas mangueiradas para um conjunto de pessoas, outra coisa, outra bem diferente... agredir uma pessoa que nos está ali a olhar nos olhos... aí não tenho dúvidas, não tenho dúvidas que é mais fácil [jatos de água]... o que os olhos não veem o coração não sente.”). Ou através da avaliação do grau de risco/perigo para o agressor (n=4), considerando alguns ser “cobarde estarem a ir por técnicas piores para as pessoas só para evitar o mano a mano, é cobarde, e das forças de segurança não se espera que sejam cobardes!” e outros que é “compreensível que assim seja, afinal [os polícias] também são pessoas, também têm mulher e filhos em casa... eu se fosse casada com um polícia agradecia que assim fosse”.

Os restantes (n=5) consideraram não poder tecer considerações específicas em relação o tipo de meios e suas consequências por não terem conhecimento suficiente sobre esse assunto. No entanto, têm a expectativa de que os órgãos da autoridade detenham esse conhecimento e que este oriente as diretrizes legais sobre o uso da força (“[...] eu não sei o que é que é mais perigoso, mas parto do princípio que se os polícias têm um poder institucional, oficial, para usá-las, tiveram formação e sabem como usar e quando usar...”).

B.1.2.2. Desproporcionalidade

“Com indivíduos desses [perigosos] é preciso responder na mesma moeda!”

Já no discurso dos restantes (n=15) relativamente à intervenção com grupos considerados perigosos ou potencialmente violentos é colocada a tónica na necessidade de “responder na mesma moeda”. Da análise dos discursos foi possível perceber que a preocupação não passava pela possibilidade de excesso nos meios de resposta, como no caso dos participantes defensores da proporcionalidade, significando, ao invés, preocupação com a insuficiência desses meios. Consequentemente, no caso destes participantes verificou-se uma maior amplitude no que concerne aos meios percebidos como legítimos¹⁵.

B.1.3. Processo

B.1.3.1. Reativo

“A polícia só pode ser violenta em resposta a violência prévia, sempre em reação a algo prévio. Não estamos no faroeste.”

Para além da preocupação com a proporcionalidade dos meios, foram muitos os participantes que revelaram também preocupação com o processo, considerando que, para as situações referidas, a atuação policial/militar deverá ter uma natureza ‘reativa’ (n=26). A ideia de que a adoção de meios violentos por parte do Estado deverá ser um processo reativo decorre do facto de a maioria dos indivíduos entrevistados partir do pressuposto de que apenas a presença de violência pode justificar uma resposta violenta. Nesta perspetiva, a polícia tem sempre o dever de intervir quando as normas e leis

¹⁵Uma vez que esta preocupação deriva da avaliação da perigosidade do alvo, desenvolveremos este tópico na secção B.1.4.2. Qualidades Humanas.

não são cumpridas, mas só o poderá fazer recorrendo à violência em situações violentas. Se a integridade física de alguém está a ser posta em causa, a polícia ou os militares têm o direito de usar violência para pôr fim à situação; se bens materiais estão a ser violentados (por exemplo, numa situação de vandalismo), a polícia ou os militares têm o direito de usar violência. Mas não se justifica uma ação violenta para impedir um furto, no mesmo sentido em que não se justifica uma ação violenta para impedir um ato de desobediência civil. A ilegalidade do ato só por si justifica a ação policial, mas só se justifica que essa ação seja violenta “caso as pessoas em questão reajam de forma violenta... nunca pode ser numa lógica de facilitar, ou de intimidar”.

Importa ressaltar que outros (n=4) também referiram só admitir como legítimo o uso da violência de Estado numa lógica reativa. No entanto, a análise dos seus discursos revelou que tal consideração se relacionava com o facto de estabelecerem uma diferenciação marcada entre uso da força e violência. Por exemplo, um destes entrevistados, que afirmou ser “absolutamente contra o uso da violência” em cenários de desobediência civil, referiu que “a polícia pode obrigá-los a sair dali à força sem necessidade de partir para uma violência mais séria”. Deste modo, ao contrário do primeiro grupo, estes admitem o uso da violência em situações não violentas.

B.1.3.2. Preemptivo

“Às vezes para serem eficazes têm de agir por antecipação, senão depois pode ser tarde de mais.”

Alguns participantes (n=10) consideram que pode ser legítimo o uso de violência de forma proactiva em antecipação a episódios violentos, em função da probabilidade da sua ocorrência. Estes participantes referem-se a situações em que os intervenientes são avaliados como perigosos, pelo que “mais vale partir logo para cima deles antes que eles partam para cima de nós”.

B.1.3.3. Preventivo

“[A punição física] se servir de lição para o futuro, evita-se futuras complicações, ainda mais violentas; como se costuma dizer, mais vale prevenir que remediar.”

Quatro participantes consideram legítimo o recurso à violência com uma finalidade punitiva, e um dos argumentos apresentados prende-se com a sua função preventiva (“[...] o castigo acaba por ter a dupla vantagem de por um lado estarmos a fazer a pessoa pagar pelo que fez e por outro serve de lição, ela pode não se tornar melhor pessoa, mas mais que não seja fica com medo e pensa duas vezes antes de se voltar a meter noutra... mas para haver esta componente do medo num castigo, não se vai lá com conversa, é preciso acertar o passo... e a polícia sabe como o fazer... ou se não sabe devia”!).

B.1.4. **Intervenientes**

B.1.4.1. Culpabilidade

“Os inocentes não podem pagar pelos pecadores!”

A ideia de que ‘os inocentes não devem pagar pelos pecadores’ havia já sido recorrente no Estudo Um, em particular nas respostas ao item do contraterrorismo (“Às vezes os governantes têm o direito de matar civis inocentes para combater o terrorismo internacional.”). A importância atribuída à questão do grau de culpa do indivíduo pela situação havia ficado também já patente no referido Estudo, em particular nas respostas aos restantes itens não-normativos (tortura; pena de morte), tendo sido fulcral no processo de legitimação destas formas de violência que suscitam maior relutância por parte dos participantes. Nas entrevistas foi possível aprofundar

a questão da culpabilidade também nos cenários mais normativos relativos a situações de violência não letal.

No modo como os participantes fazem a ponderação da gravidade dos cenários descritos já se evidencia a importância dada por muitos deles à questão da culpabilidade (na situação em análise). Como vimos, a maioria (n=27) considera que o Estado não pode nunca ‘fechar os olhos’ e tem o dever de intervir em qualquer situação violenta (pela questão da paz social, não sendo determinante a existência de vítima(s), mas antes a existência de violência em si mesma). No entanto, verifica-se unanimidade na consideração de que a intervenção estatal deve ser diferenciada em função do grau de responsabilidade pela situação em análise. Todos partilham a opinião de que a prioridade da utilização da violência de Estado deve ser a pessoa inocente, isto é, pessoas que não têm responsabilidade na situação (“[...] a prioridade do Estado deve ser a defesa da pessoa inocente, primeiro está a pessoa inocente.”). Alguns referem que esta priorização do ‘inocente’ se deve refletir numa maior predisposição para defendê-lo: “[...] dar o corpo às balas pelo cidadão indefeso, custa-me que um polícia arrisque a vida numa rixa de gangues, é obrigado, faz parte das suas funções atuar em ambas as situações, mas é um investimento e uma entrega diferente.”

“Temos de pensar que no caso de alguém ser vítima, de uma agressão, ou de um roubo, a pessoa não tem culpa, não pediu para estar na situação, é completamente diferente das lutas, em que estão ali porque querem.”

Outro aspeto revelador da importância da culpabilidade prende-se com o facto de alguns participantes (n=11) considerarem que a defesa de bens deve ser prioritária em relação à intervenção em cenários de violência entre pessoas (confrontos): “[...] acho que em primeiro lugar deve estar sempre a defesa da pessoa cumpridora, a polícia em primeiro lugar tem de cuidar da pessoa inocente, proteger a pessoa em si, e os seus bens, também não deve ficar de braços cruzados se há claque ou criminosos à pancada mas a obrigação não é a mesma.”

“Primeiro estão sempre as pessoas.”

Já outros entrevistados (n=25) consideram que “primeiro estão sempre as pessoas”, “culpadas ou inocentes, ainda que as pessoas estejam à porrada porque querem”. Na sua perspectiva, “violência dirigida a pessoas é sempre mais complicado do que contra objetos porque aquilo que está em jogo é muito mais importante, é a integridade física de uma pessoa, e em última análise acaba por ser sempre a vida, às vezes coisas de nada, lesões que parecem pouco graves acabam por ser letais”.

B.1.4.2. Qualidades Humanas

“O Estado tem de ser o primeiro a cumprir os princípios da sua própria Constituição, a igualdade, todos iguais perante a lei, tem de tratar todos por igual!”

A maioria dos participantes (n=20) considera que o Estado tem o dever de tratar todos os indivíduos da mesma forma (“[...] é uma questão de igualdade, de democracia!”) e que é importante diferenciar a responsabilidade na situação das características ou antecedentes da pessoa. Como refere um dos entrevistados: “[...] a justiça personifica o Estado, não é? Aquela imagem dos olhos vendados... é assim que deve ser, a polícia é o braço da lei, a justiça tem de estar de olhos vendados, tem de ser cega... para as pessoas, claro, não é o que acontece, não é? Se duas pessoas fizeram exatamente a mesma coisa, não é por uma ser preta e outra ser branca que a polícia devia dar porrada a uns e não dar a outros.”

Alguns dos atrás referidos (n= 13) afirmam, contudo, que “uma coisa é o que devia ser, outra é como as coisas acontecem”, já que consideram que a empatia pela pessoa é algo que vai acabar por influenciar a intervenção: “[...] porque os polícias também são pessoas, acontece-nos a todos, eu dou-me melhor com alguns dos meus empregados do que com outros, alguns até são meus companheiros de copos, no trabalho tento desligar essa parte e tratá-los também como empregados normais, mas nem sempre consigo.”

De qualquer forma, independentemente da sua maior ou menor crença de que os agentes policiais ou militares atuarão com imparcialidade no que concerne às ‘qualidades humanas’ das pessoas envolvidas na situação, estes participantes consideram que o princípio da igualdade deve conformar as diretrizes estaduais relativas ao uso da força.

“O trabalho da polícia nas manifestações tem de ser independente das causas, seja com estudantes, seja com nazis, são pessoas e têm de ser tratadas por igual.”

Da conversação em torno desta questão destacamos as manifestações, por ter sido o cenário de violência não letal que mais elicitou os participantes a pronunciarem-se sobre esse tema, para ilustrarmos com exemplos práticos a argumentação esgrimida. Assim, nas manifestações, e em consonância com a crença de que todos devem ser tratados por igual, estes vinte e dois entrevistados referiram que o critério da atuação policial deve ser estritamente legal: se as ações estão a ocorrer respeitando a ordem pública, a polícia não tem o direito de intervir, e muito menos com violência, ainda que se trate de um indivíduo ou grupo que não gera empatia (“[...] ainda que sejam pessoas que defendem causas imorais, como aqueles grupos que negam o Holocausto... se a manifestação está a acontecer dentro do respeito pela ordem pública... a polícia tem de fazer ouvidos moucos, as palavras de ordem daquela manifestação podem ser o mais detestáveis mas eles têm de fazer ouvidos moucos.”). Os participantes (n=15) voltam a falar da questão dos direitos democráticos, referindo que as pessoas têm o direito à liberdade de expressão e seria um contrassenso serem os próprios aparelhos do Estado a reprimir essa mesma liberdade.

Em consonância com a percepção de que a imparcialidade em relação ao indivíduo deve ser uma diretriz teórica mas nem sempre tem aplicabilidade prática, os entrevistados referem que também nas manifestações a empatia com a causa terá, inevitavelmente, influência. À questão mais geral, e já mencionada, do sentimento de empatia, os participantes (n = 7) acrescentam,

nos cenários das manifestações e noutros cenários de multidões (e.g., claque de futebol), outras questões/motivações como a questão da visibilidade pública da intervenção estatal (situações mediatizadas), bem como da pressão social que lhe é inerente. Nestas situações, há participantes que consideram que os polícias ou militares tenderão a agir em conformidade com as expectativas da sociedade (“[...] se eu ligar a televisão e vir a polícia a dar porrada num tipo de uma claque, não me choca, provavelmente merece, mas se for um estudante, alto e para o baile!”).

“Se as ordens forem justas, eles [polícias] devem desobedecer, acima das ordens estão sempre os valores morais de cada um”

Alguns participantes ressaltaram que os agentes da autoridade devem defender, antes de mais, os valores democráticos, pelo que quando o Estado não zela pelos mesmos e os cidadãos se manifestam, “a polícia tem de ficar do lado do zé povinho”. Como referiu um dos participantes, “a polícia nunca se pode esquecer que o Estado é o povo, um governo que não respeita a democracia é um governo... não respeitar a democracia é o mesmo que não respeitar o povo... se o governo está contra o povo, a obrigação da polícia é estar contra o governo e a favor do povo”. Estes participantes referiram-se à importância de os agentes da autoridade “pensarem com a sua própria cabeça, o que não é fácil porque são treinados a fazer o contrário”; “a obediência não pode ser, não pode ser uma obediência cega, é com essa convicção, por parte dos agentes da força, que se chega a uma ditadura”.

Nestas situações, os referidos participantes consideram que a violência de Estado não é legítima “mesmo que as pessoas estejam a vandalizar e a destruir”, já que “a razão e a moral está do lado da população, e o uso da força também tem de estar ao serviço do bem, por isso nesses casos não concordo que a polícia possa usar de violência, eles têm é de estar quietinhos ou então ajudar a população”. Como referiu outro participante, “o povo tem direito à revolução!”, tendo surgido várias as referências à revolução do 25 de Abril.

“Se alguém não concorda com os valores democráticos então não pode viver numa democracia.”

Alguns participantes (n=10) consideram que, em algumas circunstâncias, o Estado tem o direito de atuar de forma diferenciada em função das causas caso se trate de reivindicações contrárias aos ‘valores supremos’ da democracia (e.g., manifestação de neonazis). Nestes casos, consideram legítima a violência de Estado ainda que a manifestação esteja a ser pacífica (“[...] na Alemanha são proibidas manifestações nazis, aqui se não são deviam ser, se alguém não concorda com os valores democráticos então não pode viver numa democracia, agora querer viver numa democracia mas ofender valores sagrados, ainda que com palavras, isso não pode acontecer, concordo com a liberdade de expressão mas a liberdade acaba onde começa a do outro, a mensagem nazi é uma ofensa, é violência verbal, a minha opinião é que essas manifestações deviam ser proibidas e caso acontecessem na mesma impedidas com o uso da força.”).

“Há grupos demasiado perigosos, que só conhecem a linguagem da violência.”

Se as causas ou os objetivos do grupo em questão envolverem ou costumarem envolver violência, alguns (n=15) consideram que a ação policial “tem de ser diferente em função da perigosidade das pessoas”. Na sua perspetiva, no caso de indivíduos perigosos o Estado deve reagir de forma mais repressiva porque “ há grupos demasiado perigosos, que só conhecem a linguagem da violência, pessoas sem escrúpulos e que se for preciso aproveitam estas situações para darem uma facada a um tipo porque é preto... com este tipo de pessoas, sem escrúpulos, uma manifestação pode transformar-se num banho de sangue...”. Por conseguinte, “nestas situações, é esquecer o uso proporcional da força, isso é nas situações normais com pessoas normais, nestas a polícia tem é de assustá-los, mostrar à partida que eles não podem medir forças porque a polícia ganha”. Como refere outro dos

entrevistados: “[...] com pessoas da paz, a violência surge porque os ânimos se exaltam nestas situações, já se sabe como as pessoas são em multidão, sobretudo nas manifestações, em que estão a exprimir o seu descontentamento... os ânimos exaltam-se, e a polícia deve tentar é acalmar as pessoas, daí o achar que faz sentido usar o mínimo de força necessário a resolver a situação... mas com pessoas que estão lá pela violência, não dá para tentar resolver a bem, acalmar, porque eles estão a ser violentos porque faz parte dos objetivos deles, não é porque os ânimos estão exaltados... tentar levar as coisas a bem, usar a força de forma branda, não vai servir de nada porque eles estão ali para a porrada, é preciso é mostrar-lhes desde o início que contra a polícia vão sair a perder.”

Alguns destes participantes consideram que o uso da força nestes casos deve ser, ainda assim, de natureza reativa (“[...] claro que não pode ser a polícia a partir para a violência, porque é disso que estes grupos estão à espera, de um pretexto para entrar a matar...mas à mínima coisa do outro lado, a polícia deve responder e não é com força de contenção, é com força que os intimide a sério.”). Já outros consideram que nestes casos é legítimo o uso preemptivo da força (“[...] se um estudante desobedece e a polícia responde com uma bastonada não admito, mas se responder assim a um neonazi, é o que tem de ser... com o estudante dar a bastonada é que ia levar à escalada de violência, com o neonazi infelizmente é ao contrário, tens de dar a bastonada para intimidar e evitar a escalada.”).

“A polícia não pode ser apanhada de surpresa, uma manifestação dessas exige outro tipo de preparação. Mas depois tem de atuar em função do que está a acontecer e não de ideias pré-concebidas sobre o que um grupo deixa ou não deixa de fazer.”

Os restantes (n=21) mantêm a defesa da intervenção conforme aos princípios da intervenção mínima (proporcional e reativa), considerando, no entanto, que nestes casos o tipo de preparação e os meios disponíveis devem precaver a necessidade de dar resposta a situações de maior gravidade. Na sua ótica, evita-se deste modo que a polícia seja apanhada de surpresa e, consequentemente, não disponha dos meios que lhe permitam reagir de forma proporcional à gravidade da situação (“[...] é importante que o uso da força seja proporcional, se a pessoa não está a ser violenta a polícia não pode dar uma bastonada, mas também funciona obviamente ao contrário, não é, a polícia não pode ir de cassetetes para uma manifestação de cabeças rapadas em que se sabe que andam com bastões e assim, a polícia para nos proteger tem de ter meios à altura das situações, não é? Não pode usar coisas desnecessárias, mas tem de usar as necessárias à proteção da sociedade.”).

B.2. Situações Letais

“A vida é o valor mais supremo de todos, nada poderá ser mais grave do que ofender o direito à vida.”

Os cenários que envolviam questões de vida ou de morte foram tratados de uma forma muito particular pelos participantes por se tratarem de situações em que está em jogo “o bem mais supremo de todos”: a vida. De acordo com os mesmos, nada deverá revestir-se de maior importância para o Estado do que a defesa da vida. Esta deverá ser a finalidade última da violência de Estado, sobrepondo-se a todas as outras. Na sua perspectiva, é nas questões de vida ou de morte que se aplica de uma forma mais plena a máxima de que ‘os fins justificam os meios’, sendo vistas como legítimas, como veremos, formas de violência de Estado que não eram admitidas nas situações não letais (torturar; matar).

Não obstante, o processo de legitimação de atos como torturar ou matar introduz novos condicionalismos que não eram sequer acautelados (ou eram menos) nos cenários não letais: “[...] tem de haver muitas certezas em relação ao que se está a passar.”; “[...] não há margem de erro sobre se a pessoa tem ou não culpa, uma coisa é bater num inocente, é chato, é um erro chato, mas não morre ninguém... agora se dás um tiro, correr o risco de matar um inocente, é muito complicado, não pode ser!”

B.2.1. Direito a Matar

Para proteger o valor ‘vida’ o Estado pode ofender o valor ‘vida’

Tratando-se daquela que os participantes consideram ser a finalidade última do Estado - a defesa da vida - valem todos os meios que sirvam esse propósito, mesmo os mais extremos: para defender a vida o Estado tem o direito de matar. Os participantes reservam a legitimação de meios letais para as situações em que está em causa a defesa da vida, conferindo-lhes um estatuto de exclusividade que torna patente a importância que lhe é atribuída (“De qualquer maneira acho que o uso da violência, designadamente o uso de armas que podem ser mortais só se justifica para defesa de valores maiores, ou seja, só quando a vida de outras pessoas está em risco, é que a polícia pode matar.”). Está aqui patente a ideia da proporcionalidade no que concerne ao tipo de meios: só para proteger a vida é que o Estado pode ofender o valor da vida, usando meios letais.

No entanto, se todos defendem a proporcionalidade no que concerne ao tipo de meios, tal não se verifica relativamente à forma como vão ser utilizados.

B.2.1.1. Meios

B.2.1.1.1. Atirar a matar

“Em casos de vida ou morte, não dá para arriscar, é atirar a matar.”

Alguns participantes (n=9) consideram que nestas situações de violência letal, adotar a lógica da ‘intervenção mínima’ poderia ser arriscado e “[...] tratando-se da vida, é um risco que não se pode correr”. Quando no início deste tópico referimos que, tratando-se do direito à vida, valem ‘todos os meios’ que sirvam tal propósito, estamos a traduzir de forma literal o discurso deste grupo de participantes: nestas situações em que “[...] há algo de tão

importante em perigo como a vida [...]” importa, sobretudo, assegurar a eficácia da intervenção, pelo que o uso da força deverá ser literalmente letal.

B.2.1.1.2. Intervenção Mínima

“Deve-se tentar de todas as formas salvar sem ter de matar ninguém.”

Os restantes participantes (n=27) mantêm a defesa do princípio da intervenção mínima, adotado nos cenários de violência não letal: “É legítimo matar o indivíduo que está a prestes a matar outro, é matar para salvar uma vida, mas se a polícia vir que tem um ângulo que consegue alvejá-lo sem que o tiro não seja mortífero, melhor, deve-se tentar de todas as formas salvar sem ter de matar ninguém, claro.”

B.2.1.1.3. Alternativas não letais

Alguns entrevistados (n=6) referiram-se a alternativas às armas de fogo que poderiam imobilizar o perpetrador e impedir a ofensa com igual eficácia (“Porque é que a polícia não usa dardos, por exemplo? Para quê estar a correr o risco de matar a pessoa?”), sendo que três participantes questionaram se não haveria motivos de ordem económica subjacentes ao recurso às armas de fogo em detrimento da utilização de dardos.

Já os que defenderam o uso da força literalmente letal (n=9), quando questionados sobre se considerariam meios alternativos que pudessem imobilizar de forma eficaz o sujeito sem o matar, mostraram-se favoráveis a tal opção: “[...] se os houvesse, óbvio que sim, quando eu digo que teria de disparar a matar é no sentido de não dar para correr o risco de falhar, porque trata-se de vida ou morte, ou matas ou a pessoa morre... se existisse uma maneira 100% fiável de imobilizar sem ter de matar, impecável, claro que qualquer polícia, qualquer cidadão, o governo, todos preferiam, óbvio.” Não obstante, questionam a existência dos referidos meios: “[...] se existissem

eram usados! Quero acreditar que apesar de toda a podridão na política portuguesa, quero acreditar que ainda vivemos num Estado de direito, de paz, de democracia... e que posso confiar no bom-senso das autoridades... não posso acreditar que andem praí aos tiros só porque sim, apesar de tudo não estamos no Texas, estamos em Portugal, na Europa!”

B.2.1.2. Processo

B.2.1.2.1. Reativo

“Se o fulano pega na arma e vai disparar a polícia não pode hesitar, porque se hesita há ali alguém que morre.”

Os participantes são unânimes em considerar que nos cenários de ‘perigo de vida imediato’ em caso de inação estatal (e.g., um indivíduo que se prepara para disparar sobre outro), a polícia ou os militares não podem correr o risco de que o perpetrador chegue a matar a vítima. A maioria (n=20) só admite o uso da força letal por parte do Estado neste tipo de cenários (processo reativo).

B.2.1.2.2. Preemptivo

“Quando as probabilidades jogam contra, mais vale não arriscar, é a vida de inocentes que está em jogo.”

Alguns dos entrevistados (n=16) consideram legítima a ação letal por parte do Estado numa lógica preemptiva. Assim, por exemplo, numa situação de negociação de reféns, enquanto que aqueles que defendem a lógica reativa só veriam como legítimo o uso da força letal no caso de tal situação se transformar num cenário de ‘perigo de vida imediato’ (“[...] se os terroristas passarem da ameaça à ação e os *snipers* percebem que vai haver sangue, aí

têm de atirar, não há nada a fazer... mas só mesmo se as coisas chegarem a esse ponto, senão não concordo.”), estes consideram legítimo que os agentes estatais atuem por antecipação em função da probabilidade de a situação se vir a transformar num cenário de ‘perigo de vida imediato’.

B.2.1.2.3. Preventivo

“É a única forma 100% segura de prevenir que essas pessoas voltem a matar.”

Alguns participantes (n=8) consideram legítimo o uso da força letal numa lógica preventiva, ou seja, com vista à prevenção de futuras vítimas que, ainda que prováveis, existem apenas em abstrato. Dois destes, os únicos da nossa amostra que se revelaram favoráveis à pena de morte, referem-se à função preventiva da pena capital como sendo um dos principais motivos que os leva a concordar com a mesma. Já os restantes só consideram legítimo o uso da força letal numa lógica preventiva em situações em que não tenha sido possível deter o sujeito porque consideram que tal seria sempre preferível (e.g., no contexto de uma perseguição policial). Se a detenção não for efetivada, torna-se legítimo os agentes agirem de forma preventiva matando o sujeito porque, no caso de se tratar de alguém com elevada perigosidade, “é preferível correr o risco de matar esta pessoa do que correr o risco de algum inocente vir a morrer.” Estes participantes consideram que o Estado “ficaria com sangue nas mãos” por não ter abatido o(s) indivíduo(s) quando teve oportunidade para o fazer.

Uma vez que os motivos apresentados pelos participantes para legitimar tanto a lógica preemptiva como a lógica preventiva se prendem com aspetos relacionados com os intervenientes, passaremos a aprofundá-los na secção que lhes é dedicada.

B.2.1.3. *Intervenientes*

B.2.1.3.1. Perpetrador

B.2.1.3.1.1. Culpabilidade

“O Estado pode matar uma pessoa para que ela não mate outra.”

De entre as situações letais abordadas junto dos participantes, a que reúne mais consenso no que toca à legitimidade de uma ação letal por parte do Estado é aquela em que o alvo é o culpado numa situação de perigo imediato, ou seja, uma pessoa que se prepara para matar alguém. Em situações que não envolvem terceiros (serão abordadas mais à frente), isto é, em que se trata de escolher, no imediato, entre a vida de uma pessoa e a vida de outra que está a tentar matá-la, existe concordância da generalidade relativamente à obrigação de o Estado intervir em defesa da vítima, disparando sobre o perpetrador.

Da análise da argumentação dos entrevistados evidencia-se, uma vez mais, o dever do Estado de salvaguardar os direitos dos cidadãos, tornando-se ainda mais relevante no caso do bem que consideram mais supremo: o direito à vida. Na sua perspetiva, o Estado tem sempre a obrigação de intervir quando alguém atenta contra este direito, sacrificando a vida do culpado em nome da defesa da vida do inocente.

Uma das características deste género de situações (alguém que se prepara para disparar uma arma/matar) é que o *locus* de responsabilidade é visível, concreto e facilmente identificável. Ao contrário do que acontece quando os cenários são mais dúbios no que concerne à responsabilidade, ou quando envolvem o sacrifício da vida de terceiros (como veremos adiante), tratando-se de sacrificar a vida do culpado os participantes não têm dúvidas de que o direito de matar se torna legítimo.

“Ainda que seja a pessoa mais íntegra de sempre e a situação seja precipitada por um surto psicótico, numa situação de morte iminente não dá para arriscar.”

Também contrariamente ao que acontece em alguns dos cenários abordados na entrevista, a generalidade considera que, nestes casos (decisão de abater o perpetrador em situações que não envolvem terceiros), a ação estatal não deverá ser diferenciada em função das ‘qualidades humanas’ das pessoas envolvidas.

A iminência da situação e a clara identificação da vítima e do perpetrador são, na perspetiva dos participantes, fatores suficientes para legitimar o uso da força letal por parte do Estado. Alguns salientam que a vida é um bem demasiado importante para que a ponderação das qualidades humanas pudesse vir a sobrepôr-se. Quanto aos que noutros cenários se mostraram favoráveis à intervenção diferenciada em função das ‘qualidades humanas’ do perpetrador, rejeitam tal ponderação nestes casos devido ao caráter iminente e letal da situação. À semelhança dos anteriores, os referidos participantes colocam a tónica na defesa da vida, na necessidade de o Estado intervir para impedir uma morte iminente.

B.2.1.3.1.2. Qualidades Humanas

“O Estado não pode ter sangue nas mãos, mas se alguém as sujar por ele, porque não?”

Mesmo nos cenários de ‘perigo imediato’, a ponderação das ‘qualidades humanas’ fica patente quando o discurso de alguns destes participantes (N=5) nos revela que só para determinado tipo de vítimas é que existe este ‘sentido de urgência’ que conduz à ação imediata e imparcial. Tratando-se de uma vítima com ‘fracas qualidades humanas’ (e.g., um homicida), admitem a possibilidade de o Estado “fechar os olhos” e não agir (“Se o tipo é execrável, o atirador até que está a fazer-nos um favor.”; “Claro que têm de ser pessoas

daquelas mesmo que até fica mal chamar-lhes pessoas, daquelas que fazem coisas que as colocam abaixo de animais, abaixo de insetos... o Estado tem de cumprir a lei, não as pode matar, a pena de morte é imoral, mas se alguém as mata por nós, ó pá, eu no lugar da bófia não mexia um dedo...”).

“Não há margem para negociação com pessoas que não têm um pinga de compaixão.”

Já nas situações que não são de ‘perigo imediato’ (e.g., situação de negociação de reféns), perde-se o carácter de urgência característico destes cenários e, por conseguinte, diminuem consideravelmente os participantes concordantes, já que a maioria refere só conferir legitimidade ao direito de matar nessas situações.

Alguns entrevistados (N=16) consideram, no entanto, que em situações sem um carácter tão imediatista deve entrar em jogo a avaliação da perigosidade, podendo ser legítima a ação letal por parte do Estado em função dos antecedentes criminais dos responsáveis pela situação. Enquanto que no caso de indivíduos que não sejam avaliados como perigosos estes participantes partilham da opinião dos restantes - de que a ação letal por parte do Estado só ganharia legitimidade em caso de ‘perigo imediato’-, no caso de se tratarem de indivíduos “que se sabe serem perigosos.”, ou pertencentes a “grupos perigosos”, torna-se legítima a decisão de abater o(s) perpetrador(es) ainda que não se esteja perante um perigo imediato, mas sim ‘iminente’. Isto é, numa lógica preemptiva. Assim, por exemplo, numa situação de reféns perpetrada por um grupo com historial de perigosidade do ponto de vista dos resultados das suas ações (e.g., não negociação e desfecho fatal), os agentes estatais devem jogar com essa probabilidade de que a situação possa ter um desenlace negativo (“Uma coisa é como naqueles casos em que um tipo no desespero porque está desempregado e entra num banco e faz reféns... claro que no fundo é *bluff* e não vai matar ninguém, é preciso que entre em jogo a equipa de negociadores e não os *snipers*, coitado do

moço. Outra coisa é negociar reféns com um talibã, já sabes que vai dar em banho de sangue.”).

Alguns destes participantes (n=10) adotaram um discurso desumanizador referindo-se aos indivíduos, por exemplo, como “pessoas más”, “pessoas sem escrúpulos”, ou “animais”, e responsabilizando-os pela situação (“[...] não há margem para negociação com pessoas que não têm um pingo de compaixão, para criminosos da pesada, querem lá saber se se trata de uma vida, não veem os reféns como pessoas, são moedas de troca... não vão pensar duas vezes antes de matar, não vão ter escrúpulos, se a polícia sabe que está a lidar com gente dessa estirpe é atirar a matar o mais rapidamente possível antes que comecem a eliminar reféns.”).

“É preferível correr o risco de matar esta pessoa sem escrúpulos do que correr o risco de algum inocente vir a morrer.”

Como já referimos, os participantes (n=8) que legitimam o direito do Estado a matar de forma preventiva defendem o seu posicionamento através do enfoque também nas características do alvo. Uma vez mais o discurso é centrado sobretudo nas referências à perigosidade dos indivíduos, mas surge envolto num discurso desumanizador, de ênfase nos aspetos negativos do perpetrador. Assim, para estes participantes é legítima a morte pelas mãos do Estado de forma preventiva para pessoas “culpadas de crimes hediondos” e nas quais se verifique evidência de forte perigosidade e probabilidade de reincidência. Referem que teria de se tratar de situações extremas relativas a sujeitos com um historial muito marcado por ofensas à vida (e.g., um *serial-killer*), e em que exista uma avaliação da perigosidade que evidencie uma elevada probabilidade de que o(s) indivíduo(s) cause(m) a morte de mais pessoas.

B.2.1.3.2. Terceiros

O Estado pode matar inocentes para salvar vidas?

Vimos atrás que, em face de uma situação de ‘perigo imediato’, e tratando-se de sacrificar o culpado, a generalidade dos participantes considera que o mais correto é o Estado intervir, pelo que o direito a matar se torna legítimo. No entanto, quando estes cenários de morte iminente envolvem a presença de terceiros as opiniões tornam-se menos consensuais.

B.2.1.3.2.1. Culpabilidade

“Quem é a polícia para decidir que uma vida vale mais do que outra?”

A maioria dos entrevistados (n=28) considera que o Estado não tem o direito de, com as suas ações, colocar a vida de terceiros em perigo, ainda que com a finalidade de salvar vidas (“[...] quem é a polícia para decidir que uma vida vale mais do que outra? Eu sacrificava a minha vida pelo meu filho, a polícia, faz parte da profissão, estar disposta a sacrificar-se... e ainda assim, o sacrificar a vida, chegar a esse ponto, tem muito que se lhe diga, eles não têm de ser heróis... lá está, uma coisa é um polícia ou um civil dar uma de herói e chegar-se à frente e dar o corpo às balas para defender uma vida, há casos assim, como aquele professor que fez isso pelos alunos num daqueles tiroteios na América... mas também era legítimo se tivesse preferido esconder-se e salvar a própria pele, ninguém o podia obrigar a sacrificar a vida pelos outros, muito menos a polícia.”).

De acordo com estes participantes, é uma questão de princípio: seria moralmente incorreto o Estado condenar à morte alguém que não tem responsabilidade na situação (“Uma coisa é sacrificar o culpado, agora um inocente, ser o próprio Estado a condená-lo à morte... impensável, absolutamente impensável... vai contra todos os princípios!”).

“Se forem pessoas que já estão condenadas à partida, porque vão morrer de qualquer forma, não há forma de serem salvas, aí faz sentido.”

Não obstante esta rejeição por parte da maioria dos participantes de que o Estado possa sacrificar a vida de um inocente para salvar alguém, verificamos que consideram que tal ação se pode tornar legítima no caso de “serem pessoas dadas como perdidas”, porque “aí o Estado não está a sacrificar as pessoas, estão a modos que condenadas”. Como explica um dos entrevistados: “[...] se não há nada que os agentes possam fazer por aquelas pessoas, mas pode salvar as outras, se não fizer nada morrem todas, se fizer salva algumas, quer dizer, há dúvidas? [...] Não é bonito, não fica bem, mas se aquelas pessoas no fundo é como já estivessem mortas, não concordo que se possa sacrificar, mas matar pessoas mortas para salvar vivos, é completamente diferente.” Deste modo, na perspetiva da maior parte dos participantes o direito de o Estado matar pessoas inocentes poderá ser legítimo no caso de podermos dar os indivíduos como perdidos (designados aqui como ‘condenados’). Trata-se de situações em que existe um elevado grau de certeza de que, em caso de inação do Estado, o desfecho lhes iria ser, na mesma, fatal (e.g., um avião prestes a embater num centro comercial), mas em caso de intervenção estatal há vidas que serão salvas (se o Estado intervir, morrem os ocupantes do avião mas salvam-se os do centro comercial).

B.2.1.3.2.2. Qualidades Humanas

“São dilemas terríveis, não é? Se não fazes nada morrem os dois, tens de escolher quem salvar.”

No caso de se tratar de uma situação em que a autoridade se vê na posição de ter de decidir quem salvar de entre pessoas ‘condenadas’, as opiniões dividem-se¹⁶.

“Para o Estado é como se fossemos todos filhos, somos todos iguais.”

Alguns participantes (n=20) consideram que, respeitando o princípio de que o Estado deve valorizar todas as vidas da mesma forma, a decisão nunca se poderia basear num critério qualitativo, ou seja, relacionado com as qualidades humanas das pessoas envolvidas (“[...] há um filme passado na Segunda Guerra em que uma mãe tem de fazer isso entre dois filhos, estão a entrar no comboio para Auschwitz e o SS diz-lhe que pode escolher um ou então vão os dois... não há nada mais macabro do que colocar uma mãe numa situação dessas [...] e para o Estado é como se fossemos todos filhos, somos todos iguais, não há critério possível numa situação destas.”).

De acordo com estes entrevistados, a decisão não se pode basear em qualquer ponderação qualitativa, devendo por isso ser aleatória ou basear-se numa ponderação quantitativa, já que o objetivo da intervenção estatal deverá ser obter o saldo mais positivo possível no que concerne ao número de vidas salvas (“[...] a mãe escolhe o mais velho, no filme não é claro o motivo mas parece-me que terá sido numa de ter mais hipóteses de sobreviver de facto, ou se calhar nem foi mas foi assim que interpretei... estou a dizer isto e se me acontecesse a mim se calhar bloqueava e nem conseguia ter reação, não salvava nenhum... o que pensando friamente seria estúpido, mas compreensível se não conseguisse, não consigo sequer pensar... mas o Estado, o Estado já deveria ser capaz de tomar a melhor decisão, a frio, de forma a

¹⁶ Cenário ‘Contraterrorismo’ (Anexo 2)

ter um resultado positivo, não interessa que vidas, são todas iguais, não interessa quantas, o Estado tem de pensar assim.”).

“O Estado tem de dar mais a quem cumpre mais, tudo se trata de dar e receber!”

Outros participantes (n=12) rejeitam a ideia de que todas as vidas valham o mesmo, considerando que o mais justo seria a escolha basear-se numa ponderação qualitativa. Alguns (n=5) referiram-se à importância das pessoas para a sociedade (“[...] o Estado está ao serviço da sociedade, tem de agir ao serviço da sociedade... como no último *Batman*, em que ele tem de decidir entre salvar a miúda ou o Mayor, no fundo queremos todos que ele salve a miúda porque é mais romântico, mas ele salva o Mayor porque pensa não no que é melhor para ele mas no que é melhor para todos... no fundo o Batman pensou como é suposto os agentes do Estado pensarem.”).

Já outros (n=7) referiram-se à ‘essência’ das pessoas, que torna umas mais merecedoras do direito à vida do que outras (“[...] quer dizer, se eu sou uma pessoa do bem, nunca fiz mal a ninguém, pago os meus impostos, tudo direitinho, e o Estado tem de decidir entre salvar-me a mim ou a um psico qualquer que já desgraçou famílias, parece-me óbvio que mereço bem mais... é uma questão de justiça, já disse isto, o Estado tem de dar mais a quem cumpre mais, tudo se trata de dar e receber!”).

Alguns dos referidos participantes (n=4) consideram que a ponderação qualitativa se deve sobrepôr a qualquer ponderação quantitativa (“[...] entre dez psicopatas e uma pessoa decente... a obrigação do Estado é salvar quem merece... deve salvar toda a gente, mas primeiro os bons, quem merece.”). Alguns destes referiram que “há pessoas que sinceramente nem merecem que o Estado mexa uma palha para salvá-las, não me chocava que *off the record* o Estado não fizesse nada”.

Os restantes (n=8) consideram que a ponderação qualitativa deve ser secundária à ponderação quantitativa, ou seja, só deve existir uma ponderação qualitativa caso os ganhos quantitativos sejam equivalentes (“[...]

o Estado tem de decidir sempre em função do que salvar mais vidas... agora, se desse ponto de vista for dar ao mesmo, se me perguntarem se prefiro que salve um grupo de pessoas normais ou um grupo de psicopatas, não tenho dúvidas.”).

“É complicado decidir quando é que passa a valer mais uma coisa ou a outra. Acho que não há uma resposta, cada caso é um caso.”

Foram várias as considerações (n=15) relativamente à complexidade de definir critérios para contrabalançar ponderações qualitativas e/ou quantitativas (“[...] entre salvar uma pessoa normal e meia dúzia de psicopatas, mais vale salvar a pessoa boa... mas e se tivermos a falar de um avião só com meia dúzia de passageiros e uma prisão inteira? Aí se calhar não... mas se fosse uma prisão cheia de oficiais nazis, era um favor à humanidade! É complexo, muito complexo, nem sei que diga.”).

No caso de alguns participantes (n=7) , esta complexidade é mais um argumento que sustenta a sua discordância com as ponderações qualitativas: “[...] se a polícia olhar a quem são as pessoas depois como é que é... passava a contar mais isso ou o número de mortes? E uma coisa é ter noção de quantas pessoas é que dá para salvar, mas em relação a se as pessoas são melhores ou piores, quer dizer, há tantos cinzentos, uma pessoa pode ter um cadastro impecável mas ser um pulha só que ainda ninguém o apanhou, e vice-versa, há inocentes nas prisões, às vezes ouve-se aqueles casos nos corredores da morte.”

“Se me perguntarem ‘matas meia dúzia mas salvas cem’, eu não tenho dúvidas.”

A consideração de que o Estado deve ser pragmático e agir em função do saldo positivo de vidas leva a que alguns participantes (n=8) considerem ser legítimo o Estado matar indivíduos que não estão dados como perdidos (tratando-se, por isso, de sacrificar os mesmos, já que não estão condenados *a priori* como os anteriores), se com essa ação se puder alcançar o resultado desejado (saldo de vidas positivo).

Ao contrário dos que, por uma questão de princípio, rejeitam que o Estado possa sacrificar inocentes, estes consideram que face a ganhos quantitativos já seria legítimo o sacrifício de inocentes (“[...] aí já é mais complicado... uma coisa é uma vida por outra, não faz sentido se é o valor da vida, mas se pudermos salvar muitas vidas... aí a coisa já complica... porque em última análise o Estado deve servir a sociedade, e serve mais gente, vai fazer bem a mais gente se salvar mais vidas, atinge positivamente mais famílias, não podemos pensar só naquela vida mas em todas as pessoas que estão à volta.”).

Estes participantes enfatizam, contudo, a complexidade associada a tal decisão, nomeadamente à definição de critérios relativamente à ponderação quantitativa que legitimaria o sacrifício de inocentes (“[...] se me perguntarem ‘matas meia dúzia mas salvas cem’, eu não tenho dúvidas, já se a diferença for pequena, nem sei que diga, se calhar dizia que não, porque por princípio me incomoda.”). Foi notória no discurso de alguns deles a ambivalência suscitada pela consideração de que, nestes casos, faria sentido sacrificar inocentes, e a relutância em admitir um raciocínio tão calculista face a uma questão como o direito à vida (“[...] eu sei que é horrível estar a falar de vidas como se fossem feijões... dois feijões valem mais que um, duas vidas valem mais que uma, será legítimo quantificar vidas, a vida pode ser quantificada? Custa pensar assim em algo como a vida! Quer dizer, se aquela pessoa for a minha mãe... mas lá está, o Estado tem de conseguir ser mais racional, tomar aquelas decisões que nós como pais ou maridos ou filhos não conseguiríamos...”).

Alguns destes entrevistados (n=5) colocam a ponderação qualitativa como ressalva à legitimidade do sacrifício de inocentes, considerando que a decisão seria mais difícil ou a ponderação teria de ser diferente em função das qualidades das pessoas (“[...] se calhar não teria problema nenhum em condenar um Hitler à morte ainda que fosse para salvar uma vida, agora condenar uma pessoa boa, teriam de estar muitas vidas em jogo.”). Alguns, ainda, referem que só admitiriam o sacrifício de alguém por parte do Estado “no caso de pessoas más, nunca para pessoas boas!”

B.2.2. Direito a torturar

Para proteger o valor vida o Estado pode torturar

Ao longo das entrevistas a generalidade dos entrevistados assumiu um discurso negativo e crítico em relação à tortura, verbalizando uma forte repulsa “por algo que vai contra todos os princípios”. No entanto, tratando-se da finalidade última do Estado - a defesa da vida - os participantes referem que valem todos os meios que sirvam tal propósito, mesmo os mais extremos. Nestas situações, tal como consideram legítimo o direito a matar, a maioria dos participantes também consideram legítimo o recurso à tortura.

“As pessoas acabam por dizer qualquer coisa para acabar com a situação...”

Alguns participantes (n=6) questionaram a eficácia da tortura como método de obtenção de informação, já que “se me torturasse eu dizia o que quisessem para pararem... para além de que as pessoas têm diferentes limiares de dor”. A fim de perceber se o argumento utilitarista era ou não secundário ao princípio (ou seja, para diferenciar os participantes que são contra a tortura por princípio, independentemente da eficácia do método, e aqueles que ‘apenas’ discordam por não ser eficaz), questionou-se estes participantes sobre se o seu posicionamento se alteraria caso viesse a provar-se a eficácia da tortura como método dissuasor ou de obtenção de informação. Verificou-se que alguns (n=4) passariam, de facto, a concordar com a utilização do método. Outros (n=2), mesmo confrontados com a possibilidade de se vir a provar que a tortura é um método 100% eficaz e fidedigno de obtenção de informação, referem que manteriam o seu posicionamento: “[...] é uma questão de princípio, é uma questão ética para mim.”

B.2.2.1. Meios

B.2.2.1.1. Tortura vs Agressão

Apesar de encontrarmos na nossa amostra diferentes posicionamentos no que concerne à legitimação deste tipo de violência (desde participantes que se opõem de modo absoluto até aos favoráveis ao uso da tortura com uma finalidade punitiva), foi possível perceber que todos utilizam a terminologia ‘tortura’ para se referirem a um tipo de violência que consideram muito particular e diferente das restantes formas de violência não letal. Alguns estabeleceram esta diferenciação de forma espontânea, tendo-se solicitado aos restantes que explicassem o que entendiam por tortura quando usavam esta terminologia.

De uma forma geral, aquilo que se verifica é que termos como ‘agressão’ e ‘força’ são usados como sinónimos pelos entrevistados para se referirem à violência percebida como normativa. No entanto, na apresentação dos resultados relativos ao uso da força em cenários de violência não letal demos conta de diferenças quanto ao tipo de meios e de processos que eram vistos como legítimos, traduzindo diferentes conceptualizações de ‘violência normativa’ que se repercutem, necessariamente, em diferentes entendimentos no que toca aos atos fora deste âmbito e que são entendidos como atos de ‘tortura’.

B.2.2.1.1.1. Critério da Proporcionalidade

Para a maioria (n=21), a agressão consiste no uso proporcional da força em reação a situações violentas, ou seja, em conformidade com o ‘princípio da intervenção mínima’. O termo ‘tortura’ é usado para se referirem a um tipo de violência que viola tais critérios de legitimação.

B.2.2.1.1.2. Critério da Finalidade

“Atenção, quando digo que nesses casos [grupos perigosos] podem carregar mais, é claro que é dentro de certos parâmetros, nunca admitiria a tortura nestas situações.”

Já os participantes concordantes com o uso desproporcional da força para lidar com indivíduos perigosos em cenários de violência não letal (n=15) não o consideram como sendo ‘tortura’ por entenderem que a designação é excessiva para o tipo de atos legitimados (“[...] atenção, quando digo que nesses casos [grupos perigosos] podem carregar mais, é claro que é dentro de certos parâmetros, nunca admitiria a tortura nestas situações.”) e para a finalidade em causa (“[...] a tortura é completamente diferente, aqui estamos a falar de força de contenção, para conseguir acabar com a situação, só, mais do que isso é tortura na tortura é aquela violência para quebrar a pessoa, levar a pessoa ao limite para castigá-la, ou para lhe arrancar informação.”).

O mesmo se verificou no caso dos concordantes com o uso da agressão com uma finalidade punitiva em situações de violência não letal (n=4), que também consideraram a designação excessiva (“Um tipo que anda por aí a fazer disparates, umas atrás das outras, se calhar acertar-lhe o passo na esquadra não traz mal ao mundo, agora, claro que, bom, neste caso, nas situações assim... quer dizer, se não estamos a falar de um homicida, de um *serial killer*, quer dizer, estar a usar de tortura, quer dizer... calma aí... agora, uns açoites bem dados, uns jogos psicológicos, fazê-lo passar um mau bocado... fraquejar o tipo, assim pode ser que da próxima vez pense duas vezes... mas não é preciso chegar à tortura!”).

B.2.2.1.2. Tortura vs Morte

“Salvar vidas justifica chegar ao ponto de matar, logo também o torturar (...) ao menos não estamos a matar ninguém.”

Se, por comparação com outras formas de agressão, a tortura suscita nos participantes discursos marcadamente negativos que sustentam uma visão deste tipo de violência como sendo particularmente bárbaro e primitivo, verificamos que a comparação com o uso letal da força tem o efeito contrário, sustentando sobretudo discursos desculpabilizadores e/ou de relativização deste tipo de violência.

À semelhança do que aconteceu no Estudo Um, à ponderação quantitativa acresce uma ponderação qualitativa: para além dos ganhos quantitativos também referidos na argumentação para o direito a matar (saldo positivo em termos de número de vidas salvas), acresce no caso da tortura uma ponderação de natureza qualitativa relativamente às consequências dos atos (matar vs agredir). A maioria dos entrevistados (n=22) coloca aqui a tónica para legitimar a tortura nestes cenários: perante a comparação entre o ato de agredir e o ato de matar, o valor vida sobrepõe-se. Nesta perspetiva, considerando que na contraposição entre o valor da integridade física e o valor da vida ganha sempre o valor vida, poderá valer a pena arriscar lesar a integridade física de alguém se existir uma boa probabilidade de salvar vidas. Se para proteger o valor vida o Estado pode ofender o valor vida, para proteger o valor vida o Estado pode ofender um valor menor.

B.2.2.2. Processo

B.2.2.2.1. Reativo

“A tortura é completamente errada, é imoral. Só mesmo naquelas situações de bomba-relógio.”

Também no que concerne ao recurso à tortura se verifica a tendência geral da maior parte dos participantes (n=20) de considerarem que só é legítimo se tiver uma natureza reativa, ou seja, em resposta a situações de perigo de vida imediato, habitualmente designadas ‘bomba-relógio’. Por exemplo, um dos entrevistados refere: “[...] nessas situações, em que uma bomba, há uma bomba que vai explodir. Até se compreende, não é, mas tem de haver muitas certezas, muitas certezas, de que se não se fizer nada há ali alguém que vai morrer.” Isto traduz o posicionamento destes participantes de que tem de se tratar não só de um cenário concreto como de morte iminente. Assim, à semelhança do que se verificou na legitimação do uso letal da força, também para a legitimação da tortura a maioria atribuiu um estatuto de exclusividade a cenários desta natureza.

“Os polícias têm de ser como o Dr. Jekyll and Mr. Hyde, mas eu prefiro esquecer a parte do Mr. Hyde.”

Alguns participantes referiram que “existem coisas que têm de ser feitas e que mais vale nem termos bem noção delas”. Um deles acrescenta: “[...] eu prefiro nem pensar muito nisso, sou sincero”. Alguns consideraram não se sentir no direito de questionar a legitimidade do uso da tortura nestas situações, já que “afinal é por mim, é pela sociedade que eles estão a sujar as mãos”.

“Devia haver leis para as execuções, senão cada um faz como quer e às tantas perde-se o fio à meada do que é execução ou abuso.”

Já outros participantes consideram que “tratarmos das coisas como se não acontecessem é tapar o sol com a peneira, como se costuma dizer... não se vai deixar uma bomba explodir para não matar alguém... então mais vale chamar os bois pelos nomes e assumir que nas situações a, b e c o mais moral é fazer uso da tortura”. Como referiu outro destes entrevistados, se estas situações excepcionais fossem regulamentadas, ficava tudo ‘preto no branco’, seria mais difícil haver excessos como o caso de Guantánamo.

“As pessoas vêm filmes do Bruce Willis e o 24 horas e confundem realidade com ficção.”

Entre os participantes que admitiram o uso da tortura apenas em cenários de ‘bomba-relógio’, encontram-se alguns (n=6) que manifestaram discordância absoluta com o método. De acordo com os mesmos, os cenários de bomba-relógio são “situações tão no limite que claro que ninguém consegue dizer não”, mas consideram que essas situações que apelam ao imaginário do cinema e das séries de televisão não têm qualquer plausibilidade na ‘vida real’.

B.2.2.2.2. Preemptivo

“[...] não há uma bomba prestes a explodir, mas há pessoas concretas a colocar a vida de outras em perigo, não são meras suspeitas...”

Um dos exemplos da lógica preemptiva prende-se com a legitimação da tortura no contexto de uma investigação criminal com vista a encontrar um refém. Os participantes (n=13) estabelecem um paralelismo entre estas

situações e as de negociação de reféns relacionadas com o uso da força letal, enfatizando o mesmo tipo de condicionalismos que haviam referido para tais situações (“[...] eu sou completamente contra situações como Guantánamo, em que torturam pessoas que nem sabem se são culpadas, só porque são suspeitos! Mas é completamente diferente aquelas situações, lá está, como as de reféns de que falamos há bocado... não está ninguém quase a morrer, não há uma bomba prestes a explodir, mas há pessoas concretas a colocar a vida de outras em perigo, não são meras suspeitas...”). Outro dos entrevistados ilustra este tipo de cenários recorrendo a um caso real: “[...] como no caso do Rui Pedro, aquele miúdo que desapareceu há não sei quantos anos, uma criança desaparece, e há alguém que se tem a certeza que esteve com ele e viu com quem foi embora mas não quer contar... são casos em que... cada segundo conta, porque senão perde-se o rasto à pessoa, muito facilmente.”

A minimização das consequências danosas do ato por comparação com a natureza potencialmente letal da situação ficou patente nos discursos de alguns destes participantes (“[...] como nas situações de negociação de reféns, em função do perigo, já disse aqui que concordava até com matar, havendo perigo de vida... nestas situações é igual... até é mais fácil porque não se trata de matar, é completamente diferente.”).

B.2.2.2.3. Preventivo

“O Estado tem de conseguir ter sangue frio, sujar as mãos quando é preciso.”

Os participantes (n=8) que admitem o uso preventivo da tortura dão como exemplos situações de investigação de crime organizado, com bastantes referências ao tráfico de seres humanos, mas com particular ênfase para as investigações de redes de terrorismo internacional. Tal como um dos entrevistados refere: “[...] claro que me choca, mas choca mais saber que pode haver um atentado em que vão morrer milhares de pessoas e está ali alguém que tem informação importante e não a partilha... acaba por ser por

um bem maior, não é?”. Em particular nestes últimos cenários, mais abstratos, surgem muitas referências à questão da culpabilidade do indivíduo como condicionante para a legitimação da tortura, que abordaremos em seguida.

B.2.2.3. *Intervenientes*

B.2.2.3.1. Culpabilidade

“Se não colabora e tem uma informação que vale vidas, passa a ser tão culpado como o tipo que fez a bomba.”

Tal como nos restantes cenários, verificamos que naqueles relativos ao uso da tortura a questão da culpabilidade assume grande preponderância na argumentação da generalidade dos participantes. Os cenários de tortura diferenciam-se dos restantes cenários neste ponto. Nos restantes cenários, a violência de Estado visa interceder alguém em ‘flagrante delito’ (que agrediu ou está prestes a agredir alguém, por exemplo), sendo facilmente identificável o perpetrador. Nos cenários de tortura, a culpabilidade do alvo da violência de Estado (*i.e.*, alvo da tortura) é indireta e impessoal, no sentido em que o alvo da violência de Estado não está fisicamente presente na situação violenta a que o Estado procura dar resposta. No discurso dos participantes relativamente a estes cenários a culpabilidade ganha um sentido mais lato, relacionando-se não com a responsabilidade *na* situação (já que não se trata de um ‘flagrante delito’), mas com a responsabilidade *pela* situação: a partir do momento em que alguém possui uma informação que pode prevenir a morte de alguém e não a faculta, passa a ter responsabilidade por essa morte, ainda que no seu historial não exista qualquer relação com a situação violenta em análise (“Até pode ser um fulano que ia a passar na rua e que os terroristas o abordam e lhe deram uns trocos ‘olha, não faças perguntas, tens aqui dinheiro em notas, é só deixares esta mochila no sítio x, e não fazeres perguntas’; e depois há uma ameaça de bomba, não sabemos

onde está mas sabemos que o fulano sabe, mas recusa-se a dizer, pá, ainda que tenha razões muito fortes para não dizer, nesses casos de redes eles sabem fazer as coisas, há sempre muitas ameaças, que vão matar a família e mais não sei quê... mas os polícias têm de se marimbar para se o fulano tem ou não razões, se há vidas em jogo, é nisso que têm de pensar, e como fazer o tipo falar, o mais rapidamente possível... numa situação dessas não há como não tentar a tortura, quer dizer, são questões de vida ou morte.”).

“Claro que tem de se esgotar a hipótese de ele não falar não porque não quer, mas por medo de represálias.”

Alguns entrevistados (n=8) referem a necessidade de acautelar estas situações em que o indivíduo possa recusar-se a colaborar - não por estar ideológica ou profissionalmente comprometido com os propósitos do grupo, mas por estar sob ameaça (“[...] a polícia tem de garantir condições de proteção destas pessoas, se for preciso mudança de identidade e tudo... e não é só para a pessoa, mas também para a família... porque se não se garantir esta proteção, aquela pessoa pode ser só um coitado que tem é medo pelos seus... por si e pelos seus.”). Nesse sentido, a tortura só deve ser utilizada depois de se acautelar que o indivíduo não está a colaborar de livre vontade devido a ameaças: “[...] porque nesses casos se houver esse cuidado de garantir proteção às pessoas em vez de partir logo para o estar ali a pressionar e a intimidar, começar pelo polícia bom, não é, evita-se a tortura, consegue-se a informação a bem.”

No entanto, mesmo aqueles que alertam para esta necessidade consideram que se ainda assim o indivíduo não falar, e tendo-se a certeza de que possui inteligência (informação de facto vital), é legítimo o Estado recorrer à tortura: “[...] se não funciona a bem, então tem de se fazer o que for preciso para sacar a informação.”

Importa ressaltar que estas preocupações surgem sobretudo na legitimação da tortura em cenários de natureza preemptiva ou preventiva (“[...] numa situação de uma bomba prestes a explodir, não há tempo para a

parte do polícia bom, tem de se passar diretamente para o polícia mau.”). O mesmo se verifica para a questão da averiguação da certeza de que o indivíduo é culpado (*i.e*, que possui informação vital). Os participantes enfatizam a iminência da situação nas situações de bomba-relógio e as referências à importância de se ter certezas quanto à culpabilidade da pessoa surgem, sobretudo, no uso da tortura de forma preemptiva e preventiva: “[...] é algo demasiado horrível para se correr o risco de se fazer isto a um inocente.”

B.2.2.3.2. Qualidades Humanas

“Se sabe é porque já lá andou!”

Na perspetiva da maioria dos participantes, a culpabilidade relaciona-se com o facto de o indivíduo estar na posse de informação vital, e é esse o critério de legitimação da tortura, já que pode tratar-se mesmo de um indivíduo sem qualquer outro tipo de envolvimento na situação. Verifica-se, todavia, que partem do pressuposto de que alguém que detenha informação vital relacionada com determinada rede criminosa estará, necessariamente, fortemente envolvido nela. Consequentemente, não se verificou para estes cenários uma diferenciação marcada relativamente aos entrevistados que defendem a ponderação qualitativa em função das ‘qualidades humanas’ do alvo da tortura, já que subjacente à argumentação da maioria estava o pressuposto de que se tratava de alguém que “se está na posse de informação tão importante só pode estar enterrado na rede até ao pescoço... se sabe é porque já lá andou!”.

“Imagino que se torne menos macabro, que alivie um pouco.”

Não obstante, alguns participantes (n=9) referiram que a natureza do alvo facilita a legitimação da tortura: “[...] torna-se menos macabro... caso se trate de um indivíduo responsável por crimes macabros, caso... caso se trate de um indivíduo ele mesmo responsável, digamos, por ter tirado a vida a alguém... ao comparar com o que ele fez... imagino que se torne menos macabro, que alivie um pouco...” Evidencia-se no discurso de alguns destes entrevistados (n=4) a atribuição de uma lógica punitiva ao uso da tortura nestas situações, uma vez que afirmam que “ainda por cima são pessoas que merecem sofrer”.

Outros (n=4) referem motivos de ordem mais pragmática para a ponderação das ‘qualidades humanas’ no processo de legitimação da tortura: “[...] no caso de pessoas que estejam habituadas a lidar com muita violência pode ser necessário incrementar mais violência para conseguir quebrá-las”.

Já outros dos entrevistados (n=3) consideram justamente o contrário: “[...] se o indivíduo está habituado à violência, a lidar com violência, não me parece que a tortura vá funcionar com esses tipos, com tipos duros.” Nesse sentido, a opção pelo método deve ser em função da sua probabilidade de eficácia: “[...] devia haver mais estudos de forma a perceber para que tipo de pessoas é que a tortura é um método eficaz.”

No que concerne às qualidades humanas das vítimas (pessoas que o Estado pretende salvar por meio da tortura), alguns participantes (n=5) referem que a tortura é um método tão “bárbaro e primitivo” que há que atender à natureza das pessoas a salvar, “não se pode tratar de uma vida qualquer, tem de ser uma vida verdadeiramente especial”.

B.2.3. Palcos de guerra

B.2.3.1. *Idiossincracias da Guerra*

B.2.3.1.1. Dimensões complexificadoras

“A guerra é uma coisa à parte, estamos a entrar na questão mais delicada, mais cinzenta, não há ‘preto ou branco’ na guerra.”

Foram muitos os participantes (n=28) que se referiram à maior complexidade dos conflitos armados comparativamente com o uso da força em contextos não militares. Houve referências à maior dimensão destes conflitos, quer do ponto de vista da sua duração, quer do ponto de vista das suas consequências (“[...] as guerras prolongam-se no tempo, envolvem populações, é outro campeonato, não é?”), e também à complexidade do ponto de vista dos intervenientes (às relações entre o Estado e o indivíduo acresce nestes cenários o papel de outros Estados e de organismos internacionais), que introduz questões relacionadas com a política externa e as relações internacionais do Estado. Neste sentido, para além da maior dimensão dos custos humanos num conflito bélico, são também maiores os custos do ponto de vista político e económico (“[...] uma coisa é perante uma situação de reféns ou assim estares a avaliar custos-benefícios se decidires entrar a matar, consegues ter uma noção, mas um conflito armado é muito mais complexo, envolve exércitos, populações, questões históricas, estratégias militares, lobbies políticos, interesses financeiros... são demasiadas coisas em jogo ao mesmo tempo... basta lembrar o Vietname.”).

“É como se o resto do mundo não existisse, como se tudo o resto parasse.”

Alguns dos participantes (n=9) referiram-se igualmente ao impacto, no quotidiano da sociedade, de “*viver num estado de guerra*”. Baseando-se na sua experiência pessoal de ter vivido em Angola durante a guerra colonial, um deles referiu: “[...] é como se o resto do mundo não existisse, como se tudo o resto parasse... de certa forma para-se mesmo de viver, não é? Para-se de viver aquilo que seria a vida normal, as rotinas, o trabalho, o lazer... não se pensa em levar os miúdos à escola, pensa-se é em ter comida, ter segurança”. Este participante acrescentou ainda: “[...] se posso dizer que retirei algo de positivo, nem é exatamente positivo, mas uma coisa que se aprende na guerra, é a não perder tempo com trivialidades, na guerra não o podes fazer”. Também referiu que “por outro lado, os instintos de sobrevivência também nos aguçam o egoísmo, na guerra é cada um por si, a tentar salvar a sua pele e a dos seus”. Outros participantes teceram igualmente considerações sobre as mudanças atitudinais e comportamentais das pessoas em contexto de guerra, que serão descritas e analisadas na secção do Alvo. Estes entrevistados enfatizaram as consequências destas mudanças para a dinâmica da sociedade ou do país, que conduziriam a um estado de ‘paralisação’ (“[...] as pessoas entram numa espécie de modo *zombie*, guerra, guerra, guerra, respira-se guerra, um país não pode funcionar nem ser produtivo com a sociedade neste modo *zombie*, com a sociedade paralisada.”) - o que também contribuiria para a maior dimensão dos custos políticos, económicos e sociais nestes contextos.

B.2.3.1.2. Implicações

“Tem de se pesar muito bem os prós e os contras.”

A complexidade dos cenários bélicos levou os participantes (n=25) a alertarem para a dificuldade em prever o seu desfecho, pelo que, do ponto de vista dos meios, a defesa da legitimidade do uso da força letal em cenários letais não poderá ser tão linear quando estes são de natureza bélica (“[...]claro que acho que se estão a morrer pessoas a comunidade internacional tem a obrigação moral de ajudar, mas tem de se pesar muito bem os prós e os contras... não é uma questão de ponderar se salvar vidas justifica a ajuda, porque para mim isso nunca está em questão, nunca pode estar... mas infelizmente isso não basta porque o impacto da guerra é muito mais lato.”).

Deste modo, na perspetiva destes participantes a complexidade de fatores geralmente presentes nos conflitos armados pode levar à consideração de que a opção militar seria contraproducente do ponto de vista daquela que deve ser a sua finalidade (saldo positivo no que concerne aos custos de vidas humanas). Alguns (n=14) enfatizaram que importa ter sempre presente que a vida deverá ser a finalidade exclusiva do uso da força letal, pelo que as variáveis que possam vir a entrar em jogo na avaliação da legitimidade da intervenção militar não podem nunca legitimar, *per si*, uma intervenção desta natureza, apesar de poderem vir a constituir ganhos secundários (“[...]um país acabar por beneficiar do ponto de vista político porque o conflito acabou por levar ao derrube de uma ditadura, ótimo, poderia ser um aspeto a favorecer a opção pela guerra, mas a decisão teria de ser por outra ordem de valores, se há mortes, se há violações... se há boas perspetivas de derrubar o regime e isso vai ser bom para o país, ótimo, mas não seria legítimo fazer guerra por causa disso, só podemos arriscar matar pessoas para impedir mortes, não para derrubar governos e muito menos para ir atrás de petróleo.”).

Foram referidos alguns aspetos considerados fulcrais à obtenção de resultados positivos nas ações militares. Relativamente à decisão de entrar no conflito, alguns entrevistados salientaram a necessidade de a causa ser percebida como ‘justa’ uma vez que “não se ganha uma guerra sem soldados, sem eles estarem lá de coração, a acreditarem que é por algo de bom”.

Surgiram também preocupações relacionadas com o pós-conflito, com alguns participantes (n= 19) a enfatizarem a necessidade de avaliar não apenas a eficácia da intervenção no conflito, mas também as perspetivas de futuro da região em causa. Foram muitas as referências à invasão norte-americana do Iraque como sendo um “mau exemplo”, ou um “exemplo daquilo que não se deve fazer”: “[...] basta ver ao tempo que a guerra supostamente acabou e a quantidade de gente que foi morrendo entretanto [...], nesse caso foi uma péssima decisão porque aquilo se já era mau pior ficou.”

Alguns destes entrevistados (n=14) deram o exemplo da descolonização dizendo que era necessário terminar com a ocupação portuguesa, mas que o processo de descolonização deveria ter sido feito de outra forma, uma vez que as consequências foram a criação de ainda mais injustiça social. Neste sentido, alguns (n=8) defenderam a necessidade/importância de se envolver entidades do(s) país(es) envolvidos no conflito (que até podem ser não governamentais e estarem sediadas fora do país, mas que sejam do país em questão) “porque é a única forma de garantir uma transição bem sucedida” para uma situação pós-conflito satisfatória e em que não se voltem a despoletar as situações de injustiça social. Além disso, alguns destes participantes referiram características que estas entidades dos países envolvidos devem ter, de modo que tenham um papel facilitador da intervenção, e que serão descritas e analisadas na secção dedicada aos intervenientes.

B.2.3.2. *O que está em causa?*

De uma forma geral, verificamos que os cenários de guerra foram os que suscitaram posicionamentos mais divergentes na nossa amostra, com as opiniões dos participantes a distribuírem-se num espectro que vai desde aqueles que refutaram quase em absoluto a guerra até aos que demonstraram maior tolerância face à violência neste contexto.

B.2.3.2.1. Humanidade

“[O genocídio] não é uma guerra comum, é algo de muito diferente... é querer eliminar uma raça, uma espécie, parte da humanidade... um crime contra a existência em si, contra o ser humano.”

Os posicionamentos encontraram um denominador comum nas situações de genocídio, já que mesmo os participantes que revelaram discordância em relação à generalidade dos cenários de intervenção militar abordados colocaram como ressalva tais situações. Para estes (n=4), a intervenção militar em situações de genocídio torna-se legítima por uma questão de ‘imperativo moral’: atendendo à finalidade (extermínio de um determinado grupo/comunidade), trata-se de uma ofensa não apenas aos alvos diretos da agressão, mas a toda a humanidade.

Este ‘imperativo moral’ foi um ponto fulcral para os que só admitiram a intervenção militar nos cenários de genocídio. Como um destes referiu: “[...] se calhar há outro tipo de guerras em que há tantas ou mais mortes... mas num genocídio, o que está em causa é muito mais do que isso... não é que cada vida não seja importante, claro que sim... e precisamente por isso é que sou contra as guerras, que os governos tirem vidas... só que no caso de um genocídio, é a existência de um tipo de vida... e se no Holocausto tivessem mesmo exterminado todos os judeus? Era um mundo mais pobre... cada vida

que se perde, é uma grande perda... mas perder-se toda uma raça, grupo étnico... é toda uma herança cultural, toda uma história... por muito que me custe abrir exceções à minha oposição à guerra, admito que nestas situações a comunidade internacional não pode ficar indiferente.”

“Na maior parte dos casos é pior a emenda que o soneto.”

Foram muitos os participantes (n=22) que alertaram para as consequências negativas das intervenções militares, considerando que o saldo final da generalidade das operações dessa natureza tende a ser negativo (“[...] na maior parte dos casos é pior a emenda do que o soneto, antes estava a morrer muita gente e de repente vai-se a ver e foi para ajudar mas na ajuda matou-se o dobro... ajudar com armas dá sempre mau resultado, é tipo bola de neve.”), pelo que acabam por ser contraproducentes (“[...] não adianta estar a tentar salvar vidas se provavelmente vamos acabar é por matar mais gente do que aquela que iria morrer... ou vamos matar mais do que salvar...”).

Para alguns (n=4), a consideração de que os resultados tenderão a ser contraproducentes reforça a sua perspetiva de que só as situações de genocídio poderão legitimar uma intervenção militar, uma vez que “não há como a emenda ser pior que o soneto se o objetivo no genocídio é matar toda uma facção, toda uma parte da humanidade, da espécie humana!”

B.2.3.2.2. Mortes em massa

Outros participantes (n=8) focaram-se mais nas consequências da guerra do que no ‘imperativo moral’, não atribuindo às situações de genocídio um estatuto de exclusividade e adotando um posicionamento favorável à intervenção militar “em casos de massacres... quando há mortes em massa, em grande escala”, em que o elevado número de vidas em causa leve a

considerar que as consequências nefastas da intervenção militar serão, ainda assim, menos graves do que as do presente conflito.

B.2.3.2.3. Vida ou Morte

“Caso se tratem de situações de vida ou morte.”

Continuando para o extremo oposto (do leque mais vasto de formas de legitimar o direito a matar nos cenários de intervenção militar), alguns entrevistados (n=11) referiram que uma intervenção militar é legítima “sempre que haja vidas em jogo” e que “se um grupo ou um governo está a matar pessoas, a comunidade internacional tem o dever de intervir”.

B.2.3.2.4. Direitos Humanos

“Quando estão em causa os direitos humanos.”

Outros participantes (n=10) adotaram um critério mais generalista, considerando legítima a intervenção militar quando em defesa dos ‘direitos humanos’. Encontramos um leque muito diversificado de critérios de legitimação, desde os que referiram que “têm de se tratar de violações graves dos direitos humanos, se há relatos de tortura, violações, a comunidade internacional não pode fechar os olhos, tem de intervir”, até aos que disseram: “[...] pelo facto de um país ser governado por uma ditadura, em que as liberdades dos cidadãos não são respeitadas, acho que já se justifica... justifica-se para o derrube de ditaduras, acho que se justifica... sejam de direita, de esquerda, comunistas, fascistas... a questão é se há ou não liberdade, o valor da liberdade, que não tem preço... e nas ditaduras não há respeito pelos direitos das pessoas.”

B.2.3.2.4.1. Ambiguidade do critério

“Quando vejo a palavra ‘humanitário’ associada a ‘guerra’ desconfio!”

Alguns dos nossos entrevistados (n=14) revelaram preocupação com a natureza dúbia das intervenções humanitárias justificadas em prol da defesa dos direitos humanos, considerando que o facto de este conceito ser tão generalista vai facilitar a legitimação de guerras que têm, afinal, outras finalidades (“[...] ouve-se falar muito, sobretudo os americanos, as guerras de libertação, vamos derrubar aquele governo para libertar a população, espalhar a democracia... se faz sentido intervir com a força em nome das liberdades e garantias, então devia fazer-se o mesmo na Grécia, e mais um bocado aqui em Portugal... não é só nas ditaduras que põem em causa dos direitos dos cidadãos.”).

Os referidos participantes salientaram a dificuldade de operacionalizar tal finalidade, no sentido de encontrar critérios que permitam definir em que situações de violação de direitos humanos a intervenção militar é legítima e em que situações a mesma seria excessiva (“[...] porque se o critério for ‘direitos humanos’, assim em geral, então não faz sentido achar legítimo para ditaduras e não para democracias, porque claro que já sabemos que nas ditaduras os direitos não são respeitados, mas também muitas vezes não o são em democracias!”).

As considerações em relação às intervenções militares com vista à salvaguarda de ‘direitos humanos’ remetem-nos para o tradicional debate entre o universalismo e o relativismo cultural; no entanto, uma vez que surgem, sobretudo, por referência aos direitos e deveres dos intervenientes numa dada situação, desenvolveremos este tema na secção que lhes é dedicada.

B.2.3.2.5. Soberania

“Os países são soberanos e a comunidade internacional deve fazer por proteger a soberania.”

A generalidade dos participantes enfatizou o direito dos países à soberania e ao dever da comunidade internacional de por ele zelar. No entanto, a análise dos seus discursos permitiu perceber que só alguns (n=3) adotaram a questão da soberania como critério legitimador, considerando que a violação desse direito justifica, por si, a ação militar por parte da comunidade internacional (“[...] ainda que aconteça sem derramamento de sangue ou violação dos direitos humanos, os países são soberanos.”).

Verificou-se que a legitimação se baseava no pressuposto de que a violação de fronteiras é algo inerentemente violento, que nunca acontece de uma forma não violenta. Neste sentido, os participantes adotaram para estas situações os mesmos critérios (e.g.,: mortes; violações de direitos humanos) que haviam adotado na análise de conflitos internos, ou seja, em função dos direitos individuais (“[...] é claro que a comunidade internacional não pode deixar que um país ocupe outro, é uma ilegalidade... agora, mantenho o que tenho dito, que temos de nos lembrar que o uso da força traz sempre consequências dramáticas, até podíamos conseguir por fim à ocupação, mas se o custo for a morte de milhares de pessoas, iá, estão livres do governo opressor mas ironicamente também estão livres da vida, são pessoas mortas... não era bem o tipo de libertação que provavelmente queriam, não é? Tem de ser sempre o último recurso, não pode ser pela violação das fronteiras em si... isso tem de fazer a comunidade internacional mexer-se, claro, com embargos, ameaças, e assim... mas partir para a força, só se passar a tratar-se de uma calamidade, existirem vidas em causa... mais do que a soberania o que importa são as pessoas... o Estado são as pessoas, se elas estão bem ou mal, isso é que importa.”).

B.2.3.3. Meios

Tal como nos restantes cenários de uso da força letal, a maior parte dos participantes enfatizou a necessidade de eficácia, ou seja, de o uso da força militar ser ponderado em função da probabilidade de se vir a verificar um saldo positivo em termos de vidas salvas.

B.2.3.3.1. Crença na eficácia cirúrgica

“As guerras dos nossos tempos são cirúrgicas.”

Alguns dos nossos entrevistados (n=15) revelaram otimismo em relação aos meios utilizados no que apelidaram de “guerras dos nossos tempos” ou “guerras modernas”, em que “os alvos são cirúrgicos, e consegue-se de facto fazer operações militares sem baixas civis”. Ressalvando que “claro que há sempre danos colaterais”, a maioria dos referidos participantes salientou o facto de nas “guerras modernas” a perda de vidas poder ser minorada, ou mesmo evitada: “[...] hoje em dia na maior parte das situações é possível fazer-se operações militares sem baixas, mesmo para os soldados, é incrível!” (O discurso destes participantes relativamente aos ‘danos colaterais’ será descrito na secção relativa aos intervenientes).

B.2.3.3.2. Críticas aos ‘danos colaterais’

“Dantes os países declaravam guerra, as coisas sempre eram mais previsíveis.”

Contrariamente ao discurso positivo do primeiro grupo de participantes relativamente ao que consideram ter sido um processo de evolução no ‘modo de fazer a guerra’, estes (n=12) adotaram um discurso crítico, enfatizando

aspectos em que consideram ter havido retrocesso. Por exemplo, um disse que “ao menos antigamente as guerras eram travadas em campos de batalha, entre soldados”, e outro referiu que “dantes os países declaravam guerra, as coisas eram mais previsíveis...era como um jogo, sabia-se onde era o campo, quais as equipas...”

Na perspetiva deste grupo de participantes, se do ponto de vista teórico (das diretrizes internacionais) se assistiu a uma evolução (“[...] antes da Segunda Guerra não se falava em direitos humanos, nem havia a Convenção de Genebra...”), do ponto de vista da aplicabilidade e das consequências práticas destas medidas isso não se verificou. Em sua opinião, “a guerra mudou para pior” por termos hoje em dia conflitos de natureza diferente e com novos intervenientes: “[...] hoje em dia temos sobretudo guerras civis, lutas de poder entre grupos étnicos [...] que escapam um bocado ao Estado, não é, que sentiria maior pressão para respeitar as convenções; não é que uns sejam melhores do que os outros, mas quem está no poder sabe que tem a perder se desafia a comunidade internacional, caem logo em cima com sanções ao país, se for uma guerrilha armada quer lá saber de convenções, não têm nada a perder.” Uma vez que, neste ponto, a argumentação se centrou em aspetos relacionados com os intervenientes, procederemos à respetiva análise na secção que lhes é dedicada.

Apesar de não partilharem do otimismo dos anteriores entrevistados relativamente à ‘eficácia cirúrgica’ dos meios militares da atualidade, estes também reforçaram que uma intervenção militar só poderá ser legítima se dirigida a alvos estratégicos e de natureza militar: “[...] não pode valer tudo, nem pode haver desculpas financeiras para não usar os métodos mais avançados e mais precisos, a guerra tem consequências demasiado dramáticas para se estar a ir pelo mais fácil; chegar a um sítio e bombardear o coração de uma cidade provavelmente arruma a questão, mas não pode ser assim.”

B.2.3.4. Processo

B.2.3.4.1. Reativo

“É preciso pensar muito bem e ter provas muito concretas do que se passa ou deixa de passar antes de agir.”

Alguns participantes (n=15) consideram que a intervenção militar deve ter uma natureza reativa, o que foi sobretudo enfatizado pelos mais relutantes quanto às intervenções militares devido às suas consequências geralmente contraproducentes (“[...] uma operação militar acaba por ter sempre custos humanos...ter a certeza do ‘para que é que vamos’ é o mínimo, quer dizer... os soldados são pessoas, com famílias, o país em causa não está vazio, é preciso pensar na população... ainda que os alvos sejam militares, há pessoas que lá trabalham, os empregados de limpeza, funcionários... quer dizer, são vidas! Quer dizer... se eu nas outras situações já era contra agir sem certezas e se tratavam de meia dúzia de pessoas, então nestas, militares, é preciso pensar muito bem e ter provas muito concretas do que se passa ou deixa de passar antes de agir.”)

Estes participantes apontaram críticas “ao que eles chamam de *preemptive*, não é?”: “Entrar a matar num país que não matou ninguém, porque pode vir a matar... que exemplo é que estamos a dar? É pernicioso! Era o que faltava!”. Foram várias as referências à invasão norte-americana ao Iraque: “[...] ao que as coisas chegaram por causa do medo ao Bin Laden, há pessoas que dizem ‘pelo sim pelo não, é melhor não correr o risco’, mas esquecem-se que fazer guerra é matar pessoas... é olhar para o Iraque e perguntar se valeu a pena? Para os homens do petróleo provavelmente sim, para os defensores dos direitos humanos é óbvio que não.”

“Tem de ser por outras vias, não armadas.”

Os referidos participantes salientaram, contudo, que a comunidade internacional deve intervir sempre que conclui, após avaliação, que determinados países possam estar a constituir ameaça. No entanto, esta intervenção deverá seguir a via diplomática e a estratégias não violentas (“[...] pode-se fazer embargos económicos e sanções económicas, por exemplo.”).

B.2.3.4.2. Preemptivo

Os cenários de guerra foram aqueles em que um maior número de participantes (n=21) se mostrou favorável à intervenção ‘preemptiva’. Alguns destes participantes consideram que a ação ‘preemptiva’ torna-se mais necessária devido ao tipo de meios militares à disposição dos exércitos (“[...] uma coisa era esperar para ver o que acontecia quando as guerras eram travadas com canhões, outra coisa é correr esse risco com bombas atómicas, trata-se de arriscar toda a humanidade.”), mas é também mais eficaz (“[...] hoje em dia as guerras são cirúrgicas, há muito menos riscos de a coisa dar para o torto, de matar, matarem pessoas civis..dá para arriscar mais do que dantes.”).

B.2.3.4.3. Preventivo

No que concerne à intervenção militar ‘preventiva’, os discursos legitimadores centraram-se na luta contra o terrorismo internacional, designada pela maioria destes participantes como ‘guerra ao terror’ (“[...]isto do terrorismo mudou muito o que eram as guerras... é uma guerra que não acaba, não é?”; “São pessoas espalhadas por todo o mundo, algumas até têm a cidadania dos países que atacam, não dá para saber bem quem é o inimigo, nem quando vai atacar... tens de ir fazendo pela vida, quando aparecem

indícios, ir atrás, porque se estás à espera que as coisas acontecem leves com novo 11 de setembro.”).

Já no que concerne especificamente às questões de produção de armamento nuclear, a generalidade da amostra revelou-se crítica em relação à lógica preventiva, com alguns participantes a considerarem “hipócrita que países que têm este tipo de armas se achem no direito de reclamar quando outros países as têm”. Seis participantes alertaram para “[...] o perigo de acabar numa guerra nuclear, era o fim do mundo, basicamente!”.

B.2.3.5. *Intervenientes*

A análise do discurso dos participantes relativamente aos intervenientes nos conflitos armados revestiu-se de maior complexidade do que nos restantes cenários por terem surgido dois níveis de análise: o estatal e o individual.

B.2.3.5.1. Nível estatal

B.2.3.5.1.1. Culpabilidade

“Se um governo oprime direitos básicos, universais, está a pedi-las!”

No primeiro nível, e em conformidade com a finalidade legitimada pelos participantes (vida; direitos humanos) surgiram referências (n=17) à responsabilidade de os Estados zelarem pelos seus cidadãos (“A função do Estado é proteger as pessoas, se pelo contrário mata pessoas, é claro que vai ter problemas com a comunidade internacional.”). Quando os Estados falham em relação a essas obrigações, estão a dar legitimidade à comunidade internacional para intervir.

B.2.3.5.1.1.1. *Factores histórico-culturais*

“Uma mulher ser apedrejada tem de ser errado em qualquer parte do mundo.”

Os discursos de responsabilização dos Estados surgiram associados à defesa do universalismo de determinados valores e direitos (“[...] tudo bem que temos de respeitar as diferenças culturais, mas há valores que são universais, a vida, a dignidade humana, uma mulher ser apedrejada tem de ser errado em qualquer parte do mundo.”). No entanto, enquanto que a crença no universalismo leva alguns destes participantes (n=10) a ver como legítima a intervenção militar quando determinados valores e direitos fundamentais são postos em causa, outros (n=7) opõem-se, ainda assim, a um critério que consideram demasiado generalista e abstrato. De acordo com os últimos, “não faz sentido ir pela exceção”, uma vez que se estariam a abrir precedentes numa questão onde “existem demasiados cinzentos”.

Encontrámos nestes discursos muitas referências aos regimes ditatoriais (n=12), caracterizados como “regimes opressores”, que personificam o “terrorismo de Estado” e que são “responsáveis por violações graves dos direitos humanos”.

“É como se falassem línguas diferentes, há coisas que simplesmente não lhes entra, é outro paradigma.”

Alguns participantes 'universalistas' (n=6) referiram que, por vezes, o desfasamento cultural entre a comunidade internacional e o país alvo é demasiado grande para que seja possível uma intervenção bem sucedida, pelo que se torna inviável. A título de exemplo de situações em que se verifica um 'desfasamento cultural', surgiram sobretudo referências a “países do Médio Oriente”, “países árabes”, “países fundamentalistas”, “países talibãs”, e alguns participantes fizeram alusão a “situações em África”, “países

africanos”. Segundo estes participantes, “não existe uma plataforma de entendimento mínima” entre a comunidade internacional e estes países no que concerne aos “princípios e valores fundamentais”.

Na sua perspetiva, há países em que os princípios democráticos não estão enraizados culturalmente, o que levanta problemas à legitimação de uma intervenção militar do ponto de vista das possibilidades de ser bem sucedida (“[...] era preciso deitar abaixo aquele regime opressor [Afeganistão], mas basicamente as pessoas que estavam contra esse regime opressor são iguais aos que estavam lá.”). Assim, consideram que para que uma intervenção militar possa ser viável torna-se necessário o envolvimento de pessoas/entidades do país em causa. Em relação às referidas pessoas/entidades, especificam: é necessário “que partilhem dos nossos valores, quando digo nossos digo democráticos, não é? Vale a pena intervir, mas só se for provável que a situação do país vai ficar melhor a seguir... se as pessoas que vão para o governo a seguir a deitar-se abaixo um regime opressor são iguais às que estavam lá, fomos lá para nada”.

“Achamos que somos uns iluminados quando temos é muito a aprender com os outros, com as outras culturas.”

Outros dos nossos entrevistados (n=14) enfatizaram o direito à autodeterminação dos países, questionando o direito de a comunidade internacional decidir o que está bem ou mal, do ponto de vista das normas e costumes, numa dada sociedade (“[...] quem somos nós para decidir que uma mulher porque usa véu está a ver os seus direitos desrespeitados se ela e a cultura dela acreditam no contrário? Nós temos muito a mania de que somos uma cultura superior, com uma moralidade superior... no fundo não é muito diferente de como era no tempo das cruzadas, andávamos a espalhar os nossos costumes e tradições, como se fossem o melhor para toda a gente...agora já não é tanto em nome de Deus, é em nome de outras coisas mais mundanas, mas o princípio é o mesmo.”).

Surgiram em particular referências (n=9) à ‘lógica egocêntrica’ dos países ocidentais. Como refere um dos entrevistados, “há países que são vistos como os ‘maus da fita’, e depois há países que fazem o que bem lhes apetece”. Os exemplos mais referenciados para ilustrar esta consideração foram os casos de Israel e dos Estados Unidos, que “praticam terrorismo de Estado e ainda se acham no direito de se acharem combatentes do terrorismo internacional, quando são eles os piores terroristas”.

B.2.3.5.2. Nível individual

B.2.3.5.2.1. Militares vs Guerrilheiros

“Eles [terroristas] misturam-se entre os civis de propósito, porque sabem que um exército oficial tem de respeitar certas ordens de conduta e vai evitar alvos civis.”

Se até agora nos estivemos a focar na argumentação dos participantes relativamente aos Estados ou às entidades oficiais que os representam, no grupo de entrevistados que se demonstrou crítico das “guerras modernas” parte do negativismo derivava da constatação de que os conflitos atuais são mais intraestado do que interestado, sendo travados por entidades/grupos não estatais (e.g.,: guerras civis; conflitos étnicos). Estes participantes (n=8) consideram que devido ao maior escrutínio e pressão internacional a que acabam por estar sujeitas (por acordos internacionais, por exemplo), as entidades oficiais tendem a ser mais respeitadoras das convenções internacionais, pelo que se revestem de maior idoneidade do que “grupos armados ou guerrilhas” pois esses “até podem ter na mesma treino militar, mas aprendem só a parte pragmática da coisa, como pilhar, como matar, não estudam o direito da guerra, as regras são as que eles inventam e em função deles, dos interesses deles, e as regras de conduta de guerra têm uma lógica internacional, humanitária.” Outro dos entrevistados referiu: “[...] as pessoas que se alistam nesses grupos são extremistas, fundamentalistas... com os seus

atos prejudicam as possibilidades do país de ter ajuda internacional... como na Palestina, os terroristas, pensam na causa, mas não têm uma visão de conjunto, como um governo acaba por ter de ter... por isso é que os grupos acabam por ser mais perigosos que os países, é mais fácil ficarem impunes... quem é acusado no Tribunal Internacional? São os chefes de Estado, não é?”

Também de alguns (n=9) dos participantes otimistas em relação às guerras modernas surgiram discursos de culpabilização destes grupos não oficiais que constituem, na sua perspetiva, o único entrave a que as guerras atuais não sejam de facto cirúrgicas: os comportamentos que estes grupos adotam, nomeadamente ao camuflarem-se e misturarem-se entre os civis, levam a danos colaterais (“Eles sabem que se há baixas civis as populações vão cobrar os exércitos, e no fundo é o que eles querem, virar a opinião pública, que olhem para eles como as vítimas... isso é muito recorrente na Palestina, os terroristas palestinianos fazem isso e a verdade é que conseguem, basta ver a opinião pública contra Israel, como se os palestinianos fossem uns inocentes.”).

“Por isso é que as guerras às vezes parecem tão limpas, eles mostram o que querem.”

Outros (n= 5) consideraram que, pelo contrário, “as ações dos militares oficiais são mais facilmente camufladas precisamente por ser o poder instituído, têm outros meios, o controlo dos meios de comunicação. Os cidadãos israelitas provavelmente não têm ideia de metade do que o governo anda a fazer na Palestina”. Segundo estes participantes, a guerra “serve muitas vezes de desculpa para se passar das marcas”.

B.2.3.5.2.2. Militares vs Civis

“Como costumam dizer, vale tudo no amor e na guerra.”

Os nossos entrevistados referiram-se às mudanças atitudinais e comportamentais das pessoas quando vivem num estado de guerra, considerando que as pessoas “ficam com os instintos primitivos mais aguçados”, “tornam-se mais egoístas”, “olham menos aos meios”, e que isto “compreende-se porque todos temos o direito a querer sobreviver”. Assim, a guerra tem “uma moral diferente”, “regras diferentes”.

Alguns (n=10) consideram que estas ‘regras diferentes’ só são legítimas entre militares e que, no que concerne à interação com civis, deve haver o mesmo tipo de cuidados na intervenção que existiriam num contexto não militar independentemente de se tratarem de civis do lado do inimigo (“Civis são civis, são pessoas que não têm culpa das guerras dos seus governos, não nos podemos esquecer disso.”).

Já outros (n=21) consideram que, devido à natureza das novas guerras, em particular na “fase do guerra ao terror”, “infelizmente os terroristas levam a que seja impossível distinguir quem são os civis”, pelo que os militares se veem ‘obrigados’ a “fazer o que for preciso e ver qualquer pessoa como o inimigo, porque o inimigo pode de facto ser qualquer pessoa, não dá para facilitar porque ou matas ou morres.”

B.2.3.5.3. Comunidade Internacional

Ainda relativamente à decisão de entrar no conflito, a maior parte (n=31) considera que deve ter sempre o aval da comunidade internacional, uma vez que entendem ser a melhor forma de garantir que a finalidade é justa e não motivada por interesses unilaterais.

B.2.3.5.3.1. *Críticas*

“Mesmo na ONU. Há interesses, não é?”

Alguns dos entrevistados (n=15), contudo, revelaram uma postura crítica relativamente ao modo como a comunidade internacional e, em particular, organizações como a OTAN ou a ONU têm gerido o seu papel nos conflitos internacionais, adotando critérios de decisão de ação ou inação nos diferentes conflitos que consideram dúbios e parciais - por conseguinte, questionáveis (“[...] mesmo na ONU... há interesses, não é? Nem todos os países estão ali representados, e dos que estão, nem todos têm o mesmo poder, há uns que mandam mais, e entre países não há cá altruísmos, se decidem intervir tem de haver ali fumo, alguma vantagem para alguém, acaba por ser sempre estratégico... tantos países em África, no terceiro mundo, com massacres diários e ninguém quer saber, faz-se umas campanhas e tal, ‘salvem o Darfur’, mas intervenção a sério nem vê-la... já se for um sítio com petróleo como o Kuwait em que o invasor é um país como o Iraque, vem mesmo a calhar, é ouro sobre azul, como se viu, não é?”).

“Como é que podem fazer o que bem lhes apetece sem que lhes aconteça nada?”

As críticas em relação ao papel da comunidade internacional, em particular da ONU, foram muito relacionadas com os Estados Unidos, quer do ponto de vista da influência deste país na definição das prioridades de intervenção, quer do ponto de vista da impunidade relativamente às suas ações unilaterais (“A comunidade internacional prefere fechar os olhos e não ter problemas, viu-se contra o Iraque, a maior parte dos países acabou por meter o rabinho entre as pernas, nós inclusive! Poucos tiveram a coragem da França!”).

B.2.3.5.2.2. *Intervenção multilateral VS unilateral*

“Ainda assim, é sempre preferível que seja uma ação conjunta.”

Alguns dos referidos participantes (n=10) consideram que “ser uma ação concertada da ONU acaba por ser na mesma o mal menor”, “é como aquilo que se diz da democracia, tem muitas falhas mas face às outras formas de governo que conhecemos é a melhor possível, com esta questão é igual, se a alternativa é ninguém fazer nada ou fazer algum país e ainda é mais provável que seja por interesses, mais vale a comunidade internacional”.

“Se a guerra até é justa nesse caso e há um país disposto a fazê-la, porque não? Não me venham com a ONU porque é o que se vê!”

Já outros (n=5) consideram que, já que a ação da comunidade internacional “não tem sido propriamente exemplar”, tratando-se de uma causa justa e surgindo um país com capacidade militar e que está disposto a intervir, deve fazê-lo: “[...] porque há casos em que seria justo intervir mas a comunidade internacional decide que não, não passa a não ser justo intervir por causa disso, apenas pelos vistos é inconveniente... ainda que um país se decida chegar à frente porque tem algo a ganhar com isso, não é diferente da comunidade internacional e se naquele caso já se trata de uma crise humanitária, sou completamente a favor!” Ou, como refere outro destes participantes: “[...] não interessa quem vai ou com que interesses, se há gente a morrer e vão salvar as pessoas, em última análise é isto o mais importante e a mim basta-me, quero lá saber se são americanos sozinhos ou com a ONU”.

É também referida a importância de avaliar, em qualquer um dos casos, a capacidade militar do país ou da comunidade internacional para lidar com o conflito em questão.

C. POSICIONAMENTOS PREDOMINANTES: SITUACIONALISTAS E PESSOALISTAS

A análise dos dados do segundo estudo levou à identificação de duas linhas predominantes de raciocínio e argumentação em torno da legitimação da violência de Estado. Se há convergências nos dois discursos, nomeadamente a transversalidade de questões como, por exemplo, a ênfase no valor da vida, outros aspetos são divergentes. Esta divergência deriva, fundamentalmente, da consideração ou não, por parte dos participantes, de que a intervenção estatal deva ser diferenciada em função daquilo a que nos temos referido como ‘qualidades humanas’ dos indivíduos.

Se a questão da letalidade da situação emergiu como fio condutor diferenciador de padrões de argumentação transversais à amostra (um para os cenários letais e outro para os cenários não letais), a questão das ‘qualidades humanas’ assume esse papel na diferenciação de posicionamentos entre os participantes: o daqueles que rejeitam a ponderação desta dimensão, restringindo a avaliação da legitimidade à situação em análise (‘Situacionalistas’); e o dos que ponderam as ‘qualidades humanas’ quando avaliam a legitimidade da violência de Estado, abrindo espaço a uma maior tolerância face à mesma (‘Pessoalistas’).

TABELA 6. SITUACIONALISTAS

Nome Fictício	Idade	Grupo
Eduardo	22 anos	Discordantes
Liliana	20 anos	Discordantes
Diogo	30 anos	Discordantes
Alice	32 anos	Discordantes
Inês	43 anos	Discordantes
José	57 anos	Discordantes
Mafalda	55 anos	Discordantes
Augusto	64 anos	Discordantes
Conceição	67 anos	Discordantes
João	21 anos	Normativos
António	36 anos	Normativos
Cátia	32 anos	Normativos
Vanessa	44 anos	Normativos
Ricardo	55 anos	Normativos
Ana	58 anos	Normativos
Maria	70 anos	Normativos
Beatriz	44 anos	Concordantes
Diana	25 anos	Concordantes
Gil	31 anos	Caso Negativo
Sofia	52 anos	Caso Negativo

TABELA 7. PESSOALISTAS

Nome Fictício	Idade	Grupo
Rui	18 anos	Concordantes
David	37 anos	Concordantes
Carolina	33 anos	Concordantes
Hugo	49 anos	Concordantes
Gonçalo	55 anos	Concordantes
Susana	56 anos	Concordantes
Francisco	60 anos	Concordantes
Joana	62 anos	Concordantes
Filipa	24 anos	Caso Negativo
Cristina	33 anos	Caso Negativo
Alice	36 anos	Caso Negativo
Daniel	48 anos	Caso Negativo
Catarina	23 anos	Normativos
Pedro	47 anos	Normativos
Alfredo	64 anos	Normativos
Artur	41 anos	Discordantes

C.1. OS SITUACIONALISTAS

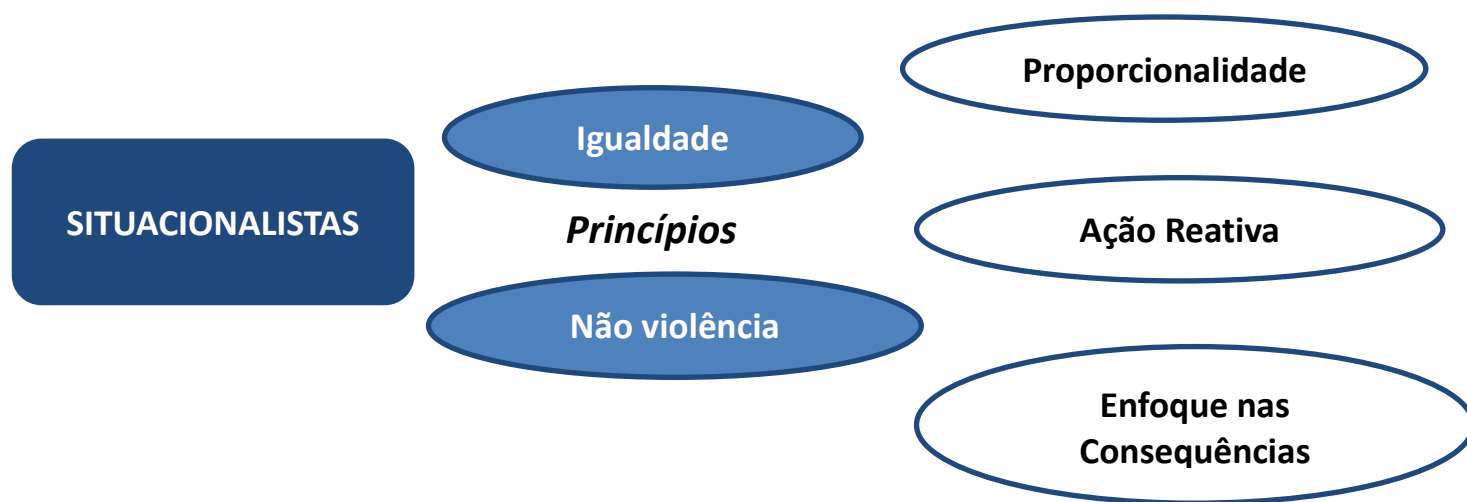


FIGURA 1 - Representação Esquemática do Grupo 'Situacionalistas'

Os participantes incluídos neste grupo têm como denominador comum a defesa da intervenção mínima (tanto do ponto de vista do processo, como dos meios) em qualquer circunstância. Cruzando os resultados encontrados em diferentes categorias, verifica-se que os situacionalistas foram aqueles que mais fundamentaram os seus posicionamentos, ao longo das entrevistas, em termos de 'princípios'. Partem de um conjunto de premissas ou axiomas que, na sua perspectiva, devem orientar o uso da força de forma absoluta e sem margem para exceção. A intervenção mínima é perspectivada como 'imperativo moral' e, nesse sentido, como algo que deve reger a intervenção do Estado de forma incondicional. Daí a consideração de que é aplicável a toda e qualquer circunstância.

Muitos destes participantes adotaram uma perspectiva similar em relação à não-violência, advogando-a como 'imperativo moral'. No entanto, a consideração de que em algumas circunstâncias a violência é inevitável levou-

os a tomar posicionamentos contrários e a abrir exceções a tal princípio, suscitando, deste modo, incoerências narrativas. Foram vários os momentos ao longo das entrevistas em que tais incoerências foram constatadas e assumidas por alguns destes participantes, que verbalizaram a sensação de entrar em contradição, tendo-se referido um deles a esta questão como ‘paradoxo da violência’. De facto, o discurso destes participantes reflete o paradoxo que frequentemente se verifica nos discursos sobre a violência ao referirem-se-lhe quer como causa (violência gera violência), quer como consequência (violência só se resolve com violência) (Bandura, 2004; Zimbardo, 2007).

Nas situações paradoxais em que viam algo que refutam por princípio como sendo inevitável, a forma de ‘resolver’ o paradoxo passou pela imposição de condicionalismos ao uso da força: já que por vezes é necessário quebrar o princípio da não-violência, o Estado tem de ser criterioso e firme na forma como o faz. Assim, não dar margem a exceções no que concerne ao princípio da intervenção mínima parece ser a forma encontrada para compensar o facto de as contemplarem no que concerne à utilização de violência por parte do Estado.

A defesa incondicional da proporcionalidade inviabiliza a legitimação de ações preemptivas, e muito menos de preventivas, visto que usar meios violentos antes de uma situação se tornar violenta não seria proporcional. Assim, ao defenderem a proporcionalidade dos meios de forma incondicional, os situacionistas acabam por defender, por inerência, a lógica reativa. Deste modo, outro aspeto diferenciador deste grupo prende-se com a rejeição da iniciativa violenta por parte do Estado, de que os métodos violentos possam ser considerados para lidar com situações não-violentas, ou seja, numa lógica proativa. A defesa da não-violência emerge dos discursos de muitos destes participantes como sustentada, em parte, pela rejeição da iniciativa violenta. Está aqui implícita a ideia de que advogar o princípio da não-violência passa por privilegiar as respostas não violentas à violência, não implicando um posicionamento de refutação absoluta dos meios violentos. A oposição à iniciativa violenta por parte do Estado parece assim minimizar a dissonância causada pelo ‘paradoxo da violência’.

Na defesa de que o uso da violência de Estado deve seguir sempre uma lógica reativa, os situacionistas mostram-se críticos da ponderação probabilística inerente às lógicas preemptiva e preventiva. Demos conta, no enquadramento teórico, dos estudos que alertam para o facto de a ambiguidade situacional potenciar a perceção de ameaça, dando azo à legitimação de respostas agressivas (Hodson, Esses e Dovidio 2006; Zimbardo 2007). Neste sentido, a postura cautelosa destes participantes, considerando que se deve evitar reagir em função de probabilidades, parece-nos constituir um mecanismo protetor em relação aos efeitos da ambiguidade situacional.

A defesa da intervenção mínima não é sustentada ‘apenas’ por ‘princípios’, surgindo também no discurso dos situacionistas argumentos de ordem pragmática. Estes foram os participantes que mais enfatizaram as consequências nefastas dos métodos violentos, revelando preocupação com os processos de escalada da violência. São muitos os discursos científicos e políticos que alertam para o papel das ações repressivas dos Estados na criação e perpetuação de ciclos de violência. Estes discursos são sustentados pela ‘realidade’, que nos dá conta da relação diretamente proporcional entre o nível de violência das instâncias de controlo formal e o nível de violência nas sociedades, com a legitimação de respostas violentas por parte da população a decorrer e espelhar a sua adoção por parte da autoridade (Zimbardo, 2007).

Associada à ideia de que violência gera violência surgiu a preocupação com a imprevisibilidade das suas consequências, com muitos dos situacionistas a considerarem que qualquer situação violenta, ainda que aparentemente pouco grave, é potencialmente letal. Assim, a imprevisibilidade dos fenómenos de violência, que no caso da maioria dos pessoalistas sustentou a legitimação de métodos mais agressivos, no caso dos situacionistas acaba por reforçar a sua crença de que a melhor forma de o Estado atuar é numa lógica de intervenção mínima.

Outro aspeto que se revelou diferenciador deste grupo em relação ao resto da amostra prendeu-se com o facto de a preocupação com as consequências dos meios violentos se estender aos perpetradores (culpados), não se limitando, como no caso da maioria dos pessoalistas, à preocupação

com a vítima (inocentes). Um dos princípios enfatizados pelos situacionalistas, e que os leva a rejeitar qualquer ponderação qualitativa, prende-se com a 'igualdade', sendo que os seus discursos de defesa da intervenção igualitária por parte do Estado passaram pela humanização dos culpados. Por conseguinte, a crença na 'igualdade' parece levar a que os situacionalistas não percam de vista o elemento humano nas suas considerações sobre os culpados. Esta hipótese é corroborada pelo facto de terem sido estes os participantes que consideraram que as pessoas são sempre prioritárias, independentemente de serem inocentes ou culpadas. Deste modo, apesar de no que concerne ao alvo, os situacionalistas atenderem exclusivamente à questão da responsabilidade na situação, os seus discursos foram, ainda assim, menos centrados nesta dimensão do que no caso dos participantes pessoalistas. Por outro lado, encontramos neste grupo um discurso mais culpabilizador do Estado, no sentido de ser responsável por todos os indivíduos e não apenas por alguns.

A relevância dada à defesa de vida foi transversal à amostra, daí decorrendo uma maior legitimação da violência de Estado em cenários letais, nos quais se admitem tipos de violência não admitidos para outros cenários (tortura, morte). Atendendo ao foco exclusivo destes participantes nas variáveis situacionais, poderíamos supor que a mudança para situações letais se refletisse particularmente nos discursos deste grupo. No entanto, aquilo que se verificou foi que continuaram a fazer valer os mesmos princípios do que para os restantes cenários, mantendo a defesa da intervenção mínima, quer do ponto de vista da proporcionalidade dos meios, quer do ponto de vista da reatividade do processo.

Encontram-se neste grupo aqueles que questionaram a possibilidade de utilizar meios paralizadores não letais (e.g., dardos), ou a necessidade de os agentes policiais serem treinados na utilização de armas de fogo no sentido de serem capazes de imobilizar um indivíduo evitando a possibilidade de um tiro letal. Neste grupo encontram-se igualmente os que se revelaram críticos da legitimação da violência em relação a cenários de bomba-relógio, considerando tais cenários irrealistas, vendo-os como exceções que não podem fazer a regra.

Apesar de defenderem a proporcionalidade dos meios, estes participantes legitimam a tortura em algumas situações - um uso da força que é inerentemente desproporcional, pois tem o propósito de quebrar o indivíduo, não sendo, portanto, uma força de 'contenção'. Aquilo que lhes permite considerar que o Estado está a seguir o princípio da intervenção mínima nestas situações é o mecanismo da comparação paliativa (Bandura, 1990 2004), já que, como vimos, no processo de legitimação da tortura foram muitas as comparações entre as consequências não letais dos atos de tortura e as consequências letais da situação.

C.2. OS PESSOALISTAS



FIGURA 2 - Representação Esquemática do Grupo ‘Pessoalistas’

No caso dos participantes que consideraram que em determinadas circunstâncias seria contraproducente seguir o princípio da intervenção mínima, verificou-se que tinham como denominador comum a ponderação das qualidades humanas dos intervenientes na situação. Tal ponderação constitui o principal critério diferenciador deste grupo em relação ao grupo dos situacionistas, ao abrir um leque de possibilidades de legitimação da violência de Estado para os primeiros (pessoalistas).

Os situacionistas enfatizaram o princípio da igualdade na intervenção estatal, tornando-se evidente a relação entre esta crença e o foco exclusivo em variáveis situacionais, já que esta era assumida claramente no seu discurso. No caso dos participantes pessoalistas, nem sempre a ponderação qualitativa foi assumida de forma explícita. Enquanto que nos cenários letais estes participantes, ao contrário dos restantes, adotaram um discurso claramente desumanizador, para os cenários não letais ambos os grupos se

referiram, de uma forma geral, à ‘perigosidade’ de determinados indivíduos. No entanto, se a preocupação com a ‘perigosidade’ de determinados indivíduos levou os situacionistas a recomendar maiores cuidados do ponto de vista da preparação e dos meios disponíveis, mas, ainda assim, a manter a defesa da intervenção proporcional e reativa, no caso dos pessoalistas levou à legitimação de uma intervenção mais repressiva e proativa. A preocupação dos primeiros diz respeito à existência de meios suficientes para poder responder à altura, enquanto que a dos últimos consiste em ter meios suficientes para intimidar, na perspetiva de que com determinados indivíduos o uso da força deve ser repressivo. Além do mais, aqueles que defenderam a intervenção ‘desproporcional’ em função da perigosidade dos indivíduos foram os mesmos que consideraram as ‘qualidades humanas’ na ponderação das situações letais, o que sugere que estará subjacente o mesmo tipo de raciocínio. De facto, estes entrevistados também defenderam uma intervenção diferenciada (desproporcional) para os indivíduos ‘perigosos’ em situações não letais. A diferença relativamente às situações letais é que esta argumentação não foi tão sustentada por discursos desumanizadores.

Surgiram, ainda assim, nas narrativas em relação aos cenários não letais, discursos em que ficou patente a desumanização, nomeadamente em torno da função punitiva, vista como um ganho secundário do uso desproporcional da força. Outros participantes, apesar de não se referirem de forma explícita a esta função punitiva, revelaram menos preocupação com tais indivíduos, considerando que não merecem cuidados por parte dos agentes da força.

Foi nos cenários letais que os discursos desumanizadores dos participantes qualitativos ganharam maior expressão, diferenciando-se, de forma marcada, dos discursos dos restantes. Nos cenários de morte iminente, em que se tratava de matar o culpado sem que terceiros estivessem envolvidos, tais discursos praticamente não surgiram: a desproporcionalidade foi defendida para todos os indivíduos independentemente das qualidades humanas. Ainda assim, a ponderação qualitativa acaba por se sobrepor ao direito à vida nos discursos de alguns destes entrevistados, já que mesmo nos

cenários de morte iminente alguns admitiram a inação estatal no caso de se tratar de indivíduos ‘sem escrúpulos’.

Quanto às pessoas que não têm qualquer responsabilidade na situação (‘inocentes’), encontram-se no grupo dos pessoalistas aqueles que consideraram que poderiam ser sacrificadas para salvar vidas em função de possíveis ganhos quantitativos ou qualitativos (estando aqui patente a ponderação das ‘qualidades humanas’). Na perspectiva destes participantes, as pessoas ‘más’, ainda que inocentes, são consideradas vidas menos prioritárias para o Estado. Alguns secundarizaram a ponderação quantitativa à qualitativa, o que torna patente a importância da desumanização.

Foi no grupo dos pessoalistas que surgiram os discursos legitimadores da ação preemptiva e/ou preventiva, precisamente em função da ponderação das ‘qualidades humanas’. Nestes cenários, em particular naqueles referentes a situações de violência letal, exponenciaram-se os discursos desumanizadores. Se a admissão da lógica preemptiva abre espaço à utilização de violência em situações não violentas, a lógica preventiva facilita a legitimação da função punitiva da violência de Estado sob o argumento de que poderá prevenir a reincidência. No entanto, surgiram nos discursos de alguns entrevistados referências à punição desligadas da função preventiva, apenas numa lógica de ‘ajuste de contas’, com estes discursos a serem particularmente marcados pela desumanização e atribuição de culpa. Emerge, nos discursos dos pessoalistas, um paradoxo em torno do valor da vida: a sua valorização leva à desvalorização da vida daqueles que atentam contra tal valor. Esta é uma das linhas de argumentação dos participantes que defendem a pena de morte ou a tortura como métodos de punição: há pessoas que devido às atrocidades cometidas se tornam merecedoras de tais punições. Nestes discursos a desumanização surge associada à atribuição de culpa, na consideração de que estes indivíduos com fracas qualidades humanas se tornam merecedores de um pior tratamento por parte do Estado, podendo ser secundarizados, deixados à sua sorte ou sacrificados.

Se é relativamente simples e consensual diferenciar a lógica reativa da lógica preventiva em função de a primeira implicar cenários e vítimas concretos e a segunda cenários e vítimas abstratos, as dificuldades que

sentimos na operacionalização e diferenciação dos conceitos de ação reativa e preemptiva põem em evidência a ambiguidade do conceito de ‘perigo’. Se para alguns entrevistados é uma noção que se cinge às situações que aqui designamos por ‘perigo imediato’ (pressupondo certezas sobre aquilo que está a acontecer), para outros a noção de perigo é concebida de forma mais alargada, significando que estamos perante um cenário (concreto) em que existem pessoas (também concretas) que se encontram numa situação com elevada probabilidade de ocorrência de violência (avaliada em função das características/qualidades humanas do ofensor). Poderíamos colocar a hipótese de os participantes que admitiram a lógica preemptiva adotarem uma visão mais pessimista relativamente às situações de perigo abordadas (por exemplo, partindo do pressuposto de que uma situação de reféns em si mesma irá sempre ter um desfecho fatal). Todavia, importa lembrar que os situacionistas adotaram uma visão particularmente pessimista em relação ao possível desfecho das situações violentas; no entanto, tal preocupação veio reforçar a sua crença na necessidade de a violência de Estado ser sempre proporcional e reativa. Além do mais, o facto de os primeiros referirem precisar de certezas (em função daquilo que se está a passar no imediato) e os segundos se referirem sobretudo a probabilidades sustenta a nossa opção pela diferenciação concetual da noção de ‘perigo’ da lógica reativa e da noção de perigo da lógica preemptiva. O raciocínio em torno de ‘probabilidades’ abre espaço, por exemplo, à legitimação da violência de Estado em situações não violentas ou à ação letal por parte do Estado em cenários que, apesar de violentos, não são de morte iminente. Para além disso, o facto de a lógica probabilística se relacionar com a avaliação das ‘qualidades humanas’ não só diferencia estes participantes dos situacionistas, como é um aspeto que surge como denominador comum nas lógicas preemptiva e preventiva.

DISCUSSÃO FINAL E CONCLUSÕES

Eis a lei das leis: observe cada um a lei do lugar em que vive.

Michel de Montaigne

De uma forma geral, o que se constatou com o aprofundamento dos posicionamentos dos participantes no segundo estudo foi uma tendência para aumentar o leque de legitimação da violência de Estado. A amplificação dos níveis de tolerância põe a nú a superficialidade da compreensão possibilitada pelo primeiro estudo, decorrente das fragilidades do PAIRTAPS de que demos já conta na parte empírica desta tese. Por outro lado, corrobora as evidências de outros estudos empíricos sobre o tema que dão conta da maior tendência das pessoas para refutarem a violência quando se referem a ela em abstrato (Malley Morrison, 2009; Malley-Morrison, McCarty & Hines, 2013).

Embora esta tendência para a amplificação dos níveis de tolerância tenha sido transversal à amostra, expressou-se de forma diferenciada nos discursos dos entrevistados. Como vimos, o aprofundamento do posicionamento dos participantes no segundo estudo fez emergir dois padrões de argumentação que nos levaram a diferenciar os ‘situacionalistas’ dos ‘pessoalistas’. Cruzando os resultados de ambos os estudos, aquilo que verificamos é que os participantes que se haviam situado na concordância com todos os itens do PAIRTAPS (Grupo ‘Concordantes’) foram aqueles que no segundo estudo mais sustentaram posicionamentos de tolerância face à violência de Estado, evidenciando padrões de argumentação que nos levaram a identificá-los, na sua generalidade, como ‘Pessoalistas’.

Os discursos predominantes do Grupo ‘Discordantes’ e do Grupo ‘Normativos’ partilhavam de alguns denominadores comuns, tais como a defesa absoluta da intervenção mínima, a ênfase no princípio da igualdade e o enfoque exclusivo em variáveis situacionais, convergindo no padrão de raciocínio que designámos por ‘situacionalismo’. Existem, no entanto,

algumas idiossincrasias nos discursos destes dois grupos ('Normativos' e 'Discordantes') que importa analisar à luz dos critérios que nos levaram a diferenciar estes grupos¹⁷. Embora se tenha evidenciado um processo de raciocínio padrão comum a ambos, fortemente enraizado em 'princípios' ou 'imperativos morais', verificamos que a tendência predominante dos entrevistados do Grupo 'Discordantes' foi assumir tais princípios como 'convicções morais pessoais' ('Eu acredito que...'), enquanto que os participantes do Grupo 'Normativos' tenderam a fundamentá-los mesmos com base em parâmetros legais ('A lei postula que...'). À argumentação com base em convicções morais pessoais ou com base em critérios legais estão subjacentes níveis substancialmente diferentes de responsabilização (Bandura, 2002; MacNair, 2012; Zimbardo, 2007). No primeiro caso, os participantes argumentam com aquilo que assumem como sendo 'a sua' moral, estando, deste modo, implícito um sentido de comprometimento moral. No segundo caso, a legalidade assume-se como subterfúgio moral, já que os participantes se apropriam dos parâmetros definidos por uma entidade externa (Estado; Comunidade Internacional).

Como vimos na revisão da literatura, a diluição da responsabilidade é um dos mecanismos facilitadores do descomprometimento moral (Bandura, 1999, 2002). No sentido contrário, a autoconsciência relativamente aos valores pessoais tenderá a ativar o comprometimento moral. No caso dos participantes que argumentaram sobretudo com base nas suas crenças e valores pessoais, está a ser ativado o que Milgram (1974) chamaria 'estado autónomo': os participantes argumentam com o que assumem como sendo 'a sua' moral, o que potencia o seu sentido de responsabilidade e comprometimento moral. Este comprometimento moral ficou patente na forma como resolviam a dissonância cognitiva suscitada quando os seus posicionamentos face aos cenários contrariavam as suas convicções morais. Quanto mais fortes e pessoais forem as nossas convicções, maior será a

¹⁷Relembre-se que a análise no segundo estudo não foi feita por grupo; procedeu-se à análise da amostra como um todo, pelo que a continuidade de algumas das idiossincrasias dos participantes dos três grupos contrastantes nas suas respostas no segundo estudo atesta a validade dos resultados do primeiro estudo como critério de definição dos grupos contrastantes.

dissonância sentida em face de situações que as contradigam, assim como a nossa autoconsciência da contradição (Harreveld, van der Pligt & de Liver, 2009). De facto, foram estes os participantes que mais verbalizaram a sensação de contradição, assumindo de forma clara a experiência de dissonância. Será também maior a tendência para resolvermos a dissonância de uma forma que nos permita manter as nossas convicções (*ibidem*). Foram também estes os participantes que, nos momentos em que os posicionamentos adotados colidiam com os seus princípios, reafirmaram as suas convicções morais, considerando que as exceções não podem fazer a regra e fazendo prevalecer as suas ‘regras’ pessoais.

Importa salientar que o que nos parece estar aqui em causa, mais do que a base moral da argumentação (relembre-se que um dos mais poderosos mecanismos de descomprometimento moral é precisamente a justificação moral), é o sentido de autoria pessoal, que vai potenciar o comprometimento moral, daí decorrendo um sentido de responsabilidade individual. Por conseguinte, estes participantes tenderão a ser menos permeáveis aos processos de diluição da responsabilidade e, conseqüentemente, à influência da normatividade, já que os seus próprios posicionamentos pessoais tenderão a sobrepor-se. Deste modo, o sentido de autoria pessoal tenderá a levar a que as normas legais passem pelo escrutínio de uma reflexão crítica com base nas convicções morais pessoais. Esta nossa hipótese é sustentada pelo facto de se encontrarem entre estes participantes aqueles que defenderam que os princípios morais de cada um devem prevalecer face às diretrizes legais.

Poderá parecer um contrassenso estarmos a problematizar o facto de alguns dos entrevistados argumentarem, sobretudo, com base nos parâmetros legais de um Estado democrático cuja constituição é fortemente enraizada numa filosofia humanista. A obediência a uma autoridade que se rege por princípios democráticos é algo de benéfico e, por isso, desejável numa sociedade, e a adesão dos cidadãos a esses deveres espelha e reforça a identificação da sociedade com tais princípios. Todavia, se voltarmos a visitar o exemplo da Alemanha Nazi facilmente percebemos que nem sempre a obediência aos parâmetros legais é o caminho para a prática do bem (Welzer, 2007). Afinal, Eichman seria capaz de legitimar todos os seus atos

recorrendo aos parâmetros legais do seu contexto. Nesse caso, a legalidade constituiu um subterfúgio moral, possibilitando a externalização da responsabilidade face aos atos e facilitando a sua perpetração.

No estado agêntico, o indivíduo não sente responsabilidade pelas ações que são prescritas pela autoridade, pois “a ação, não tendo a sua origem em motivações internas, não é mais um reflexo da imagem que a pessoa tem de si e por isso não tem consequências na maneira de se conceber, o que facilita a execução de ações a que o sujeito não conseguiria aderir noutras circunstâncias” (Freire & Neto, 1988, p. 15). A externalização da responsabilidade facilita o descomprometimento moral e, por conseguinte, a legitimação da violência de Estado (Malley-Morrison, McCarty & Hines, 2013). É neste sentido que a utilização da legalidade como subterfúgio moral por parte de alguns dos nossos participantes nos suscita preocupação. Se a apropriação dos critérios legais do Estado por parte da sociedade nos parece não só desejável mas também um bom indicador da sua saúde democrática, a sua apropriação acrítica torna-se perigosa, uma vez que irá mudar ao sabor das mudanças legislativas. Isto não é problemático se tais mudanças forem no sentido do bem, mas torna-se perigoso se forem no sentido do mal.

O contexto pós 11 de setembro retirou-nos a ilusão de que esta perigosidade não existe nas sociedades democráticas ocidentais. Relembre-se as mudanças legislativas constantes dos *torture memos* que deram um suporte legal a atos definidos nas convenções internacionais como tortura (Malley-Morrison, 2009; Zimbardo, 2007). De facto, as disposições legais podem ser altamente condicionadoras das perspetivas sobre a violência de Estado. Quando a conduta danosa perpetrada em nome do Estado se insere penal ou disciplinarmente na sua lei doméstica, a legitimação da violência é mais provável, pois a legalidade dos atos serve de justificação moral para o seu cometimento (Bassiouni, 2010).

À conceptualização da violência de Estado como algo que serve os interesses da sociedade acresce, nas democracias, a percepção de que o processo não foi imposto, mas decorreu de uma escolha, pelo que facilmente se compreende que possa ocorrer uma apropriação acrítica das diretrizes estatais (Hall, Critcher, Jefferson, Clarke, & Roberts, 1978; Chomsky, 2003).

Os Estados democráticos têm o poder para criar a ilusão do consenso, levando a que, por vezes, os cidadãos confundam o direito à liberdade de escolha com o seu exercício efetivo.

Importa trazer a esta reflexão as questões levantadas pelos criminólogos defensores da perspetiva do dano social. Estes autores (ou, pelo menos, a sua maioria) não defendem a abolição de parâmetros legais, mas alertam para a necessidade de não nos restringirmos a eles (cf. Green & Ward, 2004). Os participantes que se focaram nos seus próprios imperativos morais consideraram que estes devem prevalecer quando entram em colisão com as diretrizes legais, tornando-se deste modo legítima a desobediência militar e civil, assim como a revolução. É precisamente da consciência de que o crime é uma construção social e da contínua reflexão crítica sobre este fenómeno que o direito evolui. Numa sociedade verdadeiramente democrática é expectável que as mudanças legislativas sejam sustentadas pela opinião pública, que acompanhem e reflitam as tendências da própria sociedade. Nem sempre isto acontece, e o facto de muitas vezes a opinião pública se mostrar mal informada é aproveitado pelos defensores das decisões das ‘elites’. Assim, se nos parece um bom indicador da saúde da nossa democracia os participantes fundamentarem os seus posicionamentos com base nos critérios de legitimação oficiais, parece-nos preocupante que a fundamentação se cinja a tais critérios.

O que os olhos não veem, o coração não sente.

No enquadramento teórico damos conta do poder dos Estados para contornar as suas próprias diretrizes legais ou as da comunidade internacional através daquilo a que Cohen (2007) chamaria Espiral de Negação. Se no que concerne ao comportamento dos outros os Estados se preocupam, sobretudo, em regulamentar aquilo que não se pode fazer, no que concerne ao seu próprio comportamento a preocupação é com a validação dos atos, com argumentos que os legitimem. A negação literal é a primeira etapa da espiral de negação criada pelos discursos oficiais sobre ações ilegais, com vista à criação da ilusão de que estas não têm lugar. Pode surgir a tendência para afirmar que estes fenómenos não são sistemáticos, mas sim ações pontuais de agentes não devidamente aculturados num determinado grupo social (Zimbardo, 2007). Esta teoria essencialista assenta na lógica *'rotten apples'*, que postula que a maioria das forças de segurança não utiliza a violência não normativa, apenas trabalha nos limites legais (Belur, 2010b). Quando o escrutínio público e mediático põe a nú evidências que quebram a ilusão de que o Estado só opera dentro da legalidade, tornam-se necessárias outras estratégias de negação (Cohen, 2007). Não sendo possível negar os factos, nega-se a forma como foram interpretados (negação interpretativa) ou as suas implicações (negação implicatória). Foi notória nos discursos da generalidade da amostra a ressonância de tais estratégias de negação (por exemplo, através do uso da linguagem sanitarizada, ou da reconstrução do comportamento como servindo um bem maior). No entanto, no caso de alguns participantes normativos, a negação literal dos factos assumiu-se como suficiente para resolver o estado de dissonância. Emerge nos referidos discursos aquilo a que Cohen (2001) se refere como a dualidade do *'knowing and not knowing'*, em que o sujeito reconhece a imoralidade da conduta, mas recusa elaborar cognitivamente algumas propriedades, motivações ou características da mesma. O paradoxo do *'saber e não saber'* é particularmente notório no facto de alguns destes participantes, que negam que a violência não normativa possa ser uma prática rotineira em Estados democráticos,

acabarem por admitir que tais práticas existam ou possam existir ao assumirem o próprio estado de negação ('Prefiro não saber que acontece.'). Diríamos que não se trata verdadeiramente de uma ilusão, já que é consentida. Os indivíduos têm consciência de que se trata de uma realidade falsa. Apropriam-se dela porque lhes é conveniente, uma vez que lhes permite manter a premissa de que o Estado opera nos limites legais. No discurso de alguns destes participantes a negação surge imbuída de algum sentido de dever e compromisso para com o Estado: se suja as mãos, fá-lo para proteger os seus cidadãos, pelo que seria ingrato estar a recriminá-lo. No caso do discurso de outros emergiu, sobretudo, um estado de desprendimento, com a negação a permitir um distanciamento e uma desresponsabilização face às ilegalidades do Estado que não deviam acontecer - pelo que, quando acontecem, são da sua responsabilidade. O Estado recorre à espiral da negação com base na premissa de que é melhor que os cidadãos não tenham consciência ou conhecimento de determinados assuntos, e estes participantes parecem considerar que talvez seja melhor assim.

Quando admitiam a legitimação de formas ilegais de violência de Estado, alguns dos entrevistados referiam a necessidade de regulamentar estas 'exceções à regra' no âmbito das causas de exclusão da ilicitude, ou seja, as circunstâncias excepcionais nas quais condutas, que à partida seriam ilegais, se possam justificar (por exemplo, a utilização de tortura em cenários de bomba-relógio). A argumentação destes participantes remete-nos de novo para a controvérsia sobre o uso da tortura no pós 11 de setembro. Um dos argumentos do lado dos defensores da legalização, geralmente usado em debates sobre a descriminalização, é de ordem pragmática: quando existem circunstâncias legitimadoras, os atos, ainda que ilegais, tenderão não só a ser perpetrados, como a ocorrer de forma impune (Yoo & Nzelibe, 2006). Cria-se, desta forma, um vazio legal em torno desses atos. Estes participantes alertam para os perigos deste vazio legal porque ao tratar-se tais práticas como se elas não existissem, não estamos a dar-lhes legitimidade jurídica, mas também não estamos a impedi-las. Foi este um dos argumentos base para a criação dos *torture memos*: permitiriam separar 'o trigo do joio', os verdadeiros atos de tortura das 'técnicas de interrogação', garantindo um uso

controlado e supervisionado das últimas (Yoo, 2004; 2011). A premissa era de que sem esta regulamentação estas práticas iriam ocorrer na mesma, mas num vazio legal. Ironicamente, para efetivar este processo o governo norte-americano recorreu a um vazio legal, não conferindo aos suspeitos de terrorismo nem o estatuto de criminosos, nem o de prisioneiros de guerra, contornando desta forma processos judiciais e a Convenção de Genebra. Concordamos que é perigoso deixar determinadas práticas em vazios legais. No entanto, a legalização vai dar uma base de legitimação à conduta. Os acontecimentos de Abuh Graibh são disso um exemplo, assim como os nossos resultados, já que no discurso destes participantes a legalização em si mesma seria suficiente para passarem a legitimar a conduta. A legalidade surge, uma vez mais, como subterfúgio moral, contribuindo para a normalização de condutas imorais.

Alguns dos entrevistados referiram-se à implausibilidade de alguns dos cenários, em particular os de ‘bomba-relógio’, na ‘vida real’. Apesar de constituir uma forma de negação, consideramos que assume contornos e implicações radicalmente diferentes dos fenómenos de negação que estivemos a abordar. Neste caso, não se trata de uma negação de que os agentes oficiais possam perpetrar tais atrocidades, não está subjacente uma lógica essencialista que ajude a externalizar a responsabilidade do Estado. Pelo contrário, estes participantes referem-se à implausibilidade de tais cenários para denunciar o aproveitamento político do imaginário do cinema ou séries televisivas para legitimar práticas em nome de situações que tendem a ser raras ou inexistentes.

As exceções não fazem a regra, mas fazem a guerra.

Em ambos os estudos, evidenciou-se a forma muito particular como os participantes encaram a guerra, traduzindo, afinal, as idiossincrasias de um contexto com regras próprias, em que facilmente se esbatem as fronteiras entre o bem e o mal. A normalização da violência neste contexto ficou patente pelo facto de muitos se posicionarem de forma diferente relativamente a situações semelhantes em função de o respetivo enquadramento ser, ou não, bélico. A título de exemplo, verificou-se que os palcos de guerra abriram caminho à legitimação do uso preemptivo e/ou preventivo da força por parte de participantes que se opuseram à iniciativa violenta por parte do Estado nos restantes cenários.

Alguns dos entrevistados assumiram de forma explícita a crença de que ‘valem mais coisas na guerra’. Não encontramos nestes discursos as conceções glorificadoras que inspiraram William James (1910) a referir-se ao ‘Equivalente Moral da Guerra’. Pelo contrário, os participantes referiram-se à guerra como sendo o palco, por excelência, do egoísmo e da maldade. Curiosamente, a crença de que a guerra faz emergir o pior do ser humano leva alguns participantes a desculpabilizar mais aquilo que acontece na guerra e outros, pelo contrário, a considerar que a guerra se tem assumido como uma desculpa para legitimar condutas imorais. Para os primeiros, dadas as peculiaridades do contexto, há ações que se tornam mais compreensíveis. Já os últimos mostram-se críticos da atitude de maior resignação e benevolência face a atrocidades quando perpetradas no contexto de uma guerra. Não surpreendentemente, os participantes ‘benovelentes’ revelaram maior tolerância face à violência de Estado neste contexto. Foram também estes os que demonstraram otimismo face à eficácia cirúrgica das guerras modernas, que não têm baixas, apenas ‘danos colaterais’. Para não existirem baixas, a eficácia cirúrgica tem de se assumir como uma condição da intervenção militar, o que implica que os seus propósitos sejam justos. De facto, olhando para a sua argumentação verifica-se que foi raro o enfoque nas consequências da guerra no que toca à perda de vidas humanas. O seu posicionamento

fundamentou-se primordialmente na avaliação dos propósitos da intervenção militar, concordando com este tipo de ação se o objetivo se integrava nas situações percebidas como ‘justas’ e ‘legítimas’ e discordando se o objetivo era considerado ilegítimo. Trata-se de preocupações sobre o *jus ad bellum*, ou seja, a justiça da guerra e o processo decisório que a motiva (Walzer, 2000). Estes resultados vão de encontro à ideia sustentada pelos estudos sobre a opinião pública de que as atitudes face à guerra são, sobretudo, influenciadas pela avaliação que é feita acerca dos seus propósitos, com outras variáveis (por exemplo, número de mortes) a terem um papel secundário nesta ponderação (Gelpi, Feaver e Reiffler 2009).

Já os discursos dos participantes que se mostraram mais relutantes face às intervenções militares contrariam estes resultados. A visão pessimista dos cenários bélicos e o decorrente enfoque nas suas consequências negativas levou-os a considerar que, mesmo quando a causa é justa, a ponderação dos ‘prós e contras’ pode levar a que a ação militar não seja a melhor solução. Nesta perspetiva, em linha com a Tradição da Guerra Justa, a moralidade do *jus ad bellum* não pode ser equacionada sem atender ao *jus in bello*, ou seja, à justiça durante o conflito (Walzer, 2000). Aliás, se olharmos aos critérios do *jus ad bellum* (causa justa, princípio da proporcionalidade, intenção justa, autoridade justa, probabilidades de sucesso e princípio do último recurso), verificamos que aspetos como a proporcionalidade ou as probabilidades de sucesso decorrem do *jus in bello* (*ibidem*).

Foi interessante constatar que alguns participantes alertaram também para a necessidade de se considerar o pós-conflito. Durante muito tempo desconsiderado pelos teóricos da guerra justa, o *jus post bellum*, ou seja, a justiça após o conflito, é um aspeto que tem vindo cada vez mais a ser considerado no âmbito do debate sobre a moralidade das intervenções humanitárias (Christie, Tint, Wagner & Winter, 2008). Nesta perspetiva, importa atender à justiça do pós-guerra como um fator de ponderação da justiça que a antecede, mesmo porque dita as suas probabilidades de sucesso (um dos critérios do *jus ad bellum*).

A intervenção militar de 2003 no Iraque assumiu-se como paradigmática do debate em torno da justiça da guerra e da difícil gestão de situações pós

conflituais (Tavares, 2013), constituindo o derradeiro exemplo de que a justiça do pós-guerra depende da justiça que a antecede. Ao ser uma intervenção que não cumpre os critérios do *jus ad bellum*, as probabilidades de sucesso no *jus post bellum* ficaram, desde logo, seriamente comprometidas. Esta é uma intervenção que se tornou paradigmática no âmbito do direito internacional, nos discursos políticos e mediáticos e, a avaliar pelas inúmeras considerações dos entrevistados a este propósito, diríamos que também nos discursos de senso comum. Tanto para aqueles que olham sobretudo à justiça e propósitos das intervenções, como para os que introduziram preocupações relacionadas com o conflito em si, a intervenção militar no Iraque é referida como exemplo do que não se deve fazer. A apropriação, por parte dos participantes, não só das preocupações da comunidade internacional relativamente ao pós-conflito, como da crença de que as mesmas podem prevenir novos ciclos de violência, contraria a lógica enraizada de que a violência é a única solução face à violência. Tem sido este o caminho (ainda que mais teórico do que prático) da comunidade internacional, e a mediatização de casos como o do Iraque tem ajudado os cidadãos a interiorizá-lo.

Se o pensamento corrompe a linguagem, a linguagem também pode corromper o pensamento.

George Orwell

No segundo estudo foi possível perceber que alguns participantes diferenciavam ‘violência’ de ‘uso da força’, restringindo a utilização do primeiro termo para designar as ações mais gravosas. Para a maioria destes, o critério diferenciador prendeu-se com a legalidade percebida da conduta (que temos aqui designado por ‘normatividade’). Neste sentido, estes participantes tendiam a designar como ‘força’ a violência que veem normativa, reservando o emprego da designação ‘violência’ para a violência não normativa. A sanitização da linguagem é um mecanismo de reconstrução da conduta violenta que facilita o descomprometimento moral e, por conseguinte, a sua legitimação. Autores como Belur (2010a) atestam o facto de a linguagem sanitizada se encontrar relacionada com a negação interpretativa da conduta violenta através da utilização de linguagem eufemística mitigadora da culpabilidade, que permite criar uma versão aceitável da conduta danosa tanto a nível legal como social.

As referidas opções terminológicas não derivam do acaso nem surgem de forma aleatória, resultando de todo um processo de construção social dos fenómenos de violência. No que concerne à violência de Estado, é frequente verificar-se um desfasamento entre discursos científicos e sociais (Chomsky, 2003). Do lado dos discursos científicos, assume-se como violência toda e qualquer conduta danosa, independentemente da legalidade do ato ou de quem são os seus intervenientes. No que respeita aos discursos sociais, verifica-se que os mesmos atos são apelidados de violência quando perpetrados por agentes não oficiais e de ‘uso da força’ quando perpetrados em nome do Estado. Esta nomenclatura particularizada da violência de Estado constitui, de facto, uma tentativa de particularizá-la, diferenciando-a da violência não oficial, a dos “outros”, vista como a verdadeira violência. Os nossos resultados sugerem que os discursos de senso-comum tendem a apropriar-se da terminologia utilizada nestes discursos. A designação de um

eufemismo como uso da força para determinados atos violentos contribui, naturalmente, para legitimá-los. O facto de ser uma terminologia utilizada para designar apenas a violência de Estado leva a que esta designação seja usada de forma indiscriminada e generalizada para nos referirmos às condutas violentas do Estado, independentemente da sua legalidade - conduzindo, deste modo, à reconstrução moral também das condutas ilegais e abrindo espaço para a sua legitimação. Deste modo, os indivíduos, ao invés de decidirem pela legitimidade da conduta em função de critérios morais e/ou legais, fazem-no em função de quem é o perpetrador (estatal ou não estatal), legitimando as condutas violentas se perpetradas pelo Estado.

Mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles.

Benedict Anderson

Não poderíamos deixar de ler os resultados deste trabalho à luz das especificidades histórico-culturais do nosso país. Tais especificidades traduzem-se, desde logo, na saliência que os diferentes cenários de violência de Estado assumiram nos discursos dos participantes.

Os cenários de guerra foram aqueles que assumiram menor protagonismo nas narrativas dos entrevistados. Não podemos descurar o facto de terem sido os cenários abordados em último lugar num guião de entrevista extenso e exigente, sendo natural que os participantes pudessem estar mais saturados e com menos disponibilidade na fase final da conversação. Relembre-se, no entanto, que na primeira secção da entrevista solicitámos-lhes que aprofundassem os seus posicionamentos face aos itens do PAIRTAPS. Também nesse momento inicial o tema da ‘invasão’ foi abordado pela maioria de forma mais vaga e célere do que os restantes temas. De uma forma geral, a ‘guerra’ foi a temática que suscitou menor interesse por parte dos participantes, o que é espelhado na menor densidade descritiva e na menor tonalidade emocional das suas narrativas em torno desta questão.

Os estudos sobre a saliência pública das questões políticas revelam que os assuntos que são percebidos como influenciando diretamente o quotidiano tendem a assumir maior saliência para a opinião pública (Oppermann & Viehrig, 2009). Ao serem perspectivados como ‘questões pessoais’, suscitam um maior investimento por parte dos indivíduos, tanto do ponto de vista cognitivo (atenção e/ou procura ativa de informação), como do ponto de vista afetivo (atitude valorativa em relação ao assunto). Esta tendência permite-nos compreender a pouca saliência que os assuntos de política externa tendem a ter para a opinião pública, exceto na medida em que interfiram na política interna dos países. Olhando ao contexto português, a dois séculos da

última invasão militar ao nosso país e dada a conjuntura internacional atual, facilmente se compreende que a possibilidade de uma invasão militar não suscite preocupação nos cidadãos portugueses, tornando-se, deste modo, um tema pouco saliente.

Os estudos do GIPGAP (Malley-Morrison, 2009; Malley-Morrison, McCarthy & Hines, 2013a; Malley) puseram em evidência o efeito da saliência pública das preocupações quotidianas (e.g., maior saliência do tema ‘terrorismo’ nos discursos de cidadãos de países que foram alvo de atentados terroristas nos últimos anos, como o Reino Unido, os Estados Unidos e a Espanha). Por outro lado, foi também patente nestes estudos a influência da herança histórica e das memórias coletivas de cada país nos discursos dos seus cidadãos (e.g. a argumentação dos participantes alemães pautou-se por referências ao nazismo, sendo que os seus discursos refletiam as divergências que ainda hoje continuam a ser alvo de debate sobre qual a lição a retirar do Holocausto: ‘*no more war*’ ou ‘*no more Auschwitz*’). No nosso estudo, a influência da herança histórico-cultural foi patente nos discursos dos participantes mais velhos, com referências à Guerra Colonial, em particular no caso de dois dos entrevistados que nela participaram. A temática da guerra assumiu grande centralidade nas narrativas destes participantes, que a abordaram de uma forma particularmente crítica. Se no caso dos restantes participantes as preocupações com o pós-guerra surgiram, sobretudo, por referência à intervenção militar no Iraque, no caso destes os discursos remeteram para a descolonização.

Não obstante, na maioria dos cenários de guerra, procurarmos que os participantes se pronunciassem não só relativamente ao papel da comunidade internacional, mas também ao do nosso país em particular, rapidamente os seus discursos se distanciavam do referencial ‘português’ e assumiam um teor mais generalista, adotando, de forma exclusiva, o referencial ‘internacional’. Deste modo, acresce ao distanciamento pessoal, do ponto de vista da identidade individual (‘é um assunto que não me diz respeito’), um distanciamento em relação a este tema também do ponto de vista da ‘identidade nacional’. Se no caso da ‘identidade pessoal’ este distanciamento deriva da despreocupação em relação a um assunto que não interfere na vida

quotidiana, no caso da ‘identidade nacional’ o distanciamento parece advir da percepção do pouco poder de Portugal para influenciar cursos de ação neste domínio, potenciando a externalização da responsabilidade para o plano internacional (‘não há muito que possa fazer, não vale a pena perder tempo a pensar no assunto’). A externalização da responsabilidade do plano nacional para o plano internacional por parte da opinião pública poderá facilitar ou reforçar o mesmo processo por parte das entidades oficiais ao negligenciar-se a responsabilidade de Portugal, como Estado-membro de organismos internacionais como a OTAN ou a ONU, no que toca às decisões de tais entidades e ao envolvimento específico das forças armadas portuguesas em operações no estrangeiro.

Curiosamente, uma outra guerra, diferente das ‘guerras convencionais’, porque perene, e contra um inimigo abstrato, assumiu grande saliência nos discursos de muitos dos participantes: a ‘guerra ao terror’, assim denominada pelos próprios. As suas narrativas evidenciam que a apropriação dos discursos políticos e mediáticos não se cingiu à terminologia, mas a toda a narrativa discursiva de configuração da luta contra o terrorismo internacional como uma ‘guerra’. Na ‘guerra ao terror’, o inimigo pode ser um qualquer ‘outro’ abstrato, de um ‘passageiro no avião’, ao ‘vizinho do lado’. Assim se compreende que, contrariamente ao verificado nas narrativas sobre as ‘guerras convencionais’, nos discursos em torno da guerra ao terror tenham emergido a ‘identidade pessoal’ e a ‘identidade nacional’, patentes na saliência discursiva e emocional dada ao tema, percebido como uma ‘preocupação pessoal’ e também como uma questão premente na segurança nacional. É provável que os ataques terroristas em Espanha tenham potenciado a saliência da temática, amplificando os receios em torno da possibilidade da ocorrência de um ataque semelhante em Portugal.

Foram, no entanto, as situações mais próximas à realidade quotidiana da sociedade portuguesa as que mais assumiram protagonismo nos discursos dos entrevistados. Os cenários referentes à violência policial em contextos de multidão (e.g. claque, manifestações) e no combate à criminalidade (e.g. perseguição policial) foram aqueles em que mais se centraram as narrativas

dos participantes, pautadas por uma maior densidade descritiva e por uma maior tonalidade emocional.

Nos estudos sobre as preocupações sociais da opinião pública portuguesa, a criminalidade tende a aparecer emergir como uma das principais preocupações, com os sentimentos de insegurança a conferirem saliência a esta temática (Machado, 2004). O uso da violência de Estado no combate à criminalidade assume-se, deste modo, como algo de positivo e benéfico do ponto de vista dos cidadãos, já que é percebido como estando ao serviço dos seus interesses. Já o uso da violência de Estado no contexto de uma manifestação assume-se como mais dúbio deste ponto de vista dado que se tratam precisamente de situações em que os interesses da sociedade (ou, pelo menos, da parte que se manifesta) colidem com as diretrizes governamentais. Como vimos, alguns cidadãos defenderam a ilegitimidade da violência de Estado em manifestações que, ainda que violentas, sejam de oposição a um regime ditatorial. As considerações de que os polícias / militares devem estar ao serviço da população, e não dos governos, remetem-nos para o papel das forças armadas na revolução do 25 de Abril. Foram, aliás, várias as referências concretas dos participantes ao 25 de Abril como um exemplo de inconformismo e desobediência à autoridade face a um contexto opressor dos direitos e liberdades civis, ilustrando a crença de que a ação militar e policial (violenta ou não violenta) deve estar ao serviço dos cidadãos e não dos governos. Acresce-se a identificação dos participantes com o ‘alvo’ da violência de Estado nestes cenários. Apesar de no caso dos situacionistas o princípio igualitário esbater a diferenciação de um ‘outro’, nos discursos da generalidade dos participantes foi patente a leitura dos cenários de manifestação como violência contra ‘cidadãos como nós’. Assim, estes cenários tiveram a particularidade de levarem os participantes a colocar-se na perspetiva do alvo da violência, o que é corroborado pelo facto de terem assumido discursos na primeira pessoa no singular ou do plural (“Se a polícia me fizesse isso.”; “Se a polícia nos fizesse isso.”).

A tortura e a pena de morte foram temáticas ambivalentes, do ponto de vista da sua saliência, nos discursos dos participantes. Por um lado, suscitaram discursos fundamentados em ‘princípios’ e ‘convicções’, e envoltos

numa grande tonalidade emocional (e.g., “Repugna-me!”). No entanto, ao contrário do verificado em cenários como os do terrorismo ou das manifestações, a saliência afetiva não parece derivar de quaisquer sentimentos de insegurança ou preocupação, dado que as narrativas eram desligadas de qualquer referência ou associação ao quotidiano dos indivíduos. Em relação à pena de morte, esse distanciamento é sustentado pela ‘realidade’, já que as disposições legais se traduzem, de facto, na inexistência efetiva da prática em Portugal. Já no que concerne à tortura, entidades como a Amnistia Internacional ou o Comité Europeu para a Prevenção da Tortura têm denunciado a prática de tortura em esquadras policiais e estabelecimentos prisionais portugueses. Olhando aos discursos dos participantes, parece-nos que a perceção de que a tortura é uma prática inexistente em Portugal não resulta de desconhecimento acerca de práticas violentas de cariz punitivo nos referidos contextos, mas antes de não serem interpretadas como constituindo atos de tortura. Apesar de, como vimos, a maioria dos participantes ter rejeitado a legitimidade da violência de Estado com uma finalidade punitiva, verifica-se uma certa banalização deste uso que será facilitada pela reconstrução moral do comportamento por via da justificação moral (o ‘castigo’ terá uma função preventiva: um ato que teria, em si mesmo, uma ‘finalidade imoral’, é deste modo reconvertido num ‘meio’ - castigar- para atingir um bem maior - prevenir a reincidência), e/ou por via da linguagem sanitarizada (o que acontece nas esquadras e prisões portuguesas não constitui tortura, trata-se de ‘uma força mais musculada’, ‘dar uma coça’, ou ‘dar uma lição’). A isto se acrescem, no caso dos pessoalistas, os mecanismos de reconstrução da vítima (atribuição e culpa; desumanização), que a tornam merecedora e responsável pela violência que lhe é infligida (Bandura, 2004).

O que me preocupa não é o grito dos maus. É o silêncio dos bons.

Martin Luther King

Na introdução deste trabalho assumimos a ambição de que constituísse um contributo para a implementação da Psicologia da Paz em Portugal. Nas nossas considerações finais partimos de algumas reflexões pessoais, integradoras dos percursos teórico e empírico deste trabalho. Procuramos também destacar os aspetos que nos parecem mais relevantes para uma ‘Psicologia da transformação social’ dirigida à consciencialização e empoderamento dos indivíduos, com vista à promoção da não violência, dos direitos humanos, e da justiça social.

Em primeiro lugar, debruçemo-nos sobre aquela que se assumiu, no nosso estudo, como a dimensão central da legitimação da violência de Estado: a desumanização. As ações morais dependem amplamente do julgamento acerca da humanidade dos sujeitos-alvo, de modo a considerar o seu sofrimento e interesses (Soares, 2013). A desumanização transforma o alvo de violência num sujeito distinto, negando-lhe atributos humanos e associando-lhe sentimentos de repulsa ou de indiferença (Bandura, 1990, 1999; Haslam, 2006). Abre-se, deste modo, espaço à negação da experiência de vitimização. Os nossos resultados puseram em evidência a relação, diretamente proporcional, entre a atribuição de culpa e a desumanização. Quando a vítima é culpabilizada pelos atos violentos, cria-se a perceção de que a resposta violenta é necessária e justa (Bandura, 1990, 1999; White, 2010), e abre-se caminho à legitimação da sua função retaliatória. Deste modo, a desumanização e a culpabilização permitem que a preocupação moral com o outro seja reenquadrada, sendo que o seu sofrimento passa a não ser tido como objeto de moralidade (Haslam, Bastian, Laham, & Loughnan, 2012). Se este for enquadrado num grupo exterior e socialmente desvalorizado, visto como a contraposição absoluta dos valores defendidos pelo endogrupo, a desumanização é reforçada pelo sentido de coesão grupal (Haslam, Bain,

Douge, Lee, & Bastian, 2005; Reicher & Haslam, 2008). Demos conta, no enquadramento teórico, dos efeitos da identidade grupal naqueles que ficam excluídos do grupo (exogrupo) ao privá-los dos direitos pessoais e interpessoais associados a essa pertença, abrindo deste modo caminho à discriminação. Ao revisitarmos a proposta teórica de Reicher e Haslam (2008), existem duas ideias que se assumem como particularmente caras à nossa reflexão em torno de potenciais contributos deste estudo. Por um lado, a ideia de que a exclusão da categoria é uma condição necessária, mas não suficiente, para conduzir ao mal. A legitimação de medidas repressivas contra determinados grupos surge quando são vistos como uma ameaça à própria existência do endogrupo, como sendo uma fonte de decadência, corrupção e destruição. A questão reside, portanto, na construção do exogrupo como constituindo uma ameaça, o que nos remete para o papel dos discursos políticos e mediáticos na criação de figuras de pânico moral.

A criação de bodes expiatórios para os problemas sociais, situando no ‘outro’ a culpa, é um processo que tende a ser recorrente nos governos porque é geralmente bem sucedido como externalizador da responsabilidade governamental (Cohen, 2001). No entanto, as consequências deste processo são dramáticas ao darem suporte oficial a discursos dicotomizadores e desumanizadores que, como temos aqui dado conta, favorecem a adoção de medidas repressivas e violentas (Bocchiaro & Zimbardo, 2008; MacNair, 2012). O discurso político, em particular num Estado de direito como o nosso, tem de ser um discurso cuidado e responsável sob este ponto de vista. O princípio da igualdade foi diferenciador entre os discursos de maior e menor aceitação da violência de Estado no nosso estudo. Trata-se de um princípio democrático, defendido na nossa Constituição, mas se for descurado pelos discursos oficiais quando não resistem à tentação de recorrer à figura do ‘outro’ como bode expiatório, certamente será maior a tendência da sociedade para também o fazer .

Chamamos também aqui a atenção para o papel dos *media* na propagação destes discursos. A cobertura efetuada pelos *media* pode condicionar a perceção do ‘outro’, contribuir para empobrecer a diversidade multiétnica e conduzir à intolerância. Num estudo levado a cabo pelo

Observatório Português da Imigração, por exemplo, verificou-se que em termos de agenda mediática os imigrantes e as minorias étnicas estavam associados, sobretudo, aos ‘delitos’. Os problemas destas comunidades com a justiça eram salientados pelos *media*, muitas vezes sem qualquer contextualização sobre a criminalidade em Portugal, ou sobre o motivo do aparecimento de certos focos de marginalidade, contribuindo para o reforço junto da opinião pública de estereótipos e preconceitos associados aos imigrantes e aos estrangeiros (Ferin, Santos, Filho, & Fortes, 2008). A corrente dos *peace media* procura sensibilizar para o sentido de responsabilidade social dos meios de comunicação ao reforçar o seu papel como promotores da justiça social e da paz (Lynch & McGoldrick, 2010). Os *peace media* podem ser caracterizados como uma forma de transmissão e suporte de discursos pacíficos, promovendo componentes básicas das relações humanas, como empatia, cooperação e diálogo (Perez, 2006). Pode incluir também esforços no sentido de controlar informações de ódio e violência nos *media*, ou estratégias de marketing social que promovam acordos de paz (Bratic, 2008). Esta corrente tem levado a que cada vez mais profissionais da área da comunicação social sejam sensibilizados para o papel importante que os *media* podem ter na promoção dos direitos humanos e da paz, através da promoção do conhecimento sobre as causas e consequências de atitudes discriminatórias e violentas (The Institute for the Studies on Free Flow of Information, 2004; Perez, 2006; cit. Magano, 2011).

Tecidas estas considerações sobre a responsabilidade dos discursos políticos e mediáticos na veiculação da justiça social, debruçemo-nos agora sobre as leituras individuais que constituem, afinal, a lente que escolhemos no nosso estudo empírico para olhar o fenómeno da violência de Estado. Não obstante os governos apelarem à participação cívica, quando se trata da perpetuação de atos de violência terão propensão para considerar preferível a atitude revelada por alguns dos nossos participantes de negação consentida de tais atos em nome dos interesses comuns. Este tipo de raciocínio tende a associar-se ao comportamento dos *bystanders* (Kahn, 2012). A atitude *bystander* é, aliás, a expressão máxima do sucesso da espiral de negação descrita por Cohen (2006). Neste ponto, chamamos a atenção para a outra

ideia de Reicher e Haslam (2008) que aqui queríamos destacar: o que determina a diferença entre o bem e o mal prende-se com escolhas que fazemos, já que os mesmos processos psicológicos podem conduzir tanto a um como ao outro. Neste sentido, por exemplo, ao promover-se o reconhecimento do outro como ‘um de nós’ através da educação intercultural, a importância da identidade grupal pode ser aproveitada no sentido de potenciar a empatia e a solidariedade, combatendo-se, deste modo, a desumanização (Halper & Weinstein, 2000).

De igual modo, consideramos que a influência das normas pode e deve ser rentabilizada na promoção da não-violência e da justiça social. Rentabilizar a tendência de a maioria dos indivíduos para a normatividade passa, por exemplo, pela promoção de oportunidades de educação sobre os direitos humanos. Os manuais escolares dão-nos conta das batalhas e conquistas bélicas de forma minuciosa; em nosso entender, deveriam dar igual ênfase às conquistas e evolução das convenções e tratados sobre os direitos humanos.

Atendendo aos efeitos potencialmente nocivos da apropriação acrítica dos parâmetros legais como se de imperativos morais se tratassem, a educação para os direitos humanos deve passar não só pelo conhecimento dos tratados e convenções existentes mas, sobretudo, pela reflexão crítica e moral sobre os mesmos. É necessário promover o treino do pensamento crítico, assim como o treino do raciocínio moral, de modo a garantir que a participação cívica seja exercida de uma forma refletida e responsável.

Foram muitos os participantes que verbalizaram, sobretudo no início das entrevistas, sentirem-se pouco preparados para estabelecer uma conversa em torno de dilemas aos quais haviam dedicado pouca ou nenhuma reflexão anteriormente. Esta é uma limitação previsível face ao nosso objetivo, uma vez que pretendíamos aceder aos discursos de senso comum, pelo que nos interessava entrevistar cidadãos ‘normais’ e não ‘peritos no assunto’. Estes últimos proporcionar-nos-iam um outro olhar, mais refletido e aprofundado sobre o fenómeno, mas não aquele que buscávamos na presente investigação. Além do mais, a reflexão em torno do uso da violência de Estado reveste-se de uma complexidade que é inerente ao

fenômeno, repleto de ambiguidades e zonas cinzentas que suscitam dilemas éticos de difícil resolução também para os ‘peritos’.

Não temos a expectativa de que sejam os cidadãos a resolver os dilemas que se colocam aos Estados e à comunidade internacional no que concerne ao uso da violência, mas consideramos importante o exercício de reflexão sobre eles. Por um lado, como estratégia de empoderamento da sociedade civil: a máxima democrática de que ‘o povo é quem mais ordena’ é inviabilizada pela participação desinformada ou pela alienação em relação às decisões políticas. Por outro lado, porque “perante determinadas circunstâncias sociais, cidadãos comuns podem ser levados a cometer atos desumanos” (Zimbardo, 2007, p. 25). Não podemos prever ou controlar a conjuntura histórica e social que dita tais circunstâncias, mas podemos escolher a forma como lidamos com elas.

Zimbardo e colaboradores têm levado a cabo um projeto denominado Heroic Imagination Project¹⁸, que visa promover o heroísmo na sociedade, conceptualizando-o como algo ao alcance do cidadão comum. A palavra heroísmo (em prol da paz, não nos referimos aos ‘heróis de guerra’) usa-se tradicionalmente de forma mais restrita precisamente para distinguir uma capacidade excecional para o altruísmo e o sacrifício pessoal. Não podemos ter a pretensão de que qualquer indivíduo possa vir a ser a exceção. Contudo, tal como admitir que qualquer um de nós pode vir a ser um perpetrador do mal não nos impede de diferenciar indivíduos com uma predisposição invulgar para perpetrá-lo, admitir que há indivíduos capazes de um heroísmo invulgar não nos deve impedir de acreditar que cada um de nós pode vir a adotar atitudes heróicas.

O heroísmo de que nos fala Zimbardo não implica ‘dar o corpo às balas’; trata-se de um heroísmo mais subtil, ao alcance do cidadão comum, revelado em atitudes e comportamentos quotidianos que, embora de forma indireta, podem ser decisivos na prevenção de ciclos de violência. Demos conta, na parte teórica deste trabalho, da mudança paradigmática da comunidade internacional no sentido de reconhecer que, independentemente do maior ou menor grau de otimismo relativamente às possibilidades da paz, a

¹⁸ <http://heroicimagination.org/>

única forma verdadeiramente eficaz de ir interrompendo ciclos de violência reside nos esforços preventivos. Uma paz sustentável requer o *peacebuilding* estrutural e cultural, ações dirigidas às causas mais profundas e permanentes do problema da injustiça social (Christie et al., 2001; Galtung, 1990; Malley-Morrison, Mercurio & Twose, 2013b). Nem todos somos capazes de dar o corpo às balas em situações de conflito, mas todos podemos e devemos procurar contribuir para o processo de *peacebuilding*, procurando agir no nosso quotidiano de uma forma socialmente justa, tendo a coragem de não compactuar com fenómenos de injustiça social mesmo quando as circunstâncias os parecem legitimar. Pequenos gestos de heroísmo e da prática do bem ajudam a reduzir a violência estrutural e, consequentemente, as circunstâncias sociais favorecedoras da perpetração de atrocidades por parte de cidadãos comuns (Cromwell & Vogele, 2009). A educação intercultural para os direitos humanos e para a paz tenderá a favorecer o comprometimento moral com os valores da igualdade e da justiça social. Acreditamos que quando moralmente comprometidos, e independentemente das circunstâncias, cidadãos comuns tenderão a praticar o bem. No cinema, os ciclos de violência são resolvidos por super-heróis. No mundo real, precisamos dos heróis comuns.

BIBLIOGRAFIA

- Aas, K. F. (2007a). *Globalization and crime*. London: Sage Publications.
- Aas, K. F. (2007b). Analyzing a world in motion. *Theoretical Criminology*, 11, 283-303.
- Akers, R. (1977). *Deviant behavior: a social learning theory approach*. Belmont: Wadsworth.
- Almeida, T. (2010) *Perspectivas de cidadãos portugueses sobre a violência de Estado: uma análise à luz da teoria do desenvolvimento moral*. (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica, Porto, Portugal.
- Andrade, I. P. (2007). Responsabilidade Internacional do Estado por violação do *Jus Cogens*. *Revista Brasileira de Direito Internacional*, 5(5), 4-32.
- Arendt, H. (1963). *Eichmann in Jerusalem: A Report on the Banality of Evil*. New York: Penguin.
- Asch, S. E. (1951). Effects of group pressure upon the modification and distortion of judgment. In. H. Guetzkow (Ed.) *Groups, Leadership and Men*. Pittsburgh, PA: Carnegie Press.
- Azeredo Lopes, J. A. (2003). *Entre solidão e intervencionismo: direito de autodeterminação dos povos e reacções de estados terceiros*. Porto: Gabinete de Estudos Internacionais.
- Bandura, A. (1990). Mechanisms of moral disengagement. In W. Reich (Ed.), *Origins of terrorism: Psychologies, ideologies, theologies, states of mind* (pp. 161-191). Cambridge: Cambridge University Press.
- Bandura, A. (1999). Moral disengagement in the perpetration of inhumanities. *Personality and Social Psychology Review*, 3(3) 193-209.
- Bandura, A. (2002). Selective moral disengagement in the exercise of moral agency. *Journal of Moral Education*, 31(2), 101-119.
- Bandura, A. (2004a). The role of selective moral desingagement in terrorism and counterterrorism. In F. M. Moghaddam & A. J. Marsella (Eds). *Understanding terrorism: Psychological roots, consequences and interventions* (pp. 121-150). Washington, DC: American Psychological Association Press.

- Bandura, A. (2004b). Selective Exercise of Moral Agency. In T. A. Thorkildsen & H. J. Walberg (Eds.), *Nurturing Morality* (pp. 37 -57). Boston: Kluwer Academic.
- Bandura, A. (2007). Moral disengagement in state executions. In B. L. Cutler (Ed.), *Encyclopedia of Psychology and Law*, Thousand Oaks, CA. Sage Publications.
- Bandura, A., Barbaranelli, C., Caprara, C.V., Pastorelli, C. (1996). Mechanisms of moral disengagement in the exercise of moral agency. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71(2), 364-374.
- Barak, G. (1990). Crime, Criminology and Human Rights: Towards An Understanding of State Criminality. *The Journal of Human Justice*, 2(1), 11 - 28.
- Barak, G. (1991). *Crimes by the capitalist state: an introduction to state criminality*. Albany: New York Press.
- Barak, G. (2005). A Reciprocal Approach to Peacemaking Criminology: Between Adversarialism and Mutualism. *Theoretical Criminology*, 9(2), 131 - 152.
- Barak, G. (2010). Revisiting Crimes by the Capitalist State. In D. Rothe & C. Mullins (Eds.), *State Crime: Current Perspectives* (pp. 35 - 48). New Brunswick: Rutgers University Press.
- Barbeiro, A., & Machado, C. (2010). Violência institucional e privação dos direitos humanos. In C. Machado (Ed.), *Novas formas de vitimação criminal* (pp.237-276). Braga: Psiquilíbrios.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barreto, I., Borja, H., Serrano, Y., & López-López, W. (2009). La Legitimación como Proceso en la Violência Política, Medios de Comunicación y Construcción de Culturas de Paz. *Univ. Psychol.*, 8(3), 737 - 748.
- Bassiouni, M. (2010). Crimes of State and Other Forms of Collective Group Violence by Nonstate Actors. In D. Rothe & C. Mullins (Eds.), *State Crime: Current Perspectives* (pp. 1 - 34). New Brunswick: Rutgers University Press.
- Beck, U. (1992). *Risk society: towards a new modernity*. London: Sage.

- Bèland, D. (2005). *The political construction of collective insecurity: from moral panic to blame avoidance and organized irresponsibility*. Boston: Center for European Studies.
- Belur, J. (2010a). *Permission to Shoot? Police Use of Deadly Force in Democracies*. London: Springer.
- Belur, J. (2010b). Why do Police use Deadly Force? Explaining Police Encounters in Mumbai. *British Journal of Criminology*, 50(2), 320 - 341.
- Beu, B., & Buckley, M. (2004). This is War: How the Politically Astute Achieve Crimes of Obedience Through the Use of Moral Disengagement. *The Leadership Quarterly*, 15(4), 551 - 568.
- Blumberg, H. H., Hare, A. P. & Costin, A. (2007). *Peace Psychology: a comprehensive introduction*. Cambridge: University Press.
- Bocchiaro, P., & Zimbardo, P. (2008). Defying Unjust Authority: An Exploratory Study. *Current Psychology*, 29(2), 155 - 170.
- Boehnke, K. & Shani, M. (2012). Peace psychology: Contributions from Europe. In D. Christie (Ed.), *Encyclopedia of peace psychology*, Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell.
- Borja-Orozco, H., Barreto, I., Sarcedo, J., & López-López, W. (2008). Construcción del Discurso Deslegitimador del Adversário: Gobierno e Paramilitarismo en Colombia. *Universitas Psychologica*, 7(2), 571 - 583.
- Box, S. (1996). Crime, power and ideological mystification. In J. Muncie, E. McLaughlin & M. Langan (Eds.). *Criminological perspectives: A reader*. Londres: Sage Publications, pp. 245-256.
- Bratic, V. (2008). Peace Media - Conflict Transformation throught Mass Media, Home Page. Consultado em: <http://vladob.wordpress.com/about/>.
- Bronfenbrenner, U. (1961). The mirror image in Soviet-American relations: A social psychologist's report. *Journal of Social Issues*, 17(3), 45-56.
- Caldeira, T. (1992). City of wall: Crime, segregation, and citizenship in São Paulo. Tese de doutoramento, AnnArbor, UMI.
- Chambliss, W. (1989). State organized crime. *Criminology*, 27, 183-208.
- Chomsky, N. (1999). Domestic Terrorrism: Notes on the State System of Oppression. *New Political Science*, 21(3), 303 - 324.

- Chomsky, N. (2003). *Piratas e imperadores, velhos e novos: o terror que nos vendem e o mundo real*. Sintra: Publicações Europa-América.
- Chomsky, N. & Herman, E. (1979). *After the cataclysm: postwar Indochina and the construction of imperial ideology*. Boston: South End Press.
- Chomsky, N., & Herman, E. (2002). *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*. New York: Random House USA Inc.
- Christie, D. (1997). Reducing Direct and Structural Violence: The Human Needs Theory. *Journal of Peace Psychology*, 3(4), 315 - 332.
- Christie, D. (1999). Peace Studies: The Multidisciplinary Foundations of Peace Psychology. *Journal of Peace Psychology*, 5(1), 95 - 99.
- Christie, D. (2001). Structural peacebuilding: Psychology and the pursuit of social justice. In D. J. Christie, R. V. Wagner, & D. A. Winter (Eds.), *Peace, Conflict, and Violence: Peace Psychology for the 21st Century* (pp. 277-281). Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.
- Christie, D. (2006). What is peace psychology the psychology of? *Journal of Social Issues*, 62(1), 1-17.
- Christie, D. (2012a). Peace psychology: Definitions, scope, and impact. In D. Christie (Ed.), *Encyclopedia of peace psychology*, Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell.
- Christie, D. (2012b). Peace psychology: Contributions from North America. In D. Christie (Ed.), *Encyclopedia of peace psychology*, Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell.
- Christie, D., Tint, B. S., Wagner, R. V. & Winter, D. D. (2008). Peace psychology for a peaceful world. *American Psychologist*, 63(6), 540-552.
- Christie, D., Wagner, R. V., & Winter, D. A. (2001). Introduction to peace psychology. In D. J. Christie, R. V. Wagner, & D. A. Winter (Eds.), *Peace, Conflict, and Violence: Peace Psychology for the 21st Century* (pp. 1-14). Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.
- Cohen, S. (1972). *Folk Devils and Moral Panics*. New York: Routledge.
- Cohen, S. (1985). *Visions of Social Control: Crime, punishment and classification*. Cambridge: Polity Press.
- Cohen, S. (2001). *States of denial: knowing about atrocities and suffering*. Cambridge: Blackwell Publishers.

- Cohen, S. (2003). *Human Rights and Crimes of the State: The Culture of Denial*. In. E. McLaughlin, J. Muncie & G. Hughes, *Criminological Perspectives: Essential Readings* (2nd Edition) (pp. 542 - 560). London: Sage.
- Condorelli, L. & De Sena, P. (2004). The relevance of the obligations flowing from the UN Covenant on Civil and Political Rights to US courts dealing with Guantanamo detainees. *Journal of International Criminal Justice*, 2, 107-120.
- Cox, R. W. (1993). Gramsci, hegemony and international relations. In S. Gill (Ed), *Gramsci, historical materialism and international relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cox, R. W. (2002). *The political economy of a plural world: globalization and civilization*. New York: Routledge.
- Cromwell, M., & Vogeley, W. (2009). Nonviolent Action, Trust and Building a Culture of Peace. In. J. Rivera (Ed.), *Handbook on Building Cultures of Peace* (pp. 231 - 244). New York: Springer.
- Cunha, J. S. & Pereira, M. A. (2004). *Manual de direito internacional público*. Coimbra: Almedina.
- Darley, J. M. & Latané, B. (1968). Bystander Intervention in Emergencies: Diffusion of Responsibility. *Journal of Personality and Social Psychology* 8, 377-383.
- Darlington, Y., Scott, D. (2002). *Qualitative Research in Practice: Stories From the Field*. Crowns Nest: Allen & Unwin.
- Denzin, N., & Lincoln, Y. (2005). The Discipline and Practice of Qualitative Research. In. N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *The Sage Handbook of Qualitative Research* (3rd Edition) (pp. 1 - 42). London: Sage.
- Deutsch, M. (1961). Some considerations relevant to national policy. *Journal of Social Issues*, 17(3). 57-68.
- Deutsch, M. (1995). William James: The first peace psychologist. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, 1, 27-36.
- Diez de Velasco, M. (1999). *Instituciones de derecho internacional publico*. Madrid: Tecnos.
- Dinstein, Y. (2004). *Guerra, agressão e legítima defesa*. Barueri: Manole.

- Fattah, E. (1997). *Criminology: past, present and future: a critical overview*. New York: Palgrave Macmillan.
- Faust, K., & Kauzlarich, D. (2008). Hurricane Katrina Victimization as a State Crime of Omission. *Critical Criminology*, 16(2), 85 - 103.
- Ferin, I., Santos, C. A., Filho, W.S. & Fortes, I. (2008) Media, Imigração e Minorias Étnicas 2005-2006. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural.
- Fernandes, L., & Neves, T. (2010). Controlo da marginalidade, violência estrutural e vitimações colectivas. In C. Machado (Ed.), *Novas formas de vitimação criminal* (pp.313-335). Braga: Psiquilíbrios.
- Foucault, M. (2006). *“É Preciso Defender a Sociedade”*. Lisboa: Editora Livros do Brasil.
- Frank, J.D. (1967). *Sanity and survival in the nuclear age*. New York: Random House.
- Freire, T. & Neto, F. (1988). *A Obediência: Abordagem da Psicologia Social Experimental*. Porto: Centro de Psicologia Social - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Friedrichs, D. (2010). *Trusted Criminals: White Collar Crime in Contemporary Society* (4th Edition). Belmont: Wadsworth Cengage Learning.
- Galtung, J. (1969). Violence, peace and peace research. *Journal of Peace Research*, 6, 167-191.
- Galtung, J. (1990). Violence and peace. In P. Smoker, R. Davies, & B. Munske (Eds.), *A reader in peace studies* (pp. 9-14). New York: Pergamon.
- Gelpi, C., Feaver, P. & Reiffler, J. (2009). *Paying the human costs of war: American public opinion and casualties in military conflicts*. Princeton: Princeton University Press.
- Giddens, A. (1994). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta.
- Gibbons, F. X. (1990). Self-attention and Behavior: A Review and Theoretical Update. In M. Zanna (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology*, (Vol. 23, pp. 249-404). San Diego: Academic Press.
- Gramsci, A. (1971). *Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci*. International Publishers.

- Green, P. & Ward, T. (2004). *State crime: governments, violence and corruption*. London: Pluto Press.
- Hall, S., Critcher, C., Jefferson, T., Clarke, J., Roberts, B. (1978). *Policing the crisis. Mugging, the State, law and order*. London: Macmillan.
- Halpern, J., & Weinstein, H (2000). Rehumanizing the Other: Empathy and Reconciliation. *Human Rights Quarterly*, 26(3), 561 - 583.
- Haney, C., Banks, W. C., & Zimbardo, P. G. (1973). Interpersonal dynamics in a simulated prison. *International Journal of Criminology and Penology*, 1, 69-97.
- Haslam, N. (2006). Dehumanization: An Integrative Review. *Personality and Social Psychology Review*, 10(3), 252 - 264.
- Haslam, N., Bain, P., Douge, L., Lee, M., & Bastian, B. (2005). More human than you: attributing humanness to self and others. *Journal of personality and social psychology*, 89(6), 937-950.
- Haslam, N., Bastian, B., Laham, S., & Loughnan, S. (2012). Humanness, Dehumanization and Moral Psychology. In. M. Mikulincer & P. Shaver (Eds.), *The Social Psychology of Morality: Exploring the Causes of Good and Evil* (pp. 203 - 208). Washington: American Psychological Association.
- Hirschberger, G. & Pyszczynski, T. (2012). Killing With a Clean Conscience: Existential Angst and The Paradox of Morality. In. M. Mikulincer & P. Shaver (Eds.), *The Social Psychology of Morality: Exploring the Causes of Good and Evil* (pp. 331 - 347). Washington: American Psychological Association.
- Hodson, G., Esses, V., & Dovidio, J. (2006). Perceptions of threat, national representation, and support for policies and procedures to protect the national group. In P. Kimmel & C. Stout (Eds.), *Collateral damage: the psychological consequences of America's war on terrorism* (p. 109-129). Westport: Praeger Press.
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2001). *Resenciamento geral da população*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Jabri, V. (2006). War, security and the liberal state. *Security Dialogue*, 37, 47-64.

- Jackman, M. (2004). Licence to kill. Violence and legitimacy in expropriative social relations. In J. T. Jost & B. Major (Eds), *The psychology of legitimacy: emerging perspectives on ideology, justice and intergroup relations* (pp. 437-467). New York: Cambridge University Press.
- James, W. (1995/1910). The moral equivalent of war. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, 1, 17-26.
- Janis, I. L. (1972). *Victims of Groupthink*. Boston, MA: Houghton Mifflin Company.
- Jost, J. T. & Major, B. (2001). Emerging perspectives on the psychology of legitimacy. In J. T. Jost & B. Major (Eds), *The psychology of legitimacy: emerging perspectives on ideology, justice and intergroup relations* (pp. 3-30). New York: Cambridge University Press.
- Kahn, D. (2012). Normal Shifting and Bystander Intervention. In. H. Edgren (Ed.), *Looking at the Onlookers and Bystanders. Interdisciplinary Approaches to the Causes and Consequences of Passivity* (pp., 67 - 82). Stockholm: The Living History Forum.
- Katz, H. (2007). Gramsci, hegemonia e as redes da sociedade civil global. *Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales*, 12, 2.
- Kauzlarich, D. (2007). Seeing War as Criminal: Peace Activist Views and Critical Criminology. *Contemporary Justice Review*, 10 (1), 67 - 85.
- Kauzlarich, D. & Kramer, R. (1998). *Crimes of the American nuclear state: at home and abroad*. Boston: Northeastern University Press.
- Kauzlarich, D., Matthews, R., & Miller, W. (2002). Toward a Victimology of State Crime. *Critical Criminology*, 10, 173 - 194.
- Kauzlarich, D., Mullins, C., & Matthews, R. (2003). A Complicity Continuum of State Crime. *Contemporary Justice Review*, 6(3), 241-254.
- Kelman, H. C. (1954). Public opinion and foreign policy decisions: some problems for research. *Bulletin of Research Exchange on Prevention of War*, 2(4), 2-8.
- Konig, J., Fischer, E., Salmberg, M., Barbosa, M., Omarsdottir, S. B., Corgan, M., Stankiwicz, A., Leembruggen-Kallberg, E., Machado, C., Borrelli, S. & Roland-Levy, C. (2013). Perspectives on torture in Western Europe. In K. Malley-Morrison, S. MacCarthy & D. Hines (Eds), *International*

- handbook of war, torture, and terrorism (Peace Psychology Book Series).*
New York: Springer.
- Kramer, R. C. (1994). *State violence and violent crime. Peace Review*, 6, 171-175.
- Kramer, R., & Kauzlarich, D. (2010). Nuclear Weapons, International Law and the Normalization of State Crime. In D. Rothe & C. Mullins (Eds.), *State Crime: Current Perspectives* (pp. 68 - 93). New Brunswick: Rutgers University Press.
- Kramer, R., & Michalowski, R. (2005). War, Aggression and State Crime: A Criminological Analysis of the Invasion and Occupation of Iraq. *British Journal of Criminology*, 45(4), 446 - 469.
- Kramer, R. C., Michalowski, R. J., & Kauzlarich, D. (2002). The origins and development of the concept and theory of state-corporate crime. *Crime and Delinquency*, 48, 263-282.
- Kumar, K. (1997). *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lerner (1980). *The Belief in a Just World: A Fundamental Delusion*. Plenum: New York.
- Lerner, M. J., & Simmons, C. H. (1966). Observer's reaction to the 'innocent victim': Compassion or rejection? *Journal of Personality and Social Psychology*, 4(2), 203-210.
- Lima, A. (2001). Uma reflexão sobre a política na pós-modernidade. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná*, 36, 51-59.
- Lynch, J. & McGoldrick, A. (2010). Peace journalism. In C. Webel, & J. Galtung (Eds), *Handbook of Peace and Conflict Studies* (pp. 173-186). England: Routledge.
- Machado, C. (2004). *Crime e insegurança: discursos do medo, imagens do outro*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Machado, C., Konig, J., Barbosa, M., Almeida, T., Salmberg, M., M., Lam, J., Stone, A., Cox, S., Campbell, T., Leembruggen-Kallberg, E., Corgan, M., Omarsdottir, B., & Roland-Levy, C. (2013). Perspectives on invasion in Western Europe. In K. Malley-Morrison, S. MacCarthy & D. Hines (Eds),

- International handbook of war, torture, and terrorism (Peace Psychology Book Series)*. New York: Springer.
- MacNair, R. (2003). *The Psychology of Peace: An Introduction*. Westport: Praeger Publishers.
- Magano, F. (2011). *Reconciliação de Conflitos no Cinema* (Tese de mestrado não publicada). Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica, Porto, Portugal.
- Major, B. & Schmader, T. (2001). Legitimacy and the construal of social disadvantage. In J. T. Jost & B. Major (Eds), *The psychology of legitimacy: emerging perspectives on ideology, justice and intergroup relations* (pp. 176-204). New York: Cambridge University Press.
- Malley-Morrison, K. (2006). *Personal and institutional rights to aggression and peace survey*. Boston: Boston University.
- Malley-Morrison, K. (2009). *State Violence and the Right to Peace: an International Survey of the Views of Ordinary People (Vol. 1)*. Santa Barbara: Praeger Security International.
- Malley-Morrison, K., McCarthy, S. & Hines, D. (2013a). *International handbook of war, torture, and terrorism (Peace Psychology Book Series)*. New York: Springer.
- Malley-Morrison, K., Mercurio, A. & Twose, G. (2013b). *International handbook of peace and reconciliation (Peace Psychology Book Series)*. New York: Springer.
- Manwell, L. (2010). In Denial of Democracy: Social Psychological Implications for Public Discourse on State Crimes against Democracy Post-9/11. *American Behavioral Scientist*, 53(6), 848 - 884.
- Mason, J. (2002). *Qualitative Researching* (2nd Edition). London: Sage.
- Matos, M. (2006). *Violência nas relações de intimidade: estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher* (Tese de doutoramento não publicada). Escola de Psicologia da Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Matos, R. (2008). *Vidas raras de mulheres comuns*. Coimbra: Edições Almedina.

- McAlister, A., Bandura, A., & Owen, S. (2006). Mechanisms of moral disengagement in support of military force: the impact of Sept. 11. *Journal of Social and Clinical Psychology, 25*(2), 141-165.
- Michalowski, R. J. (1985). *Order, law and crime*. New York: Random House.
- Michalowsky, R. J. (1998). Radical criminology: the history of an intellectual movement. *Critical Criminology, 1*, 1-15.
- Milgram, S. (1965). Some Conditions of Obedience and Disobedience to Authority. *Human Relations, 18*, 57 - 76.
- Milgram, S. (1974). *Obedience to Authority: An Experiment View*. New York: Harper & Row.
- Morawski, J. G., & Goldstein, S. E. (1985). Psychology and nuclear war: a chapter in our legacy of social responsibility. *American Psychologist, 40*, 276-284.
- Mullins, C., Kauzlarich, D., & Rothe, D. (2004). The International Criminal Court and the Control of State Crime: Prospects and Problems. *Critical Criminology, 12*(3), 285 - 308.
- Neitzel, S. & Welzer, H. (2012). *Soldaten: On Fighting, Killing, and Dying*. New York: Alfred A. Knopf.
- Nogueira, C.. 2001. Construcionismo social, Discurso e Género. *Psicologia 15*, (1), 43 - 65.
- Nolas, S.M. (2011). Grounded Theory Approaches. In. N. Frost (Ed.), *Qualitative Research Methods in Psychology: Combining Core Approaches* (pp. 16 - 43). New York: McGraw Hill.
- Oppermann, K. & Viehrig, H. (2009). The public salience of foreign and security policy in Britain, Germany and France. *West European Politics, 32* (5). pp. 925-942.
- Osgood, C.E. (1962). *An alternative to war or surrender*. Urbana, IL: University of Illinois Press.
- Osofsky, M.J., Bandura, A., & Zimbardo, P.G. (2005). The Role of Moral Disengagement in the Execution Process. *Law and Human Behavior, 29*(4), 371-393.
- Pellet, A. (1999). Can a state commit a crime? Definitely yes! *European Journal of International Law, 10*, 425-434.

- Perez, M. (2006). *Moving Mainstream Media Towards a Culture of Peace*. Tese de mestrado em Peace and Conflict Studies não publicada, European University Center for Peace Studies, Austria.
- Pilisuk, M. & Hayden, T. (1965). Is there a military-industrial complex which prevents peace? Consensus and countervailing power in pluralistic systems. *Journal of Social Issues*, 21(3), 67-117.
- Pureza, J. M. (2002). Um outro mundo é possível. Com que instituições? *Revista Manifesto*, 1, 58-62.
- Reicher, S. & Haslam, S. A. (2008). A 'Normalização da Maldade': Uma Nova Perspectiva acerca das Raízes Psicológicas do Ódio Colectivo. In. A. Matos, C. Vieira, S. Nogueira, J. Boavida & L. Alcoforado (Eds), *A Maldade Humana: Fatalidade ou Educação?* (pp. 31 - 61) Coimbra: Almedina.
- Reiner, R. (2008) The Law and Order Trap. *Soundings*, 40(12), 123-134.
- Ritchie, J. (2003). The Applications of Qualitative Methods to Social Research. In. J. Ritchie & J. Lewis (Eds.), *Qualitative Research Practice* (pp. 24 - 46). London: Sage.
- Ritchie, J., Lewis, J., & Elam, G. (2003). Designing and Selecting Samples. . In. J. Ritchie & J. Lewis (Eds.), *Qualitative Research Practice* (pp. 77 - 108). London: Sage.
- Ross, J. (1998). Situating the Academic Study of Controlling State Crime. *Crime, Law & Social Change*, 29(4), 331 - 340.
- Ross, J. (2003). *Introducing criminology: A social justice perspective*. London: Sage Publications.
- Ross, J. (2010). Reinventing Controlling State Crime and Varieties of State Crime and its Control: What I Would Have Done Differently. In. D. Rothe & C. Mullins (Eds,), *State Crime: Current Perspectives* (pp. 185 - 197). New Brunswick: Rutgers University Press.
- Ross, J. (2000). *Controlling state crime: an introduction*. New Jersey: Transaction Publishers.
- Ross, J. & Rothe, D. L. (2008). Ironies of controlling state crime. *International Journal of Law, Crime and Justice*, 36, 196-210.

- Rothe, D. L. (2009). *State criminality: the crime of all crimes*. Lexington: Roman and Littlefield.
- Rothe, D. (2010). Complementary and Alternative Domestic Responses to State Crime. In. D. Rothe & C. Mullins (Eds.), *State Crime: Current Perspectives* (pp. 198 - 218). New Brunswick: Rutgers University Press.
- Rothe, D. L. & Friedrichs, D. (2006). The state of the criminology of state crime. *Social Justice*, 33, 147-61.
- Rothe, D. L. & Mullins, C. W. (2006). *Symbolic gestures and the generation of global social control: the international criminal court*. Boston: Lexington.
- Rothe, D. L. & Mullins, C. W. (2008). Genocide, war crimes and crimes against humanity in Central Africa: a criminological exploration. In R. Haveman & A. Smeulers (Eds.), *Supranational criminology: towards a criminology of international crimes* (p. 135-158). Antwerp: Intersentia.
- Rothe, D., & Mullins, C. (2009). Toward Criminology of International Criminal Law: An Integrated Theory of International Criminal Violations. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, 33(1), 1 - 36.
- Rothe, D. L. & Muzzatti, S. (2004). Enemies everywhere: terrorism, moral panic, and US civil society. *Critical Criminology*, 12, 327-350.
- Rothe, D., & Ross, J. (2007). Lights, Camera, State Crime. *Journal of Criminal Justice and Popular Culture*, 14(4), 330 - 343.
- Rothe, D., & Ross, J. (2008). The Marginalization of State Crime in Introductory Textbooks on Criminology. *Critical Sociology*, 34(5), 741 - 752.
- Rothe, D. L., Ross, J. I., Mullins, C. W., Friedrichs, D., Barak, G., Kramer, R. C., Kauzlarich, D., & Michalowski, R. (2009). That was then, this is now, what about tomorrow? Future directions in state crime studies. *Critical Criminology: An International Journal*, 17, 3-13.
- Rouanet, S.P. (1987). *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Salmberg, M., Machado, C., Omarsdottir, S. B., Doerfer, M., Brown, A., Marcucci, L., Corgan, M., Barbosa, M., Konig, J., Leembruggen-Kallberg,

- E. & Roland-Levy, C. (2013). Definitions of war, torture, and terrorism in Western Europe. In K. Malley-Morrison, S. MacCarthy & D. Hines (Eds), *International handbook of war, torture, and terrorism (Peace Psychology Book Series)*. New York: Springer.
- Sharkansky, I. (2000). A State action may be nasty but is not likely to be a crime. In J. I. Ross (Ed), *Controlling state crime: an introduction* (p. 35-52). New Jersey: Transaction Publishers.
- Smith, M. B. (1986). War, peace and psychology. *Journal of Social Issues*, 42(4), 23-38.
- Smith, M., & Petrocelli, M. (2002). The Effectiveness of Force Used by Police in Making Arrests. *Police Practice and Research*, 3(3), 201 - 215.
- Snape, D., & Spencer, L. (2003). The Foundations of Qualitative Research. In J. Ritchie & J. Lewis (Eds.), *Qualitative Research Practice* (pp. 77 - 108). London: Sage.
- Soares, M. (2013). *A Legitimação da Violência de Estado na Perspetiva de Polícias* (Tese de mestrado não publicada). Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica, Porto, Portugal.
- Strauss, A. & Corbin, J. (1998). *Basics of qualitative research. Techniques and procedures for developing grounded theory*. Thousand Oaks: Sage.
- Staub, E. (2012). Psychology and Morality in Genocide and Violent Conflict: Perpetrators, Passive Bystanders and Rescuers. In M. Mikulincer & P. Shaver (Eds.), *The Social Psychology of Morality: Exploring the Causes of Good and Evil* (pp. 381 - 398). Washington: American Psychological Association.
- Summy, R. (2009). The Paradigm Challenge of Political Science: Delegitimizing the Recourse of Violence. In De Riviera (Ed.), *Handbook on Building Cultures of Peace* (pp. 71 - 88). New York: Springer.
- Sutherland, E. H. (1949). *White collar crime*. New York: Holt, Reinhart & Winston.
- Sykes, G. & Matza, D. (1957). Techniques of neutralization: a theory of delinquency. *American Sociological Review*, 22, 664-670.
- Tavares, M. I. (2013). *De ‘velhos’ jus ad bellum e jus in bello a um “novo” jus post bellum? A intervenção militar de 2003 no Iraque*. (Tese de

- doutoramento não publicada). Escola de Direito da Universidade Católica, Porto, Portugal.
- Tomé, L. (2007). *Segurança dos indivíduos, para além da dos Estados*. Consultado no Alameda Digital:
http://www.alamedadigital.com.pt/n5/seguranca_alem_estados.php.
- Thompson, B., & Lee, J. (2004). Who Cares If Police Become Violent? Explaining Approval of Police Use of Force Using a National Sample. *Sociological Inquiry*, 74(3), 381 - 410.
- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. Silva & J. Pinto (Orgs.). *Metodologias das ciências sociais* (pp. 101-128). Porto: Afrontamento.
- Villalpando, S. (2005). *L'émergence de la communauté internationale dans la responsabilité des Etats*. Paris: PUF.
- Wagner, R.V. (1985). Psychology and the threat of nuclear war. *American Psychologist*, 40, 531-535.
- Wagner, R. V., de Rivera, J. & Watkins, M. (Eds). (1998). Psychology and the promotion of peace. *Journal of Social Issues*, 44(2). 1-219.
- Walzer, M. (2000). *Just and unjust wars*. New York: Basic Books.
- Ward, T. & Green, P. (2000a). Legitimacy, Civil Society and State Crime. *Social Justice*, 27(4), 76 - 93.
- Ward, T. & Green, P. (2000b). State Crime, Human Rights and the Limits of Criminology. *Social Justice*, 1(79), 101-115.
- Wessells, M. (1996), A history of Division 48: Peace Psychology. In D. Dewsbury (Ed.). *Unification through division: histories of the divisions of the American Psychological Association* (pp. 265-294). Washington, D. C.: American Psychological Association.
- White, R.K. (1966). Misperception and the Vietnam War. *Journal of Social Issues*, 22(3), 1-164.
- White, L. (2010). *Discourse, Denial and Dehumanization: Former Detainees' Experiences of narrating State Violence in Northern Ireland*. Consultado no Website Academia:
http://academia.edu/418467/Discourse_Denial_and_Dehumanisation_For_mer_Detainees_Experiences_of_Narrating_State_Violence

- Willer, R. (2004). The Effects of Government-Issued Terror Warnings on Presidential Approval Ratings. *Current Research in Social Psychology*, 10, 1-12.
- Winter, D. D., Christie, D. J., Wagner, R. V., and Boston, L. B. (2001). Peace psychology for the 21st century. In D. J. Christie, R. V. Wagner, & D. A. Winter (Eds.), *Peace, Conflict, and Violence: Peace Psychology for the 21st Century* (pp. 363-371). Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.
- Young, J. (1999). *The Exclusive Society*. London: Sage.
- Young, J. (2007). *The Vertigo of Late Modernity*. London: Sage Publications.
- Zimbardo, P. (2004). Conceptual Perspectives on Good and Evil. In. A. Miller (Ed.), *The Social Psychology of Good and Evil* (pp. 23 - 50). New York: Guilford Publications.
- Zimbardo, P.G. (2007). *The Lucifer Effect: Understanding How Good People Turn Evil*. New York and London: Random House.

ANEXOS

Anexo 1. Sistema Geral de Categorias

A. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A VIOLÊNCIA DE ESTADO

A.1. O direito à paz social

A.2. Violência de Estado como ‘mal necessário’

B. A LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE ESTADO

B.1. Situações Não Letais

B.1.1. O que está em causa?

B.1.1.1. Pessoas

B.1.1.2. Bens

B.1.2. Meios

B.1.2.1. Proporcionalidade

B.1.2.1.1. Tipo de meios e sua gravidade

B.1.2.2. Desproporcionalidade

B.1.3. Processo

B.1.3.1. Reativo

B.1.3.2. Preemptivo

B.1.3.3. Preventivo

B.1.4. Intervenientes

B.1.4.1. Culpabilidade

B.1.4.2. Qualidades Humanas

B.2. Situações Letais

B.2.1. Direito a matar

B.2.1.1. *Meios*

B.2.2.1.1. Atirar a matar

B.2.2.1.2. Intervenção Mínima

B.2.2.1.3. Alternativas não letais

B.2.1.2. *Processo*

B.2.1.2.1. Reativo

B.2.1.2.2. Preemptivo

B.2.1.2.3. Preventivo

B.2.1.3. *Intervenientes*

B.2.2.3.1. Perpetrador

B.2.1.3.1.1. Culpabilidade

B.2.1.3.1.2. Qualidades Humanas

B.2.1.3.2. Terceiros

B.2.1.3.2.1. Culpabilidade

B.2.1.3.2.2. Qualidades Humanas

B.2.2. Direito a torturar

B.2.2.1. Meios

B.2.2.1.1. Tortura VS Agressão

B.2.2.1.1.1. Critério da Proporcionalidade

B.2.2.1.1.2. Critério da Finalidade

B.2.2.1.2. Tortura VS Morte

B.2.2.2. Processo

B.2.2.2.1. Reativo

B.2.2.2.2. Preemptivo

B.2.2.2.3. Preventivo

B.2.2.3. Intervenientes

B.2.2.3.1. Culpabilidade

B.2.2.3.2. Qualidades Humanas

B.2.3. Palcos de guerra

B.2.3.1. *Idiossincracias da Guerra*

B.2.3.1.1. Dimensões complexificadoras

B.2.3.1.2. Implicações

B.2.3.2. *O que está em causa?*

B.2.3.2.1. Humanidade

B.2.3.2.2. Mortes em massa

B.2.3.2.3. Vida ou morte

B.2.3.2.4. Direitos Humanos

B.2.3.2.4.1. Ambiguidade do critério

B.2.3.2.5. Soberania

B.2.3.3. Meios

B.2.3.3.1. Crença na eficácia cirúrgica

B.2.3.3.2. Críticas aos ‘danos colaterais’

B.2.3.4. Processo

B.2.3.4.1. Reativo

B.2.3.4.2. Preemptivo

B.2.3.4.3. Preventivo

B.2.3.5. Intervenientes

B.2.3.5.1. Nível estatal

B.2.3.5.1.1. Culpabilidade

B.2.3.5.1.1.2. *Factores histórico-culturais*

B.2.3.5.1.2. Qualidades Humanas

B.2.3.5.2. Nível individual

B.2.3.5.2.1. Culpabilidade

B.2.3.5.2.1.2. *Militares VS Civis*

B.2.3.5.2.2. Qualidades Humanas

B.2.3.5.2.2.1. *Militares VS Guerrilheiros*

B.2.3.5.3. Comunidade Internacional

B.2.3.5.2.1. *Críticas*

B.2.3.5.2.2. *Intervenção multilateral VS unilateral*

Anexo 2. Guião de Entrevista

Guião de Entrevista - Perspetivas sobre violência de Estado

1. Introdução

Esta entrevista insere-se no âmbito de uma investigação de doutoramento que tem como objetivo compreender a forma como as pessoas se posicionam face à violência cometida pelo Estado. Na primeira parte da entrevista, vamos partir das suas respostas aos itens do PAIRTAPS relacionados com violência de Estado, solicitando-lhe que aprofunde as mesmas; na segunda parte da entrevista ser-lhe-á pedido que se posicione relativamente ao recurso à violência de Estado face a um conjunto de cenários hipotéticos.

A sua participação neste estudo é completamente voluntária, podendo não responder a todas as questões e interromper a entrevista, se o desejar. Caso autorize, a entrevista será gravada em áudio, de forma a obter o seu registo integral e evitar perda de informação. No entanto, é garantida a confidencialidade dos dados, que servirão apenas para fins de investigação e serão tratados de forma a garantir o anonimato dos entrevistados.

2. Guião

Parte A: Aprofundamento das respostas ao PAIRTAPS

Instrução: *Para começar esta entrevista, vou pedir-lhe que relembre as suas respostas a alguns dos itens do PAIRTAPS, e que explique, de uma forma mais aprofundada, o seu posicionamento face aos mesmos.*

1. Item da “invasão”

“Às vezes um país tem o direito de invadir outro país.”

2. Item da “violência policial/militar”

“Às vezes a polícia ou os militares têm o direito de usar de violência contra os seus concidadãos.”

3. Item da “pena de morte”

“Às vezes o governo tem o direito de executar um dos cidadãos do seu país.”

4. Item da “tortura de prisioneiros de guerra”

“O governo tem o direito de ordenar a tortura de prisioneiros em tempo de guerra.”

5. Item do “contra-terrorismo”

“Às vezes os governantes têm o direito de matar civis inocentes para combater o terrorismo internacional.”

Parte B: Cenários hipotéticos de violência de Estado

Instrução: Agora gostaria que se posicionasse face a um conjunto de cenários que, apesar de serem hipotéticos, remetem para situações mais concretas de violência de Estado.

1. Violência Policial

1.1. Manifestação

1.1.1. *Manifestação de estudantes*

Cenário: Face ao aumento de propinas e ao corte dos apoios sociais nas universidades, as associações académicas convocam uma manifestação de estudantes a nível nacional.

a. Desobediência civil

Alguns manifestantes ocupam a sala de espera da reitoria de uma das universidades. Apesar das ameaças de ordem de prisão por parte das forças de segurança, os manifestantes recusam-se a abandonar o local e afirmam que ali permanecerão, num “acampamento improvisado”, até que o governo recue na aplicação das novas medidas.

b. Pequeno vandalismo

Alguns manifestantes provocam actos de vandalismo numa das universidades onde decorre a manifestação, derrubando caixotes de lixo, placards, mesas e cadeiras dos corredores e salas por onde passam.

c. Vandalismo sério

Numa das avenidas onde decorre a manifestação, alguns manifestantes começam a derrubar as esplanadas dos cafés, a partir os vidros das montras das lojas e dos carros que estão estacionados e a incendiar os carros.

d. Confrontos entre manifestantes

Os ânimos aquecem entre representantes de duas associações de estudantes e começam a verificar-se confrontos entre os mesmos.

e. Agressões a civis

Os ânimos aquecem entre os manifestantes e alguns cidadãos que assistem à manifestação e um grupo de manifestantes começa a agredi-los.

f. Agressões a polícias

Os ânimos aquecem entre os manifestantes e os polícias destacados para vigiar a manifestação e um grupo de manifestantes começa a agredi-los.

1.1.2. *Manifestação de Neonazis*

Cenário: No Dia de Portugal, associações neonazis convocam uma manifestação a nível nacional para apelar ao repatriamento dos imigrantes e celebrar o orgulho branco e nacionalista.

(Instrução: *Posicione-se relativamente ao uso de violência, por parte dos agentes da segurança, nos seguintes cenários hipotéticos ocorridos durante a manifestação*).

a. Desobediência civil

Alguns manifestantes ocupam a entrada do Ministério da Administração Interna. Apesar das ameaças de ordem de prisão por parte das forças de segurança, os neonazis recusam-se a abandonar o local e afirmam que ali permanecerão, num “acampamento improvisado”, até que o governo considere as suas reivindicações.

b. Pequeno vandalismo

Alguns manifestantes provocam actos de vandalismo em frente ao Ministério da Administração Interna, derrubando os caixotes de lixo e

rasgando os cartazes de propaganda política afixados nas imediações do edifício.

c. Vandalismo sério

Numa das avenidas onde decorre a manifestação, alguns manifestantes começam a derrubar as esplanadas dos cafés, a partir os vidros das montras das lojas e dos carros que estão estacionados.

d. Confrontos entre manifestantes

Os ânimos aquecem entre representantes de duas associações de neonazis e começam a verificar-se confrontos entre os mesmos.

e. Agressões a civis

Os ânimos aquecem entre os manifestantes e alguns cidadãos que assistem à manifestação e um grupo de manifestantes começa a agredi-los.

f. Agressões aos polícias

Os ânimos aquecem entre os manifestantes e os polícias destacados para vigiar a manifestação e um grupo de manifestantes começa a agredi-los.

1.2. Perseguição policial

1.2.1. *Criminoso de carreira*

Cenário: Um líder de uma rede de crime organizado, acaba de fugir do estabelecimento prisional onde se encontrava detido, sendo imediatamente montada uma operação policial de perseguição ao recluso.

a. Fuga e incapacitação

Um agente de segurança avista o recluso num descampado. Mal se apercebe que foi visto pela polícia, o recluso começa a fugir. O agente percebe que atendendo à distância a que se encontra, já não conseguirá alcançar o recluso, pelo que a única forma de conseguir detê-lo naquele momento será disparar sobre ele.

b. Fuga e perigo para civis

Um agente de segurança avista o recluso no meio da multidão, numa das avenidas mais movimentadas da cidade. Mal se apercebe que foi visto pela polícia, o recluso começa a fugir por entre a multidão. O agente percebe que atendendo à distância a que se encontra, já não conseguirá alcançar o recluso, pelo que a única forma de conseguir detê-lo naquele momento será disparar sobre ele.

c. Ataque a outro criminoso

Um agente de segurança avista o recluso perto da casa do líder de uma rede de crime organizado rival, e apercebe-se que o recluso está a seguir a mesmo, tendo na sua posse uma arma branca. Mal se apercebe que foi visto pela polícia, o recluso acelera o passo na direcção do rival. O agente percebe que atendendo à distância a que se encontra, já não conseguirá alcançar o recluso antes de ele alcançar o seu alvo, pelo que a única forma de conseguir detê-lo naquele momento será disparar sobre ele.

d. Ataque a um civil

Um agente de segurança avista o recluso perto da casa da principal testemunha que levou à sua condenação, e apercebe-se que o recluso está a seguir a mesma, tendo na sua posse uma arma branca. Mal se apercebe que foi visto pela polícia, o recluso acelera o passo na direcção da testemunha. O agente percebe que atendendo à distância a que se encontra, já não conseguirá alcançar o recluso antes de ele alcançar o seu alvo, pelo que a única forma de conseguir detê-lo naquele momento será disparar sobre ele.

1.2.2. *Criminoso comum*

Cenário: É comunicado à polícia que um indivíduo acaba de cometer um furto, numa área de serviço. Após a identificação do sujeito, através das imagens capturadas pela câmara de vigilância, é montada uma operação policial de perseguição ao mesmo.

a. Fuga e incapacitação

Um agente de segurança avista o sujeito num descampado. Mal se apercebe que foi visto pela polícia, o sujeito começa a fugir/correr. O agente percebe que atendendo à distância a que se encontra, já não conseguirá alcançar o mesmo, pelo que a única forma de conseguir detê-lo naquele momento será disparar sobre ele.

b. Fuga e perigo para civis

Um agente de segurança avista o sujeito no meio da multidão, numa das avenidas mais movimentadas da cidade. Mal se apercebe que foi visto pela polícia, o sujeito começa a fugir por entre a multidão. O agente percebe que atendendo à distância a que se encontra, já não conseguirá alcançar o mesmo, pelo que a única forma de conseguir detê-lo naquele momento será disparar sobre ele.

c. Ataque a outro criminoso

Um agente de segurança avista o fugitivo a comprar heroína a um conhecido traficante que anda a ser procurado pela polícia. Mal se apercebe que foi visto pela polícia, o fugitivo entra em pânico e encosta uma arma branca ao pescoço do traficante, ameaçando matá-lo se o agente se aproximar.

d. Ataque a um civil

Mal se apercebe que foi visto pela polícia, o fugitivo entra em pânico, agarra uma senhora que passa por ele na rua e encosta uma arma branca ao pescoço da mesma, ameaçando matá-la se o agente se aproximar.

2. Pena de morte

a. Homicídio Inocente / Inocente

Um condutor perde o controlo do carro e atropela mortalmente um peão.

b. Homicídio Inocente / Culpado

Um indivíduo mata o responsável pelo assassinato da sua mulher.

c. Homicídio Culpado / Inocente

Um indivíduo invade uma habitação e mata um dos moradores.

d. Homicídio Culpado / Culpado

Num ajuste de contas entre líderes de gangs rivais, o líder de um dos gangs mata o seu rival.

e. Assassinatos em série

O indivíduo A é um assassínio em série.

f. Abuso Sexual

O indivíduo B invade uma casa e abusa sexualmente de uma criança.

g. Violação

O indivíduo C invade uma casa e viola uma mulher.

h. Tráfico de Seres Humanos

O indivíduo D é líder de uma rede de tráfico de seres humanos.

i. Terrorismo

O indivíduo E é líder de uma célula da organização terrorista Al Qaeda.

j. Crimes contra a humanidade

O indivíduo F é um ex-ditador responsável por crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

3. Tortura

3.1. *Agressão como castigo*

a. Homicídio Inocente / Inocente

Um condutor perde o controlo do carro e atropela mortalmente um peão.

b. Homicídio Inocente / Culpado

Um indivíduo mata o responsável pelo assassinato da sua mulher.

c. Homicídio Culpado / Inocente

Um indivíduo invade uma habitação e mata um dos moradores.

d. Homicídio Culpado / Culpado

Num ajuste de contas entre líderes de gangs rivais, o líder de um dos gangs mata o seu rival.

e. Assassinatos em série

O indivíduo A é um assassínio em série.

f. Abuso Sexual

O indivíduo B invade uma casa e abusa sexualmente de uma criança.

g. Violação

O indivíduo C invade uma casa e viola uma mulher.

h. Tráfico de Seres Humanos

O indivíduo D é líder de uma rede de tráfico de seres humanos.

i. Terrorismo

O indivíduo E é líder de uma célula da organização terrorista Al Qaeda.

j. Crimes contra a humanidade

O indivíduo F é um ex-ditador responsável por crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

k. Outros crime *(Os crimes que abordámos neste último cenário são todos crimes contra as pessoas. Na sua opinião, a agressão como castigo também se pode justificar para outro tipo de crimes (por exemplo: crimes contra a propriedade))*

4. Contra-terrorismo

4.1. Situação-limite (ticking-bomb scenario)

4.1.1. Avião civil

Cenário: surge um alerta relativamente a um possível atentado terrorista com recurso a um avião civil. Quando as autoridades começam a intervir o avião já descolou, e começa imediatamente a desviar-se da sua rota, sendo que a torre de controlo não consegue comunicar com os pilotos.

a. Torturar culpado / salvar inocentes

Imediatamente a seguir ao descolar do avião, as forças de segurança apreendem um suspeito que revela que o avião está a ser comandado através de um controlo remoto e irá embater num centro comercial no espaço de 1 hora, mas recusa-se a revelar o paradeiro do mesmo.

b. Matar inocentes “condenados” / salvar inocentes

O avião está extremamente perto de um centro comercial e se os caças não dispararem o choque será inevitável.

c. Matar inocentes “talvez condenados” / talvez salvar inocentes

Um outro avião, com o qual a torre de controlo não está a conseguir comunicar, parece estar a dirigir-se para uma área comercial da cidade onde se verifica o alerta de terrorismo.

4.1.2. Avião que transporta criminosos

Cenário: surge um alerta relativamente a um possível atentado terrorista com recurso a um avião que transporta condenados por homicídio que estão a ser transferidos para uma prisão de alta segurança. Quando as autoridades começam a intervir o avião já descolou, e começa imediatamente a desviar-se da sua rota, sendo que a torre de controlo não consegue comunicar com os pilotos.

d. Torturar culpado / salvar culpados

Imediatamente a seguir ao descolar do avião, as forças de segurança apreendem um suspeito que revela que o avião está a ser comandado através de um controlo remoto e irá embater num centro comercial no espaço de 1 hora, mas recusa-se a revelar o paradeiro do mesmo.

e. Matar culpados “condenados” / salvar inocentes

O avião está extremamente perto de um centro comercial e se os caças não dispararem o choque será inevitável.

f. Matar culpados “talvez condenados” / talvez salvar inocentes

Um outro avião, com o qual a torre de controlo não está a conseguir comunicar, parece estar a dirigir-se para uma área comercial da cidade onde se verifica o alerta de terrorismo.

4.2. Informação “para o futuro”

Cenário: A Unidade Nacional de Contra Terrorismo da Polícia Judiciária foi informada pela CIA de que um dos líderes da Al Qaeda está escondido na Península Ibérica, pelo que solicita aos órgãos de comunicação social que divulguem a fotografia do terrorista. Após esta divulgação, a Polícia Judiciária recebe uma chamada anónima de um indivíduo que afirma ter reconhecido o terrorista em questão, num grupo de muçulmanos que acabou de mudar para a sua vizinhança.

- a. A polícia investiga o suspeito e confirma que de facto é o líder da Al Qaeda que procuravam. O terrorista é detido e sujeito a interrogatório com vista à obtenção de informações sobre os planos da Al Qaeda, no entanto, recusa-se a falar.
- b. A polícia investiga o suspeito, chegando à conclusão que não é o líder da Al Qaeda que procuravam. No entanto, o indivíduo em questão está referenciado pela C.I.A. como sendo suspeito de pertencer à organização terrorista. O suspeito é detido e sujeito a interrogatório com vista à obtenção de informações sobre o seu alegado envolvimento na Al Qaeda, no entanto, recusa-se a falar.

5. Intervenção militar

Nota: para todos os cenários de intervenção militar, é importante explorar as seguintes questões: a) envolvimento de Portugal; Ação unilateral / comunidade internacional; b) tipo de intervenção - que cenários de intervenção (e.g. colocar tropas para criar um corredor humano; bombardeamento do país) é que são “concebíveis” aos olhos do entrevistado? Até que ponto é que são mediados pela ponderação de perdas “nossos militares” vs “civis deles (eles as vítimas / eles os inimigos).

5.1. **Genocídio inter-estados**

Cenário: No país A, está a ocorrer um banho de sangue, assistindo-se a uma operação de “limpeza étnica” perpetrada por militares do país B contra um grupo étnico percebido como rival. Os dados que chegam de fontes de informação no terreno confirmam a dimensão do fenómeno, caminha-se rapidamente para uma situação de genocídio.

5.2. **Genocídio intra-estado**

No país A, está a ocorrer um banho de sangue, assistindo-se a uma operação de “limpeza étnica” perpetrada pela facção majoritária da população contra um grupo étnico minoritário. Os dados que chegam de fontes de informação no terreno confirmam a dimensão do fenómeno, caminha-se rapidamente para uma situação de genocídio.

5.3. **“Espalhar a democracia”**

Cenário: O país A é governado por uma ditadura militar, são constantes os relatos de desaparecimentos e execuções, detenções e tortura a pessoas suspeitas de se oporem ao governo. Os níveis de pobreza e as condições subhumanas têm aumentado de forma alarmante, no entanto, aumentam cada vez mais os sinais de ostentação e de luxo por parte dos governantes.

5.4. **Ameaça nuclear**

Cenário: Apesar de ter ratificado acordos de proibição da proliferação do uso de armas nucleares, o país A tem levado a cabo um grande investimento neste domínio. A comunidade internacional tentou desde esforços diplomáticos a embargos económicos para acabar com esta situação, no entanto é cada vez maior o poderio nuclear deste país.

5.5. Invasão

5.5.1. Invasão efectiva

Cenário: Ao longo da história, a área geográfica ocupada pelo país A foi algumas vezes conquistada pelo país B, no entanto, desde o final de guerra fria que o país A reconquistou a sua independência, sendo reconhecido como Estado-soberano pela comunidade internacional. No entanto, o país B acabou de invadir o país A, estando a ocupar rapidamente todo o território devido ao grande diferencial de poderio militar entre os dois países.

5.5.2. Invasão preventiva

Cenário: Ao longo da história, a área geográfica ocupada pelo país A foi algumas vezes conquistada pelo país B, no entanto, desde o final da guerra fria que o país A reconquistou a sua independência, sendo reconhecido como Estado-soberano pela comunidade internacional. O clima de tensão que sempre caracterizou a relação entre os dois países tem-se agudizado: o novo governo do país B tem referido como sendo uma “injustiça histórica” a perda da área geográfica do país A e acaba de colocar tropas na fronteira com este país.

5.6. Luta pela autonomia

Nota: explorar as seguintes hipóteses: a) região x tem recorrido a métodos violentos; b) habitantes da região x são vitimizados pelo país A ; c) a. & b.

Cenário: A região x, que actualmente integra o país A, já foi uma região autónoma, no entanto, desde o final da guerra fria que o país A reconquistou esta região. Os habitantes da região x nunca se conformaram com a perda de autonomia, e têm reclamado o seu direito à independência.